

<b>FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2</b>	
<b>Nome da Pasta</b>	CNBB_102.5
<b>Autor/Instituição</b>	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
<b>Número de Documentos</b>	1
<b>Quantidade e tipo de documentação</b>	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 91
<b>Dia/ Mês/Ano</b>	1971-1985
<b>Formato</b>	Ofício
<b>Resumo</b>	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1971-1985, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla cartas, folhetos e notas.
<b>Palavras-Chave</b>	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo.
<b>Notas explicativas</b>	A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU**  
**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM**



	Lista das páginas em língua estrangeira: 20 e 79.
--	---



60  
Bibliothek

CNBB

1971-85



Institut für Brasilienkunde  
KI-BR 102.5  
Bibliothek

03.10.10



Bibliothek  
Institut für Brasilienkunde  
METTINGEN





JORNAL DO BRASIL  Domingo, 10, e 2.ª-feira, 11/10/71  1.º Caderno

## Arcebispo brasileiro defende no Sínodo ordenação de homens casados

Cidade do Vaticano (UPI-AP-AFP-JB) — O Arcebispo de Ijuí e Secretário para o Ministério Hierárquico da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiro (CNBB), Dom Valfredo Tepe, afirmou ontem no III Sínodo de Bispos que a maioria do episcopado brasileiro é favorável à ordenação de homens casados, devido à escassez de sacerdotes no Brasil.

O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, defendeu em seu próprio nome a posição contrária, e afirmou que a Igreja, buscando o quantitativo, se arrisca a perder o qualitativo. O *Le Monde*, de Paris, comentou a posição dos bispos brasileiros dizendo que "a crise sacerdotal é aguda no Brasil como em quase toda a América Latina."

### CELIBATO

No debate sobre os aspectos práticos do sacerdócio, na manhã de ontem, Dom Valfredo Tepe disse que a Igreja brasileira é sensível ao problema das comunidades de base, onde começa a surgir a necessidade de distribuir os ministérios para evitar que o sacerdote os monopolize. Advertiu que os leigos não devem se clericalizar, esquecendo sua missão.

A maioria dos oradores defendeu a ordenação de homens casados e condenou a abolição do celibato obrigatório, ao contrário do Cardeal Bernard Alfrink, Primaz da Holanda, que se pronunciou a favor do casamento opcional para os padres. Alfrink, assim como os bispos da República Dominicana, Venezuela e Alemanha, fez objeções à ordenação de católicos casados, e pediu que o caso seja estudado pela Conferência episcopal em separado.

O Bispo-Auxiliar de Caracas, Henrique Jimenez, revelou a oposição do episcopado venezuelano à atividade política dos sacerdotes, porque "pode criar um novo clericalismo." Já o Arcebispo de São Domingos admitiu a ação política em circunstâncias a serem definidas, enquanto os delegados brasileiros silenciavam sobre a questão.

11-10-71  
78

Roth. Roche  
o Fm



## Bispos concordam que há crise

Edward B. Fiske  
do The New York Times

Roma — Quem nunca andou no tráfego de Roma fica surpreso ao saber que para um italiano tirar carteira de motorista a lei exige que ele passe mais tempo estudando teoria do que realmente manejando um carro.

Esta semana os bispos do Sinodo iniciaram deliberações sérias sobre a crise do sacerdócio na Igreja Católica Romana. Contudo, do mesmo modo que os motoristas italianos, os delegados encontram dificuldades em passar da teoria para a prática.

### UMA SAÍDA

O Sinodo de Bispos reúne-se a cada dois anos desde o segundo Concílio do Vaticano, de 1962 a 1965, para aconselhar o Papa Paulo VI sobre questões importantes da Igreja. Desta vez os tópicos são o sacerdócio e a Justiça do mundo.

A cada dia os bispos, patriarcas dos ritos orientais e chefes das ordens religiosas masculinas, mais de 200 no total, tomam lugar no novo salão de audiências na Praça de São Pedro, planejado pelo arquiteto italiano Pietro Nervi. Como sinal de seu novo status permanente, o Sinodo tem sua própria sala de reuniões com um sofisticado equipamento de tradução.

Os padres do Sinodo, quase todos com batinas pretas, solidéus e as largas faixas púrpura na cintura, simbolizando sua posição, iniciaram há apenas uma semana uma série de sessões que deverá durar um mês.

### MENOS PADRES

Há um fato indiscutível: a Igreja enfrenta uma séria crise internacional do sacerdócio, e os bispos não o ignoram. Essencialmente, a crise se apresenta de dois modos: primeiro, a diminuição no número de padres. As pesquisas revelam que há menos seminaristas, e mais padres ordenados que deixam o hábito.

Um estudo preparado para o Sinodo pelo sociólogo jesuíta Eugene J. Schallert, da Universidade de São Francisco, informou por exemplo que a Igreja americana em 1965 ordenava quatro homens para cada um que se aposentava, morria ou abandonava, ao passo que

agora perde duas vezes mais do que ganha.

As consequências desta tendência em escala mundial são sérias. Na América Latina, por exemplo, onde a proporção entre católicos e padres caiu nos últimos cinco anos de 5 800 para 1 até 6 mil para 1 no ano passado, muitos católicos passam anos sem receberem um sacramento.

Mesmo onde parece haver abundância de padres o declínio é potencialmente prejudicial porque significa que a idade média dos padres está aumentando.

Ninguém acredita que esse problema tenha uma única resposta, mas um número cada vez maior de bispos está chegando à conclusão de que deve haver alguma mudança na obrigação do celibato, de modo a usar os talentos dos católicos dispostos a prestarem serviços pastorais mas atualmente impedidos pela Lei da Igreja. É possível que o Sinodo faça recomendações nesse sentido.

### O PAPEL MODERNO

O segundo aspecto da crise é o problema da identidade. A mudança das condições sociais e culturais minou o papel tradicional dos padres em muitos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o sacerdócio não é mais o caminho para uma educação superior, nem o status social que era para muitos padres de meia-idade, e muitas funções sacerdotais, tais como o aconselhamento, foram tomados por especialistas leigos.

Um sacerdote comentava aqui esta semana um estudo recente segundo o qual, do ponto-de-vista do prestígio, os americanos colocam o padre abaixo do farmacêutico e acima do papa-defunto. "Não é tão mau assim — observou — mas é duro para quem foi levado a acreditar que o padre está entre Deus e o homem."

Em parte, contudo, o problema da identidade também é o resultado de desenvolvimentos internos à própria Igreja e portanto sob a influência dos líderes eclesiais.

O Vaticano II ampliou substancialmente o conceito do sacerdócio dentro da Igreja, para incluir não só a função sacramental do clero como as tarefas do evangelis-

mo e da ação social. Dêsse modo, aumentou a importância dos bispos em relação ao Papa e chamou atenção especial para as responsabilidades dos leigos.

Nesse processo, contudo, os padres perderam-se na confusão. Por um lado os documentos do Concílio nunca especificaram quais os direitos dos padres além daqueles delegados pelos bispos, uma omissão que se tornou crítica quando os padres começaram a contradizer seus bispos em questões como a do controle da natalidade. Por outro, a forte ênfase dada ao papel dos leigos deixou os padres sem saber ainda o que cabe a eles.

### SOLUÇÃO PROBLEMATICA

É difícil dizer o que o Sinodo pode fazer em poucos dias para ajudar a resolver esses problemas. Obviamente os delegados não podem produzir uma nova Teologia do sacerdócio; podem, contudo, sugerir uma divisão de autoridade com os padres nos níveis diocesano nacional. Os bispos dos países do Terceiro Mundo estão pressionando para que os padres possam assumir novos papéis, tais como o ativismo político.

Até agora, no entanto, a liderança do Sinodo resiste aos pedidos dos bispos norte-americanos e outros para que as abstrações doutrinares sejam abandonadas em benefício dos problemas práticos.

Eles concordam com o Arcebispo Raul Francisco Primatesta, da Argentina, quando diz que "as causas principais desta crise devem ser encontradas na falta da oração e da vida espiritual, numa formulação teológica insuficiente e numa compreensão inadequada dos ensinamentos do Vaticano-II."

Tais pensamentos, contudo, não satisfazem milhares de padres em todo o mundo que lutam com o problema da identidade, e parece que a principal questão a ser respondida pelo Sinodo não é a natureza do sacerdócio mas a capacidade de liderança da atual geração de altas autoridades eclesiais.

Como observou o padre Schallert esta semana, "muitos padres estão esperando para ver se o Sinodo trata seriamente de seus problemas. Se a resposta for não, muitos padres deixarão a Igreja."

## A Igreja em ação

4-12-72 69

A Igreja está preocupada com a despolitização da juventude brasileira. Uma pesquisa do Conselho Episcopal Latino-Americano — CELAM — feita recentemente em várias capitais do país, entre as quais Rio, São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Manaus, revela: o problema é mais sério no meio universitário, "com o agravante de que vários de seus setores já começam a habituar-se ao clima de repressão em que vivem e pensam unicamente na profissão, animados pelo lucro, sem sentido de serviço de comunidade".

A pesquisa mostra ainda que essa despolitização é que leva em algumas grandes cidades brasileiras ao uso das drogas pelos jovens: "sem uma ambição política e com um nível de vida alto, esse caminho aparece lógico, igual ao de outros países representativos da chamada sociedade de consumo."

A verdade é que a Igreja sente falta ainda hoje dos movimentos de ação católica especializada — Juventude Operária Católica, juventude Estudantil Católica. Esses grupos possibilitavam uma participação maior da Igreja entre os jovens.

Na semana passada, reunidos no Rio, a Presidência e a Comissão Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — e mais 14 Subsecretários Regionais e 16 Assesores Nacionais, aprovaram um amplo programa de atividades para o biênio 73/74, com cerca de 102 projetos, entre os quais o de "Reflexão sobre a Pastoral da Juventude". Para sua realização, a CNBB já conta com uma outra pesquisa sobre a juventude feita pelo Instituto Nacional de Pastoral estudada por um grupo de teólogos, sociólogos e assessores religiosos. Foi também criado um grupo de trabalho de estudantes, professores e diretores de escolas que tentarão fazer ressurgir no Brasil os movimentos católicos juvenis. (Genilson Cesar).



Igreja foi o único setor social do país, fora dos quadros institucionais, que se arrogou o direito de opinar sobre o atual modelo político de uma maneira "flexível e com uma firmeza engrandecedora", conforme afirmou Marcel Niedergang numa série de reportagens sobre o Brasil para o *Le Monde* (19 a 25 de outubro de 1972).

Já em fevereiro do ano passado, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgava um texto onde era proposta uma identificação "não só com as alegrias e esperanças mas também com as tristezas e angústias de todos os homens de todos os tempos". A publicação - Unidade e Pluralismo na Igreja - destinava-se a fornecer uma base para a reflexão dos católicos e pelo menos um setor bastante dinâmico de seu episcopado tomou a sério essa tarefa. Nos meses seguintes, documentos como as Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia, a carta pastoral do Bispo de São Felix do Araguaia, declarações de Bispos, estudos e análises elaborados em órgãos ligados à CNBB, demonstraram que as preocupações sociais de, pelo menos, parte da Igreja no Brasil eram bem mais do que simples figuras de retórica. Os temas tratados publicamente ou em reuniões a portas fechadas defendiam tanto os índios como os posseiros em luta com empresas agropecuárias, os prisioneiros e os que querem o retorno das prerrogativas jurídicas suspensas.

## Ocupação da Amazonia

A exploração e colonização da Amazonia, juntamente com a construção de uma rede de imensas estradas e criação de novos núcleos urbanos, em princípio não sofre restrições de ninguém. É claro que todos são a favor do desenvolvimento. Mas a Igreja tem levantado dúvidas sobre a forma como isso se processa. Ela considera que o impacto causado pela introdução na Amazonia de estruturas inadequadas à região é um perigo para os seus habitantes.

Numa reunião realizada em Santarém, Pará, em maio, discutiu-se a questão das prioridades da incorporação da Amazonia ao desenvolvimento. Preocupavam-se os bispos e prelados da Amazonia com as limitações e perigos que esta nova realidade oferecia ao homem amazônico: "antigas e novas marginalizações; estruturas inadequadas, importadas ou opressivas; desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem; violação de direitos básicos, como a posse da terra; injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos; divulgação publicitária que às vezes altera o enfoque da situação real" (Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia).

Não querendo ficar alheia a esses desajustes, a Igreja adotou um plano de ação na tentativa de minimizar essas distorções. Especialmente quanto ao problema dos índios, pelos quais a Igreja considera-se historicamente a maior responsável, e, em face da atuação da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), das missões protestantes e do avanço das frentes pioneiras, ela saiu em defesa dos direitos dessas populações, direitos que aliás são garantidos pela Constituição. Dessa forma, seu Conselho Indigenista Missionário apresentou ao Congresso um anteprojeto do Estatuto do Índio, elaborado em Cuiabá, Mato Grosso, no dia 12 de agosto. Nesse anteprojeto está prevista a garantia da posse permanente das terras ocupadas pelos índios, seu direito ao trabalho sem

discriminação e a exploração pelos próprios indígenas das riquezas naturais de suas terras. A própria ação pastoral da Igreja junto aos índios começou também a ser reformulada nesse ano, a partir de sugestões apresentadas por padres em Mato Grosso, os quais achavam que a Igreja não devia impor aos índios o cristianismo, uma vez que eles já possuem sua própria religião. Deveria, isso sim, dar apenas seu exemplo de vida cristã.

## Defesa dos posseiros

Os choques entre posseiros e grandes empresas de colonização, torna-

**Defesa de posseiros, índios, prisioneiros e liberdades civis, marcaram atitudes e ações da Igreja em 72. Genilson Cezar e Waldecy Tenório**

## 72 IGREJA



dos públicos em fins de 71 através da carta pastoral do Bispo-Prelado de São Felix do Araguaia-MT, dom Pedro Casaldáliga. (Uma Igreja da Amazonia em conflito com o latifúndio e a marginalização social), agravaram-se mais ainda neste ano quando se intensificou a ação dessas empresas. A denúncia do bispo teria se perdido naqueles confins, não fosse o imediato e amplo apoio que ele recebeu de bispos de todas as partes do país nos primeiros meses de 72. Mais ainda, nas grandes cidades ninguém teria tido conhecimento desse fato, pois a Igreja foi a única instituição a tomar uma posição face a esses conflitos.

## Um largo leito

Pela sua importância num país onde a maioria da população se diz católica, pelo seu caráter de instituição relativamente aberta e a situação especial que atravessa o país, a Igreja em 1972 foi se transformando num largo leito onde desaguam muitas correntes políticas. Assim, não só o problema denunciado pelo bispo de São Felix foi levado pelo secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, à audiência que manteve em Brasília, no dia 16 de maio, com o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. O bispo Lorscheiter discutiu também casos de censura à imprensa e "casos de pessoas e documentos sempre mais numerosos, que chegam à CNBB, pedindo ajuda na localização de pessoas de-

tidas e mantidas incomunicáveis além dos prazos previstos em lei". Em junho, o episcopado de São Paulo, reunido em Brodosqui, dirigiu uma mensagem ao povo paulista onde advertia: "Não é lícito efetuar prisões da forma como freqüentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao juiz competente. Muitas dessas detenções tomam o aspecto de verdadeiros seqüestros". Continuaram condenando os excessos nos interrogatórios de suspeitos, que seriam submetidos a maus tratos, inclusive com conseqüências fatais. Diziam ainda: "Não é lícito privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças, nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar por tempo indeterminado o processo regular." No mes seguinte, durante a Assembléia Geral Regional do Centro-Oeste da CNBB, os bispos goianos reafirmaram a missão da Igreja em defesa da Justiça, colocando o Homem "como centro e fundamento das estruturas sociais". Num extenso documento, publicado pelo jornal "O São Paulo", de 15 de julho, os bispos goianos se solidarizaram com seus colegas paulistas e apontaram outros problemas: "No setor educacional, torna-se inquietante a sorte daqueles que se dedicam ao ensino e grande é a crise que atravessam os colégios particulares. Na zona rural, preocupa-nos o abandono em que vivem nossos irmãos lavradores, sujeitos a uma injustiça crônica e à exploração permanente. O grande crescimento econômico de nossa região, devido sobretudo ao incremento da pecuária, coincide com a progressiva marginalização dos trabalhadores rurais, dos posseiros e pequenos proprietários, vítimas da voracidade do latifúndio". (...) "As leis emanadas do Governo para o campo são freqüentemente desrespeitadas. E os que se empenham em esclarecer o povo sobre seus direitos legais, são incompreendidos, até denunciados e processados..."

Fatos importantes na vida da Igreja, em 1972, foram ainda a greve de fome dos padres dominicanos na prisão e a expulsão do padre Comblin, por coincidência, na semana Santa.

## Programação a margem

Outro aspecto da ação do setor atuante, encampada pela maioria do episcopado, foi a atitude que a Igreja tomou nas comemorações do Sesquicentenário. Praticamente colocou-se à margem da programação oficial do governo. A grande missa concelebrada em São Paulo por 99 bispos de todo o país foi realizada no dia 3 de setembro, e não no dia 7. Deveria ter sido rezada no parque do Ipiranga, cedido pelo prefeito Figueiredo Ferraz, mas, às pressas, foi transferida para as escadarias da Catedral da Sé. As autoridades federais e estaduais aparentemente desconhecaram a cerimônia.

Além dessa atitude e dos constantes pronunciamentos, que chegaram a acirrar as tensões existentes entre a Igreja e o Estado, o episcopado não se manteve indiferente a outras questões de impacto, como críticas à política habitacional do governo, ao Estatuto da Terra, ao PIS e a outros projetos governamentais. Estudos e análises foram elaboradas no decorrer do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), órgão de estudos sociais ligado à CNBB, para divulgação interna, mas que serão dadas a público a partir de janeiro.



Num balanço sobre essas atividades, pode-se perguntar até que ponto a Igreja foi conduzida por esse setor considerado mais progressista. É natural que a proporção em que iam sendo debatidos problemas de tal magnitude e repercussão externa, as discussões internas entre suas diversas tendências fossem aumentando paralelamente. É sintomático o adiamento da divulgação de um "documento de reflexão" sobre o atual desenvolvimento do país, anunciado desde abril e que seria lançado durante as comemorações do Sesquicentenário. Na reunião da Comissão Representativa da CNBB, de 25 de agosto a 2 de setembro, no Rio, a maioria dos bispos preferiu apresentar uma mensagem onde vagamente assentaram suas esperanças na aproximação de um hipotético momento em que "... Estado e Igreja se encontrem no serviço de um só e mesmo povo, num plano de mútua autonomia, no reconhecimento de suas respectivas competências e da extensão e limites de sua colaboração". Teria sido isto um indício de que a chamada "maioria silenciosa" da Igreja retomou as rédeas da instituição?

# KOLUNA ABERTA / a editoria 26/2/43 Política

## Onde a Igreja

## dos povos de Deus?

Será a prudência uma referência dos sábios? Vejamos: semana passada aqui mesmo neste espaço, demos destaque a algumas opiniões de participantes da XIII Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. E alinhamos pensamentos que se voltavam, quase exclusivamente, para a declaração dos direitos humanos, coincidentemente completando vinte e cinco anos de início ao mesmo tempo em que se realizava a reunião.

Pois bem, houve unanimidade de conceitos: a mesma Igreja que se preocupa com o homem, deve preocupar-se com as condições em que esse homem vive. Ou sobrevive. Todos quiseram consignar e deixar clara a posição de que à Igreja cabe pugnar pelo bem-estar social do homem e que somente a ela é devida tal obrigação. Mesmo porque é a representante do amor de Cristo pelo seu povo.

Uma vez encerrada a XIII Assembléia da CNBB, dois fatos, duas posições e dois conceitos se sobrepõem aos demais, quando as discussões giravam em torno dos direitos do homem, as sessões, absolutamente sempre, eram secretas, sem a participação da imprensa, que ficou a saber nada; nos demais temas, abundantes press-releases mostravam o que havia sido debatido, analisado e resolvido.

Por que o silêncio? Muitas foram as explicações. Nenhuma, no entanto, convincente. Falou-se em prudência. Falou-se em conceituação estabelecida. Falou-se, até, em cuidados. Ninguém explicou nada. Ninguém se preocupou em ver que a CNBB é uma janela. Uma das poucas janelas abertas, na qual muitos estão debruçados, a espera de momentos de respiração capazes de satisfazer aos pulmões nacionais.

Por que o silêncio? A Igreja não é dos povos oprimidos de Deus? A Igreja não cabe a luta pelo interesse dos povos de Deus? Não é a ela que está afeta a vida dos povos de Deus? Por que o silêncio? Dom Pedro Casaldaglia Plá disse que se a Igreja se restringisse a concepções puramente teóricas, pouco ou nada conseguiria realizar. Dom Helder Câmara acreditava que a coincidência de datas era uma determinação divina.

Parece que os dois se enganaram. Dom Pedro Casaldaglia Plá, por

acreditar que algo poderia ser feito além da colocação teórica dos problemas e Dom Helder Câmara por pressupor uma coincidência divina. Um e outro se enganaram. Ou foram enganados? O que se viu, depois de uma semana de debates, foi a colocação, esterilmente teórica de problemas que nada têm de divinos. Muito pelo contrário.

O que se viu, depois de uma semana de debates, foi a maior demonstração de exagerada prudência. Quase todos falavam por metáforas e sofismas, numa incrível falta de personalidade. Inerível é o adjetivo mais ameno. Todos falavam por bocas de terceiros, sem se preocupar com seu passado, nome e o peso da instituição que representam. O que se viu foi uma prudência excessiva. Será isto, sabedoria?

Onde a Igreja dos povos oprimidos de Deus? Não é esta, cujo retrato a XIII Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil mostrou ao país. Não é esta a verdadeira Igreja de Cristo, morto pela libertação de seu povo. Não é esta a Igreja que todos querem ver. Todos a querem atuante, participante e capaz de fazer de seu povo, um povo mais feliz. Esta é a Igreja à antiga. Uma Igreja com medo. Uma Igreja sem personalidade. Uma Igreja pobre, nada nobre.

O que se espera da Igreja? Que ela atue. Que ela mostre os verdadeiros caminhos do mundo. Que saiba sair de seu mutismo e parta em defesa do povo, que é quem precisa dela. Dom Pedro Casaldaglia Plá tem muitas razões: se a Igreja colocar este problema em termos puramente teóricos, a nada chegará. Como a nada chegou. Esta não é, realmente, a Igreja dos povos oprimidos de Deus.



# Essa decisão traz a marca de um reparo

ROCCO MORABITO  
Nosso correspondente

ROMA — Ao divulgar os nomes dos 30 bispos que elevará ao cardinalato no próximo consistorio de 5 de março, o papa Paulo VI finalmente atendeu aos apelos dos fiéis de algumas dioceses que há muitos séculos eram consideradas "cardinalícias" mas que até ontem, entretanto, ainda eram guiadas apenas por arcebispos. É o caso de Veneza, cujo patriarca, Albino Luciani, de 70 anos, esperava há três anos o cardinalato. Havia o caso de Salvador da Bahia, diocese cujo titular é primaz do Brasil. Essa diocese foi criada em 1551 e elevada a sede metropolitana em 1676. Seu arcebispo, d. Avelar Brandão Vilela, de 60 anos, assumiu o governo da arquidiocese há apenas dois anos. E a ascensão de d. Paulo Evaristo Arns, de 51 anos, à catedral metropolitana de São Paulo ocorreu poucos anos antes.

## ESPECULAÇÕES

O fato de sedes tradicionalmente "cardinalícias" não terem sido preenchidas durante tanto tempo sem que se convocasse o consistorio para nomear os titulares, havia suscitado muitas especulações sobre uma reforma radical do Sacro Colegio. Falou-se até na supressão da dignidade cardinalícia, o que viria a alterar por completo o sistema da eleição do papa.

A notícia do consistorio de 5 de março dissipou por completo todas essas especulações. Com seus dois novos cardeais, d. Avelar Brandão Vilela e d. Paulo Evaristo Arns, o Brasil terá ao todo seis cardeais, incluindo os cardeais Agnelo Rossi, prefeito da Propaganda Fide, hoje chamada Congregação para a Evangelização dos Povos.

O colaborador mais direto de d. Agnelo também foi nomeado cardeal. Trata-se do secretário da congregação, d. Sergio Pignedoli, de 62 anos, considerado um dos homens de confiança do papa Montini. Pignedoli, bem como o nuncio apostolico do Brasil, d. Umberto Mozzoni, de 68 anos, estão entre os seis novos cardeais que fazem parte da curia romana ou da diplomacia vaticana. Os outros 24 estão todos à frente de dioceses. Por ocasião do primeiro consistorio realizado por Paulo VI em 1967, dos 27 cardeais nomeados, apenas 12 eram bispos residenciais.

A tendencia, a começar pelo conclave de 1969 (24 bispos residentes em 33 novos cardeais), se inverteu. Uma confirmação dessa reviravolta será o terceiro conclave, em março. Isto significa automaticamente uma nova diminuição da parte italiana do Sacro Colegio. Os italianos ficarão com menos de um terço: 41 em 145 cardeais. Mas a proporção se reduzirá a quase um quarto, considerando-se os 116 cardeais que, tendo menos de 80 anos de idade, conservam o direito de participar

do conclave. E destes 116 cardeais eleitores apenas 31 são italianos.

Com as recentes nomeações, Paulo VI quis aperfeiçoar a representatividade das igrejas locais no Sacro Colegio. Pela primeira vez têm seus cardeais o Congo, o Quênia, o Paquistão, as ilhas do Pacífico e Porto Rico. Porém não se trata apenas de maior representatividade e sim de uma precisa vontade de elevar a menor igreja local, e da mesma maneira a mais recente, ao mesmo plano das maiores igrejas locais de antiga tradição.

Não é por acaso que as nomeações vão desde o arcebispo de São Paulo (6 milhões e 450 mil habitantes, segundo o anuário pontificio deste ano) ao arcebispo de Apia (arquipélago de Samoa, Oceania) que lidera 38 mil católicos numa diocese criada há apenas sete anos. Trata-se do cardeal Pio Taofinu, de 50 anos, da "Sociedade de Maria", que recebeu o papa Paulo VI na visita que fez a Samoa. Quanto ao Brasil, os nomes dos dois cardeais de Salvador, Bahia e de São Paulo, são considerados uma confirmação da melhoria de relações entre a Igreja e o governo. A esse respeito, observa-se que Paulo VI, indicando o nome de monsenhor Umberto Mozzoni, confirmou a tradição segundo a qual os nuncios apostolicos no Brasil chegam quase sempre a cardeais. Nesta altura, cabe a pergunta: quando Brasília (cujo arcebispo é também bispo castrense no Brasil) terá seu cardeal?

## PRINCIPAL TEMA

"A Teologia e a vida da igreja particular" será o principal tema da assembléia, seguindo-se, pela ordem de importância, o estudo da "Declaração Universal dos Direitos do Homem" e dos novos codigos brasileiros. Com relação ao primeiro tema, a presidência da CNBB indica que "os participantes do encontro tratarão de aprofundar o verdadeiro sentido da Diocese em face à Igreja universal, com importantes ressonâncias sobre o papel do bispo em face aos órgãos do governo central da Igreja".

## DIREITOS E CODIGOS

Além da discussão sobre a "Declaração Universal dos Direitos do Homem", que D. Ivo Lorscheiter incluiu no tema central da assembléia, por solicitação do Papa Paulo VI, os bispos analisarão os novos codigos Penal e Civil brasileiro

"pois é direito e dever da Igreja acompanhar, sob o ponto de vista religioso e pastoral, a elaboração dos novos codigos, fundamentais para a vida da Nação brasileira", segundo os dirigentes da CNBB.

## Pauta da CNBB inclui os códigos

Da Sucursal do RIO

O presidente da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, D. Aloisio Lorscheider, afirmou ontem que "os diretores humanos são valores evangelicos" e anunciou que será a primeira vez que um episcopado estuda em conjunto esses direitos.

A declaração foi feita durante entrevista coletiva, na qual o bispo divulgou os resultados da primeira reunião da Comissão Episcopal de Pastoral de 1973, dedicada a ultimar os preparativos da XIII Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, que começa terça-feira no quilometro 19 da rodovia Raposo Tavares, em São Paulo.

Com relação ao Código Civil, D. Aloisio declarou que a CNBB encaminhará ao ministro da Justiça os reparos e sugestões que forem feitos na reunião, "especialmente quanto aos titulos referentes à pessoa humana e à família". Outros temas da assembléia dizem respeito ao dizimo e manutenção do clero; tribunais eclesias-ticos no Brasil; nomeação de novos bispos; sede da CNBB em Brasília e balanço e orçamento da CNBB.



# A Assembléia dos Bispos

**212 bispos discutem em São Paulo se os direitos da pessoa humana no Brasil estão sendo salvaguardados.**

bléia, dois são apontados pela própria presidência da Conferência Nacional dos Bispos como os de importância e destinados a ter repercussão na vida da Igreja do Brasil: *Teologia e Vida Particular e Declaração Universal dos Direitos do Homem*. O primeiro tema retoma os debates em torno da unidade e pluralismo dentro da Igreja. Esses debates atingiram na quinta-feira um tom violento. Gustavo Corção, pensador católico de linha mais conservadora afirmou em artigo que "é a própria Hierarquia que instila o veneno... são os Bispos, com algumas santas exceções que estão comandando a destruição da autoridade, a democratização, a pulverização da Igreja". A refutação a essas críticas veio imediatamente através do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugenio Salles, apoiado por membros da CNBB. Citando diretamente Corção, o cardeal Salles exortou seus fiéis a não seguir orientação, em matéria religiosa, "de pessoas que fazem causa comum com aqueles que procuram destruir a Igreja". Dentro desse ambiente é de se esperar que as discussões da Assembléia tragam à tona diversas po-

sições que se chocam hoje dentro do episcopado, quando for estudada a relação da Diocese com o contexto sócio-cultural de sua área, ou a atitude que deve assumir cada bispo diocesano com relação aos problemas pastorais das dioceses vizinhas. O estudo da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana foi incluído no temário não apenas para marcar a presença da Igreja nas comemorações do 25º aniversário da Carta da ONU, em dezembro próximo. A presença na Assembléia do bispo espanhol dom Ramon Cascante Torela, vice-presidente da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, é mais do que uma indicação de que as discussões não se restringirão apenas ao programa comemorativo. Além de encaminharem sugestões para um possível aperfeiçoamento da Declaração de 48 e de analisarem o valor cristão dos Direitos Humanos, os bispos procurarão ver até que ponto esses direitos estão sendo respeitados no Brasil e qual poderá ser a contribuição da Igreja para salvaguardá-los.

(Genilson Cezar)

Na semana passada, os bispos brasileiros estavam excitados. Na sexta-feira, o papa nomeou mais dois novos cardeais para o Brasil - dom Avelar Brandão Vilela, atual arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, e dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. A medida, considerada como um apoio do papa à linha pastoral da Igreja brasileira, ocorreu no momento em que 212 bispos de todo o país e 50 padres e leigos se preparavam para a Assembléia-Geral de 10 dias, que começa esta semana em São Paulo. Realizada ordinariamente de dois em dois anos (a última foi em Belo Horizonte, em fevereiro de 1971), a Assembléia-Geral é o órgão deliberativo e que traça as linhas diretrizes da ação pastoral. Da pauta de 13 itens da Assem-



Paulo, Avelar, Umberto: dois brasileiros e o nuncio, desde ontem cardeais





## Igreja A moderação de d. Eugênio

31121730P

①

**A**o deixar o presídio da ilha das Flores, na tarde do dia 21 de dezembro passado, o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, não cumpria apenas um dos preceitos da Igreja que manda confortar os presos e doentes. Embora tivesse um caráter especial devido às festas de Natal a visita, última de uma série feita aos principais presídios cariocas, fazia parte do programa organizado em consequência da Pastoral do Sistema Penal implantado este ano pela arquidiocese do Rio.

Em pouco mais de uma semana e durante duas horas em cada dia, dom Eugênio esteve nas grandes prisões do Rio, rezando missa, visitando os hospitais penitenciários e abençoando alguns doentes, e no dia 24 rezou missa de Natal em um presídio.

Pode-se dizer que essas visitas praticamente encerraram o intenso ano de acontecimentos da vida da Igreja, mantendo em destaque a figura esguia de dom Eugênio Sales, um homem de palavras moderadas e gestos elegantes, que prefere o entendimento direto ao pronunciamento público mesmo quando determinadas situações provocam manifestações coletivas do episcopado.



"Sempre fui um apaixonado pelo campo. As secas do nordeste sempre foram uma grande preocupação para mim", costuma dizer. Provavelmente isso se deve à sua origem e formação. Filho de um desembargador do Estado, conviveu durante muito tempo com os trabalhadores do município de Acari (Rio Grande do Norte) — onde nasceu em 1920.

Em meados de 1944, um ano depois de sua ordenação, foi chamado a Natal para ocupar o cargo de diretor espiritual no Seminário Menor e ali deu início a uma série de reuniões

privadas com o clero local (cinco padres), disposto a enfrentar os problemas da região. Adquiriu grande experiência no trato dos problemas do campo depois que passou a atuar no interior como coordenador das obras das Vocações Sacerdotais, a ponto de elaborar com dom José de Medeiros Delgado, então também no Rio Grande do Norte como bispo de Caicó, a primeira Carta Episcopal dos Bispos do Rio Grande do Norte ao Meio Rural.

Em 1954, já bispo, exercendo o cargo de bispo auxiliar de Natal, dom Eugênio passou a promover diversos encontros de bispos nordestinos com técnicos governamentais para discutir a situação do nordeste a partir de uma política de desenvolvimento regional. Desses encontros, realizados em Campina Grande e Natal, resultaram uma série de projetos-piloto que mais tarde vieram a servir de base para o anteprojeto de criação da SUDENE, em 1959.

Devido às peculiares características de seu Estado as atividades de dom Eugênio como bispo, em Natal, tomaram um aspecto muito mais social do que simplesmente religioso.

continua na página 6



Op 11-M-74

## Igreja

# As discretas eleições dos bispos

**Oficialmente não há candidatos. Mas é quase certo que dom Paulo Evaristo Arns, dom Avelar Brandão Vilela e dom Aloísio Lorscheider deverão disputar as preferências dos 270 bispos brasileiros nas eleições para a presidência da CNBB**

Quem se der ao trabalho de fazer prognósticos sobre as eleições à Presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), levando em conta que faltam apenas pouco mais de cinco dias para sua realização durante a Assembléia dos Bispos (a partir do dia 19, em São Paulo), descobrirá um fato curioso: apesar de poder ser eleito qualquer um dos 270 bispos brasileiros, nenhum deles se apresentou, até o momento, como candidato. Pelo menos, oficialmente: desde fins de julho passado, o arcebispo de Aracaju, dom Luciano Duarte, vem percorrendo várias dioceses articulando a candidatura de dom Avelar Brandão Vilela, o diplomático cardeal-arcebispo de Salvador.

Entre os bispos, essa discrição é sem dúvida compreensível. Geralmente eles não falam muito de suas pretensões e, por experiência, sabem que os candidatos surgem não através da divulgação antecipada de nomes, mas por meio de negociações e pacientes conversas durante a Assembléia. "... Na CNBB, o normal é que durante os dias de eleição, as coisas apareçam e quase sempre de forma mais ou menos surpreendente", disse à revista *Veja*, há duas semanas, o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. "Não acredito muito em chapa e acredito também que a propaganda, entre nós, costuma produzir efeitos contrários. Por isso, ela não é muito usada".

No entanto, círculos ligados a alta cúpula da CNBB admitem que além do nome do cardeal Avelar Brandão, dois outros nomes deverão polarizar as atenções do episcopado: o próprio dom Paulo Evaristo e o atual presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, que tentaria a reeleição. Para alguns, a indicação de dom Evaristo Arns estaria condicionada ao fortalecimento da Pastoral da Arquidiocese. Em termos

concretos, isso significaria a nomeação de pelo menos quatro novos bispos para São Paulo, com os quais o cardeal Arns dividiria as responsabilidades pastorais da maior diocese do mundo.

Algumas pessoas mais chegadas ao cardeal paulista acreditam, contudo, que essa possibilidade está afastada. "Ele voltou de Roma um tanto frustrado por não ter conseguido o apoio necessário para seu projeto", diz um padre admitindo, inclusive, que isso se deve, em parte, à intransigência do núncio apostólico em encaminhar ao Vaticano alguns nomes apontados por dom Evaristo para serem nomeados bispos. Dessa forma dom Arns estaria disposto a recusar qualquer indicação para disputar as eleições, pois se eleito não poderia afastar-se imediatamente de São Paulo para não prejudicar sua atuação na Arquidiocese.

### Reeleição improvável?

Segundo alguns observadores católicos, a recusa de dom Arns possibilitará, em contrapartida, uma maior coesão dos setores mais avançados do episcopado em torno da reeleição não só de dom Aloísio Lorscheider, como também de seu primo, dom Ivo Lorscheider, no cargo de secretário-geral. "Levando em conta que a atual presidência praticamente se impôs à maioria dos bispos e já é conhecida e reconhecida mesmo pelos não católicos, essa seria a melhor opção", diz um coordenador da pastoral operária da região leste de São Paulo. Ele acredita que a votação dada a dom Aloísio em Roma (foi o segundo bispo mais votado para a Secretaria Geral do Sínodo, com 104 votos) contribui ainda mais para aumentar seu prestígio junto aos bispos brasileiros. Em alguns setores da CNBB, no entanto, sua candidatura

é tida como "improvável", devido aos muitos compromissos que ele assumiu em Roma (é o bispo brasileiro que mais cargos possui no Vaticano) e na Arquidiocese de Fortaleza, para onde foi nomeado no ano passado.

Nesse quadro e sem ter promovido reuniões em benefício próprio, dom Avelar Brandão parece reunir as melhores chances de obter a aprovação dos bispos em sua corrida à presidência da CNBB. Com trânsito fácil em áreas conservadoras e moderadas do episcopado, ele tem ainda no arcebispo de Aracaju, dom Luciano Duarte, um vibrante defensor de sua candidatura. De grande capacidade de articulação, dom Luciano, membro da atual Comissão Episcopal de Pastoral (uma espécie de ministério da CNBB), presidente do Movimento de Educação de Base, é um dos bispos que mais tem enfatizado a necessidade de se manter a cooperação e o entendimento entre a Igreja e o governo. E nesse sentido ele conseguiu reunir em torno de dom Avelar os bispos de maior capacidade para tal empreendimento. Figuram na mesma chapa de dom Avelar, o arcebispo de Londrina (Paraná), dom Geraldo Fernandes — como vice-presidente — e o pouco conhecido bispo-prelado de Rubiataba (Goiás), dom Juvenal Roriz, que disputará o cargo de secretário-geral.

Mais do que simples troca de nomes na cúpula da CNBB, a Assembléia Geral dos Bispos de São Paulo servirá, principalmente, para revelar que tipo de avaliação o episcopado brasileiro fará dos quatro anos do mandato dos dirigentes eleitos em fevereiro de 1971. Para alguns observadores, qualquer que seja essa avaliação há um dado que não pode ser ignorado: foram quatro anos marcados de mudanças significativas para a vida da Igreja.







D. Avelar Brandão,  
D. Paulo Evaristo Arns  
e D. Aloísio Lorscheider

## Consolidando o modelo industrial

O governo prevê a aplicação de Cr\$ 40 bilhões no setor industrial nordestino até 1977, para "consolidar a base industrial existente e elevar sua eficiência e produtividade".

O Programa de Apoio à Industrialização do Nordeste lançado no dia 7 de novembro, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico presidida pelo general Geisel, tem dois objetivos quantitativos bem definidos: crescimento industrial a 15% ao ano e aumento do emprego industrial a pelo menos 5% ao ano.

Para alcançar essas ambiciosas metas o plano, que seguindo linha tradicional do modelo de desenvolvimento brasileiro dá à industrialização "caráter altamente prioritário e função eminentemente catalizadora do processo", prevê aplicações de Cr\$ 40 bilhões até 1977. A aplicação desses recursos deverá obedecer a uma estratégia de industrialização que "deve consistir no esforço de consolidação da base industrial existente e de elevação de sua eficiência e produtividade". Por isso "deve-se conferir especial ênfase à formação de complexos industriais integrados, envolvendo conjuntos de unidades produtivas tecnologicamente interdependentes e espacialmente concentradas, à integração entre a transformação industrial e a agropecuária (agroindústrias) e à ampliação do processo de diversificação e complementaridade industrial". Em linhas gerais o que o governo pretende é alcançar altas taxas de crescimento industrial, evitando a pulverização de recursos e aproveitando as "vantagens comparativas" da região, especialmente a disponibilidade de recursos naturais.

### Os complexos industriais

Os "complexos industriais" de que fala o programa envolvem indústrias de base que utilizam tecnologia sofisticada e indústrias de bens de consumo popular e tecnologia relativamente simples. No primeiro grupo estão:

- a) o pólo petroquímico de Camaçari (Bahia), em fase de implantação através da Companhia Petroquímica do Nordeste — Copene, subsidiária da Petroquisa (Petrobrás Química S.A.);
- b) o complexo químico e de fertilizantes, baseado na exploração dos recursos naturais da região (salgema, carnalita, silvinita, fosforita, gás natural e petróleo, principalmente);
- c) o complexo eletro-metal-mecânico com os projetos da siderúrgica de Itaquí (Maranhão), magnésio metálico de Sergipe, cobre da Bahia e eventualmente alumínio.

Os complexos industriais de bens de consumo popular são:

- a) complexo têxtil e de confecções "gêneros industriais tradicionais no nordeste e que reúnem condições favoráveis para consolidação e expansão". Isso significa basicamente modernizar as fábricas têxteis da região, que em sua grande maioria utilizam equipamento obsoleto e fabricam sacaria e panos populares, como morins, opalas, chitas e brins de consumo rural. Essa modernização já vinha, aliás, sendo promovida pela Sudene que financiou o reequipamen-

to de diversas empresas, como a Torre, Camarajibe e Agro-Industrial Mercantil, que passaram então a incluir em sua linha de produção tecidos sintéticos como o tergal. A modernização prevista pelo Programa de Apoio à Industrialização do Nordeste com a implantação de 2 milhões de novos fusos, que serão adicionadas aos 600 mil já existentes, não tem como objetivo liberar mão-de-obra. Pelo contrário: o programa pretende que o setor têxtil e de confecções crie até 1977 nada menos que 70 mil novas oportunidades de empregos diretos;

b) complexo do couro, com base na ampliação e modernização da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro. A modernização do setor tem como um dos objetivos eliminar as características artesanais da produção, transformando os atuais artesãos em assalariados dos fabricantes de curtumes e calçados. Segundo o programa, além de mão-de-obra com experiência de produção, "ainda que em condições artesanais", o setor conta com "disponibilidade de matérias-primas quantitativamente suficientes e de boa qualidade, sobretudo no caso de peles caprinas e ovinas".

O programa quer estimular também a implantação de pólos agroindustriais através da intensificação do beneficiamento industrial de produtos agropecuários (não mencionando, no entanto, quais os produtos especialmente visados) e dar maior ênfase às indústrias de cimento e de plásticos e fibras sintéticas. Para as pequenas e médias empresas, geralmente situadas em setores tradicionais (têxtil, alimentação, etc.) e que procuram se aproveitar da disponibilidade de matérias-primas agrícolas e do abundante e barato trabalho não qualificado existente na região, o programa fala em melhor aproveitamento da capacidade instalada e modernização das técnicas gerenciais. O programa não faz menção alguma, no entanto, aos problemas essenciais das indústrias pequenas e médias como, por exemplo, a dificuldade de acesso ao crédito bancário, a falta de recursos para a criação de tecnologia própria, a concorrência desigual das poderosas empresas estrangeiras.

### Substituir importações

Uma das grandes preocupações do governo ao lançar o Programa de Apoio à Industrialização do Nordeste é, sem dúvida, estimular atividades que substituam importações ou possibilitem exportações. O desenvolvimento do polo petroquímico do nordeste, por exemplo, poderá contribuir para a redução da importação de produtos químicos e petroquímicos, este ano em torno de 400 milhões de dólares. O mesmo se pode dizer em relação à indústria de fertilizantes. Atualmente o Brasil importa cerca de 80% do que consome, devendo comprar lá fora este ano 2,5 milhões de

toneladas de fertilizantes que custarão em torno de 500 milhões de dólares. Segundo o programa, "o nordeste, valendo-se do seu potencial de matérias-primas para a produção de fertilizantes (localizado em posição litorânea privilegiada) contribuirá expressivamente para esforço de alcançar a auto-suficiência de nutrientes básicos até 1980". Nesse setor estão programadas a produção de 1 milhão e 600 mil toneladas/ano de cloreto de potássio através do aproveitamento das jazidas minerais de Carmópolis, a implantação de projetos de fertilizantes fosfatados a partir do beneficiamento e processamento de rochas fosfáticas da própria região e a implantação de nova unidade de amônia-uréia, além daquela já em construção com capacidade superior a mil t/dia de amônia, mediante utilização das reservas de gás natural da região.

A preocupação em substituir importações aparece também em relação ao cobre. O programa prevê a exploração das reservas baianas desse minério, localizadas nas áreas de Caraba e Curacá, para reduzir os "elevados encargos enfrentados pelo país com a importação desse metal, tornando prioritária a execução do

projeto que permitiria a elevação da capacidade instalada do país para 60 mil toneladas/ano, ainda insuficiente para suprir o consumo nacional em 1979, previsto para 186 mil t/ano". O programa parece estar sendo muito otimista em relação ao cobre, por que embora as reservas baianas sejam de bom teor há sérias dúvidas quanto à viabilidade de sua exploração. Para alguns geólogos a quantidade de cobre existente na Bahia é muito pequena, para justificar os investimentos necessários à sua exploração.

### Aumentar exportações

O Programa de Apoio à Industrialização do Nordeste deseja incrementar também atividades que permitam um aumento das receitas de exportação. Três exemplos demonstram isso claramente.

*Primeiro:* a modernização do setor têxtil visa "a melhoria dos índices de eficiência operacional e de qualidade dos produtos, traduzidos na conquista de novos mercados, inclusive externos".

*Segundo:* o projeto de produção de alumina a partir da bauxita existente nas reservas do rio Trombetas (Pará), em que estão associadas a Vale do Rio Doce e grupos japoneses, pode tornar viável a implantação (o programa não diz quando) de unidades produtoras de alumínio metálico nos Estados de Pernambuco e Bahia, "tendo em vista as disponibilidades de energia elétrica e soda cáustica". Essas unidades produtoras não só cobririam um déficit de 100 mil toneladas de alumínio previsto para 1980 — quando estimativas conservadoras indicam um consumo interno de 700 mil toneladas e uma disponibilidade de apenas 600 mil toneladas — como escoam parte de sua produção para o exterior.



Terceiro: a usina siderúrgica de Itaquí (Maranhão) — em que a Vale do Rio Doce está associada com firma japonesa Nippon Steel — deverá produzir 4 milhões de toneladas/ano de semi-acabados em 1982 e 16 milhões t/ano em sua etapa final, utilizando minério de ferro da Serra dos Carajás (no Pará). O projeto de Itaquí, diz o programa, "além de contribuir significativamente para expandir as exportações brasileiras, abrirá grandes possibilidades de desenvolvimento industrial complementar".

#### E a mão-de-obra?

O Programa de Apoio à Industrialização do Nordeste pretende desenvolver a estrutura industrial já existente na região, de duas formas: 1) modernizando atividades tradicionais (caso da indústria têxtil e de couros) e, 2) desenvolvendo setores modernos (petroquímica, fertilizantes, metais não ferrosos, etc.). O economista Antonio Barros de Castro em 1970 (1) já comentava que "tidos em conta a composição (por ramos de atividade) do complexo industrial emergente, os padrões tecnológicos dominantes, infere-se de imediato que a nova indústria não pode criar empregos em escala apreciável. A par disto, dentre os investimentos de modernização muitos resultam na diminuição dos empregos ofertados; fica, pois mais que patenteado o reduzido efeito (direto) que pode ter a 'moderna industrialização' sobre o mercado regional de trabalho, especialmente em

(1) Ver O Desenvolvimento Recente do Nordeste em Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1971.

seus estratos de menor qualificação. Um cálculo que tem em conta os 300 projetos aprovados (pela Sudene) de 1960 a 1967 estimou em apenas 29.999 o montante líquido (emprego surgidos menos empregos extintos) de oportunidades de trabalho criadas. Em alguns casos, aliás, mostrou-se particularmente pesada a dispensa de mão-de-obra devido ao programa de modernização".

Portanto, ao querer aprofundar o

tipo de desenvolvimento industrial que se tem verificado até agora, o Programa de Apoio à Industrialização do Nordeste embora fale em expandir o emprego industrial em 5% ao ano deixa intocado o grave problema da incapacidade do setor industrial de gerar empregos em escala suficiente para absorver mão-de-obra não qualificada ou semiquilificada que sobra nos campos e cidades nordestinas.

## CNBB 29111/74 Op Eleições sem surpresas

(Pela primeira vez em quatro anos uma Assembléia tranquila)

Apesar da variada pauta de 20 itens, os bispos que se reuniram desde o início da semana passada no seminário jesuíta de Itaici, em São Paulo, na XIV Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não escondiam sua principal preocupação: a escolha da nova presidência da CNBB. Antes de seu início, inclusive, alguns padres ligados à alta cúpula da hierarquia católica notavam que nos últimos anos os bispos têm demonstrado um certo cansaço e, mesmo desânimo, quando se trata da discussão das chamadas questões temporais. E com a predominância na pauta de temas como a implantação do pagamento do dízimo pelos católicos, a pastoral da Confirmação e da Eucaristia, e a tomada de posição face à Maçonaria, só em torno das eleições os bispos seriam capazes de polemizar.

Na última segunda-feira, eles pareciam mais tranquilos. Depois de uma intensa fase de controvérsias alimentada pelos jornais — e pacíficas conversas nos corredores do seminário de Itaici — os bispos brasileiros reconduziram à presidência da CNBB o arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, que presidira a entidade nos últimos quatro anos — um resultado de certa forma previsível mas que poucos poderiam assegurar com alguma margem de segurança.

Os comentários pré-eleitorais nos primeiros dias da assembléia indicavam já uma razoável confusão para os que pretendiam antecipar qualquer resultado. Primeiramente delinear-se três candidaturas no horizonte fraterno da assembléia: as de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, alinhado entre os relativamente progressistas; a do próprio dom Aloísio, situado aparentemente na mesma faixa; e a de dom Avelar Brandão Vilela, cardeal-arcebispo de Salvador, irmão do senador arenista Teotônio Vilela e preferido por aqueles que se guiam por uma linha moderada, principalmente no que concerne às relações Igreja-Estado.

Durante toda a semana, a candidatura de dom Avelar Brandão, patrocinada insistentemente por dom Luciano Duarte, o habilidoso bispo de Aracaju, ganhou contornos que pareciam indicar sua provável aceitação pela maioria dos bispos. Por sua vez, os setores mais avançados do episcopado, dizia-se, procuravam uma fórmula capaz de reunir os que orbitavam em torno dos nomes de dom Aloísio e dom Arns. Na véspera da eleição, porém, falava-se na tentativa de ser lançada uma chapa única que conciliasse os interesses dos dois setores mais visíveis na assembléia, através de fórmulas que incluíssem os nomes de dom Aloísio, sempre para presidente, dom Ivo Lorscheider, dom Avelar, dom Arns e dom Juvenal Roriz, bispo de Rubiataba, em Goiás. Nesse tentativa havia uma preocupação em não cristalizar divisões que pudessem ser prejudiciais à própria Conferência.

Por fim, a disputa que houve na segunda-feira parece ter revelado a impossibilidade de um acordo em torno de nomes comuns. Os números acabaram revelando uma vitória de 137 votos sobre dom Avelar Brandão, com 65. Para a vice-presidência, o

"moderado" dom Geraldo Fernandes, arcebispo de Londrina (Pa), suplantou a votação de dom Paulo Evaristo por 118 a 85 votos. E para o importante cargo de secretário-geral dom Ivo Lorscheider, atual ocupante acabou sendo reeleito com uma votação de 142 votos contra 48 concedidos a dom Juvenal Roriz.

Uma rápida análise desses resultados indica que, na verdade, poucas foram as alterações na alta cúpula da CNBB. Para alguns observadores, o fato mais importante talvez tenha sido a manutenção de dom Ivo Lorscheider à frente da secretariado da CNBB. Considerado por

alguns como possuidor de posições "extremamente avançadas" em questões políticas e sociais, dom Ivo, 47 anos, gaúcho de Feliz, nomeado recentemente bispo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é tido também como o principal responsável pela dinamização da atuação da CNBB nos últimos quatro anos. Atuação que teria se marcado pela criação de uma personalidade para a entidade, configurando, inclusive, uma postura independente em relação ao Estado.

Nos primeiros dias da assembléia, já se tornara claro que dificilmente dom Aloísio deixaria de ser reeleito, embora em círculos ligados a CNBB os comentários eram que ele não aceitaria um novo mandato para se dedicar exclusivamente à Arquidiocese de Fortaleza. As razões do enorme prestígio desfrutado por dom Aloísio junto ao episcopado são fáceis de compreender; ele não só conseguiu dar um caráter mais dinâmico à entidade, desde sua fundação em 1952, como também impôs sua presença no recente Sínodo dos Bispos, em Roma, quando foi escolhido pelo Papa Paulo VI para relatar os trabalhos apresentados pelas conferências episcopais de todo o mundo, e quando recebeu a segunda votação para a Comissão Permanente do Sínodo.

Além disso, quando provaram a manutenção das atuais seis linhas do Plano Pastoral de Conjunto — recomendando apenas sua atualização em termos do Concílio Vaticano II e da experiência adquirida pela sua aplicação nos últimos anos — os bispos presentes em Itaici aparentemente avaliariam positivamente a atuação de dom Aloísio e dos demais componentes da CNBB à frente da hierarquia oficial da Igreja brasileira. Eles parecem certos de que houve, nesses quatro anos, um avanço significativo dos três objetivos prioritários definidos pela presidência da CNBB para o biênio 73/74: a intensificação da vida comunitária da Igreja; a formação de leigos para uma ação na Igreja e no Mundo; e a presença e atuação "profética da Igreja no atual momento brasileiro".

#### Avanços e recuos

Constata-se, na verdade, avanços importantes nos estudos do papel do bispo e na teologia das chamadas "Igrejas locais" e nas experiências das "comunidades de base" — formação das pessoas da comunidade para uma participação na vida religiosa e social. É certo que em algumas áreas a Igreja não conseguiu superar dificuldades

externas e as suas próprias. No que se refere aos leigos, por exemplo, a Igreja parece não ter descoberto substitutos próprios para os muitos grupos de leigos mobilizados pela CNBB antes de 1964 e que foram extintos mais tarde. Para alguns, isso não se deveu apenas às suspeitas oficiais com relação ao trabalho pastoral junto aos operários e aos jovens, mas também à própria incapacidade da Igreja de sensibilizar novamente esses grupos.

Quanto à presença e atuação social, a CNBB assumiu, pelo menos, um papel maior do que o desempenhado nos quatro anos anteriores, sob a presidência do cardeal Agnello Rossi. É possível que em algumas situações ela tenha sido forçada pelos próprios acontecimentos.

Provavelmente nem sempre a cúpula da CNBB adotou essa posição sob um clima de unanimidade compulsória tão ao gosto dos tempos. Um padre que acompanhou de perto a CNBB nesses quatro anos conta que quando se trata de elaborar um documento de ampla repercussão as reuniões da presidência da entidade eram geralmente "penosas". Quase sempre havia grandes dificuldades para se chegar a uma decisão", diz ele. "O texto Igreja e Política, divulgado este ano, foi aprovado com votações sucessivas depois de longas e cansativas discussões.

Se foi difícil para os nove integrantes da cúpula da CNBB (três membros da presidência e seis da Comissão Episcopal de Pastoral, uma espécie de ministério da CNBB) encontrar pontos em comum sobre situações políticas e sociais sem um extenuante esforço em busca da unanimidade, inúteis foram suas iniciativas junto as assembléias gerais dos últimos anos.

Do jornalista Aluizio de Toledo Cesar comentando as perspectivas políticas do MDB paulista: "Não obstante as intenções das lideranças, não se vê como se conseguirá eliminar entre esses elementos a atração quase irresistível representada pelos favores do Executivo, uma arma que na certa será usada para dividir as forças e destruir a unidade partidária. Fora esse aspecto, não se vê como a cultura sofisticada de alguns dos elementos deixará de chocar-se com o despreparo assustador de outros. Por se tratar de uma representação heterogênea, em que estarão lado a lado tipos como o Chapéu de Couro e Ulysses Guimarães, admite-se que não será fácil sobrepujar os interesses pessoais pelos do partido. Será diante dos fatos futuros que o eleitorado do MDB tomará a decisão final de engajar-se ou de retirar o apoio dado a seus candidatos".



## Eleições sem surpresas

(Pela primeira vez em quatro anos uma Assembléia tranquila)

Apesar da variada pauta de 20 itens, os bispos que se reuniram desde o início da semana passada no seminário jesuíta de Itaici, em São Paulo, na XIV Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não escondiam sua principal preocupação: a escolha da nova presidência da CNBB. Antes de seu início, inclusive, alguns padres ligados à alta cúpula da hierarquia católica notavam que nos últimos anos os bispos têm demonstrado um certo cansaço e, mesmo desânimo, quando se trata da discussão das chamadas questões temporais. E com a predominância na pauta de temas como a implantação do pagamento do dízimo pelos católicos, a pastoral da Confirmação e da Eucaristia, e a tomada de posição face à Maçonaria, só em torno das eleições os bispos seriam capazes de polemizar.

Na última segunda-feira, eles pareciam mais tranquilos. Depois de uma intensa fase de controvérsias alimentada pelos jornais — e pacientes conversas nos corredores do seminário de Itaici — os bispos brasileiros reconduziram à presidência da CNBB o arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, que presidira a entidade nos últimos quatro anos — um resultado de certa forma previsível mas que poucos poderiam assegurar com alguma margem de segurança.

Os comentários pré-eleitorais nos primeiros dias da assembléia indicavam já uma razoável confusão para os que pretendiam antecipar qualquer resultado. Primeiramente delimitaram-se três candidaturas no horizonte fraterno da assembléia: as de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, alinhado entre os relativamente progressistas; a do próprio dom Aloísio, situado aparentemente na mesma faixa; e a de dom Avelar Brandão Vilela, cardeal-arcebispo de Salvador, irmão do senador arenista Teotônio Vilela e preferido por aqueles que se guiam por uma linha moderada, principalmente no que concerne às relações Igreja-Estado.

Durante toda a semana, a candidatura de dom Avelar Brandão, patrocinada insistentemente por dom Luciano Duarte, o habilidoso bispo de Aracaju, ganhou contornos que pareciam indicar sua provável aceitação pela maioria dos bispos. Por sua vez, os setores mais avançados do episcopado, dizia-se, procuravam uma fórmula capaz de reunir os que orbitavam em torno dos nomes de dom Aloísio e dom Arns. Na véspera da eleição, porém, falava-se na tentativa de ser lançada uma chapa única que conciliasse os interesses dos dois setores mais visíveis na assembléia, através de fórmulas que incluíram os nomes de dom Aloísio, sempre para presidente, dom Ivo Lorscheider, dom Avelar, dom Arns e dom Juvenal Roriz, bispo de Rubiataba, em Goiás. Nesse tentativa havia uma preocupação em não cristalizar divisões que pudessem ser prejudiciais à própria Conferência.

Por fim, a disputa que houve na segunda-feira parece ter revelado a impossibilidade de um acordo em torno de nomes comuns. Os números acabaram revelando uma vitória de 137 votos sobre dom Avelar Brandão, com 65. Para a vice-presidência, o "moderado" dom Geraldo Fernandes,

arcebispo de Londrina (Pa), suplantou a votação de dom Paulo Evaristo por 118 a 85 votos. E para o importante cargo de secretário-geral dom Ivo Lorscheider, atual ocupante acabou sendo reeleito com uma votação de 142 votos contra 48 concedidos a dom Juvenal Roriz.

Uma rápida análise desses resultados indica que, na verdade, poucas foram as alterações na alta cúpula da CNBB. Para alguns observadores, o fato mais importante talvez tenha sido a manutenção de dom Ivo Lorscheider à frente da secretaria-geral da CNBB. Considerado por

alguns como possuidor de posições "extremamente avançadas" em questões políticas e sociais, dom Ivo, 47 anos, gaúcho de Feliz, nomeado recentemente bispo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é tido também como o principal responsável pela dinamização da atuação da CNBB nos últimos quatro anos. Atuação que teria se marcado pela criação de uma personalidade para a entidade, configurando, inclusive, uma postura independente em relação ao Estado.

Nos primeiros dias da assembléia, já se tornara claro que dificilmente dom Aloísio deixaria de ser reeleito, embora em círculos ligados a CNBB os comentários eram que ele não aceitaria um novo mandato para se dedicar exclusivamente à Arquidiocese de Fortaleza. As razões do enorme prestígio desfrutado por dom Aloísio junto ao episcopado são fáceis de compreender; ele não só conseguiu dar um caráter mais dinâmico à entidade, desde sua fundação em 1952, como também impôs sua presença no recente Sínodo dos Bispos, em Roma, quando foi escolhido pelo Papa Paulo VI para relatar os trabalhos apresentados pelas conferências episcopais de todo o mundo, e quando recebeu a segunda votação para a Comissão Permanente do Sínodo.

Além disso, quando provaram a manutenção das atuais seis linhas do Plano Pastoral de Conjunto — recomendando apenas sua atualização em termos do Concílio Vaticano II e da experiência adquirida pela sua aplicação nos últimos anos — os bispos presentes em Itaici aparentemente avaliariam positivamente a atuação de dom Aloísio e dos demais componentes da CNBB à frente da hierarquia oficial da Igreja brasileira. Eles parecem certos de que houve, nesses quatro anos, um avanço significativo dos três objetivos prioritários definidos pela presidência da CNBB para o biênio 73/74: a intensificação da vida comunitária da Igreja; a formação de leigos para uma ação na Igreja e no Mundo; e a presença e atuação "profética da Igreja no atual momento brasileiro".

### Avanços e recuos

Constata-se, na verdade, avanços importantes nos estudos do papel do bispo e na teologia das chamadas "Igrejas locais" e nas experiências das "comunidades de base" — formação das pessoas da comunidade para uma participação na vida religiosa e social. É certo que em algumas áreas a Igreja não conseguiu superar dificuldades externas e as suas próprias. No que se refere aos leigos, por exemplo, a Igreja

parece não ter descoberto substitutos próprios para os muitos grupos de leigos mobilizados pela CNBB antes de 1964 e que foram extintos mais tarde. Para alguns, isso não se deveu apenas às suspeitas oficiais com relação ao trabalho pastoral junto aos operários e aos jovens, mas também à própria incapacidade da Igreja de sensibilizar novamente esses grupos.

Quanto à presença e atuação social, a CNBB assumiu, pelo menos, um papel maior do que o desempenhado nos quatro anos anteriores, sob a presidência do cardeal Agnello Rossi. É possível que em algumas situações ela tenha sido forçada pelos próprios acontecimentos.

Provavelmente nem sempre a cúpula da CNBB adotou essa posição sob um clima de unanimidade compulsória tão ao gosto dos tempos. Um padre que acompanhou de perto a CNBB nesses quatro anos conta que quando se trata de elaborar um documento de ampla repercussão as reuniões da presidência da entidade eram geralmente "penosas". Quase sempre havia grandes dificuldades para se chegar a uma decisão", diz ele. "O texto *Igreja e Política*, divulgado este ano, foi aprovado com votações sucessivas depois de longas e cansativas discussões.

Se foi difícil para os nove integrantes da cúpula da CNBB (três membros da presidência e seis da Comissão Episcopal de Pastoral, uma espécie de ministério da CNBB) encontrar pontos em comum sobre situações políticas e sociais sem um extenuante esforço em busca da unanimidade, infelizes foram suas iniciativas junto as assembléias gerais dos últimos anos.

• Do jornalista Aluizio de Toledo Cesar comentando as perspectivas políticas do MDB paulista: "Não obstante as intenções das lideranças, não se vê como se conseguirá eliminar entre esses elementos a atração quase irresistível representada pelos favores do Executivo, uma arma que na certa será usada para dividir as forças e destruir a unidade partidária. Fora esse aspecto, não se vê como a cultura sofisticada de alguns dos elementos deixará de chocar-se com o despreparo assustador de outros. Por se tratar de uma representação heterogênea, em que estarão lado a lado tipos como o *Chapéu de Couro* e Ulysses Guimarães, admite-se que não será fácil sobrepujar os interesses pessoais pelo do partido. Será diante dos fatos futuros que o eleitorado do MDB tomará a decisão final de engajar-se ou de retirar o apoio dado a seus candidatos".



## A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS

Os índios, especialmente na Amazônia legal, perdem extensões crescentes de suas terras para fazendeiros e posseiros, dos quais alguns, por sua vez, foram expulsos de suas terras por empresários poderosos, repetindo-se hoje o que aconteceu no passado, com os indígenas do sul do país. Neste quadro, o Estatuto do Índio torna-se letra morta, enquanto os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão de obra barata ou se dirigem para a periferia da cidade ou, ainda, famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam as suas reservas. A tutela do Estado, tornando-os parcialmente incapazes perante a lei, impede que os índios se tornem sujeitos do seu crescimento e do seu destino. É lento o processo para a demarcação das terras dos índios. Problema que se acentua dado a ganância dos que se dedicam à exploração das riquezas minerais e das florestas. A introdução de um modelo de progresso apoiado em amplos recursos financeiros expõe tribos inteiras ao extermínio, como é o caso da abertura de estradas sem um planejamento prévio que respeite os primitivos habitantes da área. Neste caso incluem-se projetos do próprio INCRA. Não é de surpreender assim que os índios sejam levados a ter vergonha de sua raça, procurando esconder as suas origens, proclamando-se bolivianos, peruanos, para poderem ser aceitos por uma sociedade que se considera superior.

## SEGURANÇA NACIONAL E SEGURANÇA INDIVIDUAL

Já dissemos que o princípio de todos de igualdade perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada. Logo a segurança de cada um e de todos os cidadãos é condição essencial para a segurança interna de uma Nação. A



Constituição em vigor afirma que todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido. A afirmação em contrário a qual é o Estado que outorga a liberdade, os direitos humanos aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender, se tivermos em mente o pensamento que inspira o

pensamento da segurança nacional, a qual desde 1964 tem inspirado o governo brasileiro, dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e em igual proporção cada vez contando menos com a participação do povo. Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação de crescer, reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é pelo governo. Ser nacionalista portanto, não significa sacrificar uma fé, um senti-

mento, ideais, valores que possam parecer nocivos e incompatíveis com os interesses de pontos de vista do sistema político vigente. Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado, nem é o Estado que outorga a liberdade, os direitos humanos, cuja existência é anterior à própria Nação, cabendo porém ao Estado reconhecer, defender e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação com a lealdade ao Estado, isto é, ao governo. Colocar o Estado, o governo acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo. Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser, e mesmo se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção, e não se justificam quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo. A ideologia da segurança nacional, colocada acima da segurança pessoal, espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirado, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo, em favor do desenvolvimento econômico, declaram a guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade. O treino para esta guerra anti-subversiva na América Latina contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais. Esta doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do Poder pelo Estado, as prisões arbitrarias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

## ALGUNS PRINCÍPIOS PASTORAIS-NOVOS APELOS DE DEUS

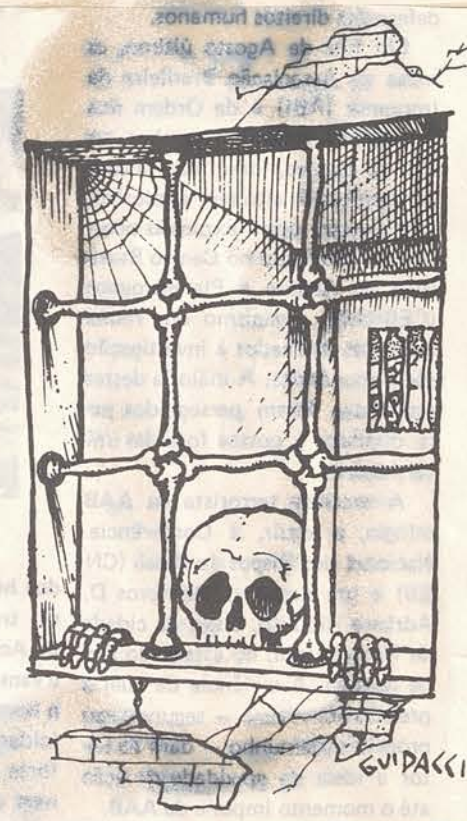
Colocando-nos diante da realidade dos fatos e de algumas das suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Espírito Santo para poder perceber nestes acontecimentos e nestas situações, os apelos de Deus para nossa missão evangelizadora, e afirmar alguns princípios que noteiam nossa ação pastoral. Vamos refletir juntos baseados na palavra de Deus, especialmente nos Santos Evangelhos. O mundo contém a presença do bem e do mal, o Evangelho fala do campo onde foi semeado o trigo e joio e uma rede onde foram apanhados os peixes bons e maus, de uma terra onde a semente germina, cresce e dá fruto, e de outra onde a mesma semente nada fornece. Cristo veio salvar a todos. Há porém, os filhos da luz que recebem a mensagem da salvação e os filhos das trevas, que se recusam a recebê-la. Reconhecemos que, mesmo entre os cristãos, pode haver e há muitos a serviço do poder do mal. Reconhecemos também, por outro lado, que mesmo fora das Igrejas pode haver e há pessoas lutando ao lado de Cristo sem saber e sem reconhecer que só ele liberta. Esta divisão entre o bem e o mal passa pelo coração de cada homem. Todos sentimos como São Paulo duas forças dentro de nós. Uma nos chamando para

liberdade outra nos escravizando ao pecado. Daí a necessidade de conversão, de deixar o Espírito Santo ir expulsando com suas luzes as trevas que ainda existem em nós. No campo do mal nem todos são lobos vestidos com peles de ovelha, há também pessoas bem intencionadas que estão ali por ignorância, como Saulo, que perseguiu os cristãos, ou como o centurião que comandou a execução de Cristo. Há mesmo os que julgam, com sinceridade, estar servindo à causa do bem. Por isto, quando um padre

absolve um irmão, não podemos alimentar desejos de vingança ou de que Deus os castigue. Devemos rezar por eles como Cristo o fez, "Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem". Nossa luta não pode ser contra as pessoas, todas merecem o nosso amor. Nossa luta é contra a escravidão do pecado, da fome, das injustiças, pelas quais as pessoas, muitas vezes inconscientemente, se tornam responsáveis. As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pequenos, que são a maioria do povo. Só os grandes e poderosos é que têm direito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo ao poder.

Seria bom que a justiça castigasse os assassinos do padre João Bosco, não por ser ele de uma família importante, mas para que nunca mais elementos da polícia desrespeitem e torturem ninguém como torturaram nossas irmãs Margarida e Santana, e nem continuem espalhando o terror entre os pequenos. Seria bom que João Mineiro e seus companheiros de crime fossem presos e condenados. Não para vingar a morte do padre Rodolfo e do índio Simão, mas para que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da justiça. Todavia a simples punição dos executores dos crimes não pode tranquilizar a consciência das autoridades, enquanto o sistema sócio-político-econômico continuar gerando uma ordem social marcada por injustiças e propiciar a violência.

"Desejosos de que esta comunicação pastoral ao povo de Deus fique em seu campo próprio e não venha a ser instrumentalizada por forças políticas de quaisquer orientações, e movidos ao mesmo tempo por um sentimento de respeito pelo processo eleitoral, no qual não desejamos intervir, adiamos sua publicação para depois das eleições de 15 de novembro."





# Terror generalizado no Brasil bispos reagem

AMNISTIA

Esta é a íntegra do documento da CNBB:

Recentemente ocorreram fatos que por sua gravidade abalaram a Igreja e o povo brasileiro. Referimos, principalmente, aos assassinatos dos sacerdotes Padre Rodolfo, padre João Bosco Penido Burnier e o sequestro do bispo Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, na baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

a) O caso de Merure, Mato Grosso — A origem deste caso esta ligada à demarcação da terra dos índios feita com autorização da Funai. Dois dias depois de iniciados os trabalhos, no dia 15 de julho deste ano, mais de 60 pessoas entre fazendeiros posseiros e capangas foram armados à sede da missão salesiana de Merure, Mato Grosso, procurando o padre Rodolfo, diretor da missão, para tomar satisfação. O padre Gonzalo, que os atendeu, foi por eles maltratado. Pouco depois chegavam o padre Rodolfo com os índios bororos. Padre Rodolfo não reagiu às provocações, tentou convencê-los a recorrer à justiça. Alguns bororos logo queriam fazer alguma coisa para impedir o desato ao padre Rodolfo. Porém, o subchefe dos bororos levou um tiro pelas costas, três outros tiros foram dados. O padre Rodolfo foi atingido e morreu dez minutos depois. O tiroteio se generalizou. Outros índios foram chegando para perto, ficaram feridos cinco deles e alguns dos atacantes. Um deles, Aluisio caiu morto, por um tiro no rosto e tacada. O índio Simão caiu também, ferido. Quando sua mãe, Tereza, tentou socorrê-lo foi gravemente ferida. Os atacantes fugiram logo após, deixando no local o corpo caminhar morto o de Aluisio e um de seus carros. Os feridos foram levados para Barra Simão. O enterro de Simão foi no dia seguinte e do padre Rodolfo dois dias depois. O corpo de Aluisio foi entregue a família pela Polícia.

B) O sequestro de Dom Adriano — Na quarta-feira do dia 22 de setembro, dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, deixou a Cúria diocesana acompanhado do seu sobrinho e pela noiva deste, num carro volkswagen pertencente ao bispo. Após percorrerem poucas ruas, foram interceptados por dois carros, dos quais saíram cinco ou seis homens armados de pistolas. De modo brutal obrigaram o bispo e seu sobrinho a sair do carro, enquanto a moça conseguia, no meio da confusão, fugir para sua casa. O bispo foi atirado no banco traseiro do carro dos sequestrados.

res. Colocaram-lhe um capuz na cabeça e algemas nos pulsos, obrigando-o a se abaixar para não ser visto da rua, enquanto o carro partia em louca disparada. Os raptos cortaram todos os botões da batina do bispo. Após uns 30 minutos pararam o carro, tiraram toda a roupa do bispo deixando-o inteiramente nu. Tentaram enfiar-lhe na boca uma garrafa cheia de cachaça. Tendo o bispo reagido, desistiram da idéia e, ao mesmo tempo, gritavam que eram da Aliança Anticomunista Brasileira, que o bispo era um comunista traidor e que depois chegará a hora do bispo Calheiros (Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda). Depois levaram o bispo para um local mais afastado de onde pôde ouvir os gritos do seu sobrinho. Tendo borrifado o bispo com tinta vermelha, tornaram a colocá-lo no carro. Abandonaram-no, amarrado, bem distante de Nova Iguaçu, na calçada de uma rua do bairro de Jacarepaguá. O bispo foi encontrado por alguns homens que lhe deram algumas roupas e o levaram à paróquia mais próxima.

Dom Adriano dirigiu-se então até a delegacia local do Distrito e dali, após prestar depoimento, foi levado para a Polícia Política. No DOPS recebeu a informação de que seu sobrinho tinha sido encontrado e, juntamente com a noiva, estava a caminho para prestar esclarecimento. Informaram-lhe ainda que o seu carro tinha sido explodido em frente da sede da CNBB, no bairro da Glória, no Rio. Ainda no DOPS, Dom Adriano recebeu a visita do núncio apostólico, representante do papa, no Brasil, trazendo-lhe sua solidariedade. De início, o senhor núncio fora impedido de entrar na sala onde o bispo prestava depoimento. Até a presente data a CNBB não tem conhecimento do resultado do inquérito aberto pelas autoridades para descobrir os responsáveis pelo seqüestro.



c) A morte do padre João Bosco Penido Burnier — O padre João Bosco Penido Burnier, jesuíta, missionário na prelazia de Diamantino, Mato Grosso, viajava na companhia do bispo dom Pedro Casaldaliga, de São Félix, daquele Estado, dia 11 de outubro, regressando de uma reunião de padres sobre o problema dos índios. Passando pelo povoado de Ribeirão Bonito, no município de Barra do Garças, o bispo e o padre se dirigiram à delegacia local para reclamar contra a injusta prisão e as torturas que estavam sofrendo duas mulheres do lugar. Oito dias antes fora assassinado o Cabo Félix, da Polícia Militar do Mato Grosso, por oca-

são da prisão, num clima de brutalidade e violência, dos filhos do senhor Jovenio Barbosa. A morte do cabo trouxe ao povoado de Ribeirão Bonito um grande contingente da Polícia de Barra do Garças. A polícia semeou terror na área, prendendo, espancando, torturando Dona Margarida Barbosa, irmã de Jovino, foi presa nos dias 5 e 11 deste mês e torturada pela polícia, que a fez se ajoelhar de braços abertos em cima de tampas de garrafas. Enfiaram-lhe agulhas debaixo das unhas de suas mãos e dos seios. Espancaram-na. O interrogatório foi feito sob a mira do fuzil e com dois revólveres aos ouvidos. Durante esse tempo não recebeu comida nem água. No dia 11, às 5 horas da tarde, ouviu-se da rua seus gritos — "Não me batam" Dona Santana, esposa de Paulo, filho do senhor Jovino, de resguardo de duas semanas, foi presa nas mesmas datas e violentada por vários soldados, que também queimaram a roça e a casa do marido com todo o arroz na tuiha. O sofrimento dessas mulheres foi o motivo da ida de dom Pedro e do padre João Bosco à delegacia de Ribeirão Bonito. Eles tantaram em vão um diálogo sereno com os cabos Juraci e Messias, intercedendo pelas vítimas. A polícia, com insultos, ameaçou reagir se ousassem denunciar essas arbitrariedades. O padre recebeu um soco, uma coronhada no rosto e um tiro de bala na cabeça. Durante umas três horas de lucidez, o padre recebeu o sacramento e ofereceu a Deus seu sofrimento pelo povo e pelos índios. Levado agonizante para a cidade de Goiânia, faleceu às 17 horas do dia 12 de outubro.

#### OUTROS FATOS

A estes somam-se ainda outros fatos que mostram a Igreja sendo coagida de forma permanente. Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, conhecido no mundo todo, tem sido vítima de longa data da censura oficial. A simples menção do nome de dom Helder através da imprensa, do rádio e da televisão, foi proibida através de instrução escrita do Departamento de Polícia Federal

do Ministério da Justiça. O semanário 'O São Paulo', instrumento de comunicação da arquidiocese de São Paulo, está obrigado a dupla censura prévia no Departamento de Censura Federal. A ação da violência tem se manifestado, ainda, contra outras instituições: os recentes atentados terroristas cometidos contra a Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, ambas do Rio de Janeiro, contra a sede da Auditoria Militar em Porto Alegre e o Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa, em São Paulo. Na mesma



noite do seqüestro de D. Adriano Hipólito, além da explosão do carro na frente da sede da CNBB, uma bomba explodiu, também, no Rio de Janeiro, na residência do jornalista Roberto Marinho, diretor do jornal 'O Globo', tendo a um dos seus empregados. A estes fatos de maior repercussão, não podemos deixar de relembrar que nos últimos anos ocorreram prisões políticas arbitrárias que incluiu seqüestros, maus-tratos, torturas, desaparecimentos e mortes. Embora desde maio último, ao que se sabe, tais fatos não tenham sido repetidos. O mesmo não se pode dizer, porém, quanto aos crimes que continuam a ser cometidos por elementos de forças policiais contra a população através deste nosso imenso Brasil, sendo mais notórios os episódios ocorridos recentemente em Campo Grande, Mato Grosso, quando oficiais da Polícia Militar seqüestraram e mataram um jovem. Na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e em São Paulo, outros crimes foram cometidos por elementos da Polícia Militar.

Violência gera violência. A violência instigada contra presos políticos alastrou-se entre militares e policiais. Parece evidente a constatação da deformação de elementos das forças policiais. Os mais recentes atentados tem caracterizado a atuação de organizações terroristas no Continente latino-americano. Uma demonstração do terrorismo político-militar no Continente latino-americano foi a prisão de 17 bispos católicos acompanhada de cerca de duzentos assessores, padres, religiosos e leigos, no dia 13 de agosto passado, na cidade de Rio Bamba, no Equador, levados para a cidade de

Quito pelas autoridades militares daquele país. Na ocasião, estes bispos, que incluíam brasileiros: D. Candido Padim e D. Antônio Batista Fragoso, norte-americanos, chilenos, mexicanos, além de um paraguaio, um argentino e um venezuelano, endereçaram carta ao papa, dizendo que o motivo do encontro era somente sobre os problemas relacionados com a evangelização de suas dioceses no atual contexto histórico da América Latina.

#### O SENTIDO DOS FATOS

Diante de todos estes fatos quem deve ser responsabilizado pela onda de perversidade que vem assumindo proporções alarmantes? O que está por trás de todos os crimes que no nosso país alcançaram grau requintado de crueldade? A ação perniciososa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que taxam os bispos, padres e leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, presos, dos humildes e das vítimas de torturas, contribuem para o crime e para a prática da violência e das arbitrariedades. Diante de tantos fatos que revoltam a opinião pública do país, não se pode responsabilizar, somente, o pequeno policial que puxa o gatilho do revólver, a este ou aquele policial ou militar. Torna-se necessário procurar as

raízes mais profundas que colaboram para gerar o clima de violência. Dentre os principais fatores de violência apontamos o seguinte: Os pobres sem justiça. São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, onde as torturas são frequentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade ou presos durante o arrastão das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem. Para os poderosos a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque protegidos pelo poder do dinheiro, pelo prestígio, e pela influência da sociedade que acoberta e, portanto, cúmplice neste tipo de injustiça. Este duplo tratamento parece sugerir que em nossa sociedade só e acima de tudo, o dinheiro, e não o ser gente, é fonte de direitos. A Assembleia da Ordem dos Advogados reunida estes dias na Bahia expressa a preocupação dos próprios advogados com este estado de coisas, ao ser lembrado que o Direito Penal é o Direito dos pobres, não porque os tutele e os proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz pesar sua força e seu rigor.

#### A IMPUNIDADE DE POLICIAIS CRIMINOSOS

É notória a ação criminosa do famoso Esquadrão da Morte, cuja presença é constatada em vários Estados da Federação. É sabido que em vários casos policiais assassinos foram presos e punidos segundo a lei. Grave é o caso de policiais que, acusados de crimes de morte, corrupção, tráfico de drogas, lenocínio não são levados às barras dos Tribunais, porque acobertados por dirigentes mais altos que os protegem sob a alegação de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos, impedindo-se a Justiça de cumprir o seu dever de assegurar o princípio de igualdade de todos perante a lei, base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada.

#### A MÁ DISTRIBUIÇÃO DA TERRA

A má distribuição da terra, no Brasil, remonta o período colonial. O problema se acentuou, porém, nos últimos anos, como resultado da política de incentivos fiscais das grandes empresas agropecuárias. Como resultado negativo, além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do país, surgem as grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e posseiros de suas terras. Estes pequenos proprietários, sítiantes e posseiros com dificuldades até para obter uma carteira de identidade, não conseguem documentar a posse da terra ou fazer valer perante a Justiça os seus direitos de usucapião. São então expulsos da terra, tangidos para mais longe, até para países vizinhos ou transformados em novos nômades destinados a vagar pelas estradas do país. Quando resistem, dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente, nas regiões amazônica e mato-grossense. Outros demandam às cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna que termina por inchar as grandes cidades onde tem que se alojar em casebres miseráveis, levando vidas desumanas até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas às quais se instalaram passam a ser de interesse para a especulação imobiliária ou para a implantação de grandes

projetos de urbanização. Antes disso já terão sofridos os males da cidade grande, tais como o aviltamento dos salários e a péssima qualidade ou total ausência dos serviços humanos.



## A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS

Os índios, especialmente na Amazônia legal, perdem extensões crescentes de suas terras para fazendeiros e posseiros, dos quais alguns, por sua vez, foram expulsos de suas terras por empresários poderosos, repetindo-se hoje o que aconteceu no passado, com os indígenas do sul do país. Neste quadro, o Estatuto do Índio torna-se letra morta, enquanto os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão de obra barata ou se dirigem para a periferia da cidade ou, ainda, famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam as suas reservas. A tutela do Estado, tornando-os parcialmente incapazes perante a lei, impede que os índios se tornem sujeitos do seu crescimento e do seu destino. É lento o processo para a demarcação das terras dos índios. Problema que se acentua dado a ganância dos que se dedicam à exploração das riquezas minerais e das florestas. A introdução de um modelo de progresso apoiado em amplos recursos financeiros expõe tribos inteiras ao exterminio, como é o caso da abertura de estradas sem um planejamento prévio que respeite os primitivos habitantes da área. Neste caso incluem-se projetos do próprio INCRA. Não é de surpreender assim que os índios sejam levados a ter vergonha de sua raça, procurando esconder as suas origens, proclamando-se bolivianos, peruanos, para poderem ser aceitos por uma sociedade que se considera superior.

## SEGURANÇA NACIONAL E SEGURANÇA INDIVIDUAL

Já dissemos que o princípio de todos de igualdade perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada. Logo a segurança de cada um e de todos os cidadãos é condição essencial para a segurança interna de uma Nação. A



Constituição em vigor afirma que todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido. A afirmação em contrário a qual é o Estado que outorga a liberdade, os direitos humanos aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender, se tivermos em mente o pensamento que inspira o

pensamento da segurança nacional, a qual desde 1964 tem inspirado o governo brasileiro, dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e em igual proporção cada vez contando menos com a participação do povo. Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação de crescer, reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é pelo governo Ser nacionalista portanto, não significa sacrificar uma fé, um senti-

mento, ideais, valores que possam parecer nocivos e incompatíveis com os interesses de pontos de vista do sistema político vigente. Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado, nem é o Estado que outorga a liberdade, os direitos humanos, cuja existência é anterior à própria Nação, cabendo porém ao Estado reconhecer, defender e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação com a lealdade ao Estado, isto é, ao governo. Colocar o Estado, o governo acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo. Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser, e mesmo se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção, e não se justificam quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo. A ideologia da segurança nacional, colocada acima da segurança pessoal, espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirado, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo, em favor do desenvolvimento econômico, declaram a guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade. O treino para esta guerra anti-subversiva na América Latina contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais. Esta doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do Poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

## ALGUNS PRINCÍPIOS PASTORAIS- /NOVOS APELOS DE DEUS

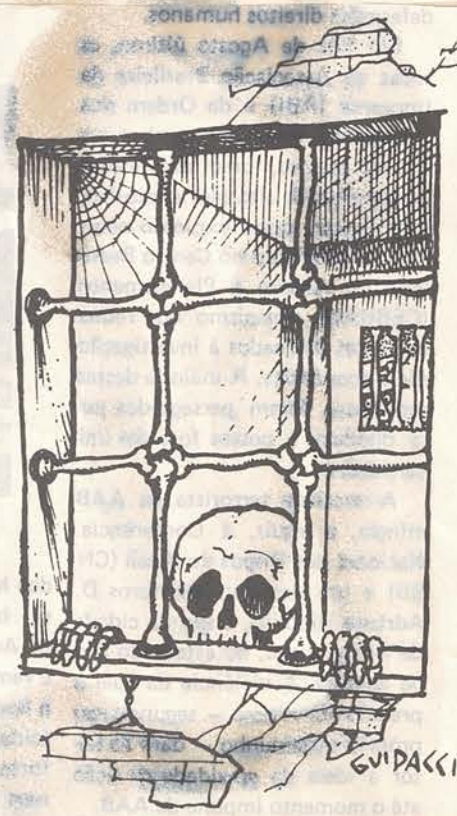
Colocando-nos diante da realidade dos fatos e de algumas das suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Espírito Santo para poder perceber nestes acontecimentos e nestas situações, os apelos de Deus para nossa missão evangelizadora, e afirmar alguns princípios que noteiam nossa ação pastoral. Vamos refletir juntos baseados na palavra de Deus, especialmente nos Santos Evangelhos. O mundo contém a presença do bem e do mal, o Evangelho fala do campo onde foi semeado o trigo e joio e uma rede onde foram apanhados os peixes bons e maus, de uma terra onde a semente germina, cresce e dá fruto, e de outra onde a mesma semente nada fornece. Cristo veio salvar a todos. Há porém, os filhos da luz que recebem a mensagem da salvação e os filhos das trevas, que se recusam a recebê-la. Reconhecemos que, mesmo entre os cristãos, pode haver e há muitos a serviço do poder do mal. Reconhecemos também, por outro lado, que mesmo fora das Igrejas pode haver e há pessoas lutando ao lado de Cristo sem saber e sem reconhecer que só ele liberta. Esta divisão entre o bem e o mal passa pelo coração de cada homem. Todos sentimos como São Paulo duas forças dentro de nós. Uma nos chamando para

liberdade outra nos escravizando ao pecado. Daí a necessidade de conversão, de deixar o Espírito Santo ir expulsando com suas luzes as trevas que ainda existem em nós. No campo do mal nem todos são lobos vestidos com peles de ovelha, há também pessoas bem intencionadas que estão ali por ignorância, como Saulo, que perseguiu os cristãos, ou como o centurião que comandou a execução de Cristo. Há mesmo os que julgam, com sinceridade, estar servindo à causa do bem. Por isto, quando um padre

absolve um irmão, não podemos alimentar desejos de vingança ou de que Deus os castigue. Devemos rezar por eles como Cristo o fez, "Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem". Nossa luta não pode ser contra as pessoas, todas merecem o nosso amor. Nossa luta é contra a escravidão do pecado, da fome, das injustiças, pelas quais as pessoas, muitas vezes inconscientemente, se tornam responsáveis. As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pequenos, que são a maioria do povo. Só os grandes e poderosos é que têm direito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo ao poder.

Seria bom que a justiça castigasse os assassinos do padre João Bosco, não por ser ele de uma família importante, mas para que nunca mais elementos da polícia desrespeitem e torturem ninguém como torturaram nossas irmãs Margarida e Santana, e nem continuem espalhando o terror entre os pequenos. Seria bom que João Mineiro e seus companheiros de crime fossem presos e condenados. Não para vingar a morte do padre Rodolfo e do índio Simão, mas para que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da justiça. Todavia a simples punição dos executores dos crimes não pode tranquilizar a consciência das autoridades, enquanto o sistema sócio-político-econômico continuar gerando uma ordem social marcada por injustiças e propiciar a violência.

"Desejosos de que esta comunicação pastoral ao povo de Deus fique em seu campo próprio e não venha a ser instrumentalizada por forças políticas de quaisquer orientações, e movidos ao mesmo tempo por um sentimento de respeito pelo processo eleitoral, no qual não desejamos intervir, adiamos sua publicação para depois das eleições de 15 de novembro."







Rangel Reis: acusações exaltadas



Dom Aloísio: boatos desmentidos

## IGREJA Palavras de paz

Raras vezes um documento do clero brasileiro foi aguardado com tanta ansiedade como a comunicação distribuída na tarde de quinta-feira passada, ao término da reunião de três dias, a portas fechadas, entre a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os seis membros de sua comissão episcopal de pastoral, no Rio de Janeiro. Oficialmente, o encontro havia sido convocado para definir os planos de ação da CNBB no biênio 1977-1978. Além desse tema, no entanto, discutiu-se no inacessível 2.º andar do casarão "Villa Venturoza", sede da CNBB, a explosiva questão dos atritos entre padres e autoridades — e a nota de quinta-feira deveria justamente exprimir a palavra final da hierarquia católica sobre o assunto.

Havia, de resto, motivos muito recentes para a expectativa. Na segunda-feira, no curso de uma entrevista coletiva de fim de ano, o ministro do Interior, Rangel Reis, fizera em Brasília contundentes declarações sobre a atuação da Igreja junto aos índios. Com inesperada exaltação, Reis disse que "sinceramente, nunca vi uma missão religiosa cuidando do índio" e que, "sinceramente, o meu desejo era afastar todo o trabalho das missões relacionado com o índio". Para o ministro, "eles (os padres das missões) querem é catequizar e ensinar religião e o índio fica ali, miserável para toda a vida (...). A posição da Igreja é sonhadora, atrasada, feudal". No fim, Reis prometeu, a partir de 1977, "estabelecer uma fiscalização rigorosíssima em tudo quanto é missão religiosa", pois "se que-

rem colaborar, terão de colaborar exatamente dentro da política do governo".

No Rio, os bispos recusaram-se taxativamente a comentar em público as acusações do ministro — que, por sinal, colidem com o pensamento do presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth de Oliveira, para quem "as missões realmente vêm prestando boa assistência às comunidades indígenas", como dissera seis dias antes a VEJA. Mas o deliberado silêncio da CNBB não camuflava as tensões. Exemplo delas foi o boato que correu terça-feira, segundo o qual dom Aloísio Lorscheider renunciaria à presidência da CNBB, "por motivos de saúde" — na verdade, em virtude do agravamento das divergências com o governo. Passaram-se nervosos minutos até que o porta-voz oficial da entidade, padre José Dias, comunicasse aos jornalistas virtualmente confinados ao 4.º andar da Villa Venturoza o desmentido de dom Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB. "Ele confirma a existência do boato", anunciou padre Dias, "mas nega que dom Aloísio vá renunciar."

**Cortina de ferro e fogo** — A temperatura subiu ainda mais nessa mesma terça-feira, quando o arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos, distribuiu na sede da CNBB cópias do último boletim mensal editado por sua arquidiocese. Nele, estava a resposta à nota oficial do ministro da Justiça que classificara de "injusta, descabida e inverídica" a declaração da Comissão Pastoral da Terra, de 8 de dezembro, de que o padre Florentino Maboni havia sido torturado enquanto esteve numa prisão militar no Pará. O boletim de dom Fernando faz graves acusações. Mencio-

na a existência de uma "cortina de ferro e fogo, que dificulta a comprovação jurídica do clima de terror que impede as testemunhas de se identificarem e assinarem os seus depoimentos" — numa alusão à conduta do próprio Maboni depois de libertado. E acrescenta: "O sistema emprega todos os meios para silenciar não só os que sofrem as torturas, como aqueles que não conseguem deixar de ver os torturados".

Um tênue sinal de que providências apaziguadoras estavam sendo tomadas surgiu porém no dia seguinte, quando filtrou-se a informação de que os bispos reunidos no Rio de Janeiro haviam solicitado a dom Tomás Balduino, presidente do controverso Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a dom Moacyr Grecchi, presidente da não menos polêmica Comissão Pastoral da Terra, que preparassem minuciosos relatórios sobre os incidentes ocorridos na Amazônia em 1976 — não para discussão imediata, mas para conhecimento da assembléia geral da CNBB, em fevereiro. Adiou-se assim, ao menos por algum tempo, uma nova manifestação em torno do principal problema nas relações atuais entre a Igreja e o governo.

Mas nada melhor do que o próprio documento afinal liberado pela CNBB para caracterizar a moderação dos bispos — certamente estimulada pelo anúncio apostólico dom Carmine Rocco, que acompanhou junto com dom Aloísio Lorscheider a redação da "Mensagem de paz ao povo brasileiro", de quinta-feira. Basta dizer que, em seus meros seis parágrafos, a palavra "paz" comparece 21 vezes, sem contar a "paz" do próprio título. O documento aponta três "condições e exigências precisas" para a pacificação. A primeira delas — "a certeza de que a paz é possível" — antecipa uma argumentação sem dúvida irreprensível para o governo: "O Brasil, com efeito, resolveu na paz problemas que ainda hoje dilaceram outras nações e superou inúmeras crises que ensanguentaram outros países", afirma a mensagem. A segunda é a de "um desarmamento do espírito, que nos leve a estender a mão a todos os nossos irmãos". E a terceira, "imperiosa", toca no ponto mais delicado: "Que se exclua definitivamente a tenaz e absurda prevenção de tachar como subversão comunista todo clamor em defesa dos que não têm voz e todo gesto de solidariedade em favor dos oprimidos". Nenhum incidente específico foi mencionado na mensagem — e quando, finalmente, os jornalistas tiveram acesso ao presidente da CNBB, dele não arrancaram nenhum comentário adicional. Sobre as acusações do ministro Rangel Reis, dom Aloísio limitou-se a dizer: "Nós sempre olhamos para o alto. Esta é a missão da Igreja". E nada mais lhe foi perguntado.





## CNBB lança livro de bispo chileno

A publicação do primeiro volume dos Escritos Completos de Dom Manuel Larrain, Bispo de Talca, no Chile, morto em acidente automobilístico em junho de 1966, foi anunciada pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheiter, com entusiasmo, por considerar o autor "uma das maiores figuras de Bispo da América Latina".

Segundo Dom Ivo, o valor da obra está exatamente em Dom Larrain ter sido um dos primeiros homens da Igreja a se interessar "mais a fundo" pelo problema social das populações menos favorecidas e que, por isso mesmo, acabou tendo de enfrentar grandes dificuldades "dentro da própria Igreja" quando seria de se esperar que estas fossem interpostas pelo Governo do seu país.

### TESTAMENTO

Um boletim da CNBB que anuncia a publicação dos Escritos de Dom Larrain, transcreve a seguinte passagem do Testamento Pastoral do autor: "Sofrei com a Igreja. A Igreja tem hoje um sofrimento especial: o afastamento da classe operária. É preciso que retorne. A Igreja tem sua doutrina social. É preciso ensiná-la com coragem. É preciso aplicá-la decididamente. Muitos não me compreendem nesta posição. Pensam que eu fazia política e demagogia. Frente à majestade da morte, afirmo que não fiz nada disso. Apenas cumpri o dever da Igreja: trabalhar para pôr fim ao grande escândalo do século XX. Para que a classe operária volte ao seio de sua mãe (a Igreja) que a aguarda".

### INSPIRAÇÃO

Dom Ivo Lorscheiter destacou ainda o especial apreço que o Papa Paulo VI tinha pelo Bispo chileno, citado na Encíclica Populorum Progressio e que, no ano passado, na passagem do décimo aniversário de sua morte, mereceu uma carta do Vaticano onde Paulo VI afirma que "embora as situações tenham mudado nestes últimos anos, na Igreja e no mundo, o pensa-

mento do pranteado Bispo permanece como uma fonte de genuína inspiração para a atividade social dos cristãos, o que foi uma das constantes preocupações de seu ministério e que permanece intato, pois brota de um autêntico sentido da Igreja, perceptível inclusive quando seu discurso assume as vibrações existenciais do momento".

A obra completa de Dom Manuel Larrain se divide em três volumes: Escritos Sobre a Vida da Igreja (já editado, com 512 páginas); Escritos Sobre a Espiritualidade e Liturgia da Igreja; e Escritos Sobre a Igreja no Mundo. O último, considerado como o melhor de todos pelo secretário-geral da CNBB, por estar mais atualizado à nossa época.

## Ortodoxos festejam o Batismo

Apenas 38 pessoas — todas de origem russa — assistiram ao ofício religioso realizado ontem na igreja de Santa Zenaide para comemorar o Batismo de Cristo — uma das festas mais importantes dos ortodoxos e que "era guardada como um dia santo e feriado no tempo em que a religião era respeitada".

Ao recordar a data, o Sr Paulo Rumianteff — um dos primeiros russos a estabelecer-se no Rio e principal responsável pela construção da igreja dos ortodoxos russos, na Rua Monte Alegre, Santa Teresa — esclareceu que o reduzido número de fiéis no Rio se deve em parte a uma dissensão que se seguiu à demissão do antigo pároco, Padre Vasily Pawlowsky, mas a respeito do qual prefere não falar, "para evitar escândalo".





1912/44 93

## *CNBB endereça documento a quem quiser ler e meditar*

De volta ao Rio depois de ter passado quase 15 dias em Italcí, na Assembléia-Geral dos Bispos, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheiter, disse ontem que o documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política, aprovado em plenário e a ser divulgado na próxima semana, "não tem destinatário; cada um que o leia e medite; quem tem ouvidos, que ouça".

Informou que o documento — que sofreu mais de 400 emendas em duas novas redações depois que os jornais o publicaram — "não inclui nenhum diagnóstico" e constituiu-se apenas em "uma proclamação de princípios". O Bispo negou que os autores apresentem algum modelo político, já que "a Igreja não tem opinião a dar neste campo" e "o Evangelho admite muitos modelos".

### **A fúria**

O secretário da CNBB referiu-se ao encontro dos bispos como "10 dias de

fúria gostosa" e chamou a atenção para um item pouco noticiado: o das Regiões Missionárias do Brasil. As 42 prelazias existentes no país serão apoiadas pelas dioceses e elas mesmas, brevemente, passarão à condição de diocese de pleno direito.

Disse Dom Ivo que, durante a assembléia, os bispos reafirmaram a validade do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e decidiram que no futuro ele ficará ligado à CNBB, restando apenas estudar ainda qual o tipo de vinculação jurídica.

Na reunião ficou também "quase decidida" a realização de nova Assembléia-Geral, em caráter extraordinário, em fevereiro do próximo ano, com vistas à escolha dos delegados brasileiros e estudo do temário para a Conferência-Geral dos Bispos da América Latina, que — segundo Dom Ivo — espera-se seja realizada em novembro de 1978, provavelmente no México.



## Texto novo é sério mas não agressivo

Salvador — Ao chegar da XV assembleia-geral da CNBB, realizada em Itaipic (SP), o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brandão, afirmou que o documento da reunião, a ser divulgado após o carnaval, "será mais suave que o Comunicado Pastoral ao Povo de Deus, divulgado anteriormente pela Conferência".

"É um documento sério, objetivo, revestido de espírito pastoral, que não traz qualquer caráter de agressividade, mas ao mesmo tempo apresenta as verdades que precisam ser ditas. A partir do tema central — Exigências Cristãs de uma Ordem Política — ve-se claramente qual era a intenção do encontro, com o objetivo de chegarmos a algumas posições de natureza ética, de como deve ser a convivência das pessoas dentro de uma ordem nacional", informou Dom Avelar.

### Igreja independente

Segundo Dom Avelar, que defendeu "sempre o bom senso, uma vez que sempre fui contra radicalismos", não houve corrente de pensamento que predominasse na assembleia: "Chegamos à via média, exatamente o denominador comum que se alcança nas grandes reuniões. Existem tendências para mais ou para menos, de pessoas ou de grupos, mas que entram no trabalho de construção global, e as idéias centrais foram aceitas por todos, o que alimentou a unidade."

A posição definida, disse Dom Avelar, foi a de uma Igreja "que se afirma moralmente independente, revestida porém de espírito pastoral. Também em relação à Cimi prevaleceu a voz do bom senso. Ninguém queria que a Cimi desaparecesse, a não ser uma meia dúzia. Mas também não se queria que continuasse como estava, criando um pomo de discórdia. Assim, o caminho desse tipo de órgão espontâneo tem que se definir, ou como autônomo ou como anexo à CNBB. O próprio presidente da Cimi viu que o caminho da Cimi era o de se anejar à CNBB e aceitou a posição. Assim, nosso propósito foi o de ajudar a Cimi numa hora crítica".

O que ele defendeu na assembleia foi "uma posição de Igreja capaz de expressar uma independência moral — com absoluta liberdade de ação dentro de seu campo de evangelização — revestida, porém, de um espírito pastoral. A Igreja deve se sentir livre como Igreja

para afirmar o que acha que deve afirmar, sem estar subordinada a regimes".

"Dentro da temática do encontro, tentamos abrir horizontes para uma convivência humana em termos realmente democráticos, com liberdade e responsabilidade, todos os valores que conquistamos por uma existência democrática, que não seja irresponsável, obviamente".

### Esclarecimentos

Sobre o cancelamento da conferência que quatro bispos fariam anteontem em Campinas — quando seriam abordados temas como problemas de terras, catequese dos índios, pastoral operária e pastoral rural — que, segundo o prelado de São Félix de Araguaia, Dom Pedro Casaldaliga, foi desmarcada a pedido do Comandante da 11a. Brigada de Infantaria Blindada de Campinas, General Gustavo Moraes Rego, disse Dom Avelar:

"O que ocorreu foi o seguinte: teria havido em Campinas o convite de um grupo de pessoas — leigos e inclusive um padre — para que quatro bispos falassem na catedral sobre esses temas. A princípio, o Arcebispo de Campinas, Dom Gilberto Lopes, teria concordado nisso, mas com a condição de que a conferência fosse submetida à aprovação do pároco da catedral".

"Depois, refletindo melhor, Dom Gilberto Lopes achou por bem não confirmar a permissão anterior. Teria efetivamente havido uma conversa amistosa entre ele e o General Moraes Rego, em termos de mera preocupação do comandante pelos temas que seriam abordados. Mas não houve qualquer exigência do General Moraes Rego no sentido do cancelamento da conferência, conforme o próprio Dom Gilberto Lopes explicou perante o plenário da assembleia".

Dom Avelar ressaltou que as opiniões do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte, "publicadas nos jornais (ontem) como se fosse algo partido da CNBB, na realidade são um documento pessoal de Dom Luciano. A questão é que liberdade e segurança foi um dos itens do encontro e o plenário pediu que fossem designados dois bispos para estudar esse assunto. Um deles foi Dom Luciano — que apresentou seu trabalho por escrito e, assim, foi aproveitado pelos repórteres — e o outro foi Dom Candido Padin, de Botucatu, que falou de improviso e portanto não teve suas afirmações publicadas".

## HIRTENBRIEF DER BRASILIANISCHEN BISCHÖFE

Auszüge aus dem "Brief an das Volk Gottes", der von der Brasilianischen Bischofskonferenz am 16. Oktober veröffentlicht wurde.

In der jüngsten Zeit geschahen Dinge von so schwerwiegender Bedeutung, daß sie die Kirche und das brasilianische Volk zutiefst erschütterten. Wir beziehen uns in diesem Zusammenhang vor allem auf den Mord an den Geistlichen Pater Rudolfo Lunkenbein und Pater Joao Bosco Penido Burnier, sowie auf die Entführung des Bischofs Adriano Hipolito aus der Diözese Novo Iguacu im Staate Rio de Janeiro. ...

Gewalt erzeugt Gewalt. Und die Gewaltanwendung gegen politische Gefangene wurde unter Militärs und Polizeibeamten zu einem allgemein verbreiteten Mittel. Die jüngsten Vorfälle scheinen zweierlei zu beweisen: zum einen die Deformation der brasilianischen Polizeieinheiten und zum anderen die bedeutende Rolle von Terror-Organisationen auf dem lateinamerikanischen Kontinent.

Angesichts der genannten Tatsachen stellt sich die Frage: Wer ist verantwortlich für die Welle der Perversion, die alarmierende Ausmaße angenommen hat? Was steht hinter all den Verbrechen in unserem Land, die in ihrer Grausamkeit nahezu perfektioniert scheinen? Die bössartige und abscheuliche Verleumdung — sei es anonym oder in aller Öffentlichkeit — von Bischöfen, Priestern und Laien, die als Anführer, Agitatoren und Kommunisten bezeichnet werden, wenn sie sich für die Armen, die Gedemütigten, die Gefangenen und die Opfer von Folterungen einsetzen — dies hat das Klima und die Praxis von Gewaltanwendung und Willkür noch verstärkt. ...

Die Ideologie der Nationalen Sicherheit, die sich über das Bedürfnis der persönlichen Sicherheit erhebt, breitet sich über den ganzen lateinamerikanischen Kontinent aus, wie es auch in den Ländern unter sowjetischer Herrschaft geschah. Lateinamerikanische Gewaltregime, die auf dieser Ideologie gründen, erklären — im Namen des Kampfes gegen den Kommunismus und um der wirtschaftlichen Entwicklung willen — allen den "antisubversiven Krieg", die mit der autoritären Organisation der Gesellschaft nicht übereinstimmen. Das Training für einen solchen "antisubversiven Krieg" in Lateinamerika gegen den Kommunismus führt nicht nur zu einer wachsenden Verrohung der Beteiligten, sondern erzeugt auch eine neue Art von Fanatismus und eine Atmosphäre von Gewalttätigkeit und Angst. Gedanken- und Pressefreiheit werden geopfert, die Garantie persönlicher Unversehrtheit ist aufgehoben.



Pater Rudolfo Lunkenbein — von Siedlern ermordet, weil er sich für die Rechte der Indianer einsetzte.

BR nr 4  
1977



## Bahia responde à CNBB que tem o controle efetivo do comércio e porte de armas

## Arquidiocese condena pregador

Bahia é o primeiro Estado a responder ao apelo para "um efetivo controle do comércio e porte de armas" que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil dirigiu, no princípio do mês, a todas as Secretarias Estaduais de Segurança. Na Bahia a Secretaria não devolve armas apreendidas e não autoriza a sua compra a alcoólatras nem "aos despidos de responsabilidade, aos que não acusam sensibilidade moral".

A resposta do Governo baiano foi divulgada ontem pelo secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter. O Bispo, que em sua Diocese gaúcha de Santa Maria chegou a sugerir o policiamento desarmado, afirmou que "pode parecer ingenuidade aspirar a uma sociedade sem armas nem Forças Armadas mas, se houver educação e esforço sério nesse sentido, um dia a gente chega lá".

### FATOR DE TERROR

Junto com a resposta que o diretor da Divisão de Controle de Armas e Munições da Secretaria de Segurança da Bahia, Coronel Antônio Factum Pita, remeteu à CNBB, veio também cópia da carta por ele encaminhada ao Secretário de Segurança daquele Estado. Afirma que "nunca a arma foi fator de convencimento mas de terror".

Acrescenta, no entanto, que o simples porte de armas não pode ser considerado "fator de criminalida-

de", já que no Estado baiano apenas 15% dos crimes praticados por armas de fogo são de armas registradas. E depois de proclamar "válido o grito de alerta" dos bispos, o Coronel Pita admite que daí possa advir "a uniformização dos requisitos e uma fiscalização mais eficaz, para a qual devem ser convocados todos os que exercem uma parcela de autoridade, tornando-se co-responsáveis pelos êxitos ou negativismos das ações em prol da garantia do maior de todos os direitos, que é a vida".

Salvador — "O povo precisa abrir os olhos para os aspectos negativos dessas concentrações que têm como objetivo anunciar novas verdades como normas de vida. Ninguém pode ficar à mercê da esperteza de certos pregadores que, desconhecidos em nosso meio, passam a receber facilmente a atenção de multidões".

Esse é um trecho da nota divulgada ontem pela Arquidiocese de Salvador, a propósito do pregador Epifanio de Sousa, que está percorrendo o Brasil e, há 15 dias, vem atraindo milhares de pessoas todas as noites ao Largo de Água de Meninos, em suas pregações com promessas de curas milagrosas.

### USO INDEVIDO

segundo a nota da Arquidiocese, o pregador Epifanio, "que não pertence a nenhum culto ou seita tradicional conhecida no país", vem fazendo "uso indevido de canticos tradicionais da Igreja" e baseia suas pregações em frases do Evangelho, além de se vestir com vestes sacerdotais. Suas reuniões noturnas têm atraído mais de 2 mil pessoas em média por dia, de diferentes classes sociais, a maioria porém pobre.

"Sua mensagem" — diz a nota — "embora revestida de expressão religiosa, nada tem a ver com a pregação autêntica da fé, cabendos assim uma rápida palavra de esclarecimento aos católicos da Bahia.



# CNBB protesta, mas evita aprofundar crise

Das sucursais e do correspondente

Enquanto alguns bispos e padres, isoladamente, faziam duras críticas "à situação de insegurança no País," chegando a prever um estreitamento de relações entre o clero e o governo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotava ontem uma atitude moderada, embora firme, diante do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, por um soldado da PM, em Mato Grosso, e de outros atentados praticados nos últimos meses contra religiosos.

Uma reunião especial, para discutir o assunto, ontem, no Rio, contou com a participação da diretoria e toda a Comissão Episcopal do órgão, num total de oito bispos, com a ausência do presidente, dom Aloisio

Lorscheider, em convalescença de uma cirurgia no coração.

A firmeza da CNBB pode ser traduzida na decisão de seu presidente em exercício, dom Geraldo Fernandes, de ir, ontem mesmo, ao Departamento de Polícia Política e Social, no Rio, para declarar que via "desinteresse" na apuração do recente sequestro do bispo de Nova Iguaçu e atentado contra a sede do órgão.

Quanto à moderação, além do tom discreto da nota, sabe-se que a CNBB considera ser contra os interesses do governo a repetição de episódios como morte ou sequestro de religiosos. Ontem, fontes eclesiais comentavam que o diálogo da Igreja com as autoridades deverá continuar "em bom nível", citando como comparação o governo do ex-presidente Médici, no qual, embora não tivesse havido nenhum episódio sangrento, o relacionamento foi "marcado por total frieza".

16/10/76

ESP

## "Algo sério deve ser feito"

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmou ontem, em nota oficial, que o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier "vem demonstrar, em conexão com outros sin-tomas, que algo muito sério deve ser feito" no País. E enfatizou a necessidade de "reconhecer honestamente e sanar corajosamente as raízes crônicas da violência".

Ao mesmo tempo, a CNBB informou que seu vice-presidente e presidente em exercício, dom Geraldo Fernandes, bispo de Londrina, tinha estado, ainda ontem, no Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), para saber as razões do "desinteresse das autoridades na apuração do sequestro do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, e do atentado contra a sede da entidade, no mês passado.

Segundo se revelou ontem, nenhum dos integrantes da Conferência foi até agora chamado a prestar depoimento pelas autoridades policiais que cuidam dos dois casos, o que levou o órgão a concluir sobre "o pouco empenho" em apurá-los.

Depois de se avistar com o diretor do DPPS, delegado Francisco de Paula Borges Fortes, dom Geraldo reuniu-se com o secretário-

geral, dom Ivo Lorscheider. Pouco depois, convocado por dom Ivo, chegava também o professor Cândido Mendes, presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB e representante brasileiro junto ao mesmo órgão no Vaticano.

Cândido Mendes manteve a atitude que já tomara durante toda a semana: recusou-se a falar à imprensa sobre o levantamento que está fazendo em torno do assassinato do padre João Bosco, para um posterior relato a Roma. Também dom Ivo e dom Geraldo mandaram dizer aos repórteres que não

fariam qualquer declaração, pois tudo o que a Igreja tinha a dizer já estava na nota oficial da CNBB.

E a seguinte a íntegra da nota: "mais um fato tristemente violento abala a paz do nosso convívio social, embora não venha a perturbar ou enfraquecer a caminhada pastoral da Igreja. O assassinato do virtuoso sacerdote e missionário jesuíta João Bosco Penido Burnier, perpetrado em repartição e por pessoa destinadas à segurança pública, vem demonstrar a conexão com outros sintomas que algo mais sério deve ser feito neste caro País. Urge que se apurem os fatos e se punam seus responsáveis na forma da lei, sem deixar de reconhecer honesta-

mente e sanar corajosamente as raízes crônicas da violência. A Igreja, consciente da eficácia vital do martírio dos seus melhores filhos, reza a Deus pela pacificação do povo brasileiro e ficará feliz se for ouvida por quem de direito e admitida a participar nesta grande e urgente tarefa".

Em seu programa radiofônico "A Voz do Pastor", o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, afirmou ontem: "Não podemos nos calar diante daqueles que assassinam os que escolheram, por ideal, resguardar e proteger os valores evangélicos na sociedade. Ao mesmo tempo, confiamos na ação do governo que tem sob sua responsabilidade o bem comum. Convém recordar que muito depende do bom funcionamento da Justiça. É fácil apontar erros, difícil corrigi-los. A gravidade dessa situação certamente há de suscitar no espírito dos governantes a necessidade de emprestar remédios, embora dolorosos, mais eficazes".

O arcebispo procurou deixar clara sua confiança no

empenho do governo para evitar a repetição de casos como o do assassinato do padre Burnier. "Sei e posso dar o meu testemunho — afirmou — das providências

tomadas pelas autoridades". Mesmo, assim, dom Eugênio lembrou vários outros casos de violências cometidas contra religiosos este ano, citando a morte do padre Rodolfo Lunkenbein, em Merure; a detenção de dom Teodardo Leitz, bispo de Dourado, também em Mato Grosso; os maus tratos sofridos pelo irmão João Kauling, da Prelazia de Diamantini Diamantino, e o sequestro do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, com requisitos de crueldade.

Em Curitiba, onde participa da VIII Convenção dos Serras Clubes do Brasil, o arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, afirmou que o assassinato do padre João Bosco não agravará a situação das relações entre o governo e a Igreja no País. Mas ressaltou: "Exigimos que a autoridade adote cada vez mais medidas preventivas e repressivas para combater as violências que vêm ocorrendo não apenas contra a Igreja, mas contra as demais instituições que lutam pelo bem do povo. E, principalmente as injustiças e violências que vêm sendo cometidas contra o próprio povo".

Mais importante que essas medidas, porém, para o cardeal, é "exterminar as próprias causas da violência, encontradas nas iniquidades sociais, nos interes-

CEDIM  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTICENTRO DE PESQUISA



ses dos ricos que retiram terras e posse dos pobres, na onda de secularização, na falta de educação do povo". Dom Scherer declarou-se abalado "não apenas pelo assassinato do padre Burnier, mas também pelas torturas a que vinham sendo submetidas as duas mulheres presas em Ribeirão Bonito".

## Vitória reza por mártires dos direitos e da dignidade

"Com esta missa, que seguirá a liturgia dos mártires e não a liturgia dos defuntos, a Igreja de Vitória quer celebrar não somente a memória desses seus filhos que morreram lutando pela defesa dos direitos e da dignidade dos filhos de Deus, mas também a memória de todas aquelas pessoas que, hoje, neste País e nesta nossa América Latina, sofrem violência, torturas e morte somente porque exigem ser respeitados em seus direitos e em sua dignidade".

Este é um trecho da declaração divulgada, ontem, pelo arcebispo de Vitória, dom João Batista da Mota e Albuquerque, convidando o "povo de Deus" para uma missa a ser celebrada segunda-feira, na catedral de Vitória. A nota revela que os motivos da realização da missa são os recentes acontecimentos "que enlutaram e encheram de dor a Igreja de Deus no Brasil: a morte do padre Rodolfo e do índio Simão, em Meruri, o sequestro de dom Adriano, em Nova Iguaçu, e a morte do padre João Bosco, em Ribeirão Bonito.

O arcebispo manifesta preocupação pelos pobres, desvalidos e injustiçados, com os quais Jesus Cristo se identificou, e lamenta que, num País que alcançou um tão alto nível de segurança interna para controle e execução de projetos econômicos, a segurança particular de um número sem fim de cidadãos, sobretudo das classes mais pobres e humildes, seja tão frequentemente ameaçada e violentada por uma espécie de terrorismo privilegiado, como disse o cardeal Evaristo Arns".

### "CAI A MASCARA"

"Não é mais possível manter a aparência de paz, quando na realidade existem sérias divergências entre o governo e a Igreja. A máscara começa a cair e a igreja deve enfrentar a situação com clareza, discordando publicamente e atuando sem ambiguidades, embora não se deva excluir a possibilidade de acordo. A afirmação foi feita por dom Moacir Grechi, bispo do Acre-Purus, ao se referir à morte do padre João Bosco

Enfatizando que estava falando como bispo de uma região cheia de problemas, e não em nome da CNBB, dom Moacir disse não acreditar mais no diálogo de cúpula entre a igreja e o governo. "O que se deve fazer agora — acentuou — é conscientizar o povo de seus problemas e das injustiças que sofre, para que ele possa fazer suas próprias reivindicações".

Em sua opinião, os últimos acontecimentos revelam que a força policial faz o que quer e não é punida, pois se sente dona da situação. Para dom Moacir, a questão agrária é o foco de todos os problemas: "Quem está lá não tem terras e quem tem terras não está lá".

### QUAIS AS CAUSAS?

Para os jesuítas de Diamantino, a causa da morte do padre João Bosco "tem raízes num sistema de desrespeito à pessoa humana, na tortura que vem oprimindo índios, posseiros, peões, operários e todos quantos se solidarizam com eles".

## Nos cânticos dos fiéis, o adeus ao padre Burnier

### Do enviado especial

"Com alegria, ofereço o meu sacrifício e vou cantando e louvando o Senhor". Entoando cânticos religiosos e rezando, mais de mil pessoas de Diamantino acompanharam, ontem, o enterro do padre João Bosco Penido Burnier. Da igreja matriz, onde o corpo foi velado, ao cemitério do Seminário Jesuíta, o caixão foi levado pelo povo sob um sol forte e por uma distância de três quilômetros.

Embora com intensa participação popular, o velório, a missa de corpo presente e o enterro transcorreram sem qualquer incidente e sob as vistas de diversos agentes de segurança à paisana. Durante a missa, celebrada por três bispos e 26 padres, o bispo de São Félix, dom Pedro Casaldáliga, fez um sermão narrando os acontecimentos na delegacia de Ribeirão Bonito e comparando o sacrifício e agonia do padre João Bosco à Paixão de Cristo.

Sobre o altar-mor, havia um cartaz: "Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra". Numa lateral da igreja, junto à camisa ensanguentada do padre João Bosco, outro cartaz: "Sem derramamento de sangue não há libertação" (Hebreus 9.22). Esse foi um dos temas abordados pelo sermão do bispo Casaldáliga, quando lembrou que toda a argumentação usada por ele e pelo padre não havia servido para libertar as mulheres que estavam sendo torturadas na delegacia de Ribeirão Bonito. Mas, acrescentou, logo após o padre ter caído ferido com uma bala na cabeça, os policiais se apresaram em abrir as celas e mandá-las embora.

O bispo lembrou, ainda, as três horas de agonia do padre, que se manteve lúcido por um bom tempo e disse estar oferecendo o seu sacrifício "por um Brasil novo, sem terror, sem opressão e sem medo e por uma terra de homens livres".

### CIDADE PARA

Durante a noite anterior, centenas de pessoas se revezaram no velório, rezando e cantando hinos religiosos. Ontem, Diamantino parou para assistir à missa de corpo presente e ao enterro

do Padre João Bosco. O juiz de Direito decretou luto oficial e nem mesmo os bares abriram antes do meio-dia. Nas primeiras horas da manhã, o alto-falante da igreja começou a chamar o povo para a missa e o enterro, enquanto transmitia os telegramas recebidos de autoridades religiosas de todo o País e de ex-alunos, amigos e colegas do padre assassinado. Entre os telegramas, foi lido o do governador Garcia Neto, de Mato Grosso, que apresentou condolências pela morte do jesuíta e prometeu punir os responsáveis pelo crime.

A missa começou às 9 horas e se prolongou até as 10 e 30, deixando a velha igreja completamente lotada. Apesar do sermão do bispo Casaldáliga, do pronunciamento dos jesuítas lido por ele e das incisivas orações e citações bíblicas, não havia clima de tensão no templo. Crianças, jovens e velhos cantavam com convicção alegres cânticos religiosos e o bispo dom Enrique Froehlich agradecia a Deus por ter dado um mártir à sua Prelazia.

Após a missa, formou-se um longo cortejo para levar o corpo ao cemitério do Seminário Jesuíta. Apesar do sol forte, a grande maioria das pessoas que assistiu à missa preferiu acompanhar o caixão a pé. E apenas cerca de 20 carros seguiram o cortejo.

Os mais de 50 religiosos que se reuniram em Diamantino para assistir aos funerais do padre João Bosco Burnier mostravam-se consternados com o crime. Mas a maioria não manifestava surpresa com a morte de mais um missionário em Mato Grosso. Há três meses, eles se reuniram para sepultar o padre Rodolfo Lunkeibein, morto com um indio por jagunços que invadiram a reserva de Meruri. Sabendo que o clima de violência tem crescido em Mato Grosso, os missionários já estavam preparados para enfrentar a repetição de agressões contra religiosos. A grande surpresa, no entanto, foi a vítima ter sido justamente o padre João Bosco, conhecido por todos como um dos religiosos mais calmos e diplomáticos que atuam no Estado.

## Assassino é expulso da polícia

O soldado Ezy Feitosa Ramalho, assassino do padre João Bosco Penido Burnier e outros seis policiais envolvidos no caso foram expulsos da Polícia Militar de Mato Grosso, ontem e, deverão ser entregues à Justiça, hoje, para serem inqueridos e processados. No final da tarde, em telegrama ao secretário de Segurança Pública, Madeira Evora, o delegado especial enviado a Barra do Garças comunicou que os exames médicos confirmaram as torturas e sevícias praticadas em Santana Rodrigues dos Santos, Eloisa Penalva e Margarida Barbosa da Silva, as três mulheres presas e em favor das quais foram interceder, no dia do crime, dom Pedro Casaldáliga e o padre assassinado.

Hoje, segundo informou o chefe de gabinete do secretário de Segurança, os sete policiais serão levados para Barra do Garças e apresentados às três mulheres, para que elas reconheçam os seus seviciadores. Além de Ezy Feitosa Ramalho, estão envolvidos no crime o 3º sargento Elias Amador, os cabos Messias Martins dos Reis e Juracy Pedro da Silva e os soldados José Ferreira de Andrade, Clarindo Rodrigues do Carmo e Manoel Tavares do nascimento.

O comandante-geral da PM, coronel Geraldo de Oliveira e Silva, depois de chamar a atenção para a rapidez com que se apurou o assassinio e se aplicou a punição aos culpados, admitiu, ontem, que, no decorrer do inquérito, poderão surgir outros implicados.





Apesar do sol forte, mais de mil pessoas acompanharam o enterro a pé

## Índios com fome atacam fazendas

Da Sucursal de BELO HORIZONTE

Cerca de 500 índios machacalis, que vivem numa reserva no município de Bertópolis, na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo, vêm invadindo e saqueando fazendas da região, "sob pressão da fome e do abandono em que se encontram", segundo denúncia encaminhada quarta-feira pela Federação da Agricultura de Minas ao ministro Alysso Paulinelli, a pedido do Sindicato Rural de Aguas Formosas.

A Federação pede a interferência do Ministério junto à Funai, para que se dêem condições de sobrevivência à tribo, evitando-se as invasões, "que vêm causando sérios prejuízos". A reserva machacali pertence à jurisdição da Delegacia da Funai de Governador Valadares, cujo diretor, coronel Clodoviro Bloise, está viajando.

O documento enviado ao ministro contém uma "relação dos danos causados pelos índios machacalis nas propriedades limítrofes do aldeamento indígena do Pradinho". E apresenta os nomes de 31 proprietários

rurais que tiveram mortos ou roubados, de novembro de 1975 a junho último, um total de 84 reses, 129 porcos, 580 aves e um mular. Informa também, que os índios invadiram três residências e 16 pomares, roubando roupas e utensílios domésticos e destruindo colheitas.

Já em 1957, a situação dos machacalis inquietava as autoridades, pois a população envolvente começou a disseminar o alcoolismo na aldeia, transformando os índios em bandidos de estrada. A "recuperação" da tribo foi conseguida pelo capitão Manoel dos Santos Pinheiro, nomeado para dirigir a delegacia de Governador Valadares, e que teria realizado seu objetivo com a implantação de "uma disciplina militar".

Após 1972, começaram a surgir outros problemas, pois o novo delegado, João Geraldo Itatuitim, arrendou a terceiros parte das terras dos índios, com a finalidade de aplicar "toda a renda em benefício dos machacalis". Ao deixar o posto, ele afirmou ter tomado essa providência, porque a Funai não lhe dera apoio para atender às necessidades mínimas da tribo.

# SEDOC

## Brasil

### O Brasil em Puebla

Por ocasião da Assembléia geral extraordinária da CNBB, realizada em Itaici (SP) de 18-25 de abril de 1978, foram apresentados vários subsídios aos bispos para o estudo do documento de Puebla. Transcrevemos a seguir dois deles: o da Comissão pastoral da terra e do CIMI.

#### PUEBLA E OS TRABALHADORES RURAIS

Transcrevemos a seguir o documento preparado pela Comissão pastoral da terra e que nos foi diretamente enviado.

##### 1. Introdução

Na II Conferência geral do episcopado latino-americano, realizada em Medellín, 1968, foi reconhecida e proposta atenção especial ao setor agrário das nações do Continente, indicando como caminho indispensável «uma autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrárias» (docum. *Justiça*). Estas sugestões nasceram da análise da realidade latino-americana feita pelos bispos e assessores, onde as populações do campo e das cidades foram vistas como vítimas de «injustiça institucionalizada», geradora das diversas situações de miséria.

O que foi feito para resolver os problemas dos trabalhadores agrícolas desde 1968? Terão os governantes e as elites ouvido os apelos preferenciais feitos na mesma Conferência, e encaminhado as várias reformas sugeridas? E os próprios trabalhadores rurais, o que fizeram? E na Igreja católica o que se tem encaminhado e realizado nestes dez anos em relação aos milhões de camponeses da América Latina?

Procuraremos, num texto reduzido, e limitado: 1) informar algo sobre a situação dos trabalhadores rurais, encurralados em estruturas agrárias secularmente discriminatórias; 2) detectar as prin-

1. Ver alguns dados no depoimento de D. Moacyr Grechi na "CPI da Terra", in SEDOC, vol. 10, out./nov. 1977. VOZES, Petrópolis, RJ, p. 306 a 313.  
2. Aqui estão alguns dados que mostram a concentração da propriedade da terra no Brasil, e suas consequências para os agricultores:

a) Distribuição da Terra segundo a categoria de imóveis — INCRA, 1972

	72,0% dos imóveis	12,5% da área
Minifúndio	4,8% " "	9,7% " "
Empresa rural	23,2% " "	73,0% " "
Latifúndio por exploração	0,0% - (175 imóveis)	4,8% " "
Latifúndio por dimensão		

("Aspectos da realidade agrária", CONTAQ, agosto de 1976)

cipais aspirações dessa população trabalhadora; 3) por fim, à base da experiência da Comissão Pastoral da Terra, indicar algumas tentativas de resposta pastoral a esta realidade analisada. Como conclusão, apresentaremos alguns pontos que não poderão estar ausentes na próxima Conferência de Puebla.

Limitar-nos-emos, por questão de concisão e exatidão, à realidade brasileira atual. Cremos, porém, que não será nada difícil estender ao conjunto dos países latino-americanos a realidade aqui apresentada. E como não nos será possível apresentar uma análise do processo histórico que ajudaria a entender a situação atual, esperamos que todos o tenham presente na leitura que segue.<sup>1</sup>

##### 2. A propriedade da terra versus o trabalho dos lavradores

Todas as análises dos dados dos recadastramentos do IBRA/INCRA, de 1967 e 1972, indicam essas tendências:

- maior concentração da propriedade da terra;
- diminuição dos pequenos proprietários, parceiros e arrendatários;
- diminuição dos assalariados permanentes;
- aumento significativo do número de assalariados temporários;
- comprovação da baixa produtividade das grandes propriedades, em comparação com as pequenas.

Vejamos alguns dados. De 1967 a 1972 houve um aumento total da área ocupada da ordem de 2,7%, mas o número de imóveis rurais diminuiu em 7,1%. Deu-se então uma concentração. E foi às custas dos camponeses expulsos das pequenas propriedades, pois os minifúndios diminuíram na base de 11%, enquanto os latifúndios praticamente não diminuíram. As chamadas «empresas rurais» também cresceram no período, mas a área ocupada por elas é relativamente pequena.<sup>2</sup>

Para reforçar basta indicar o aumento dos «assalariados temporários». Nesses 5 anos eles passaram de 3.900.000 a 6.800.000. A maior parte

b) Modificação na força-de-trabalho rural — IBRA/INCRA, 1967/72

	1967	%	1972	%
Pequenos proprietários minifundistas	2.700.000	25	2.400.000	21
Parceiros/arrendatários	2.100.000	20	500.000	4
Assalariados temporários	3.900.000	36	6.800.000	60
Assalariados permanentes	1.400.000	13	1.200.000	11
Posseiros	700.000	6	500.000	4
<b>TOTAL</b>	<b>10.800.000</b>	<b>100</b>	<b>11.400.000</b>	<b>100</b>

(Id. lb., p. 13)



deles é formada de pequenos proprietários, de arrendatários e de parceiros que perderam suas terras e seus lugares de trabalho. Diminuíram também os «assalariados permanentes», o que quer dizer que a tendência, no campo brasileiro, é a utilização de trabalhadores «volantes», sem contrato fixo, usados no tempo em que se precisa de mão-de-obra.

Já é do conhecimento de todos a situação de miséria em que vivem os trabalhadores rurais do Brasil. Mas a miséria tem aumentado com o crescimento desse «assalariamento» temporário. Fácil de entender: esses trabalhadores, na maioria, já não podem morar nas fazendas, pois são dispensados ou expulsos. Vivem nas periferias das cidades, em «invasões», nos barracos. Só trabalham nos dias que conseguem, e só recebem pagamento nos dias que trabalham. Quando conseguem trabalho, devem viajar horas em caminhões para chegar às fazendas, e para voltar. Como são muitos os que precisam de trabalho, os «salários», diários ou semanais, são baixíssimos (essa é a razão principal para os fazendeiros preferirem esse tipo de trabalhador, já que ele dá mais lucro, além de quererem livrar-se de obrigações trabalhistas). E para completar o quadro, como a tendência é modernizar a agricultura, a maior parte desses trabalhadores fica realmente sem remuneração, sem trabalho e sem lugar de morar, sem comida, sem nada...

Vale lembrar, para perceber a gravidade da exploração do trabalho, que há mais de 5 milhões de menores trabalhando no campo, ocupando evidentemente o lugar do adulto a menores preços e com pouca capacidade de resistência.

O que não se pode dizer, porém, é que no Brasil falte terra para ser trabalhada. Só nos latifúndios, não contando, então, as terras públicas, que são muitas ainda, temos mais de 70 milhões de hectares de terra aproveitáveis e não cultivadas. Mas como se insiste em promover «grandes empresas» e modernizar a produção das grandes propriedades, sem mexer na estrutura de posse e uso da terra, a maioria fica sem terra, muitos são expulsos ou são obrigados a vender suas pequenas propriedades, por falta de estimu-

c) Dados do Censo agropecuário — IBGE, 1970/1975

	1970		1975	
	Nº de Proprs.	Área, %	Nº de Proprs.	Área, %
Até 10 ha	51,4%	3,1%	52,3%	2,8%
10 a 500 ha	47,8%	57,4%	46,9%	54,5%
acima de 500 ha	0,8%	39,5%	0,8%	42,7%

(in Bol. "Combota", nº 26, Assessorar, Fco. Beltrão, Pr. mar./abr. de 1978).

3. O número de crianças, menores de 14 anos, empregadas na agricultura brasileira cresceu 54,52% de 1970 a 1975, atingindo um total de 4,5 milhões. O maior crescimento de participação da mão-de-obra infantil ocorreu em regiões onde se expandiram as fronteiras agrícolas: na região Norte, 111,87%, na Centro-Oeste, 82,6%, na Sul, 66,88% e na Nordeste, 48,94%. (Dados da Síntese Preliminar do Censo Agropecuário, 1975, IBGE — in J. Paraná rural, Curitiba, PR, jan. 1978, p. 12 e 13.) Hoje, 1978, certamente essas crianças menores serão mais de 5 milhões.

4. O minifúndio possui 18,8% de sua área constituída de terras aproveitáveis mas não exploradas, enquanto nos latifúndios a área aproveitável não explorada representa 24,5% da área total ocupada pela categoria, representando nada menos que 70 milhões de hectares (Comentário aos dados do INCRA, 1972 — in CONTAG, op. cit., p. 11).

5. Cf. SEDOC, vol. cit., o depoimento de D. Moacyr Grechi, p. 304 a 334, especialmente na p. 313 a 317.

6. Participação dos imóveis segundo a Categoria no valor total da produção em porcentagem — INCRA, 1972 — no Brasil.

los e garantias nos preços dos produtos de alimentação. Com isso, ao contrário do que falam os responsáveis pela política oficial, não aumenta a produtividade da terra e a produção como um todo. Os dados provam isso: os minifúndios, ocupando só 13,8% da área explorada, têm um rendimento médio de Cr\$ 240,37 por hectare, enquanto o latifúndio, que ocupa 72,1% da área, tem um rendimento de apenas Cr\$ 72,20 por hectare.

Não se diga, também, que as grandes propriedades oferecem mais oportunidades de trabalho. Ao contrário, o mesmo levantamento mostrou que quanto maior a propriedade menor é a oferta de trabalho. É claro, pois ou se usam máquinas, produzindo o que dá para vender ao exterior, com melhor preço, ou se faz extração de madeira, ou se cria um pouco de gado de maneira extensiva, ou se deixa a maior parte da terra parada esperando valorização para revender.

Por fim, é bom ter presente que mesmo a legislação existente, incompleta e propositadamente complicada, não é respeitada no Brasil, especialmente no campo. Nem a legislação agrária (nem a agrícola), nem a trabalhista, é respeitada. E as autoridades encarregadas do setor pouco ou nada fazem pela simples razão de que representam interesses dos grandes proprietários, e defendem e promovem os mecanismos que lhes garantem maiores e mais fáceis lucros. De tal modo que, para favorecer o desejo incontrolável de lucro, os trabalhadores tornam-se uma simples «mercadoria» a ser alugada. O valor do homem é menor, na prática capitalista da agropecuária, do que a máquina, que precisa ser conservada, e do que o boi, que tem valor no mercado.

### 3. As esperanças do povo lavrador

É possível ter esperança depois de 4 séculos de exploração, de exploração, de migrações

	Valor total	Área explorada	Rendimento Cr\$ Ha
Minifúndio	24,6%	23,8%	240,37
Empresa rural	40,7%	14,1%	361,44
Latifúndio	34,7%	72,1%	72,20
Brasil	100,0%	100,0%	143,83

“É interessante assinalar que o rendimento de minifúndio, Cr\$ 240,37/ha, é 3,32 vezes maior que aquele obtido pelo latifúndio, Cr\$ 72,20/ha, bem como o rendimento obtido pelos parcelos, Cr\$ 404,00/ha (apresentado em outro quadro), é até superior ao apresentado pelas empresas rurais, Cr\$ 361,44/ha” (CONTAG, op. cit., p. 17 e 18).

7. Dados sobre a relação área explorada/emprego, podemos encontrá-los no Recadastramento do INCRA - 1972, onde aparece que os latifúndios empregam uma pessoa para cada 60 ha, enquanto os minifúndios utilizam uma pessoa para cada 7,6 ha e as empresas rurais uma para cada 18,5 ha (cf. CONTAG, op. cit., p. 16). Dados concretos sobre esta relação nos Projetos agropecuários, especialmente na Amazônia, podemos encontrá-los no depoimento de D. Pedro Casaldáliga na CPI da Terra — in SEDOC, vol. cit., p. 283.

8. Sobre este ponto, ver as denúncias, documentadas, feitas nos depoimentos prestados à CPI da Terra, especialmente os dos bispos, publicados no citado volume de SEDOC, com análise dos inúmeros casos de grilagem, violências e explorações feitas aos homens do campo no Brasil.

Ver também a entrevista de José Gomes da Silva, presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), ao J. de Brasília, 29.01.1978, p. 25 a 36 com outras entrevistas, onde fica evidenciado o comprometimento da política oficial, via Ministério da Agricultura, com os grandes proprietários.

9. FETAEP, “Trabalhador Volante”, in depoimento de D. Agostinho Sartori e Pastor Gernote Kirinus na CPI da Terra, in SEDOC, vol. cit., p. 430. Neste depoimento podem ser encontrados valiosos dados e análises dos problemas da terra e dos trabalhadores do Paraná, valendo, como referência, para todo o Sul do país.

JUNHO 1978/109



forçadas?<sup>10</sup> É possível ter esperança no meio das violências que continuam acontecendo, e tendem a aumentar principalmente nas áreas em que a grilagem está tomando as terras ocupadas pacífica e produtivamente pelos posseiros, foreiros, arrendatários?... É possível ter esperança frente à força dos donos do capital, nacional e multinacional, que, com apoio direto e indireto dos governantes, estão decididos a «comprar», de graça ou pelo menor preço possível, as terras «livres» de nosso país, desconhecendo a existência e os direitos dos primeiros moradores, índios ou não? É possível ter esperança diante da voracidade dos donos do capital que, apoiados pela política agrícola oficial, estão querendo tomar as poucas terras dos pequenos proprietários?

Os fatos estão aí para demonstrar: nosso povo camponês, nas suas diferentes situações, continua, com sua paciência e teimosia, lutando por um pedaço de terra, um pedaço de pão, uma casa para morar, luta pelo direito de realizar sua missão, isto é, cultivar a terra, tirando dela seu sustento, de sua família, e o alimento de seus semelhantes. É esta esperança do povo, sem a menor dúvida, a melhor base para acreditar no futuro, para criar um futuro mais justo e humano para toda a humanidade. É essa a base histórica que nos pode revelar a ação de Deus na única história da humanidade, apoiando e atraindo os homens para uma forma de vida social realmente humana, onde, com a participação livre e alegre de todos, sem nenhum tipo de discriminação, todos os seus filhos possam realizar-se como pessoas e como humanidade.

Mas a paciência do povo camponês está chegando ao fim. Isto se dá ao mesmo tempo em que estão terminando as «terras livres», praticamente todas ocupadas pelo capital que exige lucros, a tudo e a todos sacrificando em função dele, exclusivamente dele. E o povo, na sua prática, desenvolvido principalmente nos últimos anos, está querendo realizar o que os Hebreus conseguiram no Egito: sua libertação. Com uma diferença fundamental: sua terra é essa mesma em que vive, não outra; a Jerusalém dos brasileiros é o Brasil mesmo, não a Bolívia, ou o Paraguai, ou as beiras subumanas das cidades. Sua «terra prometida» é uma *nova sociedade*, construída com a sua participação, em que os milhões de hectares de terra sirvam ao povo todo, tanto para morar e trabalhar, quanto para produzir o que o próprio povo do Brasil, e das outras nações, precisam para viver. Mas é evidente que a mudança no campo só acontecerá com a transformação de toda a sociedade, isto é, da política que marca como deve funcionar tudo na sociedade em que se vive.

A prática dos trabalhadores rurais está mostrando que eles querem unir-se e organizar-se. Não querem mais viver desunidos. Compreende-

10. Em 1970 os migrantes eram mais de 29.000.000

Migrações	Nº	%
rural/rural	7.558.665	26,0
rural/urbano	5.496.298	19,0
urbano/rural	1.657.257	6,0
urbano/urbano	14.515.228	49,0
TOTAL	29.222.448	100,0

Fonte: Tabulação especial do Censo demográfico de 1970 — in SEDOC, vol. cit., p. 314.  
— Quantos serão hoje, 1978? Como vivem? Nesse sentido vale ler a reportagem de Roberto Hilas: "A dura viagem no trem dos desterrados — a volta dos homens que a cidade usou e jogou fora", na revista Isto é, 22.03.1978, n. 65, p. 58 a 61.

ram que não podem mais ficar isolados, cada um enfrentando sozinho os problemas. A força está na união e na organização dos milhões de gente pobre e fraca. É claro que não são todos que pensam assim, ou que agem assim, em função deste objetivo. A necessidade de união e organização é um sentimento geral, mas nem todos encontraram os caminhos para construí-los. Cresce, porém, o número e a qualidade dos que estão procurando os meios para conseguir essa organização, como meio indispensável de fazer valer a sua palavra, de participar nas decisões políticas que determinam o modo de funcionamento da sociedade. Numa região eles se unem para defender a terra, cobiçada por algum capitalista. Noutra se unem para defender os preços da sua produção. Noutra sua luta visa conseguir a desapropriação de algum «latifúndio». Em outro lugar eles se organizam para exigir a aplicação das leis, para respeito de seus direitos de trabalhador. Em outro ainda, sua união serve para encontrar jeitos de livrar-se da exploração do trabalho, agindo juntos, por conta própria, em empreitadas. Em muitos lugares, trabalhadores se unem para apoiar outros companheiros que estão em dificuldade, em luta, mesmo se eles não estão com a mesma questão. Assim a causa de um se torna a de todos, e todos aprendem a defender-se.

Em todos esses tipos de ação, o dado mais significativo é a descoberta prática do valor da organização, do que pode e deve valer o seu sindicato. Cresce cada dia mais a vontade e a disposição de conseguirem o direito de se organizarem livremente, sem nenhum tipo de controle e dominação.

Por causa dessas atitudes dos trabalhadores são muitas as dificuldades, as pressões e perseguições. Aumenta até o número de mortes. E na medida em que vão agindo sentem maior necessidade de compreender o que está acontecendo, conhecer as leis que os defendem, encontrar novos e melhores caminhos. Para isso é que precisam e contam com o apoio e a colaboração de pessoas e instituições amigas. Como a grande maioria do povo lavrador é cristão, muitas vezes mantida numa religiosidade de resignação, mas ainda assim fiel ao mais autêntico evangelho de Jesus, os trabalhadores rurais pedem e esperam o apoio da hierarquia e de outros setores da Igreja nessa sua caminhada. Não querem que ela seja a dona do caminho, mas que seja companheira.

#### 4. Respostas pastorais

A atividade pastoral da Igreja sempre esteve muito presente no campo, especialmente na América Latina. A sede das dioceses está sempre nas cidades, mas sua atuação fundamental se desenvolve entre os camponeses. Tanto é assim que a maioria absoluta dos membros do clero e dos religiosos provém deste meio.

Não podemos, porém, dizer que a atividade pastoral tenha sido sempre uma resposta aos anseios e necessidades dessas populações. Ao contrário, por muitas circunstâncias históricas, e pelo envolvimento da ideologia dominante, a maioria das vezes, a atuação pastoral da Igreja esteve associada aos interesses dos proprietários da terra, convivendo e dependendo especialmente dos mais ricos deles, os latifundiários. A pregação e a catequese, quase sempre desligadas do exemplo e da palavra de Jesus Cristo, sempre desligadas da revelação feita através dos



acontecimentos históricos, foi uma apresentação de normas morais destinadas a levar o povo, secularmente explorado e miserável, a aceitar passivamente sua situação de miséria. O «fatalismo», aparentemente «natural», dos camponeses, é muito mais fruto dessa atividade pastoral desenvolvida, associada a outras pressões ideológicas da sociedade.

Nos últimos anos, especialmente depois do Vaticano II e da Conf. de Medellín, a dramática situação dessas populações do campo<sup>11</sup> começa a ser encarada de modo diferente. Os «pastores» começam a preocupar-se em conhecer e compreender, mais cientificamente, a situação: ver como o povo está vivendo e, ao mesmo tempo, descobrir as causas de seus sofrimentos. A atividade pastoral passa por uma revisão séria. Os primeiros passos no sentido de uma evangelização mais autêntica aparecem em muitas Igrejas locais. Os movimentos de ação católica especializada contribuem enormemente para descobrir formas de superar os métodos e o conteúdo tradicionais da catequese e da pregação. Especialmente, são eles que abrem a perspectiva da necessidade de partir do próprio povo, descobrindo e «formando» liderança do seu meio como única maneira de sua libertação.

Há aproximadamente três anos, surgiu, a partir da necessidade sentida por algumas Igrejas particulares da Amazônia brasileira, a Comissão Pastoral da Terra.<sup>12</sup> Ela não é um movimento ao lado ou no lugar de outros movimentos de evangelização. Ela é um organismo, um instrumento destinado a «interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor do homem do campo». Sua tarefa essencial é promover a ligação das equipes locais de pastoral, para um levantamento e um estudo da realidade vivida pelo povo e do trabalho pastoral que está sendo desenvolvido. A partir daí, num trabalho em conjunto, inclusive numa dimensão ecumênica e social, atuando com membros de outras Igrejas Evangélicas<sup>13</sup> e, onde é possível, com outros organismos que têm os mesmos objetivos — especialmente os Sindicatos dos trabalhadores rurais — a Pastoral da Terra procura, com a participação e liderança dos próprios camponeses, apoiar as lutas do povo do campo para defender seus direitos e para conquistar a solução de seus problemas.

Hoje, a partir do fato histórico e social das migrações, provocadas pela situação e pela política agrárias e agrícolas, apresentadas acima, a Pastoral da Terra tem núcleos praticamente em todo território nacional.

O que, a partir da experiência, vai sendo definido como essencial na «pastoral da terra»? Vejamos alguns pontos<sup>14</sup>:

4.1. Que o primeiro passo, ponto de partida de evangelização, é a análise do problema da

«terra», isto é, do lugar onde os camponeses e suas famílias vivem e trabalham. Isso leva a examinar, com os próprios lavradores, quais são as formas de «posse» e «uso» da terra que existem em cada lugar, em cada região, ligando com as formas nacionais de apropriação e trabalho na terra.

4.2. Normalmente, ao entrar em contato com os camponeses, ou eles já estão unidos e organizados para defender e/ou reivindicar seus direitos — pois, como vimos acima, sua situação geral é de expropriação violenta —, ou decidem iniciar sua união a partir da luz nova que vem do Evangelho descoberto e relido a partir do seu conteúdo social.

4.3. Os camponeses procuram agir no e através do seu Sindicato. Várias são as ações, dependendo da situação. Em todas as formas de atuação, porém, o essencial é o trabalho de debate amplo e educativo feito com os seus companheiros. A Pastoral da Terra apóia esta atividade sindical e acompanha as reflexões dos que se engajam nela, por entender que o Sindicato é um instrumento próprio dos camponeses.

4.4. A Pastoral da Terra procura todos os meios para evitar a substituição das iniciativas próprias dos camponeses, entendendo que eles são os melhores evangelizadores de seus companheiros, e são os primeiros sujeitos e autores de sua libertação.<sup>15</sup> A Pastoral, como instrumento de evangelização, procura provocar e acompanhar — com aprofundamentos sucessivos — a descoberta e a compreensão da realidade feitas ao modo e ao ritmo dos próprios homens do campo. Nesse sentido, a tarefa de evangelização é parcial e, ao mesmo tempo, permanente. Não visa provocar «organizações cristãs», mas acompanha todas as etapas do engajamento histórico dos camponeses que vivem a fé em Jesus Cristo.

4.5. Nesta caminhada, os camponeses reivindicam a recuperação da Pastoral enquanto serviço, não aceitando que ela, contrariando o exemplo de Jesus Cristo, fique do lado dos mais ricos, que dominam a sociedade. Exigem que ela seja «deles», isto é, seja pobre como eles<sup>16</sup>. Necessitada e esperancosa de um mundo mais justo e humano, ou que, pelo menos, coloque tudo o que possui ao seu serviço, como instrumento de apoio à sua caminhada. Talvez muito mais do que a maioria dos agentes pastorais, os camponeses acreditam no céu, e esperam a plenitude do Reino de Deus, a felicidade, lá junto do Pai. Descobrindo que esse Reino, porém, começa e se constrói aqui e agora, buscando a libertação de toda a sorte de injustiças e sofrimentos<sup>17</sup>, os camponeses vivem a alegria do engajamento, e até da luta, por saberem estar, assim vivendo a vontade de Deus. Não há dualismos.

15. Para conhecer as linhas de atuação da Pastoral da Terra, ver as conclusões da I Assembleia da Pastoral da Terra, in Bol. da Comissão Pastoral da Terra, n. 13, nov./dez. 1977, p. 3 e 4.

16. Sobre isto é importante ter presente as declarações do Magistério da Igreja católica, desde os Santos Padres até as Encíclicas de João XXIII e Paulo VI, bem como os Documentos do Concílio Vaticano II, os Documentos de Medellín e tantas declarações do nosso episcopado.

17. Exigindo a prática da expressão «Igreja pobre para os pobres» (Medellin, «Pobreza na Igreja»), sempre repetida, e fazendo que a Pastoral concretize a afirmação de que «não deixa de ser esta a hora da Palavra, mas chegou, com dramática urgência, a hora da ação» (Medellin, Introdução).

18. Cf. Ev. Nuntianti, 18, 30 e 31, e Gaudium e Spes, 43 e 72 (especialmente).

JUNHO 1978/109



4.6. Partindo da constatação de que a Igreja é também uma instituição social, que existe em cada lugar e em cada país, que tem algum poder e bastante influência, a Pastoral da Terra tem sido oportunidade para descobrir que este poder e esta influência devem ser usados realmente em favor dos mais fracos, dos que reclamam por seus direitos. Não para abafar ou substituir as iniciativas dos homens do campo, mas para apoiá-los, promovê-los e defendê-los nas perseguições. Uma das tarefas que os camponeses esperam que ela faça é o despertar da opinião pública nacional em relação à situação e necessidades dos homens do campo, para que ela apóie suas reivindicações. Isso pode ser realizado usando os vários instrumentos de comunicação em mãos da própria Igreja, e em colaboração com a imprensa do país.<sup>19</sup>

4.7. Finalmente, a Pastoral da Terra, na sua experiência, que atendeu e ainda atende ao pedido de informação dos camponeses sobre as leis que «defendem» seus direitos, vai superando os estreitos critérios legalistas das ações sociais e do direito em nossas sociedades. O «justo» será apenas o que se encontra nas «leis»? O direito é algo concedido sob forma de leis, ou é algo mais? Por exemplo: o «direito» à propriedade da terra é, na prática do nosso país, limitado ao dinheiro que pode comprá-la ou ao papel com o «título de propriedade». Isso pode ser o legal, mas não será sempre o justo. Ao contrário, o justo seria o acesso à terra por parte de todos que a cultivam e dela tiram seu sustento e de seus semelhantes, enquanto o injusto é comprar terras com objetivos especulativos.<sup>20</sup> O «direito à propriedade» seria algo sem limites, como acontece no Brasil, onde se permite até que um estrangeiro «possua» mais que seis milhões de hectares, ou é um direito de todos, condicionado à destinação social que for dada a este «bem comum»?<sup>21</sup>

#### 5. Conclusão: O que os camponeses esperam de «Puebla»

Podemos dizer, com muita segurança de sermos fiéis às esperanças dos sofridos homens do campo, que eles esperam, fundamentalmente, três

19. Entre os muitos exemplos desse modo de atuação, em todas as regiões, podemos citar a atuação da Pastoral em relação à «Fazenda União», na Prelazia de Diamantino, MT, amplamente divulgada, e a ação desenvolvida em relação aos moradores de «Alagamar e Piacas», na Arq. da Paraíba, PB, conforme a carta pastoral de D. José Maria Pires, 12.02.1978 (cf. SEDOC 10, 1025-1030).

20. «Sustentamos que a compra por dinheiro não pode ser a única nem a principal fonte do direito de propriedade. A necessidade e o trabalho são títulos mais nobres e mais legítimos. Quem precisa da terra tem mais direito de que quem não precisa. Quem cultiva com carinho e dela tira o sustento é mais dono do que aquele que tem dinheiro mas «nunca plantou um carvão de nada». Alega-se que nosso Direito só reconhece como dono quem comprou. Só ele tem um título legal. Mas é preciso reconhecer também que nem tudo que é legal é legítimo ou é o mais legítimo. A campanha dos agricultores e de seus órgãos de classe é para que se dê legitimidade ao direito proveniente da necessidade e do trabalho» (trecho da Carta pastoral de D. J. M. Pires, cit. acima).

21. J. Varadouro n. 7, fev. 1978, Rio Branco, AC — citando depoimento do jornalista Lúcio Flávio Pinto na CPI da Terra, segundo o qual a «propriedade» do norte-americano Ludwig, a JARI, possui mais de 6,5 milhões de ha.

22. a) «Quase 18 milhões de trabalhadores brasileiros ganham atualmente salários cujo limite não ultrapassa o valor do salário mínimo (Cr\$ 1.106,00). O dado consta de uma das primeiras tabulações da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios que vem sendo preparada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e causou grande impacto». (J. de Brasília, 12.03.1978, p. 9).

atitudes, baseadas em três imperativos, dos pastores da Igreja católica da América Latina reunidos em Puebla:

5.1. Que, uma vez constatado que a situação dos povos latino-americanos piorou em todas as dimensões, apesar ou como efeito próprio do «tipo de desenvolvimento» imposto às nossas nações — que só beneficiou uma pequena minoria dos mais ricos e ao capital multinacional, fruto de uma política baseada na exploração máxima do trabalho do povo e no «controle» dos salários, possibilitada por uma violenta e generalizada repressão às mobilizações do próprio povo para a defesa de seus direitos —, a Igreja católica da América Latina não faça o convite e não ponha sua esperança de um futuro mais humano para nossos países nas pessoas que compõem a elite econômica, política, social e militar do nosso continente.

Em Medellín foi feito isto, mas os «convidados», ao contrário de procurar seguir os caminhos propostos, implantaram ou firmaram «modelos» econômicos e políticos cujas metas e procedimentos contrariam os interesses de todos os trabalhadores e da maioria da população. A chamada «doutrina de segurança Nacional» estabeleceu critérios e bases ideológicas para, ao mesmo tempo, garantir os interesses dos capitalistas, especialmente dos grupos multinacionais, e controlar os trabalhadores. Qualquer manifestação popular em vista de uma melhoria salarial — e no Brasil o valor real do salário mínimo, remuneração base de mais de 17 milhões de trabalhadores, em 1975 caiu quase 70% em relação ao seu valor real em 1959<sup>22</sup> — ou em vista de ter acesso à terra — Brasil, 0,8% das propriedades, «possui» 42% das terras, enquanto 52,3% das propriedades, as pequenas, possui apenas 2,8% e há mais de 11 milhões de camponeses com pouca ou simplesmente sem terra<sup>23</sup>

b) Evolução do salário mínimo legal e do salário mínimo necessário

Datas de aumento do salário mínimo legal	Valor Salário mínimo legal	Valor salário mínimo necessário — Cr\$ <sup>2</sup>	Diferenças
1º de jan. de 1959	5,90	5,90	0
18 de out. de 1960	9,44	11,62	2,18
16 de out. de 1961	13,22	16,87	3,65
17 de jan. de 1963	21,00	31,62	10,62
24 de fev. de 1964	42,00	61,48	19,48
1º de mar. de 1965	66,00	113,93	47,93
1º de mar. de 1966	84,00	168,68	84,68
1º de mar. de 1967	105,00	236,83	131,83
1º de mar. de 1968	129,60	290,16	160,56
26 de mar. de 1969	156,00	381,55	225,55
1º de mai. de 1970	187,20	444,68	257,48
1º de mai. de 1971	225,60	563,98	338,38
1º de mai. de 1972	268,80	670,71	401,91
1º de mai. de 1973	312,00	865,71	553,71
1º de mai. de 1974	376,80	1.169,09	792,29
1º de mai. de 1974 <sup>1</sup>	415,20	1.326,08	910,88
1º de mai. de 1975	532,80	1.470,46 <sup>2</sup>	937,66
1º de mai. de 1976	768,00	1.818,47	1.050,47

<sup>1</sup> Abono de emergência.

<sup>2</sup> Valor estimado

<sup>3</sup> Estimado para São Paulo.

Fonte: DIEESE, SP.

c) Baseado nas estatísticas salariais da Fundação Getúlio Vargas, «Entre 1965 e 1973, enquanto os salários reais de metade dos trabalhadores da indústria paulista eram reduzidos em 10% e os salários da camada mais bem remunerada aumentavam quase 80%, o lucro líquido das 100 maiores empresas do país triplicava, em termos reais, ou seja, descontando a inflação». (Cupertino, Fausto, A Concentração da renda no Brasil, Viv. Brasileira, RJ, 1976, p. 121 — cf. também as p. 103 a 110).

23. Vale lembrar dos dados apresentados na Nota 1, onde aparecem interligados a concentração da propriedade da terra e o aumento dos assalariados temporários. A política oficial, favorecendo a concentração da terra,



— é imediatamente classificada como atividade «subversiva», atentado contra a «Segurança Nacional». A repressão é imediata e violenta. O mesmo vale em relação aos que apóiam os trabalhadores, mesmo aos que trabalham na pastoral das Igrejas. Quantos são os mártires da nossa Igreja nesses últimos anos, se contamos indianos, operários, camponeses, estudantes, jornalistas... e os religiosos e padres mortos por causa do Evangelho e do amor aos seus irmãos oprimidos?!

Já é hora, então, de fazer como o «pai de família» da parábola de Jesus (Lc 14,15-24): convidar os que são desprezados pelos primeiros convidados, já que estes não foram «dignos». Convidar os camponeses, os trabalhadores da indústria, e todo povo oprimido, para juntos construir uma sociedade mais digna dos filhos de Deus.

Este convite exige que os pastores da Igreja católica renovem e reafirmem sua confiança no povo desprezado, mas trabalhador. Confiança na sua capacidade de ouvir e de pôr em prática a Palavra de Deus, seu plano para a humanidade (cf. Lc 10,21-24; Lc 8,21 e Mt 12,48-50). Confiança na «força» dos fracos e iletrados, como Jesus que escolheu entre estes seus discípulos e lhes confiou a sua Igreja. É preciso afirmar a certeza da ressurreição da humanidade, na convicção de que os fracos farão maravilhas «maiores» que Jesus, se tiverem fé (Mt 21,21-22). Os únicos que podem desenhar um «modelo de sociedade» que não se baseie na idolatria ao dinheiro e ao poder (cf. Mt 6,24; Mc 10,17-23) são os que hoje são oprimidos, pois podem, ao mesmo tempo, libertar-se da situação de opressão e desumanidade em que se encontram, e «libertar» os que os dominam, destruindo as suas «injustiças institucionalizadas».

E confiar no povo, convidando as elites dentro das mesmas exigências evangélicas, condicionando sua participação na caminhada à mudança de atitude (cf. Lc 19,1-10), significa definir pistas de trabalho prático, a pastoral, que realmente privilegie o convite, o despertar, o acompanhamento contínuo e o apoio aos engajamentos necessários dos trabalhadores em cada lugar, em cada país, no continente e no mundo. Para isso, assumir uma metodologia de trabalho pastoral que promova realmente a participação, de tal forma que os lavradores sejam o sujeito e não o objeto de sua evangelização.

5.2. Que seja valorizado o trabalho como forma de superar a atual situação e construir a nova sociedade. Nesse sentido, é necessário condenar, como desumana e anticristã, a exploração do trabalho dos operários e camponeses, comprado num «mercado de trabalho» pelo menor preço possível, em vista de uma maior produção possível e, conseqüentemente, um lucro maior dos capitalistas. Condenar esse mecanismo como a base dos atuais «modelos» latino-americanos — e ocidentais — de vida social, em que se constrói a riqueza cada vez maior de uns poucos em cima da pobreza e miséria da maioria.

Por fidelidade, condenar novamente a exploração de uns povos ricos sobre a maioria dos «povos subdesenvolvidos», condenando o imperialismo como a internacionalização do mecanismo da exploração do trabalho dos operários e

via grandes empresas, inclusive com absurdos incentivos fiscais e, ao mesmo tempo, controlando as reivindicações dos trabalhadores, favorece única e exclusivamente os grupos hegemônicos econômica e politicamente.

camponeses. Nessa dimensão, a voz profética pode definir-se pela denúncia e previsão da queda futura dos países que «dependem» dos povos pobres para sustentar sua riqueza, seu consumismo e seu «poder». Não são os «povos pobres» que dependem da ajuda dos «povos ricos», e sim o contrário. O futuro dos que dominam não é esperançoso como o dos dominados. Sua atual situação os cega em relação ao seu futuro.

É claro que tal posição exige redefinição no sentido de apoiar a causa e os movimentos dos trabalhadores para conseguirem sua libertação. Nessa linha é que se coloca o apoio da evangelização às reivindicações populares por mudanças e transformações das estruturas iníquas que sustentam os atuais modelos de sociedade, como sejam: transformação das estruturas agrárias, do tipo de industrialização, das formas de organizar o trabalho nas empresas industriais e de comercialização; isso, evidentemente, exige transformações globais das estruturas políticas para que, com a participação dos trabalhadores, sejam redefinidas a economia, a educação, as leis etc., que estão hoje sujeitas ao controle de uma minoria.

5.3. Para que estas mudanças aconteçam é indispensável a organização dos trabalhadores. Necessário, então, que a atividade pastoral apóie e anime os trabalhadores a criarem formas próprias e livres de organização.

No que se refere mais explicitamente ao povo do campo, é preciso que sejam criados espaços e se apóie os trabalhadores rurais para que possam organizar-se e dizer a sua palavra. Eles, melhor que quaisquer outros, poderão dizer como deve ser distribuída e cultivada a terra. Caberá a eles dizer se querem que a terra esteja nas mãos de «grandes empresas», ficando sua chance limitada a ter de vender sua força de trabalho nas condições de «bóia-fria», isto é: trabalhador disponível, dependendo totalmente das necessidades de serviço dos «empresários», tendo de sujeitar-se aos salários marcados e não tendo «direitos» nas leis vigentes!

Como conclusão final, a situação do nosso povo, que «clama aos céus» por dias mais justos e humanos, encontre na Igreja católica latino-americana uma resposta prática evangélica, como condição de crescimento de sua fé em Jesus Cristo. É preciso que a pastoral apóie a ação do próprio povo e a ação dos «agentes pastorais» que vivem e caminham com os trabalhadores. A reflexão dessas ações, dessas práticas, deverá indicar os caminhos a serem seguidos, pois Deus está vivo no meio e na frente do seu povo, atraindo-o para um futuro mais humano, até a plenitude. Só com esta atitude será possível ver e revelar o valor evangelizador de tantas vidas oferecidas, mártires, testemunhos da bem-aventurança dos que têm fome e sede de justiça (Mt 5,6.10-11).

A pastoral da Igreja católica do nosso continente será equivocada se basear suas prioridades nas aparências, isto é, nas propaladas «aberturas democráticas», entrando no jogo dos grupos dominantes que pretendem apenas trocar as ditaduras militares por outras formas de poder que garantam a sua hegemonia na sociedade, sustentando e ampliando os mecanismos de exploração e lucro próprios do capitalismo sem querer de modo algum a verdadeira e livre participação dos trabalhadores. Os donos do poder têm medo do povo que exploram, por isso procuram novos meios de mantê-lo sob controle, enganando-o. A Igreja, se quer ser povo e quer



testemunhar o amor de Jesus Cristo, deve exatamente confiar no povo trabalhador, lutando com ele para ser o primeiro comensal da mesa do Reino de Deus, que está sendo construído na história da humanidade, mesmo se isso a incompatibilizar, oficial e radicalmente, com os «donos do poder». Se isto acontecer, é bom ter presente a palavra de Jesus: «não é o servo maior do que o Senhor: Se a mim perseguiram, a vós também perseguirão; se observaram as minhas palavras, observarão também as vossas... Expulsar-vos-ão das sinagogas. E mais ainda, virá a hora, na qual, quem vos matar, pensará estar agradando a Deus» (cf. Jo 15,20 e 16,2).

## PUEBLA E EVANGELIZAÇÃO INDÍGENA

Do boletim do «CIMI» de março-abril de 1978 transcrevemos o seguinte documento.

### Introdução

Com o intuito de fornecer um subsídio aos Srs. bispos em vista da Assembléia de Puebla, a Linha 2 da CNBB solicitou ao CIMI o texto abaixo, apresentando um resumo histórico e relatando a atuação missionária da Igreja com relação a eles, com suas dificuldades e perspectivas.

Fizemos este trabalho em equipe. Dentro do limitado espaço que nos foi dado, tivemos que resumir muito. Mas procuramos ser fiéis não só aos dados do assunto mas também ao seu caráter dramático.

Pensamos inicialmente anexar vários documentos que muito ajudariam no conhecimento da real situação dos índios bem como do grande esforço desenvolvido a seu favor pela Igreja missionária. Preferimos, por fim, apresentar um texto despojado e curto, deixando aos interessados o aprofundamento posterior em contato com aqueles textos que colocaremos à disposição para consulta.

### 1. Histórico

Não caberia fazer aqui a história das populações indígenas na América Latina que, nas suas linhas gerais, está na memória e sobretudo na consciência de todos. Pretendemos apenas, para contextualizar este relatório, apresentar um lembrete extremamente sintético e geral.

#### 1.1. Os povos indígenas na América Latina

A história dos povos indígenas deste Continente, a partir do final do século XV e início do século XVI, é a longa história de um massacre. Nestes quase cinco séculos de colonização e exploração, os conquistadores espanhóis e portugueses (e seus descendentes) vitimaram milhões de pessoas, destruíram culturas e escravizaram nações inteiras.

No México e na Guatemala, os espanhóis saquearam toda a riqueza e arruinaram a cultura dos povos Asteca e Maia. Tenochtitlán, capital dos Astecas, abrigava cerca de 300.000 habitantes, segundo os cronistas da conquista.

Cuzco, capital do Império Inca, no centro da cordilheira dos Andes (Peru), era, à época da conquista, a quarta ou quinta cidade do mundo em população. Hoje restam apenas destroços de sua grandeza.

Estes povos somavam então entre 70 a 90 milhões de pessoas. Um século e meio mais tarde,

estavam reduzidos a 3 e meio milhões apenas.<sup>1</sup> Segundo Spengler: «Todos aqueles Estados entre os quais havia uma grande potência de ligações políticas; cuja grandeza e recursos superavam de longe os dos greco-romanos ao tempo de Anibal;... tudo isto sucumbiu, não como resultado de uma guerra desesperada, senão por obra de um punhado de bandidos que, em poucos anos, aniquilaram tudo de tal sorte que os restos da população prontamente perderam a memória do passado».

#### 1.2. Os povos indígenas no Brasil

No Brasil, os portugueses encontraram uma população indígena de aproximadamente 7 milhões de indivíduos em 1500. Hoje esta população está reduzida a 180, talvez 200 mil índios, isto é, umas 35 vezes menor, o que significa no máximo 2% da população que hoje ocupa terras que eram suas. Para os índios sobreviventes tudo se passou como se uma nação avassaladoramente mais forte lhe invadisse o território, exterminasse seus filhos, saqueasse suas riquezas. E, consumada a conquista, construiu um império à custa do trabalho escravizado dos verdadeiros donos da terra.

Infelizmente este processo de extinção continua ainda.

#### 1.3. Papel da Igreja nessa história

A Igreja desempenhou um decisivo papel na história da Conquista da América. Havia uma cruz inscrita na espada dos conquistadores. Em outras palavras, havia um compromisso entre a Igreja e os conquistadores no empreendimento da colonização, sob pretexto de «dilatar a fé e o império».

Aos olhos dos índios, o missionário branco e o branco que lhe invade a terra e escraviza os filhos são filhos da mesma mãe, viajam no mesmo barco, professam o mesmo credo, defendem os mesmos interesses. Por isso alguns missionários tombaram vitimados pela resistência indígena, como é o caso dos três mártires rio-grandenses cujo segundo centenário se celebra este ano.

É inegável que a ação da Igreja nem sempre foi identificada com o interesse do colonizador. Há exemplos de conduta corajosa na defesa da causa indígena, como Bartolomeu de Las Casas, sempre pronto a denunciar os desmandos. Mas é uma exceção ao lado de outras exceções.

Observando a história, podemos afirmar serenamente nesta hora de repensar uma prática de séculos, que a Igreja foi o instrumento mais eficaz de dominação ideológica com que a colonização portuguesa e espanhola pôde contar.

#### 1.4. Tomada de consciência da Igreja

No contexto da renovação geral inspirada pelo Concílio Vaticano II e a II Assembléia Geral de Medellín, a missão indigenista também se renova numa lúcida tomada de consciência. Mais do que às declarações de propósitos, devemos voltar a atenção para os fatos, para a prática diária da Igreja, para seu efetivo compromisso com os oprimidos.

Ontem os missionários tombavam pelas mãos dos índios que defendiam sua terra e sua liberdade. Hoje, morrem missionários ao lado desses

1. Darcy Ribeiro — As Américas e a Civilização — p. 136ss. Ed. Civilização Brasileira, 1970.



mesmos índios, sacrificados pelo braço do novo colonizador, como o Pe. Rodolfo Lunkenbein na aldeia de Meruri, Mato Grosso, em julho de 1976, ao lado do índio Simão.

Há neste fato um profundo significado. O missionário morto está morto ao lado do índio, ao lado do oprimido. É vítima da mesma violência que atingiu o índio durante estes cinco séculos. A morte de Meruri é como a morte de um profeta. Daquele que abre caminhos. Do que vê o futuro para onde caminha a história dos homens. A morte de Meruri é o sinal do nascimento de uma nova missão.

### 1.5. Perguntas a Puebla

No documento enviado pelo CELAM em preparação à III Assembléia episcopal latino-americana sente-se, com tristeza, a ausência de preocupação com as populações indígenas. É um grave indicio da mentalidade com que foi elaborado. Era de esperar mais do que uma breve e leve alusão no capítulo relativo à Evangelização...

Já antes se perguntava, com certa perplexidade, como pôde Medellín — expressão da Igreja de um continente índio — ignorar a presença dos índios? Agora, dez anos depois, como pode essa mesma Igreja fugir ao enfrentamento do problema indígena que se aprofunda a cada dia? O que pode a Igreja oferecer a esses marginalizados até da preocupação pastoral? Como pode ignorá-los uma Igreja que pretende renovar-se até a raiz e reassumir seu compromisso evangélico?

Em sua luta por organizar-se para sobreviver, o índio latino-americano enfrenta os mais terríveis obstáculos, mesmo em países como a Bolívia, em que atingem os 60% ou 70% do conjunto do país. Que papel pode cumprir a Igreja na luta dos índios para organizar-se, autonomamente, livres de tutela ou isentos de representações e confederações, inclusive a nível continental, que efetivamente representem seus interesses?

Esperamos que o encontro de Puebla prossiga a caminhada aberta em Medellín, há dez anos, e se volte cada vez mais para os problemas reais do povo e, em particular, desperte para a tragédia dos povos indígenas do continente, conferindo-lhes a importância devida, nos debates. Mais ainda, se torne, ao final do encontro, uma voz a mais na luta desses povos, os mais marginalizados entre todos os marginalizados de nossa América.

Fazemos nossa a resolução do Primeiro Encontro Pan-amazônico de pastoral indígena: «3.2.3. Que a problemática indígena esteja efetivamente presente na Terceira Assembléia Geral do Episcopado latino-americano e seja previamente assumida nas assembléias episcopais regionais e nacionais» (cf. SEDOC 10, 819).

### 2. Atuação dos missionários

Seria longo apresentar, mesmo em sínteses, um balanço da múltipla atuação dos missionários junto aos índios. Neste breve relatório, vamos apenas apontar o que tem aparecido de mais significativo na prática missionária dos últimos anos e que o CIMI vem acompanhando com desvelo.

### 2.1. Defesa da terra

O problema das terras dos índios tem aparecido com frequência nos órgãos de opinião pública, não raro suscitado por denúncias dos missionários ou do CIMI.

Generaliza-se a convicção, entre os missionários, de que a defesa da terra dos índios constitui elemento integrante da própria evangelização e fundamento de credibilidade. Não se trata de algo supletivo nem de mera condição extrínseca. Sem suas terras, não podem os povos indígenas sobreviverem e tampouco serem evangelizados. Sem suas terras, não poderão ser salvos como povos.

Para eles, a terra não é um simples valor econômico nem apenas um meio de subsistência. O grande e imperdoável equívoco é que, mesmo nós, costumamos ver a terra com olhos capitalistas, na perspectiva da produção e do lucro.

A terra é, para os índios, acima de tudo, o seu chão cultural, portadora de sua história, seu preceito de seus mitos, habitada por suas tradições, referência básica de seus valores vitais. É o seu «lugar» no mundo, com que estabelece uma relação de intimidade e de diálogo, o nome de aquele córrego, aquela pedra, aquele morro, de aquela árvore são testemunhas de seu passado e aquela árvore são testemunhas de seu passado e monumentos de sua memória. É a sua terra mãe, onde repousam seus antepassados, sua pátria, povoada de seus mais caros mitos e símbolos. Fora de sua terra de origem, o índio vive como em estado de exilado.

Jorra, espontânea e clara, a analogia com a Bíblia, a história de um povo profundamente ligado a uma terra. Para Israel, a terra jamais foi algo episódico e circunstancial. A revelação de seu Deus, marcada por lugares, está profundamente vinculada à terra sobre a qual se atam os laços da Aliança e se alicerça a Promessa. É a «Terra Prometida», lugar do Reino esperado e da salvação do povo, testemunha da fidelidade de Deus e horizonte de um mundo novo redimido.

Na defesa da terra dos índios, morreram martirizados o índio Simão e o Pe. Rodolfo. Por causa sobretudo da defesa das terras dos índios, o CIMI sofre toda sorte de pressões e, dentro da própria Igreja, está sendo acusado de criar áreas de conflito entre a Igreja e o governo.

Não são lisonjeiras as perspectivas em relação ao próximo governo. O candidato já sacralizado à sucessão aponta a produção agrícola como uma prioridade de seu governo. É fácil deduzir o que poderá isto significar para a terra dos índios. O problema da terra se torna agudo e oferece uma inevitável área de atritos diante do rolo compressor do desenvolvimentismo esquizofrênico do modelo econômico vigente, constituindo a dificuldade mais compacta e profunda para a obra missionária.

### 2.2. Respeito ativo à cultura

Teoricamente o respeito à cultura é uma aquisição tranquila de nossos tempos, em termos científicos e como atitude consagrada pela consciência missionária da Igreja (cf. Ad Gentes e Evangelii Nuntiandi). A relação cultura e fé tem sido colocada com clareza cada vez maior. Aos povos a Igreja recobra uma consciência clara de relação um tanto obnubilada no Ocidente cristão por séculos de cristandade.

Uma visão mais objetiva e crítica da história mostra que o vírus colonialista e etnocêntrico





contaminou profundamente a atividade missionária na América Latina. Os sinais da devastação cultural estão patentes em muitas aldeias indígenas, tornando muito difícil o trabalho de recuperação de sua identidade histórica.

Há, no entanto, um pouco por toda parte, um esforço sério no sentido de restaurar a língua, as festas, os cânticos e mitos, essenciais para a reorganização da vida tribal. De modo geral, os resultados têm sido promissores, como se toda a seiva do velho tronco estivesse aguardando o momento de renovar-se pujante, em novas expressões. E volta a alegria de viver, volta a esperança, volta a pureza dos valores.

Não há como não descobrir nesses valores sinais da ação do Espírito e semelhanças com o ideal evangélico delineado na vida das primeiras comunidades cristãs. A comparação com os padrões que regem nossa sociedade e o missionário traz introjados em si não deixa de provocar um grande desafio no sentido de colocar concretamente a distinção entre o Evangelho e a cultura. Certamente, em termos de regime de vida, os índios nada têm a aprender de nossa sociedade egoísta e competitiva.

Por um indeclinável dever de restituição, muitos missionários empenham-se em criar condições para que esses povos recuperem a memória do seu passado e reconquistem a própria identidade muitas vezes soterradas (mas não extintas) pela violenta imposição de hábitos e instituições do colonizador. Isto pertence à dinâmica de sua redenção como povo.

Trata-se, portanto, de um respeito ativo e eficaz.

### 2.3. Encarnação

Aos poucos os missionários se convencem que o anúncio da Encarnação passa necessariamente pelo testemunho, tornando-se um programa de vida. O modelo vem da Fé e sua realização concreta se torna multiforme, conforme as exigências da realidade. Há pressões de toda sorte para que o missionário não adote radicalmente a vida da aldeia.

Trata-se de um processo permanente, com todas as conseqüências de despojamento (kenosis) e conversão. Neste sentido constata-se uma verdadeira reviravolta de perspectiva. O missionário assume uma atitude de busca, a partir de um marco de fé. Ele crê na presença atuante do Verbo e procura vislumbrar os seus sinais. Encontra-os, numerosos e eloqüentes, nos valores eminentemente humanos que a vida tribal ainda conserva e cultiva, assim como nos seus mitos de origem e seus heróis, onde transparecem os veios vétero-testamentários da Promessa. Numa ótica de fé, esses valores aparecem transfigurados com o esplendor do Evangelho: comunidade de bens, autoridade como serviço, respeito às pessoas, respeito à natureza, ambiência religiosa etc.

Rigorosamente se pode falar de uma mudança de «lugar»: para poder tornar-se um dia evangelizador, o missionário se faz evangelizado. Na medida em que se encarna, o missionário vai assumindo o destino daquele grupo humano, identificando-se com sua causa, incorporando suas expressões para que possa, num segundo momento, traduzir-lhe a Mensagem e anunciar-lhe o Salvador como alguém que vem ao encontro de suas expectativas e aspirações mais profundas.

Nesta área, já existem vários graus de realização concreta e multiplicam-se os exemplos. O importante, porém, é que se generaliza a convicção de que a encarnação é condicionante de um trabalho autêntico e uma imprescindível exigência da missão evangelizadora.

### 2.4. Anúncio da salvação

As próprias condições do trabalho missionário forçam a concretizar e redimensionar o sentido da salvação. O sentido bíblico desta palavra é recuperado a cada instante, pois se trata de salvar um povo oprimido e se renova a missão de Deus confiada a Moisés.

Para os povos indígenas, a Promessa de Deus passa pelo Exodo e não se realizará senão pela luta de libertação e reconquista. Os missionários se acham comprometidos com essa luta: reconquistar a identidade de povo, reconquistar a cultura, reconquistar a dignidade da vida, reconquistar a terra, reconquistar a esperança.

Uma visão dualista e alienada da salvação não pode resistir muito tempo ao duro labor daqueles que se propõem anunciá-la a esses povos condenados da terra. Do modo mais concreto e realista, verifica-se aquela afirmação conciliar de que o plano de Deus foi de salvar os homens não como indivíduos isolados, mas como um povo (LG 9). São povos, são nações que, por mandato divino, os missionários precisam salvar da extinção. Esta certeza se torna, cada dia, mais firme e clara para muitos daqueles que se consagram à missão indígena.

O 1º Encontro Pan-amazônico de pastoral indígena assim se expressa: «3.2.4. — Que os missionários: realizem uma profunda conversão evangélica às culturas e aos povos indígenas; — comprometam-se a um conhecimento adequado da causa indígena e ao aprofundamento da teologia pastoral das culturas; — adquiram um suficiente conhecimento científico das respectivas culturas e seus idiomas» (cf. SEDOC, 10, 819).

### 3. Dificuldades

Na abordagem deste item, tentamos não ficar nos problemas epidérmicos mais sensíveis imediatamente mas, a exemplo de muitos missionários, aprofundar a análise das dificuldades fundamentais.

#### 3.1. O sistema capitalista

Foi decretada a extinção dos povos indígenas. O que temos hoje diante dos olhos são os desdobramentos finais de um processo iniciado há 5 séculos. Desde a hora em que espanhóis e portugueses pisaram estas terras, como a garra estendida do mercantilismo sobre a garganta do Continente, o destino dos índios estava selado. A força do conquistador não estava apenas nos seus soldados e armas, na brutalidade das guerras, dos incêndios e saques, na tortura dos vencidos e nas epidemias que traziam no sangue e foram responsáveis pelo extermínio de milhões de índios. Esta força concentrava-se sobretudo nos germes do modo de produção capitalista que o havia impelido à travessia dos mares.

O capitalismo, no seu avanço, penetra todas as áreas da atividade humana: a economia, a política, a filosofia, as artes, a religião etc. Provoca o colapso de todas as formações sociais que se lhe opõem e, ao mesmo tempo, incorpora em seu proveito as formas de exploração do trabalhador que, de algum modo, possam con-



tribuir para a acumulação da riqueza. Assim, em nome do progresso, o capitalismo reeditou anacronicamente na América o trabalho escravo para a exploração do ouro e da prata e nas grandes fazendas de açúcar e algodão.

Passando pela abolição da escravatura, a exploração capitalista evoluiu para uma forma de exploração muito mais eficiente e sofisticada: o trabalho assalariado, indispensável para a criação e desenvolvimento da indústria cuja mão-de-obra há de vir do campo. O sistema capitalista parte então para o campo, separando o homem da terra, conquistando o seu monopólio e implantando grandes empresas agropecuárias em que o espaço é ocupado pelo boi e a máquina. A esta fase assistimos no Brasil.

O índio brasileiro, acossado desde os primeiros dias da colonização, internou-se sertão adentro e hoje luta pelos últimos retalhos de terra de que ainda pode dispor. Como o contingente populacional indígena não representa uma cifra significativa, sua participação como mão-de-obra assalariada na produção agrícola não é de grande importância. O mesmo não ocorre com suas terras demarcadas e redemarcadas sempre no sentido de apertar ainda mais o cerco e impossibilitar qualquer tentativa de sobrevivência fora dos marcos impostos pelo sistema dominante.

Eis a primeira e maior dificuldade para os missionários que trabalham em defesa do índio: lutar contra um sistema que, pela raiz, necessita do monopólio da terra, não podendo, portanto, admitir bolsões de «terras improdutivas», isto é, não voltadas para a obtenção do lucro, como as terras indígenas.

### 3.2. Imagem do opressor

A segunda grande dificuldade é a identificação estabelecida pelo índio entre a Igreja e o branco opressor. Essa identidade é tão profunda que mesmo um missionário integrado na sua vida e vivendo em sua defesa pode ouvir do índio frases como esta: «Vocês cuidam bem de nós mas nos matam por dentro» (Pe. Adalberto Holanda). Tais palavras valem por um profundo questionamento e, no dizer de um missionário, «colocam em dúvida o próprio princípio missionário. Com que direito podemos propor a um povo algo que vai afetar profundamente sua visão de mundo e alterar o próprio sentido da existência?»

### 3.3. Relação fé e cultura

Esta dificuldade é como um desdobramento da anterior: a articulação entre fé, religião e cultura. Nos documentos oficiais, a Igreja afirma categoricamente que a fé transcende as culturas e pode encarnar-se em culturas diferentes. Isto porém não é tão claro quanto a expressão religiosa que muito tem a ver com a cultura. Na prática, o missionário propaga uma religião. Como conciliar este fato com os propósitos de defesa da cultura, incluindo símbolos, mitos, ritos, enfim todo o universo espiritual dos índios?

### 3.4. Problemas diversos

Há ainda problemas como o desconhecimento da língua, as divisões religiosas entre igrejas diversas que pretendem levar a mensagem; e a função social que assume em alguns casos a religião como conferindo «status» e respondendo a interesses de ordem promocional.

### 3.5. Regime de tutela

Finalizando, no caso brasileiro, a legislação de tutela imposta pelo regime, sem consulta ao índio ou àqueles que por ele trabalham, tem representado um grande obstáculo ao trabalho missionário, uma vez que dota o órgão executor da política indigenista oficial de poder de polícia no trato da questão indígena, permitindo com isso uma ação repressiva contra qualquer tentativa de reunião ou organização dos índios em defesa de seus direitos.

Os missionários que se colocaram, decididamente, a serviço dos índios e se empenham na luta pela sua sobrevivência têm sido alvo das perseguições e do arbítrio do órgão tutelar, como o comprovam inúmeros incidentes que já são do domínio da opinião pública.

### 4. Perspectivas

Aparentemente, o trabalho missionário estaria fadado ao fracasso, na medida em que os povos indígenas parecem não ter futuro. Muitos não entendem por que investir tantas energias e «desperdiçar» tantas vidas missionárias em função desses povos implicitamente condenados ao desaparecimento pelo extermínio ou por uma desintegradora «integração», conforme os planos dos Governos. Infelizmente, mesmo em áreas da Igreja, tal mentalidade é mais comum do que se pensa.

#### 4.1. Em termos de fé

A opção dos verdadeiros missionários é marcadamente uma atitude de fé. Uma atitude de fé na Ressurreição, diante dos sinais da morte. Não se trata de cego fanatismo porque existem indícios significativos para quem olha com olhos de fé.

#### 4.2. Uma nova consciência

O primeiro desses indícios de ressurreição é o emergir de uma vigorosa consciência de sua própria identidade nesses povos que, após séculos de repressão, vem à tona. Eles se redescobrem como povos, como nações, num clima de esperançosa solidariedade, comunicando-se entre si e fazendo-nos chegar o eco de sua voz. Possibilitar a emergência e consolidação de tal consciência tem sido a preocupação prioritária e a esperança mais sólida de boa parte de nossos missionários.

Virá dia em que, organizados em suas federações e confederações, terão força para defender seus direitos fundamentais e se fazerem reconhecidos como povos.

#### 4.3. Sinal profético

Na grande crise de civilização que atravessamos podemos ver um outro indício. A medida em que se estreitam os horizontes do mundo chamado civilizado e se adensam os impasses e as contradições, as sociedades indígenas aparecem como uma alternativa possível e válida, pelo simples fato de ainda miraculosamente existirem. Para a grande massa dos oprimidos das cidades e dos campos, podem apresentar-se como uma profecia do futuro: porque ocupam o limite extremo da marginalidade, estes povos dão um convincente testemunho da capacidade de resistência e da força dos marginalizados.



#### 4.4. Radical contestação

A organização da sociedade indígena constitui a crítica mais radical ao sistema capitalista em vias de falência. Elas provam que é possível dar mais valor à pessoa do que ao capital. Que é viável, sadia e humana a posse comum dos meios de produção. Que é possível dar um lastro comunitário à organização social. Que é possível exercer a autoridade sem dominação nem opressão. Que é possível viver da natureza sem destruí-la. Que pode o homem trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Que é possível a liberdade, a festa, a alegria. Eles são uma contestação existencial dos antivalores que informam nossa civilização. Eis por que se tornam insuportáveis para ela.

#### 4.5. Para a renovação da Igreja

A missão indigenista oferece à Igreja a oportunidade privilegiada de se revisar na pureza da fé e à luz do Evangelho. Alguns missionários, em contato mais profundo e corajoso com a vida tribal, perguntam se não é ali que eles encontram «a vida evangélica que pretendem ter o direito de pregar». Ao mesmo tempo, podem analisar com rigor os pseudovalores da chamada civilização cristã, as aderências e contaminações das próprias estruturas eclesiais que se deixaram infiltrar por aquele «mundo» de desigualdade e dominação julgado e condenado pelo Espírito.

No dizer de um teólogo, o mundo indígena apresenta as condições ideais para a verdadeira eclesiogênese, o que vale dizer, para a mais genuína renovação da Igreja.

### Nordeste II e Puebla

Transcrevemos do jornal «O São Paulo» de 22-28 de abril de 1978 o seguinte documento.

Em Assembléia ordinária realizada em Olinda, o Regional Nordeste II — CNBB fez a seguinte apreciação do documento de consulta da III Conferência do episcopado latino-americano, a se realizar em Puebla:

1. Na primeira parte, relativa à «situação geral», o Documento de Consulta faz uma leitura seletiva, isto é, hierárquica e otimista da história da Igreja na América Latina.

Faz notar alguns desvios ocorridos depois de Medellín sem, no entanto, evidenciar fenômenos muito positivos como o dinamismo das comunidades eclesiais de base e o empenho corajoso de várias Igrejas particulares no campo sócio-político.

O documento do CELAM faz um «diagnóstico da realidade latino-americana» profundamente criticável. Sua descrição é correta, mas a explicação não é suficiente. É estática e destituída de perspectiva histórica. Supõe a teoria da modernização, cuja superação já havia sido começada em Medellín.

Entende o fenômeno da industrialização de um modo meramente mecanicista (desenvolvimentismo), sem referência ao contexto particular em que se faz, que é de relações de dependência e de exploração, como também sem referência às aspirações da grande maioria que arca com custos desse processo.

O documento envolve assim uma certa legitimação, tanto da atual situação econômica (industrialização reduzida), quanto dos regimes políticos de força (segurança).

O maior problema que o documento do CELAM vê para a Igreja na América Latina é o perigo da perda da religiosidade popular (secularismo) e não da existência das estruturas de pecado, de que falava Medellín. Portanto, sua *causa central* é a cultura e não a sociedade: uma «cultura cristã» e não uma sociedade justa; a confissão de fé e não as exigências do ágape.

#### O marco doutrinal

2. O «marco doutrinal» é sem dúvida completo. Tem no entanto um caráter dogmatista, dedutivo e histórico, sobretudo em sua concepção cristológica.

Na verdade, a questão não é retomar toda a doutrina da Igreja, mas retomá-la em *junção dos problemas de hoje*. Pois o tema central de Puebla é: «A Evangelização no presente e no futuro da América Latina».

O conteúdo da evangelização é visto numa perspectiva intelectualista (transmissão de verdades) e não um modo bíblico-existencial (auto-comunicação).

Quanto à doutrina social da Igreja, o documento do CELAM adota uma posição por vezes rígida e mostra-se muito vago no que tange ao projeto histórico de uma «nova sociedade cristã».

#### Ação pastoral

3. A parte relativa à «ação pastoral» contenta-se com generalidades. Vai naturalmente no sentido do propósito central do documento do CELAM: a «cultura cristã».

Embora acentue a opção pelos pobres (de modo aliás paternalista), o documento mostra-se recesso frente às implicações políticas da fé.

#### Conclusão

As opções centrais de Medellín: *Pobres, Libertação integral e Comunidades eclesiais de base*, não são as opções centrais do documento do CELAM.

Esse Documento marca, pois, um *reco*, não só em relação a Medellín, mas também à própria «Evangelii Nuntiandi».

Nesse sentido, o documento do CELAM representa uma posição relativamente *estranha* ao grau de consciência que se quer alcançar na Igreja latino-americana.

### As elites e Puebla

Transcrevemos a seguir o documento preparado pelo Movimento «Renovação cristã». O documento foi preparado para o Regional Sul 1 da CNBB, mas tendo em vista Puebla. Daí se explica a nossa publicação.

Reunidos em sessões quinzenais a partir de 30 de junho deste ano até a presente data, um grupo de leigos tentou apresentar sugestões e críticas a propósito do Documento nº 7, «Pastoral das Elites», das conclusões de Medellín, com vistas à próxima reunião do CELAM.

Esta contribuição atende a uma solicitação feita pelo próprio CELAM ao Movimento «Re-



novação cristã», e soma-se ao esforço do próprio Movimento, realizado no decurso deste ano de 1977.

A presente síntese avalia a situação latino-americana e a atuação da Igreja nos dez anos que transcorreram desde a reunião de Medellín; detém-se no referido documento e termina com um esboço de sugestões para a agenda da próxima reunião.

## 1ª Parte: Histórico e avaliação

### 1. Evolução da América Latina nos últimos 10 anos

De um ponto de vista estrutural, uma dupla ordem de fatos marcou a evolução latino-americana dos últimos 10 anos: de um lado, a radicalização do processo sócio-econômico e político e de outro, o aumento da repressão sob as mais variadas formas. Na verdade, esses fatos são correlatos e se alimentam reciprocamente.

Mesmo as estatísticas mais conservadoras apontam uma crescente concentração de bens nas mãos das camadas mais ricas da população, que se nutrem do empobrecimento crescente das massas. Esta situação, que se repete internamente em cada país, ocorre igualmente em nível continental. Das «veias abertas da América Latina» corre o sangue de milhões de explorados para nutrir as robustas economias dos países centrais. Nessa transferência de riquezas é cada vez mais importante o papel das multinacionais, que não recuam ante qualquer forma de interferência que esteja em função de seus interesses.

Evidentemente, para manter a tranquilidade dessa operação é preciso conter as massas pelo engodo ou pela força, ou por ambos, e reduzir ao silêncio as vozes que traduzem a consciência insatisfeita. Daí o aumento generalizado da repressão sob as mais variadas formas: violência policial, caça às bruxas, exploração do mito anticomunista, governos «fortes», censura a toda forma de expressão de opinião, exaltação do mito nacionalista, engodos do consumo e da falsa cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa.

O medo instalou-se, onipresente e obsessivo: medo de falar, medo de ouvir, medo de perder bens, medo de perder conforto, medo de se comprometer, medo de apoiar, medo de protestar, e até medo de afirmar-se como pessoa humana. E desse clima ideal para o imobilismo, as saídas que muitos cristãos encontraram foram certas formas piedosas de cristandade, encolhidas e individualistas, que não comprometem os valores oficiais vigentes, mas também não se comprometem com valores mais exigentes e com a defesa do próprio homem.

Em tal situação, toda e qualquer afirmação dos valores evangélicos do respeito à pessoa humana e às suas necessidades, no mínimo é posta sob suspeição, quando não abertamente reprimida. Assim sendo, parece inevitável o choque entre a «versão oficial» do mundo e a inspiração cristã, sobretudo na medida em que a Igreja for fiel à sua opção pelos pobres e oprimidos.

### 2. Mudanças na atuação da Igreja

As mudanças que têm ocorrido na Igreja podem ser consideradas sob dois aspectos: como comunidade e como instituição político-social. Sob o aspecto comunitário, as comunidades de base são hoje em dia uma realidade que, no tempo de

Medellin, somente se conheciam no papel. Por modestos que sejam os resultados desses anos, sente-se cada vez mais essa redescoberta da comunidade de fé, esperança e amor: a igreja se encarnou.

Ainda sob o aspecto comunitário, outra mudança profunda na Igreja foi a vivência ecumênica efetiva, não somente em termos de culto, mas também numa série de ações concretas, notadamente no campo dos problemas humanos.

Sob o aspecto institucional, a mudança mais radical e cheia de conseqüências consistiu na revisão do compromisso da Igreja com os poderes seculares. Com uma clareza cada vez mais evidente, a Igreja reorientou sua ação pastoral em favor dos pobres e oprimidos, retirando seu apoio à situação. Isso lhe tem valido toda espécie de acusações e oposições verbais, a par de violências de fato: desde prisões e torturas de leigos vinculados à instituição, até o seqüestro de um bispo, sem contar as prisões ou expulsões e até mortes de ministros religiosos.

Em conseqüência dessa reorientação expressa em fatos, a hierarquia está mais sensível aos apelos do momento histórico. E a imagem da Igreja tradicionalmente hostilizada por setores independentes, como os intelectuais e estudantes, passou a ter crescente aceitação, despertando inclusive colaborações espontâneas.

### 3. O documento de Medellín

Visto à luz dessas experiências e mudanças de uma década, o documento «Pastoral das Elites» apresenta, ao lado dos méritos de um primeiro esforço de revisão coletiva de vida, algumas falhas consideráveis. Apontá-las será um meio de contribuir para que não se repitam.

Antes de mais nada, o documento é muito teórico e intelectualizado. Esse estilo, embora compreensível nas circunstâncias em que nasceu o documento, já não seria adequado ao momento. Nos próximos documentos oficiais, a Igreja fala, em nossos dias, uma linguagem mais ágil, direta e vivencial.

Na medida em que a linguagem é reflexo de uma atitude frente à realidade, o documento de Medellín peca por elitismo e paternalismo certamente inconscientes, mas igualmente nefastos.

O elitismo se revela não só enquanto endossa um conceito classista de elite, mas sobretudo enquanto aceita como ordem natural das coisas a divisão de classes, atribuindo à classe dominante a própria redenção das classes dominadas. E o conceito mesmo de educação, suposto no documento, é vinculado às classes «dirigentes», e tende a perpetuar o atual esquema de privilégios de uns e marginalização de outros.

Desse elitismo decorre também o paternalismo, que atribui responsabilidades às classes dirigentes e passividade às classes dirigidas. E que nos planos pastorais vê a massa e as próprias elites como instrumento da hierarquia nas tarefas de evangelização.

As considerações aqui expostas sobre o documento «Pastoral das Elites» não se entendem sem as reflexões feitas nos outros dois itens acima. Na verdade, destinam-se elas a contribuir para a elaboração de um próximo documento pastoral do CELAM, mais sensível aos «sinais dos tempos». Neste espírito, apresentamos as sugestões que nos parecem decorrentes deste exame preliminar.



## 2ª Parte: Sugestões para um novo documento

Esta contribuição pretende comunicar as reflexões que reunimos e os nossos próprios sentimentos, assim como as inquietações que vivemos. Desejamos fazê-lo através deste texto, sintético para melhor alcançar a objetividade, e direto para melhor traduzir nossa realidade. Nossas sugestões estão agrupadas em dois enfoques: um, negativo, para acentuar o que o futuro documento «não deve ser»; outro, positivo, para enfatizar o que ele «deveria ser».

### 1. O que o documento não deve ser

Para evitar as falhas apontadas no anterior, o futuro documento do CELAM:

— não deve ser «classista», nem quanto ao conteúdo nem quanto à própria terminologia. Por conseguinte, termos como «elite», «classes responsáveis» e outras ambigüidades devem ser cuidadosamente evitados;

— não deve ser intelectualizado, com características de tratado sócio-teológico, sistemático e frio;

— não deve ser clerical, baseado numa visão de dentro da instituição eclesiástica para fora, insensível aos problemas concretos do povo e sem a devida ênfase nos aspectos existenciais.

### 2. O que o documento deveria ser

No intuito de evitar os inconvenientes e ambigüidades mencionados logo acima, gostaríamos de sugerir, como preâmbulo, a mudança do nome, de «Pastoral das Elites» para *Liderança cristã*. Neste enfoque global e abrangente, os itens seguintes se ocuparão do espírito do documento, das formas de atuação das lideranças, e dos seus campos de atuação.

#### A. Espírito do documento

a) Sugerimos que o documento seja, antes de tudo, *pastoral*, voltando para o povo com seus problemas concretos: salário, moradia, transporte, escola, múltiplas formas de marginalização, e outros elementos que mais abaixo mencionaremos nos campos de atuação. Em face dessas situações concretas, a pastoral deve necessariamente insistir nas exigências evangélicas de *libertação* e *crescimento* da pessoa humana.

b) Seja um documento para o *Povo de Deus* e não para as elites sociais e econômicas. Nessa ótica, em vez de valorizar as «elites», vise a:

— estimular o surgimento e cultivo das lideranças postas a serviço da comunidade, e  
— incentivar o «espírito de serviço» que deve marcar a atividade de todo e qualquer cristão, e que deve ser particularmente exigido de quem está revestido de funções de chefia na administração privada ou na coisa pública.

c) Cuide de abolir ou desmascarar as antinomias que, de várias formas, se têm incorporado à nossa mentalidade e atitudes, e até mesmo às práticas religiosas, tais como: elite-massa, ricos-pobres, dirigentes-dirigidos, responsáveis-não responsáveis.

d) O documento tenha um forte sentido do concreto, vazado em linguagem humana, direta, existencial, capaz de inculcar inquietação pela vasta gama de problemas humanos. Ao mesmo tempo, seja estimulante para encorajar os cristãos na resposta aos desafios e sustentá-los na luta em favor da libertação e crescimento da

comunidade humana com que estão comprometidos.

#### B. Formas de atuação das lideranças

a) O sentido cristão de liderança, que radica no batismo e na crisma, é muito importante como fator de consciência e de ação. O documento ressaltará, pois, a importância da liderança através dos contactos indivíduo-indivíduo e indivíduo-grupo. Neste caso:

— o cristão influenciará, positivamente, seu semelhante para a revisão de vida, na libertação dos aspectos negativos, o questionamento dos objetivos da existência e outras formas de crescimento;

— e atuará sobre os vários agrupamentos, e dentro deles, colaborando com o grupo na procura da opção mais condizente com as necessidades sentidas pela comunidade.

b) Uma forma de liderança toda peculiar a ser encorajada dentro do contexto de opressão ou repressão que, em sua grande parte, vive o continente latino-americano, são as «minorias abraâmicas», conscientes de suas limitações, mas dispostas a crer contra todo ceticismo, a esperar contra toda desesperança e a lutar apesar de toda insensibilidade ou resistência.

c) Igualmente devem ser apoiadas as «lideranças franco-atiradoras» que, sem vínculos formais com qualquer forma de instituição, partem, todavia, com grande entusiasmo e generosidade para semear idéias, patrocinar causas e colocar-se realmente a serviço de quem precisa. Tais elementos encontram-se com frequência entre profissionais liberais, técnicos e agentes de comunicação, professores, escritores e outros.

d) Deve ser encarecido o papel de mediação que têm os grupos e instituições para o exercício da liderança. Efetivamente, os grupos não agem apenas sobre indivíduos, mas, e às vezes decisivamente, sobre outros grupos e sobre a própria sociedade global. É preciso ter em conta o grande e complexo jogo das forças sociais, onde as associações de toda a natureza muito têm a ver com a estruturação da comunidade e com os valores que nela são aceitos ou rejeitados. Situam-se aí os grupos de pensadores, políticos e estadistas, militantes sindicais, bem como as associações de bairros e as entidades sócio-profissionais. É sabido que na moderna sociedade pluralista o diálogo entre grupos tem maior peso e poder de decisão do que o diálogo entre indivíduos.

e) É necessário, em conseqüência, estimular a liderança de cristãos e homens de boa vontade na área institucional, onde os grandes interesses da comunidade estão em jogo e onde, infelizmente, os interesses subalternos e mesquinhos se impõem com frequência.

#### C. Campos de atuação das lideranças

As lideranças não de atuar em qualquer área onde se desenvolva o árduo esforço de libertação e crescimento da pessoa humana, e onde se manifestem os anseios de legítimo bem-estar e de justiça. Esse campo situa-se numa sociedade profundamente marcada pelas desigualdades e pela violência a serviço de equívocas ordens institucionalizadas.

Não é o caso de discorrer sobre essa problemática tão ampla quanto profunda. Outros textos do documento do CELAM estão destinados a isso. Neste texto limitamo-nos a enumerar os



vários campos abertos à atuação e ao serviço das lideranças, nas formas e com o espírito acima descritos.

Tentamos, no elenco abaixo, agrupar os vários campos pela sua mesma natureza, sabendo, desde logo, que na realidade vários deles se interpenetram.

### 1º Grupo: Área econômica

Dada a ênfase que os governos latino-americanos atribuíram ao crescimento econômico, como se viu na 1ª parte deste texto, já não se pode mais negar que as categorias econômicas tenham primordial interesse para as orientações pastorais da Igreja no continente. Queremos destacar algumas áreas ou instituições em que se trava uma batalha decisiva para o futuro do homem latino-americano.

Pensamos na humanização do processo econômico e no risco de sua definitiva radicalização desumana. As áreas envolvidas não podem mais disfarçar a urgência de reformas inadiáveis e profundas, nem camuflar a insuficiência dos pronunciamentos verbais. Sem equitativa, repartição de rendas, bens e serviços não se poderá fundamentar qualquer forma estável de convivência e paz.

Eis as categorias que mais nos preocupam:

- Acumulação capitalista e concentração de renda
- Crescimento de influência das multinacionais
- Política salarial, seus critérios e componentes
- Colonialismo interno, que se traduz nos crescentes desníveis regionais
- Apropriação indébita de terras ocupadas por indígenas e por gente humilde e indefesa
- Especulação imobiliária, sobretudo nos centros em expansão, com sombrias perspectivas para a economia local, particularmente na organização do espaço urbano com sua infra-estrutura
- Consumo desenfreado e supérfluo induzido pela publicidade.

### 2º Grupo: Área ecológica

A problemática do meio-ambiente está relacionada com o crescimento populacional e com certas formas de expansão econômica predatória de recursos naturais, particularmente dos não renováveis. Na realidade, o homem e os sistemas de exploração da terra, que ele criou, são os responsáveis quase exclusivos pelo desequilíbrio ecológico, pelo abuso ou desperdício dos bens da natureza e pela conseqüente má qualidade de vida que é impingida à coletividade. Constatando que a expansão da economia, a que todos estamos submetidos, se orienta nesta linha, queremos expressar nossa inquietação quanto aos seguintes campos, onde a liderança atuante poderá modificar o rumo dos acontecimentos:

- Desenfreada predação dos mananciais e fontes de energia indispensáveis à vida em geral, e à vida humana em particular
- Várias formas de poluição (atmosférica, dos recursos hídricos, do solo e das condições ambientais)
- Destruição do equilíbrio ecológico
- Progressiva deterioração da qualidade de vida, principalmente nas grandes concentrações urbanas
- Corrida armamentista e mentalidade belicista, agravadas pelas ameaças nucleares.

### 3º Grupo: Área político-administrativa

A área político-administrativa consubstancia e concretiza as grandes opções governamentais. Os insumos para as suas definições são de natureza técnica, econômica, social e cultural; todavia, o administrador da coisa pública tende a orientar-se pelo jogo das forças políticas. Este jogo, por sua vez, é ditado ou disputado por toda a sorte de interesses. Os interesses, por seu turno, nascem das várias visões que as pessoas têm do mundo, e das atitudes concretas que tomam em decorrência dessa peculiar cosmovisão. Assim, a experiência mostra que as comunidades ou agrupamentos humanos têm tido de suportar, ao longo de tanto tempo e através de tantas formas, os custos de opções mal feitas.

Formalmente, o sistema político-administrativo deveria ser impessoal; contudo, a influência de determinadas personalidades e a pressão de diferentes grupos acabam por imprimir outros rumos à gestão da coisa pública e à organização da vida das comunidades locais.

Daí, a solicitude que o cristão deve ter em relação a essa área tida como burocrática ou tecnocrática, da qual efetivamente dependerá o progresso, ou a estagnação, ou mesmo o retrocesso da sociedade. Apontamos alguns dos campos de atuação para as lideranças:

- Crescimento incontrolável das grandes cidades
- Êxodo rural e deslocamento de populações
- Sistemas de planejamento em vários níveis: urbano, metropolitano, regional, nacional. O processo continuado de estudo da realidade, levantamento dos problemas, exame dos recursos disponíveis, determinação das opções, fase de realizações, revisão e reinício do processo
- Uso do solo para as múltiplas atividades do homem e da cidade
- Saneamento básico
- Transporte coletivo e de massa
- Trânsito e tráfego
- Política de recursos humanos, em termos de macro-economia e de micro-economia
- Educação sistemática e assistemática
- Saúde Pública
- Ação comunitária em periferia dos grandes centros.

### 4º Grupo: Área sócio-cultural e política

As criaturas humanas vivem agindo umas sobre as outras, quase sempre num impressionante processo de reciprocidade. Isto se dá tanto na esfera individual como na coletiva. E toda uma inimaginável série de influências se estabelece, com suas seqüelas boas e más, deixando claro que a interação é um fato permanente e profundo, embora impossível de explorar em todas as suas dimensões.

Inserida vital e existencialmente em seu grupo, a pessoa humana não pode escapar ao incessante fluxo de idéias, sentimentos e ações que envolvem os indivíduos e os agrupamentos. Neste gigantesco e insondável processo elabora-se e renova-se a cultura, organizam-se as várias formas de existência individual e de vida social, definem-se os grandes rumos da sociedade.

É sobretudo na área sócio-cultural e política que se manifestam as angústias humanas, os desencontros e fraquezas; nela, igualmente, despontam suas esperanças, convergências e forças. Nela, por conseguinte, localizam-se muitos e amplos campos de mediação para a liderança cris-



tã. Relembramos alguns entre os que mais sensibilizam nossas comunidades humanas:

- Instituições políticas e a militância dentro de seus quadros
- A delinqüência em suas múltiplas formas, reforçada pelo tráfico e consumo de drogas e entorpecentes
- A problemática do menor abandonado
- A marginalização das populações periféricas
- O problema das populações indígenas latino-americanas
- Os dissidentes nos vários regimes: as centenas de milhares de latino-americanos que se refugiaram fora de seus países e vivem as mais estranhas experiências
- Os presos políticos e as condições desumanas a que são submetidos
- Arbitrariedade motivada por simples discordância ou oposição ao regime
- Exodo de cientistas por falta de assistência técnica e econômica, e em virtude de opções políticas
- Misticismos e messianismos. Formas de alienação da realidade e da existência
- Elaboração da cultura em suas manifestações locais, regionais, nacionais. Síntese de idéias e de valores cultivados pelos indivíduos e pela sociedade
- Descaracterização da cultura nacional.

São Paulo, 8 de dezembro de 1977  
Celebração da Imaculada Conceição de Maria  
Pela Equipe Arquidiocesana  
da Renovação Cristã,  
Líliã Amaral Azevedo

## Campanha da fraternidade de 1978

Por ocasião da Campanha da fraternidade deste ano D. Quirino Schmitz, bispo de Teófilo Otoni (MG), escreveu a seus diocesanos a seguinte carta que transcrevemos de «L'Osservatore Romano» ed. port. de 19-3-1978.

Irmãos,  
Iniciamos, pela 15ª vez, a Campanha da fraternidade. Este ano, em todo o Brasil, ela chama os cristãos para procurarem «Trabalho e justiça para todos». Com isso, a Igreja quer colocar-se mais perto dos que sofrem injustiças e dar apoio aos que procuram trabalho e não o encontram.

É, principalmente, na Bíblia que esta atitude, já tradicional na Igreja, encontra sua base. Vejamos:

### 1. Um fato acontecido há 2.800 anos

O rei Acab, de Israel, queria aumentar as suas propriedades. Queria mais terra. Por isso, começou a cobiçar a lavoura (vinha) de um estremante, chamado Nabot. Procurou o homem e lhe fez várias propostas: troca por outra terra e, até, compra a bom preço. Nabot não quis. Isso aborreceu o rei, que, então, inventou fazer uma greve de fome para chamar sobre si as atenções do povo. Foi aí que Jezabel, mulher de Acab, interveio: «Pra que Você é rei? Se Você nada faz, eu vou arranjar o negócio!». Sentou-se e, em nome do rei, escreveu uma carta aos juizes de então (os anciãos). Para que tudo

parecesse legal, usou até o carimbo especial do rei. A carta recomendava aos juizes que arru-massem testemunhas contra Nabot. «Digam assim, escrevia na carta, que Nabot é contra Deus e contra o Rei». (Hoje, acho que ela diria: «Nabot é subversivo e comunista!>). Os juizes, acovardados fizeram tudo como Jezabel tinha ordenado. Prenderam o homem. A polícia se encarregou de dar sumiço nele. Depois de tudo feito, mandaram informar a mulher. Ela se apressou em levar a notícia a seu marido. Este correu para tomar posse da terra de Nabot. (E, por que não? Ele era a lei!). O Profeta Elias, que vivia na região, teve coragem de enfrentar o monarca. Acab já o conhecia e, até, o temia. Elias lhe falou, com voz firme: «Primeiro concordaste em matar Nabot e, agora, te apoderaste da sua terra. Escuta bem, ó rei: Os cachorros, que lamberam o sangue do morto, vão lamber também o teu!» Estas palavras deixaram o rei incomodado. Elias falou ainda: «Também Jezabel, tua mulher, vai morrer do mesmo jeito». Ai, Acab começou a pensar no mal que fizera. Vestiu luto e jejuou. Em atenção a isso, Deus suspendeu o castigo. Mais tarde, porém, foi ferido e morto dentro do seu próprio carro de guerra. Quando lavavam o carro, todo sujo de sangue, apareceram os cachorros para lam-ber o sangue. Também o filho do rei foi morto. A mulher foi jogada para fora da janela de sua casa e seu corpo se espatifou no chão. Debaixo das patas dos cavalos, misturou-se com o esterco dos animais (cf. 1Rs 21,1-24 e 2Rs 9,30-37).

### 2. Hoje acontece quase a mesma coisa

Vou contar o que está acontecendo aqui, dentro do município de Teófilo Otoni. Nas terras de uma fazenda de 7.000 hectares, hoje, todas medidas e legitimadas em nome do atual proprietário, centenas de famílias fizeram sua posse. Isto se deu, no tempo da mata, por volta de 1942. Com suor e sangue, muita gente preparou, então, aquelas terras. E, hoje, eles são obrigados a ceder ao capim das pastagens, que vai tomando conta de tudo. Mais uma vez, o boi expulsa a criatura humana, feita à imagem e semelhança de Deus! Hoje só existe alguma terra para plantar na parte mais fraca da fazenda. Além disso, não há escola para as crianças por perto. Até casas foram queimadas, naturalmente não pelos que nelas moravam. No momento, há fiscais ocupados em tirar do manguieiro os animais que são utilizados para o transporte, aos sábados, das pequenas mercadorias do povo à feira. Já houve, até, tentativa de morte contra um dos moradores. O que irá acontecer daqui pra frente, ninguém sabe. Todos temem que, amanhã ou depois, terão que ir embora. Pra onde? O jeito é engrossar as favelas da cidade.

### 3. Será que o povo tem direito a defesa?

Graças a Deus, os moradores da fazenda são pacíficos e pacientes. Mas nem por isso deixam de defender os seus direitos. Estão cientes de que também têm obrigações a cumprir. É interessante notar que as dificuldades unem o povo e o fazem buscar ajuda no sindicato da classe, que só no município de Teófilo Otoni tem mais de 4.000 membros. Por estarem se articulando com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o dono da fazenda os considera subversivos. Chega, mesmo, a ameaçar o sindicato com a Polícia

JUNHO 1978/1118



# A violência justa de d. Calheiros

12/11/81 Mrs.

Com uma entrevista publicada pelo jornal **Tribuna de Alagoas**, no último dia do ano passado, o bispo de Volta Redonda, Dom Valdir Calheiros, colocou novamente a Igreja no centro dos debates sobre a transformação da sociedade brasileira e o seu próprio papel neste processo. Além de ter despertado mais uma vez a ira do governo e dos setores religiosos conservadores.

Dom Calheiros, um dos mais destacados bispos da ala progressista da Igreja, tratou de três assuntos principais na entrevista, que acabou tendo trechos publicados nos principais jornais do país: 1) apresentou o socialismo como "alternativa verdadeira" para o capitalismo, que "foi incapaz de criar uma proposta para uma sociedade mais justa" e para o comunismo, que conseguiu apenas "transformar o capitalismo liberal em capitalismo estatal"; 2) defendeu o Partido dos Trabalhadores, porque é importante "que os próprios operários tenham o seu Partido político, criado e dirigido por eles"; 3) e, finalmente, defendeu o uso da violência popular para se libertar da tirania.

Esta terceira parte da entrevista foi a que provocou maiores polêmicas nos meios políticos. Para evitar incompreensões, Dom Calheiros chegou a distribuir uma carta à imprensa onde reafirmava os seus pontos de vista. Sobre a violência, citava, em sua carta um trecho da encíclica **Populorum Progressio**, de Paulo VI, no qual se baseara. Diz a encíclica: "É grande a tentação de repelir pela violência tais injustiças à dignidade humana. Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária — salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofenda gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudique o bem comum do país — gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas".

Para Dom Calheiros, o uso da violência na Nicarágua foi justo.

Na enxurrada de debates em torno da entrevista do bispo, surgiu até uma carta do Papa João Paulo II, enviada aos bispos brasileiros no dia 10 de dezembro, mas divulgada só na primeira semana de janeiro. Nesta carta, o papa trata principalmente da possibilidade dos padres se desviarem de sua missão primordial, segundo ele, que é a evangelização e a catequese, para se concentrarem em questões sociais. Segundo o papa, a função primordial da Igreja "não é a construção de um mundo material perfeito", mesmo porque "muitas outras instâncias têm o objetivo, o dever e a capacidade de velar pelo bem-estar das pessoas, pelo equilíbrio social, pela promoção da justiça".

Outro documento importante que surgiu deste debate foi a nota oficial da CNBB sobre as declarações do bispo de Volta Redonda, onde procura esclarecer o seguinte: 1) o bispo falou de forma genérica sobre a aplicação da violência, sem referência direta ao país. Falou de uma doutrina que vem desde os tempos de São Tomás de Aquino, "a respeito do direito de repudiar a injustiça prolongada, como, por exemplo, da tirania, até mesmo com o uso da força"; 2) o bispo distinguiu socialismo de comunismo marxista, o que não é uma coisa inviável, segundo a CNBB: "Há atualmente modelos socialistas sem vinculação ideológica com marxismo. Por exemplo, o modelo social democrático alemão e o trabalhismo inglês". (Gabriel Adurra)



D. Calheiros: como São Tomaz de Aquino



Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Companhia de Iratama

Faint, illegible text on the left page, likely bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the left page, likely bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the left page, likely bleed-through from the reverse side.



## IGREJA

1911/81 Mwo.

# Reparos sobre a violência e o socialismo

*Em decorrência de uma entrevista de d. Waldir Calleiros, bispo de Volta Redonda, à imprensa, na qual se defende a justa violência contra a opressão, e o apoio ao PT, a CNBB divulgou a seguinte posição oficial da Igreja sobre estas e outras questões:*

**1** Trata-se uma doutrina comum e clássica já expressa por doutores da Igreja, como Santo Tomás de Aquino, a respeito do direito de repudiar a injustiça prolongada, como por exemplo, da tirania, até mesmo como recurso ao uso da força. Na sua declaração, dom Waldir enfatizou esta doutrina clássica, lembrou princípios, mas em nenhum momento a aplicou à situação atual em que vivemos. O juízo sobre a verificação concreta das condições para o recurso extremo à força, é complexo. Daí a insistência da doutrina da Igreja, ao reivindicar direitos, em afastar o uso da violência e em recorrer a outros meios para restabelecer a justiça nas relações sócio-políticas e econômicas (Puebla, 532). Com a mesma convicção, o papa João Paulo II vem reafirmando a prioridade dos meios não violentos (Palavra aos construtores da sociedade pluralista, 34, 24, e ao corpo diplomático, 6, 5).

**2** Em relação ao socialismo é preciso ter presente cada vez mais a verdadeira significação dos termos. Dom Waldir distingue com clareza socialismo e comunismo marxista. Há atualmente modelos socialistas sem vinculação ideológica com o marxismo. Por exemplo, o modelo social democrático alemão e o trabalhista inglês. O importante no uso dos termos é a reta aferição de seu conteúdo. A Igreja rejeita fortemente os sistemas que implicam doutrinas errôneas ou falhas sobre o homem e a sociedade. Assim, não pode a Igreja aceitar o liberalismo e o marxismo.

Na medida em que os modelos sociais que organizam a sociedade em vista de um desempenho tornam-se cúmplices de um sistema falho, pertence à Igreja denunciar as distorções do modelo.

Assim a Igreja tem insistido em marcar as exigências da justiça frente aos modelos neocapitalistas e em reivindicar as exigências da liberdade frente aos modelos neosocialistas. O ensinamento eclesial visa sobretudo lançar os fundamentos de uma reta doutrina, sobre o homem e a sociedade, que seja capaz de assegurar as exigências da dignidade transcendente da pessoa humana na verdade, liberdade e justiça, reveladas em Jesus Cristo. Este é o verdadeiro critério que nos deve levar a julgar, através da história, os sistemas e purificar continuamente os modelos sociais. A respeito da dou-

trina social da Igreja, temos que nos lembrar do ensinamento de João Paulo II, em Salvador: "Em sua doutrina social, a Igreja não propõe um modelo político ou econômico concreto, mas indica o caminho, apresenta princípios. E o faz em função de sua missão evangelizadora, em função da mensagem evangélica que tem como objetivo o homem em sua dimensão escatológica, mas também no contexto concreto de sua situação histórica, contemporânea. Ela o faz porque acredita na dignidade do homem, criado à imagem de Deus: dignidade que é intrínseca a cada homem, a cada mulher, a cada criança, seja qual for o lugar que ocupe na sociedade.





# JORNADAS INTERNACIONAIS

10/12/81 OSP

## UM BRASILEIRO EM ITINERÂNCIA NA ÁSIA

Em julho de 1976 a CNBB lançou uma iniciativa cujo desdobramento atual indica a valiosa intuição de que ela era portadora: as "Jornadas Internacionais por uma Sociedade superando as dominações". Inicialmente tratava-se de organizar um encontro internacional centrado na questão dos Direitos Humanos. Um encontro que buscasse dar a voz não aos especialistas da matéria, mas àqueles que, em todo o mundo, têm os seus direitos desrespeitados e lutam por superar a opressão. E em que, mais do que denunciar situações, se buscasse conhecer e analisar as causas, ou melhor, as "estruturas de dominação" que estão por detrás das violações dos Direitos do Homem, e os caminhos para substituí-las por estruturas de fraternidade e ajuda mútua.

Foi uma iniciativa que gerou muitas reações — entre as quais algumas que chegaram mesmo a impedir a realização do encontro projetado. Mas ela continha em si mesma um dinamismo que fez com que todos os que, nos diversos países do mundo, responderam ao apelo da CNBB para preparar o encontro, se dispusessem a dar-lhe continuidade em formas novas que o próprio trabalho ia fazendo descobrir.

Atualmente as "Jornadas Internacionais" se chamam "Intercomunicação Internacional por uma sociedade superando as dominações". Desenvolvendo o método empregado para preparar o encontro não realizado — isto é, o livre intercâmbio de experiências e reflexões entre todos os que lutam contra a dominação — a "Intercomunicação Internacional" conta com "Grupos de Apoio" em diferentes países do mundo (até agora, já se constituíram sete grupos desse tipo). Esses Grupos de Apoio, com alguns instrumentos como, por exemplo um boletim de mensagens, editado em diversas línguas, trabalham para que um fluxo de informações, reflexões, análises de experiências, ligue horizontalmente, em toda a face da terra, todos os que estejam dispostos a ajudar-se mutuamente em suas lutas pela superação das dominações. Sendo que a regra fundamental desse serviço prestado é a de não censurar,

nem selecionar, nem hierarquizar as informações e mensagens intercambiadas.

Em maio deste ano se encerrou a avaliação dos anos anteriores desse processo, iniciado em 1976 pela CNBB, com uma viagem de contato com participantes da Ásia. O Padre Virgílio Leite Uchoa, secretário geral da CNBB participou dessa viagem. Apresentamos abaixo um compacto das notas que redigiu ao voltar: "Breve relato de uma itinerância".

Padre Virgílio é um dos membros do "Grupo de Apoio" que acaba de se formar no Brasil. Para maiores informações aos interessados, o endereço é: Grupo de Apoio à Intercomunicação — A|C do Centro de Pastoral do Vergueiro, Rua Vergueiro, 7290. CEP ..... 04272 — São Paulo.

A proposta mais atual da experiência do Projeto, desde que foi lançado em 1976 é, no momento, a de um real serviço à intercomunicação.

Desde que se propôs uma avaliação mais profunda do processo, uma atitude se incorporou a este serviço: a itinerância. Um dos pontos mais relevantes desta vasta peregrinação de um mês foi a de me convencer da real necessidade do fator presença, dentro do processo de intercomunicação. Estar com, conversar, sentir de perto o ambiente, sem um programa demasiadamente rígido e formal, foram elementos de capital importância para se chegar a formular as observações que se seguem.

Mergulhar no mundo Asiático requer um desarme total das próprias preocupações e maneiras de ver. É preciso ir bem para além do ocidente. O contingente humano da região é imenso, quantitativamente, variado, qualitativamente. Países como a Indonésia, aglomerado infinito de ilhas, chega a ter na ilha de Java, com 1.000 km de extensão por 100 km de largura, uma população de 80 milhões de habitantes. O restante dos 140 milhões totais se espalham no restante das ilhas. O aglomerado de gente se diversifica enormemente em termos de raças e religiões. Enquanto a Indonésia é 90% muçulmana, o mesmo já não acontece com o Sri Lanka, onde a maioria é budista. Nas Filipinas, ao contrário, a



maioria é católica. Na Índia, minorias e maiorias se alternam, pela própria peculiaridade de sua religião e sistema social.

Humanamente falando, a região visitada por mim é também diversificada. Basicamente é um mundo entregue aos pobres. Lutam heroicamente para sobreviver, apesar da exuberância natural da região. Pesa sobre o mundo destes pobres a herança colonizadora. Os antigos colonizadores souberam aproveitar das vantagens oferecidas, criando infra-estruturas unicamente enquanto serviram aos seus interesses imediatos, extrativos da riqueza local. Ausentes os colonizadores, os benefícios não foram remodelados. As populações habituaram-se a sobreviver. De fato, foram poucos os benefícios deixados. Vivem hoje ainda em estilos de vida precários. Porém, cheios de um humanismo nativo. O processo colonizador, porém, não terminou. Ele hoje toma novas feições. Cria os seus "oásis". É o caso de Singapura. Na verdade, uma pequena ilha. Nela se confina, sob rígido controle, uma população de origem chinesa e malásia. Cidade-país organizada e moderna, que aos poucos destrói os vestígios da antiga influência chinesa.

Aparente oásis de tranquilidade, paz e prosperidade, Singapura é na verdade a grande "Zona Franca" da Região e hoje quartel geral das empresas multinacionais e da sociedade de consumo. Nos mínimos detalhes a emigração é controlada em função da mão-de-obra necessária aos objetivos locais e internacionais. A população nativa, aos poucos desaparece, envolvida pelo surto progressista. É isto se faz no bom estilo ocidental das melhores sociedades de alta consumação. A política de controle de natalidade é bem caracterizada. Há sutil interferência do Estado, por vias indiretas, que atua como elemento desagregador do humanismo latente nas populações mais antigas e nativas.

A luta pela vida das massas e dos indivíduos, adquire feições dramáticas. Particularmente na Índia é espetacular como se luta para conseguir, quase nada, para a própria subsistência. É neste mesmo aspecto que quase tudo na Índia torna-se dramático. Tudo é insuficiente para a numerosa população. Realmente, vestir, educar, alojar, transportar a imensa população é um desafio que exige um esforço fora do comum. Porém se constata imediatamente que os modelos de desenvolvimento adotados não estão voltados para um efetivo e mínimo bem estar da população. Convivem lado a lado, as últimas aquisições

científicas, sofisticadas com situações as mais rudimentares. É ainda o caso da Índia. No Sri Lanka, o regime hesita, entre o modelo singapuriano e economia de exportação dos produtos básicos nativos.

É evidente que no sudeste asiático se chocam e se jogam os interesses da trilateral divisão de mercados de consumo do mundo, assim chamado desenvolvido. É forte a influência do mercado de produção japonesa e sua economia fundada na livre iniciativa. É a cintura de defesa às incursões possíveis do socialismo (comunismo) chinês.

A Indonésia parece antes de tudo um país em transição dentro deste quadro. O que sobressai é o rigor do regime militar vigente, primeiro estágio para segurança das atividades das empresas internacionais. Por ser de transição, com uma população altamente concentrada e carente, se percebe uma intensa e febril atividade em torno da economia de subsistência. É o maior país muçulmano do sudeste asiático. O islamismo ali é nitidamente liberal. Age como força religiosa e crítica, enquanto resiste às transformações destruidoras da originalidade do povo. A sua pedagogia profética busca modelos alternativos, de autonomia na subsistência, na educação popular, na saúde pública. Disto são exemplos típicos as numerosas "pesantren" ou comunidades educacionais. Elas visam acionar todos os mecanismos possíveis de não dependência de uma forte concentração de poder.

O espírito islâmico, liberal nas suas bases indonesianas hoje volta-se para o social, com o mesmo espírito com que alimenta as "pesantren" comunidades autônomas, auto-suficientes e independentes entre si, sem autoridade maior do que a própria autoridade divina. Estimulam apenas a intercomunicação e a troca de experiências entre si.

É evidente que antes de tudo a experiência de itinerância vivida me deu a sensação e a convicção de que algo de novo existe. Por toda a parte a presença informal tornou possível o contato, jamais possível de outra forma.

Facilitar a aproximação de diferentes experiências, através da livre comunicação, fortalece o desarme dos espíritos.

Suscitar a confiança não foi apenas o elemento básico deste diálogo inicial. O fato de ser de fora, de outro país, com outras experiências pastorais, isto imediatamente suscitou a atenção. Atenção esta redobrada pelo fato de se colocar em

destaque a dimensão de serviço, inerente à esta intercomunicação das experiências.

A mensagem do projeto abre caminho para possíveis entendimentos. A descoberta fundamental é a respeito da possibilidade de se ter objetivos comuns, sem se deixar manipular por idéias e iniciativas dos outros, de cada grupo ou organização. Guardar o próprio espaço de autonomia é a frequente aspiração das experiências de base. O isolamento, porém, não é saudável, nem estrategicamente oportuno. A dominação do mais forte se aprofunda com a não convergência objetiva dos imbuídos de boa vontade. Buscar a mudança, novos caminhos para superar dominações e manipulações, exige redobrado esforço de convergência. Talvez aí esteja a grande força dos fracos, dos pequenos e dos grupos autônomos, em torno de questões objetivas e não em torno de formas ou maneiras de conceber iniciativas e caminhos.

Há latente, nestas idéias, a certeza de que o processo de intercomunicação, sem censuras, sem interpretações, sem "a priori" é capaz de desenvolver também um novo processo pedagógico em direção à unidade.

A longa itinerância por estes países abriu caminho para informação direta a respeito da Igreja no Brasil. Possuímos, como Igreja, uma razoável experiência.

Na verdade a notícia, a "Boa Nova" da Igreja do Brasil corre mais depressa do que se pensa. Ao mesmo tempo percebi alguns riscos. A imagem que se faz da Igreja, particularmente o seu esforço em prol da justiça social, direitos humanos, renovação comunitária (comunidades de base) é às vezes deturpada.

Esta constatação reforça o que digo, percebido nesta experiência de itinerância. É importante ter canais diretos, simples, informais, através dos quais se possa falar, sobre o que se faz no Brasil. Unicamente no sentido de levar ao nível mais amplo, para informação e tão somente, a notícia de como caminhamos. Sobretudo para o chamado Terceiro ou Quarto mundo isto é extremamente importante. Mesmo o catolicismo sendo minoritário em muitos países da Ásia, o que existe lá tem intuições pastorais muito semelhantes às nossas tais como:

— de que é preciso trabalhar junto à vida do povo para que a fé se enraíze de fato, no amplo esforço de transformação cultural, social e política;

— os mais pobres merecem atenção especial e é preciso não se desgastar em discussões teóricas, ideológicas;

— buscar caminhos de como superar os problemas, à luz da fé ou da dimensão religiosa.

NOTA: O texto completo será publicado proximo na revista da CRB, CONVERGÊNCIA.



# Sinais de morte e sinais de ressurreição

2217182 OSP

D. Moacyr Grechi — Prelado  
Acre-Purus

Muitas entre nós não conseguem perceber em sua vida os sinais da ressurreição. Não percebem estes sinais nem em si, nem ao seu redor. A vida parece uma procissão de Cristo morto, de Sexta-Feira Santa, sem esperança alguma de um Sábado de Aleluia. E, realmente, a situação dos pobres, especialmente, é muito, mas muito pesada. E isso em todo canto: nas periferias, nas colônias, nos seringais e nas áreas de recente colonização. Os sinais concretos de morte, de mundo injusto, de violência, não saem de nossos olhos. São coisas de cada instante. O pecado parece reinar solto. Endurece e cega o coração dos ricos e mata a esperança e divide os corações dos pobres. Parece que ninguém escapa.

Os sinais de vida, de ressurreição, existem, é claro, mas não são fáceis de perceber. Creio que só os olhos da fé e do amor os conseguem ver.

A situação no tempo de Jesus não era muito diferente. A esperança dos pobres era sempre desmentida e esmagada.

Jesus assume a vida assim como ela era. Não se recusa ao sacrifício que toda vida verdadeiramente engajada inclui: ser isolado, perseguido, mal compreendido, difamado, etc. Acolhe as limitações todas. Vive a vida como doação e não como conservação de si mesmo: "eu estou no meio de vocês como aquele que serve". (Lc. 22,27)

"Viver a vida como doação é vivê-la como sacrifício e desgaste para os outros. Jesus assume a vida mortal e a morte que ia se armando dentro de seu compromisso de profeta ambulante e de Messias-Libertador dos homens." (L. Boff)

Só temos uma oportunidade. É decisiva e não pode ser desperdiçada: "Cada pessoa tem de morrer uma só vez, e depois julgada por Deus." (Hebr. 9,26). Somos responsáveis pelo mundo novo que deve vir e, se olharmos com os olhos de Cristo, perceberemos que já está nascendo.

"A semente que morre frutifica". (Jo 12,24). Jesus nos ensinou

o que devemos fazer, com sua palavra e seu exemplo. Mesmo que nossos olhos não vejam este mundo de justiça e fraternidade. Mesmo que não percebamos sinais palpáveis de uma sociedade mais humana, mais respeitosa da dignidade dos paquenos, mais voltada para o bem das massas. Mesmo assim, nosso suor, nosso sangue, nossa vida, nossa morte não são vãos. Nós acreditamos na ressurreição. "Caso contrário seríamos os mais infelizes dos homens". (I Cor 15,19).

A morte dos que vivem com Cristo, dos que trabalham por um mundo melhor, dos que são perseguidos por causa da justiça é "lucro", é "estar com Cristo", é participar da ressurreição, (2 Tim 2,11), é "sentar com Cristo no seu trono de glória ao lado do Pai", (Apoc 3,21), é "ter vida plena e sem fim". (Jo 11,25).

"O meu profundo desejo, dizia S. Paulo, e a minha esperança é de nunca falhar no meu dever, para que sempre, especialmente agora, eu tenha muita coragem. E assim poderei honrar a Cristo

com todo meu ser, tanto na vida, como na morte. Afinal, o que é a vida? A vida para mim é Cristo, e a morte um lucro. Mas se eu continuar vivendo, ainda poderei fazer algum trabalho útil. Então não sei o que deva escolher. Estou cercado dos dois lados, pois quero muito deixar esta vida e estar com Cristo, o que é bem melhor". (Fil 1, 20-23).

Desde já, a cada instante de nossa vida, acontece nossa morte e nossa ressurreição, nossa passagem da morte para a vida.

A decisão final, por ocasião de nossa morte, é floração daquilo que nós semeamos. (Gál 6,7). Cada escolha nossa, cada decisão é uma preparação e um treino para a decisão derradeira. É o mistério da morte e ressurreição de Cristo, do qual começamos a participar pelo Batismo e aprofundamos com cada Eucaristia, que vai trabalhando em nós: morte ao pecado, ao egoísmo em todas as suas expressões, e uma vida nova de amor, de compromisso, de fraternidade. Na morte tudo amadurece completamente. (Rom. 6,4).



3110(P2)  
087

# CASUÍSMOS E ARTIMANHAS

Munir Jorge Felício

Iluminador o documento aprovado pelo Conselho Permanente da CNBB (29108-81) "Reflexão cristã sobre a Conjuntura Política, para analisar, com alguns critérios dada por ele, as eleições que se aproximam e principalmente a questão da cédula eleitoral, que ultimamente tem sido alvo das preocupações. O que não deixa de provocar interesse.

A questão da cédula eleitoral não é coisa banal, não. Em última instância, será ela que levará para as urnas a vontade popular.

Assim, a verdadeira democracia, traz consigo a preocupação de facilitar a participação popular. Entendo por participação popular, a efetiva participação de TODOS os eleitores brasilei-

ros. Para isso, nada melhor do que ter uma cédula eleitoral simples e clara. Sem subterfúgios. De nada valerá o esforço, de querer esconder na cédula, uma situação socio-econômica insuportável. É preciso deixar de lado os casuísmos e artimanhas e escutar, o que é que pensa e quer a maioria dos brasileiros.

Diz o documento: "Todos os casuísmos orientados para favorecer minorias e impôr restrições artificiosas, que deformam a genuidade da vontade popular, são anti-democráticas e, como tais, inaceitáveis. Afetam essa genuidade todas as pressões ostensivas ou ocultas, que constroem o direito das pessoas de se filiarem livremente a um partido e de votarem na certeza do respeito ao resultado das urnas" (n.º 16).

O respeito ao resultado das urnas será garantida, se garantida for o di-

reito de votar. Será anti-democrática uma cédula eleitoral que dificulte não só o eleitor de baixa escolaridade (é baixa porque não lhe deram a possibilidade de estudar) escrever, como também, de ler o que está escrito.

"Há anos, décadas e gerações inteiras, que os pobres aguardam o tempo de sua participação". Um dos meios dessa participação acontecerá em novembro, quando eles poderão fazer com que suas justas aspirações comecem a ser atendidas. Aspirações de ter um trabalho digno, terras, liberdade de organização, alimentação, instrução, saúde, habitação decente, salário digno...

"Eles sabem que o atendimento de suas justas aspirações não depende tanto da falta de recursos quanto da falta de uma decisão política empenhada em libertá-los do estado de dependências e torná-los capazes de resistir às solicita-

ções das mobilizações eleitorais" (n.º 21).

As cartilhas políticas e outros recursos que são criados pelas dioceses, levam para o povo, uma possibilidade de ter em mãos alguns critérios de escolha dos candidatos. As Comunidades Eclesiais de Base têm demonstrado a sua eficiência e esforço nesse trabalho conscientizador, que aos poucos ganha destaque na atual conjuntura política.

A responsabilidade dessas eleições é tamanha que os nossos pastores chamam a atenção: "Todos percebem que as decisões que vão ser tomadas podem influir poderosamente na escolha da sociedade que o Brasil viverá durante as próximas gerações" (n.º 10).

Portanto, não é humano, justo e cristão jogar nas costas dessas gerações consequências sociais que poderiam ser diferentes.



# JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

14 - 4 - 83

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

## Política em Itaiçá

... em desenvolvimento econômico, social e cultural, a política em Itaiçá...

... a política em Itaiçá é marcada por uma série de fatores que...

... a política em Itaiçá é marcada por uma série de fatores que...



... a política em Itaiçá é marcada por uma série de fatores que...

... a política em Itaiçá é marcada por uma série de fatores que...

... a política em Itaiçá é marcada por uma série de fatores que...



As eleições para a nova diretoria da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — em Itaiçi proporcionaram um espetáculo que deve ter deixado intrigados católicos e não católicos. Pois o que devia ser, basicamente, um acontecimento interno da Igreja transformou-se numa decisão crítica (e polêmica) em tudo semelhante à convenção de um Partido político — o que já é em si mesmo significativo.

O tumulto começou depois de uma entrevista de D Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju, em que este prelado anunciava a existência de “uma profunda divisão no meio do episcopado brasileiro em torno da Pastoral do Brasil”. Para D Luciano, estaria em formação, no Brasil, uma “igreja popular” semelhante à que já desafia abertamente o Papa na Nicarágua. Esta denúncia veio logo em seguida a uma advertência de D Eugênio Salles, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, quanto ao perigo de que a “opção preferencial pelos pobres” se transforme numa opção exclusiva.

Exagerou D Luciano? O tumulto em Itaiçi seria indício do que, no dia seguinte, um outro prelado chamou de “sadio pluralismo” no interior da Igreja? Que dizer, então, da abundante bibliografia citada pelo Arcebispo de Aracaju como indício de uma “igreja popular” ao menos em formação?

Essa bibliografia não se encontra nas estantes dos seminários: está em todas as livrarias católicas, e em farta quantidade. Alguns exemplos rápidos — citados por D Luciano — são ilustrativos. Para Frei Leonardo Boff, “a Teologia da Libertação tem privilegiado a análise dialética da realidade social, porque corresponde melhor aos objetivos visados pela fé para a prática cristã”; e Boff sugere logo em seguida “uma utilização não servil do instrumento analítico elaborado pela tradição marxista, desvinculado de seus pressupostos filosóficos”. Frei Clodovis Boff é mais enfático: “Quando eu falo em libertação, entendo concretamente isto: acabar com o sistema de injustiça que é o capitalismo; e libertar-se dele para criar uma nova sociedade: uma sociedade, digamos assim, socialista.” Um outro teólogo da Libertação, Enrique Dussell, publicado “com aprovação eclesiástica”, sugere que, “estrategicamente, o único caminho possível para um desenvolvimento nacional independente é o caminho seguido por Cuba, China, Angola e algum outro país periférico. Nascemos muito tarde para o capitalismo”.

Há discursos mais longos — e até mais sutis — explicitando a Teologia da Libertação; como o do jesuíta João Batista Libânio publicado recentemente sob o título *O que é Pastoral*. Mesmo essas análises sutis, entretanto, convergem para conclusões fortes: os setores progressistas da Igreja, diz o Padre Libânio, “percebem enfim que a pastoral de fermento, de testemunho, de penetração era insuficiente, porque queria levar uma massa já estragada e que devia ser jogada fora. Não são retoques de embelezamento que se fazem necessários no edifício social, mas transformação profunda”.

Não é preciso muita argúcia, nem demasiada atenção, para saber que essa Igreja feita motor de profundas transformações sociais não é a Igreja que tem sido definida pela longa sucessão dos Bispos de Roma, nem é uma Igreja que se possa em si consciência desejar; pois uma das características da sociedade moderna é a secularização da política. Duplicar os Partidos políticos — os atuais e os futuros — com um Partido Católico, um Partido da Umbanda, um Partido Protestante seria um retorno (excluída a Umbanda) à França de Catarina de Médicis.

Mas a Teologia da Libertação tem uma

confiança messiânica nas suas possibilidades — que é um dos lados por onde ela se assemelha ao marxismo. Quanto à divergência com Roma, já está sendo tratada sem muita cerimônia por alguns bispos brasileiros, como D Aldo Gerna, Bispo de São Mateus, que respondeu a D Luciano afirmando que “não podemos absolutizar qualquer expressão do Papa. Se nós damos autoridade ao Papa em qualquer pronunciamento dele, essa quase infalibilidade, uma adesão em tudo, ele não poderá mais abrir a boca porque deverá controlar tudo, pesar muito bem suas palavras”.

De tudo isto, pode-se concluir ou não pela existência de uma “igreja popular” no Brasil (dependendo de como se interprete o reforço agora enviado pela Diocese de Santo André à “Igreja sandinista”); mas é “tapar o sol com a peneira”, como diz o Arcebispo de Aracaju, negar que existem duas teologias em confronto — a teologia tradicional e a Teologia da Libertação.

Seria pedir demais que este fosse o tema de um debate sério? O problema já existe há longo tempo; e a entrevista de D Luciano limitou-se a oficializá-lo. Mas a reação genérica dos bispos reunidos em Itaiçi — a julgar pelas manifestações mais importantes — foi a de mencionar um “saudável pluralismo”, a “divergência dentro da unidade”; o que, mais uma vez, é digno de um grande Partido político ao estilo do velho PSD.

Talvez não exista ainda no Brasil uma “igreja popular” — no sentido de que não há rebelião aberta contra a autoridade do Papa e de que as principais lideranças eclesiásticas ainda mantêm algum controle sobre o seu rebanho. A Teologia da Libertação, entretanto, inconciliável com a teologia tradicional, está “em plena campanha”, para usar outra expressão política. E ocupa alguns postos estratégicos. Pode-se ler com interesse, por exemplo, ao fim do pequeno livro do Padre Libânio, a informação de que o autor, Doutor em Teologia beirando os 50 anos, mudou-se em 1982 para Belo Horizonte, “onde estamos inaugurando um Centro de estudos filosóficos e teológicos para formar todos os jovens jesuítas do Brasil e outros que quiserem frequentá-lo”.

Em todas as épocas, a Igreja conviveu com teologias audaciosas que às vezes resultavam em cismas — como o do Monge Martinho Lutero. No Brasil de hoje, entretanto, há um contraste surpreendente entre a proliferação de teólogos, que escrevem abundantemente, e o que parece ser um absoluto desinteresse da CNBB no que toca às questões de doutrina. O problema levantado por D Luciano foi interpretado por alguns bispos como sendo “manobra dos conservadores para tumultuar a eleição” e impedir a vitória dos progressistas — o que é nivelar definitivamente uma assembleia eclesiástica com uma convenção política.

Em compensação, provocou fortíssima repercussão um texto do Ibrades — órgão ligado à CNBB — onde se analisam a crise da economia brasileira e as fórmulas alternativas para resolvê-la. O texto apresenta uma alternativa *externalista* e dá a sua preferência a uma outra, *internalista*, que exigiria “a introversão da economia, com o país definindo as condições dentro das quais deve honrar seus compromissos”. “Diante da firmeza desta decisão — diz o texto — os próprios credores internacionais a preferem, evidentemente, à desfaçatez de uma moratória total.” O documento foi calorosamente aplaudido pelos presentes à assembleia. Torna-se compreensível que, ante discussão tão transcendental, não tenha sobrado muito tempo para a análise das teses de D Luciano. E, afinal de contas, a reeleição, por mais quatro anos, da atual diretoria da CNBB não prova que está tudo em paz na Igreja do Brasil?

## A XXI Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB 28/1/83 OSP

### Moção sobre o desemprego

1. Reunidos em Assembléia Geral em Itaiçi, Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, nós, Bispos do Brasil, não podemos deixar de ouvir o grito de desespero do povo. Este grito ecoou de modo violento nos acontecimentos deploráveis da Capital deste Estado nestes dias.

2. A razão de tal desespero é principalmente o desemprego.

3. Reconhecendo a complexidade do problema afirmamos que este não é uma fatalidade, como um terremoto ou um furacão, mas uma calamidade social, fruto de uma organização econômica injusta, que onera a consciência dos responsáveis, e, de certo modo, de toda a coletividade.

4. Em seu discurso aos trabalhadores, nessa mesma cidade de São Paulo, a 03 de julho de 1980, o Papa João Paulo II disse: “A primeira e fundamental aspiração de Vocês é, portanto, trabalhar. Quantos sofrimentos, quantas angústias e misérias não causa o desemprego! Por isso, a primeira e fundamental preocupação de todos e de cada um, homens de governo, políticos, dirigentes de sindicatos e donos de empresas deve ser esta: dar trabalho a todos. Esperar a solução do problema crucial do emprego como um resultado mais ou menos automático de uma ordem e de um desenvolvimento econômico, quaisquer que sejam, nos quais o emprego aparece apenas como uma consequência secundária, não é realista, e portanto não é admissível. Teoria e prática econômicas devem ter a coragem de considerar o emprego e suas modernas possibilidades como um elemento central em seus objetivos” (n. 5)

5. Por não se levar em consideração os princípios da justiça lembrados pelo Papa, a economia brasileira está doente. Toda economia que não tenha por centro o homem e não vise a realização do bem comum é uma economia doente.

6. Sabemos que há desemprego também em outros países. Mas em muitos destes países existe alguma forma de atendimento aos desempregados, que infelizmente ainda não existe no Brasil.

7. Diante desta situação, que não só de São Paulo, mas que atinge todo o Brasil, ninguém pode cruzar os braços. Muitas soluções foram sugeridas para resolver ou minorar os males do desemprego, seja por Autoridades, seja por Entidades de Classe, seja pela Igreja. Qu, sem demora, se ponha em prática uma política em favor dos trabalhadores para remediar

essa situação! É o apelo veemente que fazemos, na certeza de que nossos irmãos desempregados suas famílias mereçam toda a atenção neste difícil momento da vida brasileira.

### Carta aos bispos americanos

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida em Assembléia Geral, saúda fraternalmente, por seu intermédio, os irmãos bispos dos Estados Unidos da América do Norte e transmite seu apreço e solidariedade pela preocupação e posição pastoral que assumem face à corrida armamentista, à expansão das armas nucleares e aos sérios riscos à Paz Mundial e à vida na terra.

A Assembléia Geral dos Bispos do Brasil quer encorajá-los fraternalmente a perseguir a busca da Paz, apesar das incompreensões, críticas e sofrimentos que ocorrem, e que possam advir dentro da própria comunidade eclesial ou de pressões exercidas por outras fontes e veiculadas pelos Meios de Comunicação Social, nem sempre a serviço da Verdade e da Paz.

Na vigésima Assembléia Geral, a Conferência dos Bispos do Brasil manifestou-se, de forma sucinta, sobre problemas semelhantes em documento aprovado com o título “Apelo de Paz contra a indústria bélica” (17-2-82).

Sofrendo em nosso próprio país os efeitos da corrida armamentista existente, sobretudo, nas duas maiores potências mundiais, e levantando sérias questões em relação ao programa nuclear brasileiro, consideramos de grande valia a contribuição que o Episcopado dos Estados Unidos da América do Norte possa oferecer à Paz Mundial.

Experimentamos, ainda, com todos os povos do Terceiro Mundo, os efeitos desastrosos das economias voltadas para a guerra quando a realidade e a dignidade de nossos povos exigem atendimento urgente às suas necessidades básicas, tais como, alimentação, saúde, habitação, educação e trabalho.

Com toda a humanidade partilhamos da preocupação com os efeitos destruidores e arrasadores de uma guerra nuclear. Os povos do mundo desejam uma Paz fundamentada na justiça e na solidariedade. O grande desafio que todos devemos enfrentar é a construção de um mundo justo e fraterno, através de um programa mundial que elimine a fome, a miséria e a marginalização.

Na oração e no afeto colegial, somos irmãos no Senhor e corresponsáveis pela evangelização e pela Paz no mundo.

Presidente da CNBB



# "VÓS AGORA VOS APROXIMASTES"

(Ef 2, 13-18)

D. Ivo Lorscheiter

Muito queridos Irmãos!

1. — A passagem bíblica, escolhida para esta nossa oração de abertura, começa com um misterioso "agora": "Vós agora vos aproximastes". Adoremus juntos e agradeçamos em coro ao Senhor que nos oferece com este "agora" mais uma oportunidade de graça, um verdadeiro "kairós". Agora é o tempo jubiloso da Páscoa, da Vitória de Cristo, que certamente nos está alegrando com o otimismo da Vida Nova. E como é bom podermos aqui, de certa maneira, celebrar juntos a Páscoa! Agora é o Ano Santo da Redenção, o Jubileu da Morte Salvadora de Jesus, no qual deverá acontecer um grande movimento de conversão. E como é bom podermos encorajar mutuamente no apoio a essa feliz iniciativa do Santo Padre! Agora é a reali-

zação de mais uma Assembléia Geral da CNBB, encontro de irmãos, reunião de pastores preocupados em cumprir cada vez melhor as suas grandes tarefas. E como é bom ver tantos Bispos que acorrem a esta Assembléia, poder acolhê-los e saudá-los na caridade de Cristo!

2. — No centro do Mistério da Páscoa está o Senhor Jesus Cristo, pelo qual temos acesso ao Pai, no Espírito Santo (cfr. v. 18). É desse Cristo que todos devem aproximar-se. Quem dele está longe, é pagão ou hebreu; quem dele está perto, é cristão e homem novo.

3. — No centro do Jubileu da Redenção está o Sangue de Cristo derramado por amor e está a cruz do Gólgota, erguida há 1950 anos para a reconciliação e a esperança dos homens. Desta Cruz deram recentemente um comovedor testemunho os dois monges cartuxos, que visitaram o Brasil, examinando a viabilidade de se estabelecerem aqui, e que, não

sem orgulho, enunciaram o lema da sua Ordem de 900 anos: "Stat Crux dum volvitur orbis" ("a cruz está firme enquanto o mundo gira").

4. — No centro da nossa Assembléia deve estar o ideal da paz e da reconciliação, que derruba os muros e as barreiras, para que haja um só corpo, para que de dois povos seja feito um só, para que de dois homens se constitua um só. Se esta maravilhosa unidade foi conseguida entre os gentios e os judeus, quando mais facilmente e mais obrigatoriamente isto deverá acontecer entre nós, amigos do Senhor por vocação e consagração?! Vamos, pois, entrar e perseverar nesta Assembléia com alegria, com confiança e com abertura de coração. É isto que se espera duma Assembléia em atmosfera de Páscoa e em clima de Ano Santo. Temas difíceis, eleições ou quaisquer outras circunstâncias não poderão abalar ou diminuir a beleza do nosso convívio e a santidade da nossa comunhão.

5. — Em tudo isto nos ajudarão as luzes e as forças do Espírito Santo, que estamos invocando. Sabemos também que as nossas Igrejas Particulares estão rezando conosco e por nós. E de poderoso estímulo nos serve a sempre venerada Palavra do Santo Padre, o qual bem recentemente, ao inaugurar a Assembléia Ordinária do CELAM, em Haiti, explanava o que significa ser Bispo hoje na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Vale a pena recordar as afirmações básicas do Papa no mencionado Discurso, que aparecerá publicado integralmente em nosso Comunicado Mensal de março: 1.o Sede Bispos de um povo profundamente religioso. 2.o Sede Bispos dedicados à vossa missão espiritual. 3.o Sede Bispos para um povo que sofre. 4.o Sede Bispos construtores da unidade. 5.o Sede Bispos de uma renovada evangelização.

Que tudo isto nos seja concedido. Amém.

# UMA EXPERIÊNCIA DE CATOLICIDADE 281 41 83 DSP

D. Carlo Furno

Eminentíssimos srs. Cardeais, Excelentíssimos srs. Bispos  
Tenho a satisfação de dirigir-me, pela primeira vez, como Representante do Santo Padre, a todo o Episcopado brasileiro reunido em Assembléia Geral.

Desde a minha chegada ao Brasil, em novembro passado, já tive a alegria de encontrar-me com muitos irmãos no Episcopado, seja nas suas respectivas Dioceses, seja na Sede da Nunciatura Apostólica, ou na Sede da CNBB, em Brasília. Hoje, o nosso encontro reveste-se de um significado eclesial bem mais intenso e profundo, porque estais representando todas as Igrejas particulares desta grande Nação e estareis examinando em conjunto a caminhada da Pastoral.

Esta reunião — à qual desde já auguramos muitos frutos — será também para mim uma valiosa experiência, da Igreja do Brasil, e das preocupações dos seus Pastores, para unir os seus esforços e colaborar melhor no serviço dessa importante parte do Povo de Deus.

Seja-me permitido dizer, embora com palavras singelas, a relevante experiência de catolicidade que oferece a Igreja no vosso País:

pela extensão territorial que abrange;

pela diversidade de vossa gente que apascentais e congregais no único rebanho de Cristo;

pela abertura da vossa Igreja aos outros continentes,

dando e recebendo missionários do exterior;

pela composição mesma do vosso Episcopado;

catolicidade, sobretudo, porque que trabalhando convosco, nenhum missionário se sente ou é considerado como estrangeiro, mas é recebido como irmão que o Senhor envia para a sua messe.

Diria ainda que esta catolicidade se manifesta também na generosidade com a qual igrejas de outros continentes contribuem para realizações e obras apostólicas em benefício do vosso povo.

Impressiona, antes de mais nada, a obra evangelizadora já realizada e também a obra a realizar-se nessa terra que Cristo confiou ao vosso cuidado pastoral.

Imensos são os desafios que continuais a enfrentar em todos os setores da vida da Igreja e da sua presença na sociedade:

— desafios referentes à extensão das vossas circunscrições e às comunicações não sempre fáceis;

— insuficiência de sacerdotes, de Religiosas e de agentes de pasto-

ral, leigos para atender como conviria a todo o rebanho;

— escassez de recursos materiais, quando crescem as necessidades e os encargos que pesam sobre as respectivas Dioceses.

Aqui, como em outras partes do mundo, os Pastores estão enfrentando as grandes questões que solicitam a atenção da Igreja de hoje: a crescente secularização, a "ideologização" das massas, a influência alarmante dos meios de comunicação social, a dissolução da família, o vazio de valores.

A estas preocupações acrescentam-se aquelas próprias do Brasil: a proliferação e a combatividade das seitas, a confusão do sincretismo, o grave problema da justiça social e da responsabilidade da Igreja em conseguir, no quadro da sua competência religiosa específica, pão e dignidade para os pobres.

Para buscar a solução destas dificuldades, os Bispos do Brasil não estão sós. Vós sentis, cada dia mais, não há catolicidade sem unidade: unidade dos Pastores entre si, e sobretudo, unidade com a cátedra de Pedro, princípio e fundamento visível de unidade e de comunhão na Igreja de Cristo.

A comunhão intensa com o Supremo Pastor, cujo ministério é de unir todas as Igrejas, espalhadas pe-

lo mundo, é fonte de energia e de segurança na tarefa evangelizadora.

Como bem sabeis, pois tivestes um encontro pessoal com ele, o Santo Padre João Paulo II acompanha de muito perto as angústias e as esperanças da Igreja no Brasil. Pode constatar que as suas pregações por estas terras ainda estão vivas na memória de todos. Estas palavras continuam sendo orientadoras para ação de hoje. Entre estas gostaria de frisar:

— o discurso do Santo Padre e esta mesma Conferência Episcopal, reunida em Fortaleza, no dia 10 de junho de 1980, e também a Carta circular que João Paulo II enviou a cada um dos Bispos do Brasil por ocasião da Festa de Natal do mesmo ano de 1980.



Na missão que empreendi no Brasil como Núncio Apostólico, empenhar-me-ei em ter para vós um meio a mais de comunhão eclesial entre as vossas Igrejas particulares e a Igreja que "preside na caridade", para que vossos esforços sejam inspirados e fortalecidos sempre pela palavra iluminadora do Bispo de Roma.

Que a luz do Espírito Santo ilumine a Vossa Assembléia nas suas resoluções e decisões e não vos falte a materna intercessão de Maria Santíssima, Mãe da Igreja.

Ano Vocacional

## BISPOS PROMOTORES DE VOCAÇÕES

D. Ivo Lorscheiter

Neste solene momento da Celebração Eucarística, sentindo-nos profundamente unidos ao Cristo, Sumo e Eterno Pontífice e vivendo a grandeza do Sacerdócio perpetuado na Igreja, estamos abrindo e proclamando para o Brasil o Ano Vocacional. Decidida pela Assembléia Geral da CNBB em 1981, preparada nas suas linhas gerais pelo Setor competente da Conferência Episcopal e confiada na sua concreta e detalhada realização aos Regionais e às Dioceses do nosso País, esta iniciativa encerra um triplice conteúdo ou programa:

1.o) Em primeiro lugar, nós Bispos nos comprometemos a ser, neste Ano mais que no passado, promotores das Vocações, especialmente da Vocação Sacerdotal ou Presbiteral, pois que a ela visa particularmente o Ano Vocacional. A exemplo de Jesus, que chamou e preparou colaboradores desde o início da Sua Vida Pública e que, antes de subir aos céus, os enviou dizendo: "Lançai as redes" (Jo 21,6) e "Ide por todo mundo, pregai e batizai" (Mt 28,18), também nós Bispos queremos e devemos procurar quem nos ajude mais diretamente. Como a São Pedro, também a nós cabe dizer muitas vezes: "Vou pescar" (Jo 21,3). E em quantos mares e rios e lagos nos cabe lançar as redes para sermos pescadores de homens! E oxalá também a nós aconteça como a Pedro, a saber, que apareça um bom grupo de pessoas generosas a dizer: "Nós vamos contigo" (ibidem). Não será demais lembrar que isto irá suceder mais facilmente se tratarmos

os nossos Sacerdotes os Candidatos assim como Jesus tratava os Apóstolos: "Rapazes, tendes algo para comer" (Jo 21,5)? E além de propiciar-lhes uma pesca surpreendente, Ele os aguarda na praia com peixe assado e pão: "Vinde comer" (ibidem, v. 12). Além disso, tomemos especialmente para nós, Bispos, as palavras do Santo Padre na bem recente mensagem para o próximo vigésimo dia Mundial de Oração pelas Vocações: "Foi André que levou para junto de Jesus o irmão Pedro. O mesmo Jesus chamou Felipe, mas foi Felipe que chamou Natanael. Não deve haver receio algum em propor diretamente a uma pessoa jovem ou até menos jovem, o chamamento do Senhor. É um ato de estima e confiança. E pode ser um momento de luz e de graça. Possa assim chegar a muitas consciências, através de nós, a frase de Cristo, que foi adotada como lema deste Ano Vocacional: "Vem e segue-me" (Lc 5,27).

2.o) Em segundo lugar, às nossas Igrejas Particulares e às nossas Comunidades todas dirigimos daqui, do meio da nossa Assembléia, um convite coletivo e uma uníssona clamação: Aderi ao Ano Vocacional! Empenhai-vos em realizá-lo com zelo e otimismo! A todos queremos repetir a proclamação do Concílio Vaticano II: "O dever de fomentar as vocações incumbe a toda a comunidade cristã" (Dec Optatum Totius, n. 2). Que as famílias, as escolas, os grupos de jovens, os movimentos e associações, as paróquias e comunidades eclesiais de base, os meios de comunicação social saibam estimular a cada um a descobrir e seguir a sua vocação,

criando o devido espaço para a vocação sacerdotal. Planos concretos de trabalho serão intensificados em nossas Dioceses, à luz dos valiosos subsídios e das numerosas experiências existentes. E se alguém pensar ou disser que este ano de 1983 já está muito carregado com outras programações, por exemplo, do Ano Santo da Redenção, nós responderemos com o Papa, na já mencionada Mensagem para o dia 24 de abril: "A nossa confiança, quanto a isso, é aumentada pela circunstância do Ano Santo". Lembraremos também que o Santo Padre escrevia aos Sacerdotes por ocasião da última Quinta-feira Santa: "Este Ano Santo diz respeito, de maneira especial, aos Sacerdotes da Nova Aliança. Se para todos os fiéis ele constitui um convite a releerem a própria vida e vocação à luz do mistério da Redenção, eu diria que este convite é dirigido aos Sacerdotes com uma intensidade ainda maior". De resto, na Carta com que nos enviava o Documento de Trabalho para o próximo Sínodo dos Bispos, João Paulo II ponderava, com muita sabedoria e realismo pastoral: "Na celebração do Jubileu da Redenção poderá entrar oportunamente tudo aquilo que as Igrejas Particulares celebram durante o ano".

Ano Vocacional há de ser para todos um período de intensíssima oração. Mais uma vez quero citar a Mensagem Papal para o próximo Dia Mundial de Oração pelas Vocações: "As vocações para servir totalmente a Igreja são um dom especial de Deus. Por isso, só a Ele o pedimos, porque somente Ele o

pode conceder. E pedimos este dom com o coração aberto para o mundo, olhando para o maior bem de todos os homens. Recordais com certeza que o Senhor Jesus nos convidada a orar pelas vocações precisamente porque o Seu Coração misericordioso via os sofrimentos do mundo".

— Vamos rezar pelo número de Padres: 12.600 são insuficientes para bem servir os 120 milhões de brasileiros!

— Vamos rezar pela fidelidade alegre dos Padres: isto dará credibilidade aos seus trabalhos!

— Vamos rezar para que os Padres sejam sempre autênticos profetas, que digam e mostrem com que poder em nome de quem falam e agem (cfr. At 4,7)!

— Vamos rezar pela união dos Padres: isto será segurança para eles e edificação para os fiéis!

— Vamos rezar pelos 600 Seminários e Instituições de formação presbiteral, pelos 5.000 seminaristas Maiores e pelos numerosos Seminaristas Menores do Brasil!

— Vamos rezar por toda a Igreja do Brasil para que ela entenda e viva a sua vocação de servir, libertar e salvar os homens, superando qualquer tentação de fechar-se ou comprazer-se em seus próprios quadros institucionais!

Que assim este Ano Vocacional, coincidindo com o Jubileu da Redenção, ponha em absoluto relevo a figura do Senhor Jesus, de acordo com a inspirada profissão de Pedro: "Não há salvação em nenhum outro, pois não há debaixo do céu qualquer outro nome dado aos homens que nos possa salvar" (At 4,12).





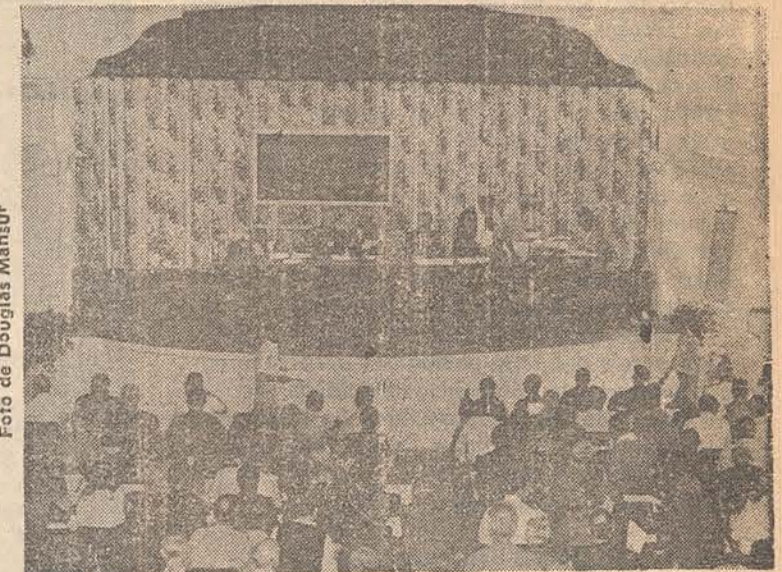
# COMO SE FAZ TEOLOGIA HOJE NO BRASIL

28/4/83  
OSP

Este pequeno ensaio não é um documento oficial da CNBB.

É uma informação que foi lida na XXI Assembléia, sem maiores pretensões, que tenta descrever aproximativamente como se elabora teologia no Brasil hoje e o que há de especificamente nosso nessa caminhada.

Foto de Douglas Mansur



Os bispos durante eleição da presidência em Itaiçara

Em novembro do ano passado, efetuou-se o segundo encontro entre membros da CED (Comissão Episcopal de Doutrina) e uma quinzena de teólogos, representando os vários setores e as várias correntes da Teologia. Nesta ocasião, ao pedido da CED, foram apresentados três estudos, que tinham como objetivo dar uma idéia de **como se faz Teologia no Brasil hoje**. Pensava-se sobretudo nos setores da Exegese, da Sistemática e da Moral. Os três textos, que foram debatidos, apresentavam um mesmo esquema básico: a caminhada feita, temas vitais, o relacionamento entre reflexão e prática pastoral, e as dificuldades encontradas em cada área. No final dos debates chegou-se à conclusão de que os textos seriam distribuídos aos Senhores Bispos, e que seria apresentada uma espécie de síntese para introduzir os textos.

Fazem-se patentes as dificuldades desta tarefa. Antes de mais nada, porque os textos representam pontos de vista pessoais; foram elaborados em vista de um debate; não têm a pretensão de serem completos. Ademais, se já os próprios textos apresentam limitações inegáveis, muito maiores deverão ser as dificuldades e limitações de uma síntese. Embora conscientes disto, procuramos ao mesmo tempo apresentar os principais conteúdos e estabelecer uma organicidade entre os três estudos. Partiremos das linhas comuns para, só num segundo momento, fazer emergir o que cada setor oferece de específico. O esquema da síntese é o mesmo dos estudos: a caminhada feita, temas vitais e dificuldades. A ligação entre teoria e prática pastoral é um pressuposto que emerge de diversas formas no todo.

## 1. TRAÇOS COMUNS

Embora em linguagem diferente, todos os três estudos revelam que a caminhada feita é substancialmente a mesma na Exegese, na Sistemática e na Moral. Ressaltam também a importância da comunidade na elaboração atual

da Teologia. Partem da perspectiva dos empecilhados como exigência de fidelidade ao kairós em que vivemos. Tudo isto manifesta que existe e deve existir uma concepção unitária da Teologia, na qual os vários setores se articulem de modo coerente e complementar.

### 1. A caminhada feita

A caminhada feita pode ser dividida em três grandes momentos: o da dependência européia; o da renovação efetuada no clima do Vaticano II; o da tentativa de refletir teologicamente os nossos próprios problemas e a partir de coordenadas próprias.

a) **A dependência européia** é uma realidade nos três setores. Até a fase posterior ao Vaticano II toda a nossa Teologia encontra-se umbilicalmente ligada à Europa. Não só a absoluta maioria dos teólogos brasileiros são formados em Universidades Europeias, como se alimentam da Teologia Européia. A grande fonte de inspiração teológica são livros e revistas vindos diretamente da Europa. Na fase anterior ao Vaticano II seguem-se manuais, preferivelmente escritos em latim; estes, na melhor das hipóteses, são traduzidos de alguma matriz européia. Daí a decorrente falta de originalidade, e particularmente a ausência dos nossos problemas específicos. Predomina uma concepção de "catolicidade" padronizadora, pouco atenta às coordenadas históricas e aos sinais dos tempos. As exceções são raras.

b) **A renovação no clima do Vaticano II** é outra constante nos três setores. Entretanto, é preciso notar que a renovação no campo bíblico precede em muito à renovação no campo sistemático; e a renovação no campo sistemático precede à renovação no campo da Moral. Isto revela uma lógica interna: na origem de toda renovação teológica encontra-se a Palavra viva de Deus; e é só a partir da renovação propriamente teológica que se pode pensar numa renovação da Moral.



c) **A busca da originalidade** em termos latino-americanos se acentua a partir dos anos 60, quando a realidade eclesial começa a assumir aqui uma fisionomia bastante diferente da anterior. Embora não se possa reduzir às Cebes, estas tiveram, sem dúvida, um influxo naquilo que caracteriza mais a nossa Teologia: a ligação profunda entre fé e vida, teologia e pastoral. Três marcos são decisivos para esta originalidade: Medellín, Puebla e a atuação da CNBB. Medellín e Puebla, levando adiante a abertura para o mundo, ao mesmo tempo captam e favorecem uma nova consciência da missão eclesial: o seu compromisso com o sub-mundo dos empobrecidos. A CNBB, por sua atuação tanto no campo teológico, quanto pastoral, garante a presença viva do Magistério nesta abertura de horizontes. Dentro deste contexto emerge sempre mais a consciência dos mecanismos estruturais que geram a pobreza e mantêm a dominação. Fica destarte sempre mais clara uma nova tarefa para a Teologia: não só articular este dado angustiante da injustiça social numa compreensão coerente e unitária da fé, mas sobretudo refletir criticamente sobre a práxis transformadora desta situação anti-evangélica. Com isto começa a Teologia feita no Brasil a ganhar feições próprias, tanto na temática, quanto no método. E é esta busca de uma fisionomia própria, hoje já bastante delineada e ressaltada, que caracteriza o momento teológico atual.

## 2. A vida da comunidade de fé como lugar da Teologia

O fenômeno das Comunidades Eclesiais de Base é um dos fatores básicos da especificidade da nossa Teologia. É aqui que aparece melhor a grande novidade: o povo fazendo Teologia e os teólogos refletindo com o povo, a partir dos seus problemas.

No momento exegético isto fica mais claro: a leitura da Bíblia, feita pelo próprio povo e a partir dos problemas de sua vida, dá lugar a um novo modo de fazer Exegese. Esta não aparece apenas nos comentários bíblicos, mas também nas celebrações, nas histórias e dramatizações, nas poesias e cânticos, nos encontros, cursos e reuniões, nas festas e assembleias.

Leitura essencialmente comunitária, a Bíblia é vista não só como história do passado, mas sobretudo como espelho da história presente. A preocupação básica consiste na busca do sentido que a Palavra de Deus tem para nós hoje. Ademais, quando se reúne para ler esta Palavra, o povo que celebra suas lutas diárias, acaba sempre rezando. A descoberta do sentido da Bíblia não é fruto só da ciência, do raciocínio humano, mas é sobretudo dom de Deus através do Espírito que se manifesta no Seu povo.

Considerando-se agora o momento da Teologia Sistemática, ela se apresenta como reflexão crítica elaborada a partir da práxis cristã. Essa reflexão se dá no interior de uma Igreja e a seu serviço: esclarecendo-a, iluminando-a na situação concreta em que esta se encontra. Rica é a problemática lançada à Teologia pela experiência dos grupos de base, a resposta mais original e esperançosa dada pela Igreja aos desafios da realidade brasileira. Sua incidência

tem sido enorme na reflexão teológica, provocando um crescente repensamento de dados tradicionais: Deus, Espírito Santo, Jesus Cristo, Igreja, Povo de Deus, Ministérios eclesiais, fé e política, etc.

# A XXI Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB 28/14/83 OSP

(Continuação da página 4)

## A VIDA DA IGREJA NO BRASIL

O relatório que D. Aloísio apresentou na Assembleia do CELAM, sobre a Igreja no Brasil, ocupa 15 páginas. Aqui nós ressaltamos apenas a primeira parte que trata dos problemas e desafios enfrentados pela Igreja do Brasil.

### PROBLEMAS E DESAFIOS

1. Um primeiro problema, de alguma forma raiz dos demais, é o dos conflitos de Terra. De 1977 a 1981 registraram-se 916 conflitos, envolvendo 251.891 famílias, com 1.972.989 pessoas.

No mesmo período verificaram-se 45 assassinatos de trabalhadores rurais e agentes de pastoral, incluídos 3 advogados. Apesar de conhecidos os nomes, datas e lugares de todos esses crimes, nenhum deles foi apurado de forma conclusiva.

Em 1982 deram-se outros 173 conflitos, a maioria dos quais caracterizada como expulsão do homem da terra, através da grilagem e do despejo. Nada menos de 30 pessoas, entre posseiros, lavradores, trabalhadores rurais, sindicalistas e um advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foram assassinados. Por esses conflitos foram atingidas 228.772 pessoas, de 50.567 famílias de camponeses.

Além desse tipo gravíssimo de violência, houve as ameaças de expulsão e de morte, prisões ilegais, sequestros, espancamentos e outros tipos de pressão violenta contra o homem do campo e seus órgãos de classe.

Uma forma particular de violência é constituída pelas condições sumamente precárias dos veículos utilizados no transporte de trabalhadores rurais volantes ("Bóias-Frias"), que só em 1982 provocaram 11 acidentes graves, resultando em 73 mortos e 98 feridos, entre os quais 10 trabalhadores menores.

2. Ligada aos conflitos da Terra está a prisão dos 2 padres franceses e dos 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia, na Diocese de Conceição do Araguaia, Pará.

De longa data, esses padres vinham alertando as autoridades locais por visitas e por escrito, sobre a difícil situação dos posseiros e o perigo de conflitos armados. Mas não lhes foi dado ouvido, até que 13 posseiros, para se defenderem contra grileiros, mataram um pistoleiro identificado depois como sendo da Polícia Federal. Presos os posseiros a 18 de agosto de 1981 e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) e, no início incommunicáveis e torturados, continuam presos em Belém do Pará condenados pelo Superior Tribunal Militar (STM) a 8 anos de prisão, 2 padres franceses, presos a 1.º de setembro de 1981 e condenados pelo Superior Tribunal Militar (STM) a 10 e 8 anos de prisão, continuam presos em Brasília-DF.

O que os fizeram sentar na cadeira de réus foi a visão e o testemunho que a Igreja desenvolve na região sobre a questão fundiária. Condenou-se o trabalho pastoral da Igreja na região.

3. Acresce a estes conflitos e prisões uma forte onda de difamação contra a Igreja por meio de panfletos, histórias em quadrinhos, literatura de cordel, falsificação de cartilhas de educação política, de folhetos de liturgia, de publicações da Igreja, chegando a usar logotipos de Editoras Católicas como se delas procedessem.

Nesta onda de calúnia e deturpação são deformados os fatos, textos falsos atribuídos a bispos, acusando padres e bispos de comunistas, procurando criar a imagem de uma Igreja dividida e gerar confusão no povo. Houve violação de correspondência, apreensão de livros e documentos, deturpação de documentos pastorais, ataques e invasões a residências episcopais e sequestro de padre levado para motel onde foi fotografado junto com uma paroquiana também sequestrada em pose inconveniente. Depois, tais fotos indignas distribuídas pela paróquia.

Observa-se ainda uma raiva contra padres vindos de outros países. A própria Lei dos Estrangeiros, modificada em 1981, procura dificultar a entrada e estadia dos missionários no País.

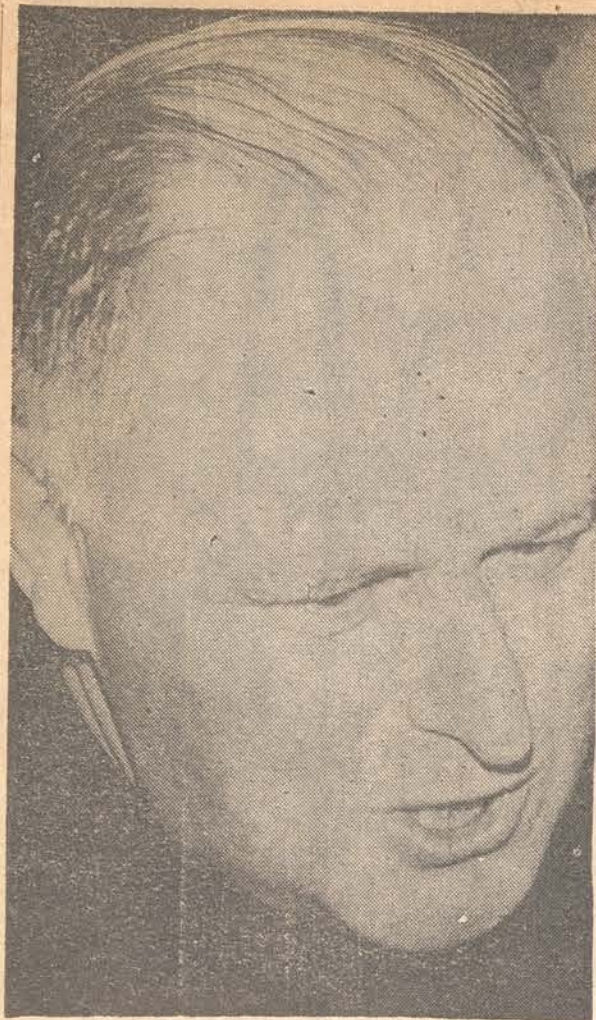
A Rádio Nacional e a TV Nacional de Brasília levam ao ar programas diários em que as deturpações dos atos da Igreja não faltam. Bispos, padres ou agentes de pastoral, fiéis às exigências da doutrina cristã, quando assumem a defesa dos pobres oprimidos, são implacavelmente acusados de ideologia anti-cristã.

Nota-se em nosso País a tendência de um Estado que se quer atribuir a tutela da Igreja, dentro do vício do antigo regalismo. Nota-se profunda incompreensão a respeito da missão da Igreja e da dimensão social das exigências do Evangelho. E posta em questão a própria linha de atuação da Igreja, que procura concretizar uma leal opção pelos pobres. A Igreja é apresentada como se estivesse pregando o ódio, a luta de classes ou a violência ou até pretendendo a tomada do poder. Na realidade ela se esforça por cumprir o dever de formar a consciência, denunciar as injustiças, contribuir para a construção de uma sociedade que respeite a dignidade da pessoa humana e traduza esse respeito na criação de condições objetivas de verdadeira fraternidade.

4. A espada de Dâmocles em todo este processo de oposição à linha pastoral da Igreja é a Lei da Segurança Nacional (LSN). É uma lei que oprime o homem: abafa as greves, persegue legítimas oposições, trunca manifestações de livre pensamento, cerceia a atividade pastoral da Igreja. O pressuposto dessa Lei é a Ideologia ou Doutrina da Segurança Nacional, que se contranõe frontalmente a uma nova ordem baseada na justiça, na confiança e no respeito mútuo entre as pessoas.

5. Entre os conflitos de Terra, violências contra padres e posseiros, difamações, falsificações e deturpação de toda uma ação pastoral da





D. Aloísio Lorscheider

Igreja, ocupam ainda lugar marcante os conflitos com os índios.

Em agosto de 1981, o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos viu-se obrigado a dar uma Nota sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Nesta nota reafirma-se energeticamente o direito dos povos indígenas a justa demarcação das suas terras, o direito a um espaço vital que seja base para a sua sobrevivência e a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeiro povo, como verdadeira nação (João Paulo II, Alocução aos Índios em Manaus, 10 de julho de 1980).

Tendo havido casos em que missionários foram impedidos de desenvolverem, em nome da Igreja, o seu trabalho de evangelização junto aos Povos Indígenas, a Nota relembra o direito e o dever que a Igreja tem de exercer com liberdade a sua missão evangelizadora. É Ela que define o conteúdo e escolhe os ministros de sua ação evangelizadora. Além do mais, a Igreja rejeita qualquer tentativa de converter sua missão numa assessoria ou cobertura de uma política indigenista oficial. Os próprios Povos Indígenas querem a presença dos missionários em suas áreas.

6. Dentro desta problemática deve colocar-se a questão bastante séria das barragens e gigantescas usinas hidrelétricas, quais p. ex. a de Itaipú.

7. Enfrenta a Igreja em nosso País também sérios problemas no campo moral: aborto, jogo, pornografia, indústria bélica, planejamento familiar.

Em abril de 1981, o Secretário Geral da Conferência, Dom Luciano Mendes de Almeida, enviada à Comissão de Saúde da Câ-

mara dos Deputados um relatório no qual insistia na rejeição total do aborto provocado como intrinsecamente mau e fruto do desvirtuamento da consciência moral.

Em agosto do mesmo ano, o Conselho Permanente emitia Nota Especial em que afirmava não poderem nem o aborto sentimental nem o suposto aborto terapêutico revogar as exigências da Lei Divina: "Não matarás".

Naquela oportunidade o Conselho Permanente também se pronunciava sobre o jogo e a pornografia. Estava, na época, para se encaminhar à Câmara um projeto de legalização do jogo e reabertura dos cassinos a pretexto de proporcionar novos empregos e vantagens sociais e assistenciais através da taxação e sob controle por parte da competente autoridade.

Da mesma forma, um alerta sobre a pornografia nos meios de comunicação social. Percebe-se um momento de explosão descontrolada do erotismo, através do cinema, da televisão, dos espetáculos, das canções, das revistas.

No momento em que o Brasil começa a ocupar o 5.º lugar na produção e exportação de armas, a Assembléia Geral em fevereiro de 1982 manifestou-se a esse respeito, pedindo aos responsáveis por essa triste e inglória indústria de revelarem sua posição, acrescentando ainda observações pertinentes sobre a produção da energia nuclear, pedindo a sua aplicação pacífica, as maiores garantias contra os possíveis acidentes e o tratamento do lixo atômico junto a uma revisão das decisões sobre a produção e a aplicação da energia nuclear pelos representantes do povo, por todos que possam dar contribuição científica, uma revisão também sobre sua real necessidade, levando-se em conta a voz do povo quanto à localização das usinas e quanto às prioridades dos gastos nacionais.

No campo moral, continua, em nosso País difícil o problema do planejamento familiar e a ação nefasta da BEMFAM.

8. Por fim, não se podem silenciar dificuldades existentes no interior da Igreja, em nosso País.

Em certas radicalizações que prejudicam a unidade e desedificam os fiéis, seja por espírito tradicionalista (os 25 padres de Campos-RJ), seja por ideologização política que colabora para desvirtuar o autêntico objetivo evangelizador da Igreja, seja por abandono de normas disciplinares causado por certo bloqueio psicológico em relação à autoridade eclesiástica e uma acepção da imagem de Igreja Povo de Deus numa linha democrático-demagógica, mais ou menos no sentido do poder vem do povo.

## A XXI Assembléia Geral da Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil - CNBB

2814/83 OSP

# A VIDA DA IGREJA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

D. Aloísio Lorscheider, Cardeal de Fortaleza, CE, é o Delegado da CNBB junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). D. Aloísio já foi duas vezes Presidente da CNBB e é ex-Presidente do CELAM. Esteve presente na XIX Assembléia Ordinária do CELAM, realizada em Porto Príncipe, no Haiti de 9 a 14 de março último e em cuja abertura esteve presente o Papa João Paulo II. No final da Assembléia, os 56 bispos vindos de toda a América Latina e que pelos estatutos tinham direito à participação, estavam todos presentes. Na XXI Assembléia Geral da CNBB, D. Aloísio apresentou aos bispos brasileiros, não só um relatório do que a Assembléia do CELAM, mas também o relatório que ele apresentara, sobre a Igreja no Brasil, para os bispos do CELAM. Aqui apresentamos os principais pontos de ambos os relatórios.

### A XIX ASSEMBLÉIA DO CELAM

Um dos pontos altos da Assembléia do CELAM, foi sem dúvida a presença do Papa que no seu discurso de abertura falou sobre como ser bispo na América Latina hoje e sobre o papel do CELAM. Foram seis os pontos focalizados pelo Papa e que D. Aloísio sintetiza assim:

1. Bispos de um povo profundamente religioso, que pede o pão da Palavra de Deus, põe em Deus a sua confiança, um povo marcado pela fé cristã. Este povo pede o aprofundamento e fortalecimento da fé, a instrução religiosa, o dom dos sacramentos, todas as formas de alimento para a sua fome espiritual.

Sobre este povo, porém, pesam graves problemas religiosos e eclesiais: a escassez de vocações sacerdotais, religiosas e agentes de pastoral; a ignorância religiosa; entre os mais humildes, a superstição e o sincretismo; nas grandes cidades e nas camadas mais instruídas o crescente indiferentismo, se não ateísmo, devido ao atual secularismo; a amargura de muitos que, por causa de uma opção equivocada pelos pobres, se sentem abandonados e desatendidos em suas aspirações e necessidades religiosas; o progresso de grupos religiosos, às vezes carentes de verdadeira mensagem evangélica e que com seus métodos de atuação pouco respeitosa da verdadeira liberdade religiosa, põem sérios obstáculos à missão da Igreja Católica e também das outras confissões cristãs.

2. Bispos doados à sua missão espiritual, onde, concretamente, sobressaem algumas tarefas importantes:

— a convocação de numerosos e qualificados jovens e sua cabal formação para o sacerdócio ou a vida religiosa;

— o máximo cuidado para inserir os laicos ativamente na Igreja e fazê-los agir eficazmente na sociedade;

— a catequese, instrumento único para a educação na fé das futuras gerações, que as oriente a um dinamismo social;

— a preocupação pastoral pela família.

Para conseguir tudo isso, ser Bispo hoje na América Latina consistirá sempre, e com crescente prioridade, em ser antes de tudo pregador da Palavra revelada. É preciso que os Bispos sejam mestres e guias na fé, propondo sem ambiguidade a doutrina da Igreja, vendo com bondade e firmeza por sua integridade e pureza, corrigindo eventualmente os desvios doutrinários ou morais que tanto prejudicam e confundem os fiéis. Além dos mestres e guias da fé, os Bispos sejam também santificadores do seu povo.

O esforço pastoral do Bispo deve orientar-se todo para a construção de comunidades cristãs.

2. Bispos para um povo que sofre: Existem as imensas zonas de miséria, analfabetismo, doença, marginalização. Em sua raiz encontram-se injustiças massacrantes, exploração de uns pelos outros, falta grave de equidade na distribuição das riquezas e dos bens da cultura.

A esta problemática, acrescenta-se a tentação de muitos jovens de combater a injustiça com a violência, desencadeando um processo de violência que a todos causa pena e inquieta.

Como fica o Bispo?

Os mais pobres devem ter a preferência da solicitude pastoral do Bispo, preferência que não se inspira em meros critérios políticos ou ideológicos, não seja exclusiva nem excluyente, não engendre sentimentos de ódio ou de luta entre irmãos, pois neste caso já não seria pastoral nem cristã.

Esta preferência pelos pobres e o estar com eles deve ajudá-los a superar o que for indigno do homem e ensinar-lhes a progredir, não para se tornarem ricos mas para serem mais.



**4. Bispos construtores de unidade:** Em meio aos conflitos, ao círculo vicioso da morte, ao drama da violência, a palavra ou o gesto do Bispo não deve alargar as divisões ou agravar as rupturas. É preciso trabalhar, com sabedoria e paciência, em favor da concórdia e da paz. O Bispo é sempre princípio, sinal e instrumento de comunhão; é o ministro da reconciliação.

**5. Bispos para uma renovada evangelização:** Recordando o 5.º centenário do início da evangelização da América Latina, o Bispo, em vista do ano de 1992, tomará, com o seu presbitério e fiéis, o compromisso de uma evangelização renovada. Renovada em seu ardor, em seus métodos, em sua expressão.

Pressupostos fundamentais desta renovada evangelização constituem:

— sacerdotes numerosos e bem preparados. Despertar mais vocações e prepará-las convenientemente nos aspectos espiritual, doutrinário e pastoral, é, um Bispo, um gesto profético. É antecipar o futuro da Igreja;

— numerosos leigos prontos a colaborar na obra evangelizadora;

— a luz a orientar a renovada evangelização será o documento de Puebla, sem interpretações deformadoras, sem reduções deformantes nem aplicações indevidas de umas partes e eclipse de outras. Como penhor e garantia de êxito nesta missão se tenham presentes as três características que distinguem a piedade dos povos latino-americanos: o amor à Eucaristia, a devoção à Mãe de Deus, a união afetiva ao Papa.

**6. O papel do CELAM:** O CELAM não é e nem pode ser uma super-Conferência. Não substitui nem tira o lugar das Conferências Episcopais em suas competências e responsabilidades. É, antes, por sua natureza e sua definição original, um serviço às Conferências, na linha das exigências e necessidades que estas apresentam.

O CELAM é, para os Bispos, um ponto de encontro, de intercâmbio de experiências, de ajuda mútua e de animação recíproca no trabalho pastoral.

É necessário aperfeiçoar e tornar sempre mais eficazes as suas estruturas e esclarecer os seus objetivos.

As pessoas que trabalham no CELAM tenham a convicção de estarem servindo a uma causa digna da Igreja.

#### A VIDA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA

A luz dos relatórios apresentados notou-se que vários pontos mereciam uma atenção especial, tanto negativos como positivos nessa caminhada da Igreja.

**Elementos negativos:** Existe uma aguda crise econômica que afeta praticamente todos os países da América Latina. Esta crise caracteriza-se pela crescente inflação, alto custo de vida, empobrecimento rápido da grande maioria do povo. Dentro dessa crise, observa-se em quase toda parte a corrupção administrativa, o desemprego, falsas necessidades criadas artificialmente, a migração, roubos, sequestros, assassinatos, drogas.

Há um crescente proselitismo sectário de linha particularmente fundamentalista contando com apoio oficial. Da mesma maneira que muitas vezes, atrás de certas experiências de Igreja Popular no sentido de tentativa de desvinculação de Cristo e dos pastores legítimos,

há uma tendência marxista que visa manipular o povo, constata-se, por outro lado que atrás das seitas fundamentalistas está a ideologia da Segurança Nacional. Mas seja como for, o fato importante é que o alastramento dessas seitas demandam uma revisão dos métodos de evangelização da Igreja no passado e no presente e um questionamento para o futuro.

Há uma deficiência também na pastoral dos meios de comunicação social. Muitas vezes não são usados suficientemente, outras vezes não se encara com seriedade a evangelização dos comunicadores ou os agentes de pastoral, inclusive bispos, não estão preparados para o uso correto desses meios de comunicação.

Notam-se ainda outros pontos negativos, como a quebra dos valores morais, as deficiências da pastoral da cultura, a ideologia da Segurança Nacional, a desvalorização dos direitos humanos, a falta de educação cívica e política do povo, a problemática da pastoral urbana e em certos ambientes uma tentativa de criação de uma Igreja desvinculada dos Pastores e aí sim se pode chamar de Igreja Popular.

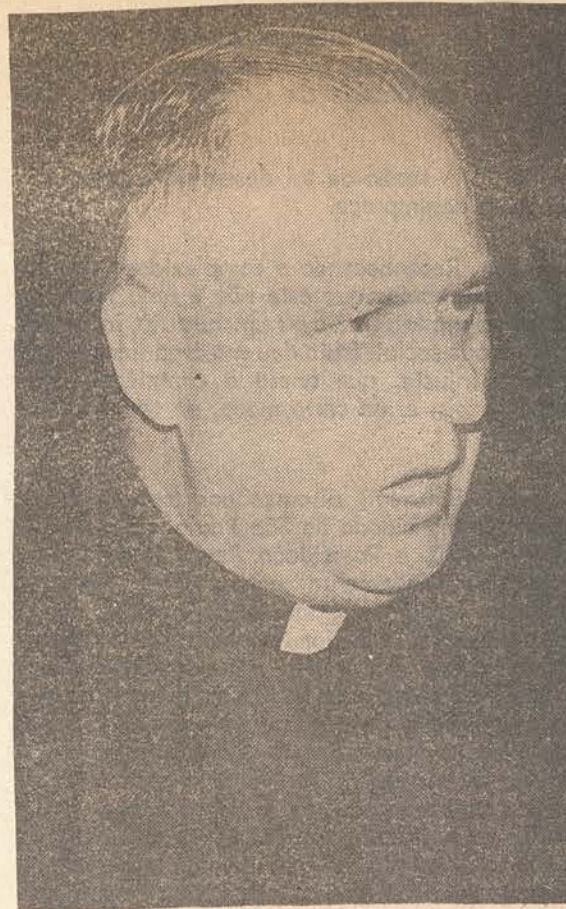
**Elementos positivos:** embora nem sempre o clero tenha ainda tomado consciência da importância dos leigos e embora também os leigos nem sempre tenham descoberto sua identidade dentro da Igreja, contudo o despertar dos leigos é evidente. Mas ainda falta maior número de intelectuais católicos engajados e comprometidos.

O progresso na pastoral familiar também tem sido notável. Todavia há também uma conscientização grande por parte da Igreja dos problemas graves causados pela legislação civil favorável ao divórcio, a tendência à legalização do aborto e visão materialista do planejamento familiar.

O aumento das vocações sacerdotais, religiosas masculinas e femininas tem sido grande. E há um progresso na pastoral da juventude. Tem havido maior atenção para com a religiosidade popular. Mas na Assembléia não se pode aprofundar esse assunto e nem o alcance dessa revalorização e até que ponto ela está favorecendo um aprofundamento e uma vivência mais intensa da fé cristã.

Houve também um despertar para a pastoral indígena. É claro que em certos países o problema indígena foi mais atentamente seguido. Mas em muitos outros estão sendo marginalizados e manipulados e até assassinados em massa, como na Guatemala.

(Continua na página 5)



D. Aloísio Lorscheider

Palavra da Liturgia: 5.º Domingo da Páscoa

## A esperança das comunidades perseguidas

Ana Flora Anderson e Fr. GS Gorgulho, OP

A missão dos apóstolos suscita a vida das comunidades. Anima-as e organiza sua vida, segundo o modelo da própria missão de Jesus, e segundo o modelo da Jerusalém Celestial. A Igreja é comunhão organizada que enfrenta as perseguições que procuram destruí-la.

#### AS COMUNIDADES PERSEGUIDAS

Atos 14,20-21 mostra a situação concreta das comunidades fundadas e organizadas pela missão de Barnabé e de Paulo.

As diferentes comunidades precisam ser animadas pelos missionários. Estes as visitam. Falam das perseguições que abateram sobre as comunidades. A vida comunitária estará firme, se for capaz de prever e de se preparar para esta situação de "tribulação" e de perseguição.

A outra dimensão da atividade dos apóstolos está em organizar a comunidade. Eles designam os "presbíteros". São aqueles cristãos que passam a ser os responsáveis primeiros da vida da comunidade. Os presbíteros são os Anciãos da Comunidade: a eles cabe a presidência da Ceia Eucarística,

e são os sinais da unidade e da fidelidade ao ensinamento dos Apóstolos.

A atividade dos missionários consiste ainda em expandir o anúncio da Palavra de Deus, e assim ir concretizando a unidade das diversas comunidades espalhadas em todo o mundo. A atividade missionária abre as fronteiras, e leva a convocar as nações para que vivam a realidade evangélica.

#### A CRUZ E A GLORIFICAÇÃO

Todo o capítulo 13 de João mostra em que consiste a missão de Jesus. Ele é o Servo que entrega sua vida, e dá o exemplo do serviço. No final desta apresentação mostra-se a relação entre a Cruz e a Glorificação de Jesus. A glorificação é a vitória que Jesus conquista, na Cruz, sobre a morte, sobre a mentira. A Glorificação é o ato da vitória da Vida, da Verdade. A Glorificação é toda a dimensão do mistério pascal no qual Jesus realiza a passagem deste mundo para o Pai.

— O Evangelista principia mostrando em que consiste esta glorificação de Jesus, em sua morte e ressurreição.

— Logo a seguir mostra como a prática do mandamento novo do amor é o sinal característico dos seguidores de Jesus. Este mandamento é "antigo". Pois a necessidade do amor é quase conatural ao homem. No entanto, este mandamento é novo". A novidade está na medida do amor. É preciso amar na mesma medida com que o Pai ama; e amar na mesma medida com que o Filho ama entregando-se na morte de Cruz (cf João 3, 14ss). O sinal característico está pois neste mandamento: "Como eu vos tenho amado, amai-vos também uns aos outros".

#### O MODELO DA COMUNHÃO

Apocalipse 21-22 apresenta o fim de toda a história. A imagem da Jerusalém Celestial serve para mostrar o que será o fim de toda a história: será a união direta da humanidade salva com Jesus. Este é o princípio de sua vida, e o Esposo da humanidade. A Jerusalém Celestial é o lugar das Bodas do Cordeiro: a união vital da humanidade com o Ressuscitado. O fim da história e a participação na Vida e no Amor do Deus Vivo que se revelou plenamente na morte e na ressurreição de Jesus.

A Jerusalém Celestial é, então, apresentada como a Esposa e como a Cidade da plena perfeição. Apocalipse 21,1-5 começa apresentando esta realidade que deve dar sentido à marcha de toda a história. A vida na Jerusalém celeste é o modelo que já deve ser encarnado na vida de todas as comunidades que continuam sua luta e sua marcha nesta história:

— É a novidade plena que dá sentido e força a toda a transformação da história: são os novos céus e a nova terra sempre prometidos e esperados;

— A cidade santa participa da perfeição e da plenitude de vida do próprio Deus; é a cidade da vida e da verdade, na qual não se leva para o sofrimento e para a morte. A cidade Santa é o reflexo da plenitude da vida do próprio Deus;



— A Esposa é a humanidade salva que vai ao Encontro de Jesus, o Ressuscitado. Ele é o Novo Adão, ou o Esposo da Nova Eva. Com ela entra em íntima união de amor, realizando, assim, a plenitude da Aliança e Da comunhão;

— A Jerusalém Celestial é a manifestação da Presença de Deus. Aí se realiza a esperança do Deus-Conosco, Emanuel. É a presença que se dá na comunicação e na partilha direta da verdade e da vida de Deus aos homens salvos.

## A XXI Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB 28/4/83 OSP

(Continuação da página 5)

A comunidade eclesial não apenas celebra a Palavra de Deus e reflete criticamente sobre a vida. A comunidade que se abre simultaneamente à Palavra e à vida, passa a fazer outro tipo de **Teologia Moral**. Os grandes problemas morais não são os que radicam na intimidade dos corações, mas aqueles que se constituem em obstáculos à causa do Reino. Os grandes problemas não são os que existem no coração da Igreja, mas no coração do mundo. Pecado e graça, como duas grandes coordenadas da vida cristã, assumem fisionomia muito concreta em meio aos mecanismos de opressão e aos movimentos de libertação. Também as normas morais deixam de aparecer como fruto de uma reflexão abstrata, para serem concebidas dentro da história do Povo de Deus em marcha.

Sendo assim, a ciência teológica se vê forçada a sair dos seus gabinetes para iluminar a caminhada da comunidade de fé por dentro, em meio aos desafios concretos do dia a dia. A comunidade de fé deixa de ser recipiente de uma Teologia idealista, para se tornar sempre mais fonte de uma Teologia vivida.

### 3. Os pobres são nossa riqueza

A irrupção dos pobres no seio da Igreja se constitui na grande redescoberta teológica atual. Não só os pobres perfazem a absoluta maioria da nossa população, como se constituem na absoluta maioria daqueles para quem Deus é mais do que uma abstração. Eles são de fato nossa maior riqueza. A força dos pobres começa a emergir não só em todos os setores da sociedade, como também em todos os setores da Teologia. E isto faz-se a base de uma revolução teológica. Como ficam os problemas quando analisados a partir da ótica dos empobrecidos? O que representam as questões que durante tanto tempo ocuparam o espaço da reflexão cristã? Pensar a partir dos empobrecidos significa deslocar o centro de interesses da reflexão teológica. A criatividade, o espírito desarmado, a abertura ao Evangelho, os valores mantidos apesar de toda dominação, passam a ser vistos como um tesouro escondido e quase inesgotável.

## II. A ESPECIFICIDADE DE CADA SETOR

Embora se deva ressaltar a unidade de fundo de toda a Teologia feita no Brasil, não se pode negligenciar o que há de específico em cada um deles. Isto tanto no que se refere aos problemas vitais, quanto no que se refere às dificuldades encontradas.

### 1. Problemas vitais para a Teologia Bíblica

#### a) Quanto ao processo de interpretação

Alguns destes problemas se referem mais ao processo de interpretação bíblica: qual seria o objetivo da interpretação? o sentido-em-si mesmo, ou sentido-para-nós. A Exegese científica

ressalta o sentido-em-si; a Exegese do povo resalta o sentido-para-nós. Como articular devidamente os dois? Outra interrogação pesa sobre o **sujeito da interpretação**: são os indivíduos, o exegeta isolado, a comunidade, ou o Magistério? Como relacionar devidamente todos estes sujeitos? Qual o papel de cada um na busca de um sentido mais pleno e existencial ao mesmo tempo? A questão dos **critérios de interpretação** também se faz sempre mais presente. Desde Leão XIII são acentuados dois: a fé e a ciência. Acontece que o nosso povo das bases tem ainda outro critério: a realidade da vida. A pergunta que fica é esta: como a realidade vivida e interpretada pelo nosso povo simples pode contribuir para uma leitura mais adequada da Palavra de Deus?

Também o **lugar social** do intérprete é importante, pois pre-determina os olhos e influi na análise que se faz das coisas e dos acontecimentos. Parece que o lugar social dos profetas e de Jesus Cristo foi sempre o dos "pequenos" a quem foram revelados os mistérios do Reino. E se levamos a sério este lugar social, toda a leitura bíblica deverá apresentar outra fisionomia e conduzir a posturas um pouco diversas daquelas da exegese científica.

Existe igualmente uma questão que se refere aos **métodos**: leitura sociológica, histórico-crítica, linguístico-estruturalista, das formas, etc. O povo simples tem métodos próprios: o método do confronto entre os desafios da vida e a Palavra viva de Deus. Qual o método mais adequado para que se possa ouvir o que Deus tem a nos dizer hoje?

Finalmente, hoje se faz sempre mais presente a questão do ecumenismo. As várias denominações cristãs já não vivem isoladas. Foram mesmo feitas muitas traduções a nível ecumênico. Representariam estes fatos uma riqueza ou trariam consigo algum perigo?

#### b) Quanto ao conteúdo da mensagem bíblica

Muitos são os temas vitais. Queremos destacar alguns.

— **Libertação** — A interpretação que o povo das bases faz da Bíblia situa-se numa perspectiva de libertação. Redescobre-se assim um dos mais ricos filões da Teologia Bíblica. Este é também um tema vital se quisermos permanecer fiéis à Grande Tradição da própria Igreja.

— **Revelação** — O povo das bases tem a convicção de que Deus fala hoje, através dos acontecimentos. A Bíblia ajuda a descobrir esta fala de Deus, "misturado nas coisas". Como evitar um fechamento ao "dom de Deus que o Espírito suscita hoje na sua Igreja?

— **Criação e Salvação** — Já Santo Agostinho observava a existência de um "livro da vida" ao lado de um "livro escrito". O livro escrito, como o livro da vida, deveriam ajudar os cristãos a "transformar o mundo numa grande teofania". Sendo assim, a transformação do mundo é uma preocupação inerente à própria



Palavra de Deus. Esta unidade de fundo é muito bem percebida pelo povo das bases, que entende a salvação como processo abrangente.

— **Gratuidade e Graça** — No afã de transformar o mundo, facilmente o homem moderno perde o sentido da gratuidade; pois transformação exige planejamento e eficácia. Felizmente isto não acontece com o povo das bases. Ao mesmo tempo que luta pela sua libertação, mantém viva a gratuidade, reconhecendo Deus como o único libertador; mantém que a nós cabe colaborar com Deus nesta tarefa.

— **Fé e Ressurreição** — Parecem verdades abstratas, distantes da vida. Para os cristãos das bases, enfrentar as forças da morte exige uma fé a toda prova. A Ressurreição é tão real quanto a própria ameaça da morte. É o suporte para enfrentar os desafios da morte.

## 2. Problemas vitais para a Teologia Sistemática

Desde o Vaticano II, quando os cristãos foram insistentemente conclamados a abrir as portas da Igreja em direção ao mundo, uma avalanche de problemas invadiu a Teologia. As sínteses clássicas deram lugar às Teologias dos genitivos (teologia do trabalho, teologia da história, teologia das realidades terrestres, etc.); e estas teologias dos genitivos estão dando lugar a uma série de outras preocupações. Vamos elencar apenas três, que estão intimamente relacionadas entre si: o pluralismo teológico; a relevância de alguns aspectos a influência da Teologia na sociedade.

No que se refere ao **pluralismo teológico**, é preciso ter bem presente que não se trata de um problema recente. Ele já se encontra nos próprios Evangelhos; se afirma nas correntes judeu-cristãs em confronto com as helenistas; no confronto entre Teologia oriental e Teologia ocidental. Entretanto, hoje o problema do pluralismo se coloca de modo mais agudo. Ao contrário do que ocorria no passado, o teólogo sistemático se encontra hoje diante de uma grande diversidade de métodos, escolas, correntes filosóficas e sistematizações diferentes. Daí a necessidade de ele **escolher** o material mais condizente com o que pretende elaborar. E uma tal escolha sempre se apresenta carregada de consequências teóricas e práticas.

Desde Medellín e Puebla, em nosso país, esta escolha assume uma orientação bem determinada: diante da situação dramática em que vivem as imensas maiorias, a consciência cristã requer caridade eficaz, que transforme e corrija tal situação. E a Teologia apresenta-se como fator importante para despertar, estimular e fundamentar uma práxis cristã coerente. A maior ou menor sensibilidade do teólogo a esta situação afiliva é que vai condicionar sua leitura da Palavra de Deus e da própria realidade.

Conexo com o problema do pluralismo teológico, surge a questão da **relevância** da reflexão teológica. A dramática situação social tem polarizado a reflexão teológica nesta direção. É verdade que a relevância não se constitui em critério de verdade teológica. Só a caridade é normativa teologicamente. Daí se segue que uma práxis não pode ser afirmada cristã apenas

porque leva às transformações exigidas pela caridade. Também se segue que nenhuma práxis concreta pode se erigir como a única evangelicamente legítima. Como também não se pode reduzir o homem à sua dimensão sócio-política. Entretanto, a dimensão sócio-política é fundamental e a dramática situação social do nosso país não pode ser impunemente negligenciada pela reflexão teológica. Como afirma Puebla "anunciar um Evangelho sem incidências econômicas, sociais, culturais e políticas é uma mutilação" (558).

Finalmente, faz-se sempre mais patente a influência que o pensamento teológico exerce na nossa sociedade. Um discurso teológico pretensamente neutro ou claramente obstaculizante aos imperativos cristãos de transformação, não deixa de ter conotações ideológicas; conseqüentemente presta-se para manipulações interessadas na conservação do **status quo**. Tais Teologias, pretensamente neutras diante dos problemas da sociedade, não são pertinentes do ponto de vista cristão. E é preciso deixar claro que só um discurso teológico pertinente caberá devidamente dentro do pluralismo teológico. Nem todo pluralismo é aceitável na situação em que vivemos. Tão somente o pluralismo de teologias pertinentes, isto é, que de fato vão na linha das mudanças necessárias.

## 3. Problemas vitais para a Teologia Moral

A contragosto somos obrigados a reconhecer que o papel exercido pela Teologia Moral ao longo da nossa história não é dos mais brilhantes, nem dos mais edificantes. Pensada a partir do **Status quo** e revestida de um caráter basicamente intimista, a Teologia Moral não só justificou problemas morais. O arejamento introduzido no contexto do Vaticano II com todos os seus méritos, também não parece responder satisfatoriamente aos problemas que nos são colocados. A convivência nem sempre pacífica de um esquema tradicional, de um esquema renovado e de um esquema libertador incipiente, traduz a hesitação profunda dos parcos moralistas existentes no Brasil. A opção pelos empobrecidos revoluciona toda a Teologia Moral. O grande desafio para este setor da Teologia já não é o de fazer reparos às disfunções de pessoas ou da sociedade, mas colocar-se como um dos agentes da **construção de uma sociedade nova**: mais justa e mais fraterna.

Com efeito, a **opção preferencial pelos empobrecidos**, quando traduzida para o campo da Teologia Moral, mostra ao vivo não só as falhas do esquema tradicional, como do próprio esquema renovado. Não é que os problemas abordados por estes esquemas não sejam humanos. Relações pré-matrimoniais, masturbação, eutanásia, divórcio, etc., são problemas humanos que atravessam todas as classes sociais. Entretanto, não com a mesma intensidade. Eles são "vitais" para os bem situados. São menos prementes para as classes subalternas. Um exemplo mostra muito bem o elitismo escondido por trás tanto do esquema tradicional quanto do renovado: a eutanásia. Debate-se com ardor se se deve ou não prolongar um pouco mais a vida de uma pessoa. Isto sem se perceber que estas pessoas em questão são as que têm chance de serem internadas e de usufruir dos espetaculares progressos da Medicina Moderna. Enquanto

isto, cerca de 40 milhões de brasileiros nunca vêem um médico, nem ao nascer, nem ao morrer; não dispõem de um mínimo vital em termos de saneamento básico.

Na verdade, os problemas das massas marginalizadas são bem mais brutais e menos sofisticados. Como o Documento de Puebla descreve na sua primeira parte, os problemas morais destas maiorias são os da fome, da doença, da ignorância, do desemprego, da luta por um pedaço de terra, por uma moradia, por um mínimo de dignidade humana, por um mínimo de participação nos destinos da sociedade. E quem enfrenta esta luta não é nenhum super-homem, mas o homem massacrado pela vida, prematuramente alquebrado pelos sofrimentos que lhe são impostos por uma sociedade discriminatória. Não há dúvida de que para se tornar fiel ao kairós presente, a Teologia Moral deve assumir uma direção global diferente: a direção social e libertadora. Como durante séculos a Moral esteve de braços com os poderosos, agora poderá redimir-se, colocar-se ao lado dos fracos, como Cristo o fez. Seu centro de atenções já não podem ser a Lei ou a pessoa, mas sim o outro enquanto pessoa e enquanto classe social. Seu centro de atenções devem ser os empobrecidos e suas causas. Aqui começará a aparecer melhor a defasagem entre o todo da Teologia Sistemática de cunho latino-americano e a Teologia Moral. Decididamente ela encarna o primo pobre, como poucos recursos e pouca inspiração.

## III. DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS TRÊS SETORES

Algumas destas dificuldades são comuns aos três grupos. Assim, por exemplo, a dificuldade de diálogo entre alguns teólogos e alguns setores da hierarquia; a dificuldade de encontrar pessoas qualificadas, capazes de criar uma Teologia que ilumine de fato a caminhada do nosso povo e da nossa Igreja.

Outras dificuldades são específicas, sobretudo na Teologia Sistemática e na Teologia Moral.

No campo da **Sistemática** é inegável uma tensão de fundo entre alguns setores da hierarquia e os que têm tarefa de repensar a Teologia de tal forma que ela não fique reduzida a explicar, aprofundar e defender o ensinamento do Magistério. Este reducionismo, muito acentuado na fase anterior ao Vaticano II, contrasta visivelmente com o passado de uma Teologia que forjava corajosamente formulações dogmáticas, repensava a fé em novos horizontes e exercia a função crítica dentro da própria Igreja. Magistério e Teologia são diaconias vitais da e na Igreja. Mas nem sempre estas diaconias conseguem harmonizar-se facilmente.

Ao lado deste tipo de tensões e aparecendo como causas agravantes, encontramos a deficiência de um diálogo intrateológico verdadeiramente científico; a radicalização de posições assumidas e a repercussão inegável que a Teologia exerce sobre um bom número de fiéis no Brasil de hoje.

No campo da **Teologia Moral** convém assinalar o número reduzidíssimo de doutorados (7 ou 8), quase todos religiosos; o conseqüente acúmulo de compromissos; o complexo de inferioridade diante dos teólogos mais prolíferos que se encontram nos campos da Exegese e da sistemática; o clima pouco encorajador no qual trabalham os raros moralistas que escrevem. Para os que se deslumbram com os vastos horizontes da Teologia de cunho latino-americano, o prisma abordado pelos moralistas parece por demais estreito. Para os que vivem na busca de normas claras e seguras, os moralistas parecem se constituir numa ameaça aos bons costumes e às linhas traçadas pelo Magistério.

Apesar destas dificuldades que a Teologia encontra no Brasil hoje, não parecem pairar dúvidas quanto a sua vitalidade. Nunca ela teve tão grandes chances de influenciar a caminhada da Igreja e da Sociedade quanto hoje. E o grande sonho dos teólogos é certamente também o grande sonho dos Senhores Bispos: que dos desafios brotem frutos abundantes para a vida da Igreja e para a vida do nosso povo tão sofrido e tão sequioso de uma palavra de alento. A nossa esperança se apóia sobre uma certeza: a de que Bispos e Teólogos empenham o melhor de suas forças por uma mesma causa comum: a causa do Reino.





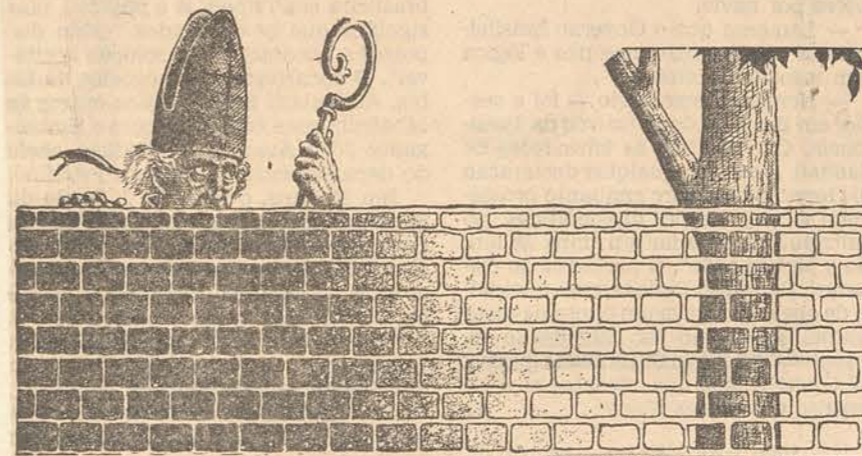
Na plenária os bispos estudam, refletem e votam importante documento pastoral

Mensagem de Roma

# Quantos são nossos pastores?

Dom Lucas Moreira Neves

Arquivo



“FORMAIS hoje o corpo episcopal mais numeroso do mundo”, exclamava João Paulo II ao encontrar os Bispos brasileiros em Fortaleza, a 10 de julho de 1980, no quadro de sua visita ao Brasil. Outras vezes, de modo informal, sempre em tom de admiração, ele se referirá a este primado numérico, dando-lhe embora o valor relativo que ele tem.

Meu posto na Congregação para os Bispos permite-me comprovar, com os dados em mãos, a veracidade da afirmação do Santo Padre. Foi o que pude fazer nos últimos dias, atualizando um quadro que é, por sua natureza, muito móvel, por causa das contínuas variações devidas à criação de novas dioceses, nomeação de novos bispos, falecimentos ou renúncias ao governo pastoral, etc.

Os dados relativos ao Brasil tornam-se mais interessantes se confrontados com os dos dois outros países que o seguem imediatamente: Estados Unidos e Itália.

É útil precisar, antes de mais nada, que, ao falar do “corpo episcopal mais numeroso”, o Papa se referia ao número dos membros efetivos das respectivas Conferências Episcopais. Estes são naturalmente os Bispos chamados residenciais, isto é, que regem atualmente uma determinada porção da Igreja, tenham eles o título de Arcebispos, Bispos, Prelados *nullius*, Vigários ou Prefeitos Apostólicos, Administradores Apostólicos, Abades *nullius*, Vigários Capitulares ou outro, segundo a situação canônica própria da circunscrição eclesiástica. A estes se unem, como membros da Conferên-

cia, com pleno direito, os Arcebispos ou Bispos Coadjuutores ou Auxiliares e os Bispos que, sem pertencem a nenhuma das categorias precedentes, exercem no país um cargo para o qual foram nomeados ou pela Santa Sé ou pela Conferência Episcopal, como sejam os de Vigário Castrense, Diretor das Pontifícias Obras Missionárias, Visitador dos Seminários, etc.

No Brasil, por um indulto especial da Santa Sé, concedido em 1980 por cinco anos, são membros da Conferência também os Bispos que, por motivo de idade (75 anos, segundo as normas do Concílio Vaticano II), de doença ou outro, obtiveram do Papa a dispensa do governo da diocese. Isto não acontece em nenhum outro país.

A mais recente estatística aponta o número de 294 membros de direito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Destes, 237 são residenciais, com um ou outro dos títulos citados acima, e 57 são Coadjuutores ou Auxiliares. Contando os Bispos resignatários, a CNBB chega ao número de 366 membros. A Conferência Episcopal dos Estados Unidos, segundo informações de Washington, conta 288 membros. Mas aqui entra uma diferença curiosa, comparando com a CNBB: os residenciais americanos são 181 (56 menos do que no Brasil) enquanto os Coadjuutores são dois e 105 os Auxiliares (mais do dobro do Brasil!). É portanto a grande quantidade de Bispos Auxiliares que eleva o número de membros da Conferência Episcopal estadunidense: eles formam pouco menos da metade dela.

Cabe aqui uma pergunta, que muitos leitores estarão fazendo: por que motivo a Hierarquia italiana passou, do ponto de vista numérico, do primeiro ao terceiro lugar? Por que a inversão da posição em favor do Brasil e dos Estados Unidos?

São dois os motivos. O primeiro é o fenômeno do enorme aumento de novas Dioceses nos dois países americanos. No que diz respeito ao Brasil, basta dizer que, no início do século, as circunscrições eclesiásticas eram apenas 17; no Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, os Bispos eram já 102; na metade deste século, 115. Ao Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi (1954-1964) deve-se a criação de 65 novas Dioceses. Seus sucessores na Nunciatura, os atuais Cardeais Baggio e Mozzoni e o recém-falecido Dom Carmine Rocco, continuaram a obter dos Papas então reinantes a ereção de outras Dioceses mais, para responder às necessidades pastorais, cada vez mais urgentes por causa do crescimento populacional, da urbanização e do desenvolvimento do País. Análogo fenômeno se passou nos Estados Unidos.

Na Itália o processo é diferente e, de certo modo, até inverso. Com critérios bem diversos dos atuais, desde os primórdios do cristianismo e ao longo da Idade Média criaram-se, nas várias regiões que hoje compõem a Itália, um sem-número de pequenas Dioceses. Numa visão pastoral moderna, muitas destas, pela pequenez do território ou pela escassez dos habitantes, não justificam a presença de um Bispo só para elas. Atento a este fato, o Papa Paulo VI procurou a solução pastoral não na supressão pura e simples de Dioceses (algumas das quais se gloriam de sua origem apostólica ou pouco posterior aos Apóstolos) mas na junção de duas, três e até quatro ou cinco pequenas Dioceses sob o governo de um único Bispo. É o que se está fazendo gradualmente, de forma definitiva ou provisória, segundo os casos.

E por isso que, em número de Dioceses, a primazia é ainda largamente da Itália: 334 circunscrições. Como os Bispos residenciais são 219, vê-se que 115 Dioceses já foram unidas com outras, sob formas diversas. O Brasil tem 242 circunscrições, quase 100 menos do que a Itália. E os Estados Unidos, 181.

É sensivelmente igual o número de Bispos resignatários nos três países: 80 — o número mais alto — nos Estados Unidos, 72 no Brasil e 71 na Itália.

Não seria sem interesse fazer semelhante confronto com os países que vêm logo depois desses três e que são, em ordem decrescente, a França, com 119 membros na Conferência Episcopal; a Índia, com 110; o Canadá com 97; as Filipinas, com 92; o México, com 87 e, finalmente, a Argentina, com 81.

Aludi ao caráter secundário do número em uma Conferência Episcopal. Creio, de fato, que este não deve ser motivo para fáceis “triumfalismos”. O próprio João Paulo II acrescentava, após mencionar a preeminência numérica: para a CNBB o importante é que “ao número bem corresponde a intensa atividade” que os Bispos desenvolvem.

Mas o resto do importantíssimo discurso pronunciado em Fortaleza diz mais ainda. Diz que, à parte a majestade do número, o essencial em uma Conferência é ser espaço,



instrumento e expressão de comunhão entre os Bispos. É permitir a todos os seus membros uma participação responsável, ativa, ampla, gratificante. É ser centro irradiador de ação pastoral a serviço da evangelização.

Quanto mais numerosa uma Conferência — sublinhava João Paulo II — maior a diferença que existe entre os seus componentes e, por isso mesmo, mais laboriosa e delicada mas também mais rica e bela, mais significativa a comunhão.

Quanto mais numerosa a Conferência — salientava ainda o Papa — maior deve ser o cuidado de assegurar a todos e a cada um dos membros uma plena participação e isso através das estruturas e instituições, através dos programas e atividades, através de todo o seu funcionamento.

Em uma Conferência numerosa, não há felicidade maior do que serem os irmãos Bispos, uns para os outros, apoio, estímulo, inspiração, consolo, entusiasmo renovado na exaltante mas também exigente e crucificante tarefa da evangelização. Aqui, mais do que em qualquer outro contexto, deve verificar-se aquela alegria dos Apóstolos saboreando a primeira experiência de anunciarem juntos o Evangelho do Reino de Deus.

Por quase sete anos, como Bispo Auxiliar de São Paulo, pertenci à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e estive a seu serviço na sua Comissão Episcopal de Pastoral. Dela me acho juridicamente afastado desde que, há nove anos, Paulo VI me chamou a trabalhar na Cúria Romana, mas a ela sinto-me ligado afetivamente.

Referindo-me à CNBB nesta simples Mensagem de Roma, aproveito para render-lhe homenagem. Peço licença para fazê-lo homenageando, em meio a este "numeroso corpo episcopal", os Bispos mais escondidos, menos focalizados pelas luzes da ribalta e pelos refletores dos mass-media nacionais e internacionais. Minha admiração, minha reverência e minha gratidão a estes bravos missionários, pastores totalmente dedicados à evangelização, alguns já afastados do cargo, pela idade ou pela doença, mas não da labuta. Agradecido pelo seu incomparável testemunho de infatigável, obscuro e desinteressado trabalho por Cristo e pela Igreja.

Dom Lucas Moreira Neves é secretário da Sagrada Congregação para os Bispos.

## A Presença da Igreja na Vida Nacional (III)

21171830SP Juvêncio Mazzarollo

Não tendo ainda assimilado em profundidade o então inacabado Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja no Brasil apoiou, direta ou indiretamente, o golpe militar de 1964. Talvez tenha sido ela enganada por aqueles que prometeram "resgatar o País do caos e da corrupção", mas acabaram mergulhando-o num regime de força, de corrupção e de agravamento das injustiças sociais. Grande parte do clero foi iludida em 64 por estar alienada demais.

Anos depois, quando o regime militar se tornou brutalmente ditatorial, quem passou a denunciá-lo e combatê-lo com maior coragem e coerência foi a Igreja, que também defendeu muitos brasileiros da tortura, da morte... A Igreja apontou a usurpação dos direitos humanos, acusou o crescimento da miséria externa ao lado do luxo ostentatório, imoral — fruto de um regime e de um sistema intrinsecamente maus.

Frente a isso, é a Igreja, hoje, que faz o trabalho mais consequentemente no meio do povo. As CEBs são a forma de organização popular mais transformadora e edificante.

Os políticos costumam fazer intrigas com o pensamento e, principalmente, com a ação da Igreja. Mas eles não param para pensar em sua condição perante o povo. Estão desgastados, são em geral interesseiros e dificilmente encontram eco no seio popular. Por isso, o povo prefere o trabalho e o amparo da Igreja.

A presença da Igreja, em praticamente todas as lutas justas do povo brasileiro, é a prova mais eloquente de que os grandes ensinamentos do Concílio e dos Papas estão em plena execução no Brasil.

A Igreja teve força decisiva a empurrar o regime rumo à abertura democrática. Houve incidentes polêmicos e escaramuças pela imprensa entre autoridades eclesásticas e governamentais; aconteceram prisões de padres, acusações de toda ordem, detenções, condenações, expulsões, mortes. Os erros do regime e dos males da estrutura do País foram reiteradamente apontados pela Igreja. Nesse sentido, os documentos de Itaici tiveram um valor inestimável. E, mais importante que tudo, tem havido um trabalho de base prático que deu consistência à mentalização.

Hoje sabemos que o governo entra em pânico quando se desentende com a Igreja. Por sinal, está sempre nessa condição. Sem a luta da Igreja, a ditadura dificilmente estaria sendo desmantelada. Enquanto isso, o trabalho da Igreja sofre calúnias. É taxado de todas as maneiras e dentro dos chavões mais antipáticos possíveis. O protesto vem dos donos do poder político e, principalmente, econômico, dos beneficiários das situações de injustiça, que não podem ficar satisfeitos quando a Igreja diz que as "desigualdades sociais e regionais constituem uma realidade particularmente triste, em uma nação com aspirações e recursos que poderiam permitir uma sociedade mais justa" e que "tal situação não pode durar indefinidamente, pois constitui

um escândalo para as consciências e uma ameaça constante à paz interna". (CNBB — Doc. 16).

"Essa tensão entre a Igreja e o Estado é a própria essência do Cristianismo, por ser ele por excelência a religião da presença de Deus e não apenas de sua inovação. É a religião de atos e não apenas de idéias e sentimentos." (Tristão de Atayde — Folha de São Paulo).

Tanto a crise interna vivida pela Igreja ante o impacto do Concílio Ecumênico Vaticano II, como a crise que ela vive em relação aos regimes alvejados por sua nova postura, levaram a um rejuvenescimento cristão, ficando sua posição superior às posições sectárias e extremadas — como a teocracia islâmica do tipo iraniano, ou de concepção laicista que transforma a Igreja num instrumento de defesa das classes econômicas ou políticas dominantes, quanto não de um catolicismo de fachada.

"A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo conduz a se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do País, na medida mesma em que estes problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética". (CNBB — Doc. 16).

Os que insurgem contra esse posicionamento o fazem por ignorância, má intenção ou equívoco. Fácil é admitir a teoria, a mensagem falada ou escrita. Os próprios adversários da ação social e política da Igreja insistem em dizer que concordam com o que ela diz. Lamentavelmente, porém, quando as idéias são praticadas, levantam-se contra essa ação, num gesto de absoluta incoerência.

É interessante notar que, nos tempos ou nas situações em que a Igreja está ligada ao poder dominante, não se ouvem condenações à sua atuação política. Mas quando esta se levanta contra regimes que engendram a injustiça social mais gritante, como é o caso no Brasil atual, aí então é acusada de materialista, traidora de sua verdadeira missão... Querem ver a Igreja reduzida ao trabalho espiritual, esquecendo-se de que a missão evangélica abrange o homem total, com sua fé, esperança, sua necessidade de comer, aprender, ter saúde, morar dignamente, expressar-se, vestir-se...

Dentro dessa perspectiva e desse compromisso, é inevitável o choque com o poder constituído, em especial quando esse poder foi instalado com promessas de garantir a democracia e resgatar o País da corrupção, mas que se transformou no vendilhão pátria, na força opressora da sociedade e, pior que tudo, no responsável direto pelo aprofundamento das escandalosas desigualdades sociais que tantos sofrimentos causam aos brasileiros.



CNBB- Secretariado Regional Nordeste

Av. Dom Manuel, 03 Fone: 231.18.36

Caixa Postal, 715

60.000 - Fortaleza-Ceará

Fortaleza, 19 de setembro de 1983

Aos Excelentíssimos Senhores

Ministro Mario David Andrezza,

Dr. Luiz Gonzaga Mota, Governador do Estado do Ceará,

Dr. Alfredo Lopes Neto, Secretário da Agricultura do Ceará,

Dr. Walfrido Salmato Filho, Superintendente da SUDENE,

Dr. Osvaldo Pontes, Diretor Geral do DNOCS,

Dr. Clinton Sabóia Valente, Coordenador Executivo do CEDEC,

General Pitombo, Comandante do 19º Grupamento de Engenharia e Construção.

Reuniram-se os bispos do Estado do Ceará, que integram o Regional Nordeste I, da CNBB, com a Presidência da CNBB e a Caritas Nacional, para avaliar o atual atendimento à gravíssima situação nos bolsões da seca, levando em especial consideração as reivindicações feitas pelos próprios agricultores.

Embora convencidos de que somente modificações estruturais poderão resolver o problema da seca do Nordeste, não podemos deixar de colaborar para uma solução atual mais eficaz e urgente, apontando irregularidades na realização das frentes de emergência, que requerem imediata atuação das autoridades, para minorar o sofrimento do povo.

Estas observações referem-se não somente ao Estado do Ceará, mas são igualmente válidas para o inteiro polígono da seca.

1. Constata-se a necessidade premente de aumentar o número de trabalhadores assalariados pela Frente. Conforme os cálculos do CEDEC, deverá o número de trabalhadores ser, a curto prazo, ainda acrescido de 278.176 vagas, no Ceará.
2. Seja assegurado um salário adequado e pontual aos trabalhadores, dentro de uma organização que facilite a entrega rápida e direta nas diversas localidades em que atua a frente. Sejam tratados de modo humano e evitem-se as arbitrariedades das repressões policiais.
3. Para complementar o atual salário, extremamente reduzido e insuficiente, os alimentos distribuídos no cestão, não sejam vendidos, mas entregues como contribuição adicional ao trabalhador, de direito, diante da dura carestia que enfrenta. O cesto de alimentos contenha os elementos básicos à mesa do agricultor e sejam de boa qualidade.



4. As Frentes de Emergência beneficiem diretamente os próprios trabalhadores e as obras de serventia pública.
5. No atendimento às vítimas da seca agilizem-se medidas que garantam prioridade às mulheres gestantes, viúvas, crianças, aos idosos, inválidos e doentes.
6. Seja, com antecedência, estocada semente de boa qualidade para garantir aos lavradores pobres o plantio nas primeiras chuvas.

Na certeza de que estes pontos são indispensáveis para garantir a sobrevivência do povo que vive nos bolsões da seca, renovamos a afirmação de que devem ser acelerados os estudos e as decisões que atingem a situação estrutural do Nordeste, e particularmente, a Reforma Agrária, assegurando-se neste processo a participação ampla dos próprios trabalhadores do campo e dos seus órgãos de representação.

Invocamos a bênção de Deus sobre o povo do Ceará, rogando que na sua misericórdia, nos leve a superar a injustiça social e a realizar, em nosso País, formas mais fraternas de convivência.

Com estima e apreço, subscrevemo-nos

Moisés Cardeal Lorscheider - Arcebispo de Fortaleza  
 Paulo Ponte - Bispo de Itapipoca  
 José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago - Bispo de Iguatu  
 Joaquim Rufino do Rêgo - Bispo de Quixadá  
 Vicente Araújo Matos - Bispo de Crato  
 Walfrido Teixeira Vieira - Bispo de Sobral  
 Antônio Batista Fragoso - Bispo de Crateús  
 Pompeu Bezerra Bessa - Bispo de Limoeiro do Norte  
 Geraldo Nascimento - Bispo Auxiliar de Fortaleza  
 Manuel Edmilson da Cruz - Bispo Auxiliar de Fortaleza  
 Luciano Mendes de Almeida - Secretário Geral da CNBB  
 Elyc Rodrigues Lacerda - Caritas Nacional  
 Francisco Timóteo Nemésio Cordeiro - Bispo de Tianguá

*Que Maria Guereiro*

*Recebi - Colômbia - mandei também a Srta. de quem me falou sobre o trabalho de Bom Jardim, mas a gente não sabe se tem interesse. O tempo não permite. Muito obrigado. Maria de Souza*



São Paulo, de 11 a 17 de maio de 1984

## Concluída a XXII Assembléia Geral dos Bispos do Brasil

Uma Assembléia de "muitos, importantes e cansativos" trabalhos, estudos e deliberações. Assim D. Ivo Lorscheiter definiu a XXII Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaiaci nos dias 25 de abril a 4 de maio. Esses trabalhos, estudos e deliberações tiveram como pano de fundo duas preocupações fundamentais. Uma primeira preocupação levou os bispos a olharem para dentro da própria Igreja. Eles estudaram, emendaram e aprovaram a Legislação Complementar ao novo Código de Direito Canônico que agora será submetida à Secretaria de Estado da Santa Sé. Uma vez aprovada, será aplicada no Brasil.

Os bispos brasileiros também votaram as Diretrizes para a Formação Presbiterial. A Sagrada Congregação para a Educação Católica agora receberá essas diretrizes e deverá aprová-las para que sejam aplicadas em nossos seminários e casas de formação.

Ainda, dentro desse olhar para dentro da Igreja, foi feita por D. Aloísio Lorscheiter uma comunicação sobre a situação da teologia hoje. Finalmente, os bispos em assembléia aprovaram o Ano Eucarístico em preparação para o XI Congresso Eucarístico Nacional em 1985, nos dias 16 a 22 de julho, em Aparecida do Norte. O Santuário Nacional de Aparecida foi oficialmente proclamado Santuário Nacional pela Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil.

### A PREOCUPAÇÃO COM O POVO

A segunda preocupação dos Bispos foi com os problemas sociais que atingem o povo brasileiro. Nesta perspectiva, o Nordeste mereceu a maior das atenções. Segundo D. Ivo Lorscheiter, "o problema do Nordeste teve mais atenção não só por causa das consequências da seca, mas pela situação de marginalização que já perdura há muitos anos". O documento "Nordeste: desafio à missão evangelizadora da Igreja no Brasil", que serviu como instrumento de estudo e análise, foi muito discutido e recebeu inúmeras emendas.

O Conselho Permanente da CNBB recebeu a incumbência de analisar as emendas que entrarão no texto final. Em suas linhas fundamentais, esse documento em sua redação final, demonstrará a total solidariedade da Igreja com o Nordeste e o nordestino; mostrará que a nação em sua maior parte está desinformada ou iludida quanto à situação real do Nordeste, mas que estas medidas tiveram um duplo resultado: atenuar alguns efeitos e favorecer a muitos interesses; mostrará que é inadiável uma ação para erradi-

car as causas da situação através de medidas concretas que são conhecidas e viáveis; mostrará que esta ação depende de uma decisão política, a qual só será conseguida com uma mobilização da nação e garantirá que a Igreja se comprometa com esta mobilização.

Um dado levantado foi o da Reforma Agrária. Urge que ela se concretize no Nordeste. Lembrou-se que o próprio Papa em sua visita ao Brasil, falou dos problemas da terra e da Reforma Agrária.

### A CRISE — OS ÍNDIOS — AMÉRICA CENTRAL

A atenção pastoral dos bispos se estendeu também para o Brasil como um todo, vivendo uma crise nunca antes vista. Uma comunicação especial serviu para ajudar os bispos a compreender esta crise que é global — é social, econômica, política e cultural.

Os indígenas não foram esquecidos. Mereceram também uma outra comunicação que mostrou a situação angustiante em que vivem, constantemente ameaçados de perder suas terras e até mesmo de perder sua identidade.

Durante a Assembléia, os bispos enviaram algumas mensagens e telegramas que merecem destaque pela preocupação pastoral que demonstram. A primeira foi por ocasião do dia 1.º de maio — Dia do Trabalho — publicada na primeira página da última edição de "O São Paulo". A segunda é uma "Mensagem pela Paz na América Latina", sacudida por tantos conflitos, por "lutas fratricidas, alimentadas por grandes potências que disputam entre si áreas de dominação".

Dois telegramas foram enviados. O primeiro ao Congresso Nacional. Nele os bispos se uniram ao povo brasileiro na esperança de que deputados e senadores fossem sensíveis aos anseios de mudança contidos no grito geral pelas diretas á. A esperança foi frustrada e dessa frustração participaram também os pastores da Igreja.

Um outro telegrama foi dirigido a deputados e senadores. Nele os Bispos "protestam contra a proposta de emenda constitucional que suprime a definição da família fundada normalmente pelo casamento. Julgam que essa proposta virá contribuir para agravar as manifestações de desagregação da família no Brasil. Protestam igualmente contra projetos que legitimariam ou despenalizariam a prática do aborto, violando os direitos humanos do nascituro".

Futuramente a CNBB divulgará um outro extenso pronunciamento sobre a família. Os bispos apresentaram muitas emendas ao texto. Não era um tema previsto em pauta. Foi proposto durante a Assembléia. Os imprevistos e o grande número de emendas não permitiram que o documento fosse votado. O texto foi encaminhado à Comissão Episcopal de Pastoral, que cuidará do texto final.

Cido Pereira





*Em Pernambuco, a frente de trabalho: muitos diques a primeira chuva já levou*

## CNBB: o problema é a injustiça

# O decálogo

**E** preciso que todos percebam que a problemática do Nordeste não é apenas a seca, fenômeno previsível, mas sobretudo a injusta distribuição de terras, a concentração das riquezas e do poder e a falta de uma decisão política de resolver o problema, que é do Brasil inteiro, embora localizado no Nordeste. "Este é um dos trechos do documento intitulado "Soluções Emergenciais para a Seca" da CNBB-Regional Nordeste II. O texto foi elaborado durante a 19ª Assembléia do Conselho da Pastoral Regional.

Segundo os bispos, "somente mudanças estruturais poderão resolver o problema da seca no Nordeste". O documento reconhece que "não se pode deixar de atender ao desafio imediato da fome e da sede", mas chama a atenção para o perigo de se esquecer "a perspectiva global da resposta mais radical e libertadora pela libertação integral do homem".

Lamentando que "o Governo gaste, há séculos, bilhões de cruzeiros para aumentar e fortalecer o latifúndio, os ricos; e empobrecer cada vez mais os pequenos produtores, tornando o Nordeste, antes região próspera, a região mais pobre do Brasil", a Regional da CNBB propõe aos governantes um decálogo de medidas urgentes, "necessárias para evitar uma catástrofe". São elas:

1ª: Que as margens dos mananciais

(rios e açudes) sejam, de imediato, aproveitadas pelas frentes de emergência para a produção de alimentos.

2ª: Que todos os trabalhadores da área da seca sejam alistados.

3ª: Que seja assegurado um salário adequado e pontual aos trabalhadores.

4ª: Que o salário seja complementado por alimentos, proporcionais ao número de integrantes da família, a baixo custo e entregues diretamente.

5ª: Que as frentes de emergência beneficiem diretamente os trabalhadores, com obras comunitárias de serventia pública, de preferência perto de suas moradias.

6ª: Que haja medidas que garantam atendimento prioritário às mulheres gestantes, viúvas, crianças, idosos, inválidos e doentes.

7ª: Que a merenda escolar seja estendida a todas as crianças em idade escolar, que padecem as agruras da seca.

8ª: Que o INAN atenda a todas as mulheres lactantes e gestantes da área da seca.

9ª: Que sejam estocadas sementes de boa qualidade para garantir aos lavradores pobres o plantio nas atuais chuvas.

10ª: Que os trabalhadores possam trabalhar na preparação de suas terras, para as chuvas, ou para construir obras de convivência com as secas, como cisternas, barreiros, poços etc. (Recife).



## Grande imprensa defende as elites, acusa CNBB

Da Sucursal de Brasília

Monopólio

Num documento contundente, para celebrar o dia mundial das comunicações, a CNBB distribuiu ontem a "Carta aos Comunicadores", onde denuncia a manipulação dos meios de comunicação social, acusando a imprensa brasileira de defender as elites no poder. O documento (um livreto com 11 páginas), distribuído por dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, propõe maior unidade dos países pobres para concretizar a nova ordem internacional de comunicação.

Diz o documento: "A grande imprensa brasileira defende interesses das elites do poder, esquecendo os clamores e os anseios das classes populares. Entretanto, para exemplificar, no momento em que um órgão de imprensa informar, com dados exatos, que os projetos mais dispendiosos da América Latina não são financiados tendo em vista os interesses do povo, mas os interesses de um grupo de privilegiados, a imprensa estará se mostrando solidária com a causa dos pobres".

"O modelo de comunicação social hoje imperante no Brasil não está a serviço — continua a Carta — da superação das injustiças sociais, mas sim da promoção de uma sociedade de consumo, onde poucos têm acesso aos Meios de Comunicação Social (MCS). Dai que devemos denunciar o controle e a manipulação ideológica desses MCS pelos poderes políticos e econômicos que se empenham em manter a situação".

Sobre o controle dos meios de informação, o documento afirma que esse monopólio "por parte do governo e de interesses privados, permite o uso arbitrário dos MCS e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais. Particularmente grave é o manejo da informação que empresas fazem a respeito de nosso País, promovendo seus interesses transnacionais. Para exemplificar esse monopólio, basta dizer que duas agências de notícias controlam cerca de 80 por cento da informação na América Latina.

Adiante, o documento lembra que as novas tecnologias na área (videocassetes, satélites, videotextos), não estão servindo para melhorar o diálogo entre os povos. "Esta modernização somente serve — afirma a carta — aos interesses das empresas transnacionais, prejudica economias nacionais e fere, em muitos casos, tecnologias que poderiam servir, potencialmente, aos interesses populares, permitindo uma maior descentralização de informação. O processo de sua implantação é vertical, afastando as classes populares de todo e qualquer debate sobre a questão e uso dessas tecnologias".

No final, o documento propõe meios de comunicação a serviço do povo, afirmando que "a comunicação verdadeira é aquela que ouve os anseios do povo; realiza um diálogo com ele e amplia essas aspirações para toda a sociedade".



716184

# O SÃO PAULO

## Missão do comunicador na sociedade atual

**P**REZADOS comunicadores!

A Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu celebrar o Dia Mundial das Comunicações Sociais, neste ano 3 de Junho, escrevendo esta Carta aos comunicadores de nosso País, pois este 18.º Dia Mundial tem como tema "As comunicações sociais, instrumento de encontro entre fé e cultura". Por isso, desejamos que esta Carta seja um "instrumento de encontro" entre os profissionais de Comunicação da CNBB com todos os profissionais de Comunicação do Brasil.

Ao apresentar a visão cristã da realidade da comunicação social hoje, tanto na crítica do sistema vigente como nos elementos de fé que possam iluminar esta crítica, queremos nos encontrar com todos os comunicadores brasileiros para refletir e dialogar. Esperamos que este diálogo contribua para o crescimento da missão, que nós, comunicadores, exercemos na sociedade atual. Por isso, torna-se um imperativo do momento, para nós, comunicadores, buscar no diálogo os melhores caminhos que levam à construção de uma sociedade justa e fraterna. Esta Carta quer ser também um instrumento de reflexão".

Diante do quadro de crise atual, onde os meios de comunicação social (MCS) não vêm desenvolvendo satisfatoriamente, sua missão de informar, curvando-se diante dos interesses e das pressões de proprietários e financiadores, é hora de os profissionais, que atuam nesses MCS, refletirem sobre seu papel diante dessa realidade.

### COMO VEMOS NOSSO TRABALHO

Nós, comunicadores, trabalhamos com recursos técnicos poderosos, capazes de atingir instantaneamente milhões de pessoas, exercendo influências decisivas em suas vidas. Nossa comunicação poderá enriquecer ou empobrecer culturalmente a nossa gente, na medida em que roubamos ou desenvolvemos a sua capacidade de pensar, escolher e decidir (1).

Potencialmente, nós, comunicadores, podemos dar uma contribuição para fazer crescer a comunhão e o progresso da pessoa humana, bem como contribuir para a integração social, a democracia cultural e o favorecimento do lazer. A comunicação social, porém, está condicionada pela realidade política, econômica e social dos países, constituindo-se numa força de manutenção e reprodução da sociedade, com todas as suas diferenças e injustiças (2).

O modelo de comunicação social hoje imperante no Brasil não está a serviço da superação das injustiças sociais, mas sim da promoção de uma sociedade de consumo, onde poucos têm acesso aos MCS. A realidade que vivemos é determinada pela visão de mundo e pelos interesses de grupos que controlam os MCS. Por isso, comunicamos uma vida, cujo valor único e exclusivo é ter-prazer, o que faz a vida não ter sentido.

Como você vê seu trabalho de comunicador?

### DENUNCIAMOS A MANIPULAÇÃO DOS MCS

Dá que devemos denunciar o controle e a manipulação ideológica desses MCS pelos poderes políticos e econômicos que se empenham em manter a situação. As paixões, os sentimentos, a violência e o sexo, são explorados pelos MCS para que suas informações tenham credibilidade e para que seus objetivos consumistas sejam alcançados. Não podemos nos omitir diante dessa flagrante violação dos direitos humanos (3).



Numa dimensão mais ampla, no plano internacional, repete-se o modelo. O monopólio da informação, por parte do governo e de interesses privados, permite o uso arbitrário dos MCS e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais. Particularmente grave é o manejo da informação que empresas fazem a respeito de nosso País, promovendo seus interesses transnacionais (4).

O Seminário sobre "Igreja e Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação" (NOMIC), realizado em São Paulo, em 1982, denuncia em seu documento final:

"A informação e a comunicação desempenham um papel decisivo nesta estratégia de dominação. Os MCS não são utilizados como um bem social, mas como empresas comerciais, pertencentes a uma minoria, pretendendo suas mensagens reforçar os valores estabelecidos e neutralizar a vontade de mudança do povo. Os fluxos internacionais de informação são controlados diretamente por uns poucos centros do poder mundial, impedindo que





todos tenham oportunidade de fazer ouvir a sua voz" (5).

Para exemplificar esse monopólio, basta dizer que duas agências de notícias controlam cerca de 80% da informação na América Latina.

Como você reage diante dessa situação?  
**SOMOS INVADIDOS POR NOVAS TECNOLOGIAS**

As novas tecnologias que estão sendo

introduzidas na América Latina, como satélites, computadores, videocassetes, videotextos e outras, sob a alegação de modernização e progresso, não estão sendo destinadas a servir a uma melhor compreensão entre as nações nem às prioridades das classes populares (6). Esta modernização somente serve aos interesses de empresas transnacionais, prejudica as economias nacionais e fere, em muitos casos, tecnologias que poderiam servir, potencialmente, aos interesses populares permitindo uma maior descentralização da informação, pois as novas tecnologias possibilitam aos grupos elaborar suas próprias informações, sua visão de mundo, suas crenças e sua cultura.



Reconhecemos o avanço que essas novas tecnologias significam na conquista de novas descobertas. Entretanto, o processo de sua implantação é vertical, afastando as classes populares de todo e qualquer debate sobre a questão do uso dessas novas tecnologias. Repetem-se os passos da implantação dos MCS tradicionais, como rádio, televisão, cinema, jornal, revista e outros, onde a grande maioria da população está marginalizada da produção de mensagens, cabendo-lhe o papel de consumir o que é veiculado sem o direito de expressão.

Nós, comunicadores, devemos lutar por um espaço democrático em todos os MCS, incluindo as novas tecnologias de comunicação.

A invasão dos MCS se dá através de uma estratégia planejada, onde a programação exerce um papel importante. Pois a programação de nossos MCS é, em grande parte, estrangeira, produzindo a transculturação não-participativa e até destruída de valores do nosso povo. O sistema publicitário e o uso abusivo do esporte são elementos de evasão e alienação. O impacto massificante e compulsivo dos MCS pode levar ao isolamento e até à desintegração da comunidade familiar. Os MCS programam um materialismo pragmático e consumista, criando em nosso povo falsas expectativas, necessidades fictícias, graves frustrações e uma competição doentia (7).

De que forma você pretende implantar novas tecnologias?

### PROPOMOS UMA NOVA ORDEM DE COMUNICAÇÃO

Diante desta realidade da exploração e manipulação dos MCS, os países menos desenvolvidos começam a se unir para que sejam mais justas as relações econômicas, políticas e culturais entre os países ricos e pobres. Esta proposta é conhecida como luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

No campo da Comunicação, por exemplo, objetiva-se fazer com que as informações veiculadas diariamente em todo o mundo, a partir de poucas agências noticiosas de países ricos, respeitem mais a realidade dos povos de países oprimidos. Esta luta é reconhecida pelo Papa João Paulo II, quando diz que uma convivência melhor é resultado dos esforços por uma nova ordem mundial da informação e da comunicação (8).

Todas as formas de colaboração dos países para alcançar essa meta implicam uma ruptura com a dependência cultural, econômica e política de outros centros, exigindo resistência e auto-confiança (9).

A atual mobilização popular em nosso País é sinal de esperança e mudança. A própria Igreja no Brasil, preocupada com o problema de comunicação social, tem-se empenhado em mudar a situação, criando mecanismos de organização popular para uma ordem social mais justa e fraterna, como as Comunidades Eclesiais de Base. Pois "o caminho para essa nova ordem de informação e comunicação não passa apenas pelos MCS, como pela atuação dos comunicadores populares. Estes atuando às margens dos monopólios dos mass-mídia, desenvolvem um tipo de trabalho que valoriza a informação a nível grupal, voltava para os interesses específicos do grupo, o qual pode assim reconhecer-se como produtor e receptor de mensagens" (10).

Como você considera o consumidor popular?

Que relação há entre o seu trabalho e o dele?

### DESEJAMOS UMA COMUNICAÇÃO DIALOGAL

A comunicação humana é um fenômeno essencialmente dialogal. Isso implica a troca de experiências entre os envolvidos no processo de comunicação. Por ser diálogo, trata-se de um processo de produção e recepção de sentido entre as pessoas superando a mera informação de dados. Implica ainda compartilhar o mesmo lugar social, onde o código, a mensagem e os pontos de referência estejam igualmente distribuídos entre os parceiros da comunicação.

Onde só uma domina o conteúdo, o código, o meio, não há interação e não há liberdade; por isso, não há comunicação. Deste modo, acontece um processo verticalista e opressor de comunicação. Enquanto que, num processo real de comunicação, os interesses devem ser comuns e a busca de sentido deve ser comunitária. Então, a pessoa humana, seus projetos, anseios e libertação devem ocupar o primeiro lugar.



Só existe uma autêntica comunicação humana: quando o comunicador c'á o que é, numa atitude de abertura para o outro, a ponto de se identificar com o outro, sem subjugar. Comunicar é ser! Por isso, todo artificialismo à obstáculo à comunicação.

Comunicar é ser o outro de certo modo, numa conjugação que não é confusão. Daí que o comunicador isolado e desligado é massificador.

### BUSCAMOS LIBERTAÇÃO PELA COMUNICAÇÃO

Nesse sentido, Jesus Cristo é modelo perfeito de comunicador autêntico. Ele é "Aquele que é", identificando-se com a pessoa humana para revelar-lhe as coisas de Deus. Cristo comunicou a totalidade do seu ser, a ponto de dar a sua vida por aquilo que transmitiu. Ele é a Palavra de Deus, que se fez gente, para falar de dentro da realidade humana. Não como alguém que tudo sabia e com pompa, mas como pobre, que nada tinha. Para melhor ouvir o clamor do povo, ele se fez povo para clamar ao Pai.

Maria de Nazaré percebeu que Deus entrou na história dos homens, através de Jesus Cristo, para realizar a comunicação salvadora com o povo. Por isso, Maria Santíssima afirmou que a vida de Jesus era resposta de Deus aos anseios de libertação do povo, quando disse à sua prima Isabel que, por meio de Jesus, Deus "depôs poderosos de seus tronos, e a humildes exaltou. Cumulou de bens a famintos, e despediu ricos de mãos vazias" (11).

Deus realiza um diálogo com os homens, por intermédio de Jesus Cristo, para restabelecer a inualdade fundamental no meio de nós. A vida de Jesus foi escutar os apelos dos oprimidos para amolificá-los até o Pai-nosso. Por isso, a comunicação que Deus estabeleceu em Jesus Cristo com a humanidade busca a libertação dos pobres e a construção da fraternidade humana.

Jesus é modelo do comunicador comprometido. Ele se comunica através de parábolas, partindo de fatos da vida, conhecidos por todos, para transmitir idéias, despertar adesão e provocar transformação da realidade.

Atualmente, Cristo continua sendo a Palavra do Pai encarnada entre nós, através da Eucaristia, da Igreja e do pobre, para construir uma sociedade justa e fraterna. Por isso,

★ reconhecendo que o sentido da Comunicação é dignificar a pessoa humana,

★ aceitando que Jesus é a comunicação de Deus aos homens,

★ assumindo a comunicação de Jesus a partir da ótica do pobre, concluímos que a comunicação humana deve se realizar a partir dos pobres, assumindo seu projeto libertador.

### QUEREMOS OS MCS A SERVIÇO DO POVO

O diálogo iniciado por Deus, através de Jesus Cristo, continua ainda hoje no mundo, por meio desse povo que confia em Jesus de Nazaré e testemunha a sua ressurreição. Este povo é a Igreja que mantém essa comunicação, em nome de Deus, a partir de Cristo e dos pobres.

Hoje, a Igreja ouve o clamor dos oprimidos e apresenta-se em responder, comprometendo-se com a libertação deles. Ela só poderá escutar esse clamor se estiver profundamente inserida dentro da vida do povo, como fez Jesus Cristo. A Igreja só realiza essa comunicação na medida em que:

★ mergulhar no povo, na sua cultura, nos seus fracassos, nas suas lutas, nas suas vitórias;

★ romper com a comunicação dominante, que está a serviço dos poderosos e é utilizada manter a situação;

★ acompanhar, apoiar e trabalhar em função das lutas populares;

★ articular essa comunicação libertadora com a comunicação de todos os demais grupos interessados na libertação dos pobres de nosso País.

Portanto, a comunicação verdadeira é aquela que

★ ouve os anseios do povo,

★ realiza um diálogo com ele,

★ amplia essas aspirações para toda a sociedade.

Analisando a maioria dos MCS do Brasil, vemos que eles não estão identificados com os anseios populares. A voz do povo brasileiro não se faz ouvir através dos MCS. Apenas uma minoria privilegiada, detentora do poder, faz ouvir a sua voz, como se fosse a voz de todos.

A grande imprensa brasileira defende os interesses das elites do poder, esquecendo



os clamores e os anseios das classes populares. Entretanto, para exemplificar, no momento em que um órgão de imprensa informar, com dados exatos, que os projetos mais dispendiosos da América Latina não são financiados tendo em vista os interesses do povo, mas os interesses de um grupo de privilegiados, a imprensa estará se mostrando solidária com a causa dos pobres.

A Igreja, enquanto comunidade de todos os fiéis, pede aos comunicadores do Brasil que a ajudem a assumir o compromisso realizado em Puebla, no México, em 1979, com relação ao uso dos seus próprios meios de comunicação. Naquele oportunidade, os bispos afirmaram que "a Igreja, no uso de seus meios próprios, deve ser cada dia mais a voz dos desamparados, apesar dos riscos que isto implica" (12). A Igreja no Brasil possui 125 estações de rádio, 23 jornais diocesanos, 10 jornais católicos não-diocesanos, 35 revistas católicas, 200 boletins mensais, 14 editoras e 73 missas de televisão.

#### O QUE VAMOS FAZER?

Diante dessa realidade, onde a Comunicação não está plenamente a serviço da libertação do oprimido, cabem algumas pistas de ação para os profissionais da Comunicação:

★ Como vamos ajudar a construção de uma sociedade justa e fraterna pelos MCS?

★ De que forma daremos vez e voz aos menos protegidos no canal em que atuamos?

★ O que faremos para ter, hoje, influência decisiva no mundo da comunicação?

★ Qual será a nossa colaboração na formação de comunicadores populares?

★ Que apoio daremos às classes populares dentro dos MCS em que atuamos?

De que maneira fortaleceremos os sindicatos dos trabalhadores da Comunicação?

★ Como lutaremos para fazer avançar o processo de democratização da Comunicação?

★ Qual será nosso compromisso para promover as expressões da cultura popular nos MCS?

★ Como vamos apoiar a análise dos impactos produzidos pelas novas tecnologias?

★ Conhecemos o trabalho da Igreja "nos" e através "dos" MCS em nossa cidade?

★ O que faremos para ajudar a Igreja a comunicar-se eficaz e eficientemente hoje?

#### JUNTOS, COMUNICAREMOS MAIS VIDA

Todos os comunicadores do Brasil somos chamados a aceitar essa tarefa solidária, em que a Igreja e os comunicadores caminhem juntos. Nossos caminhos convergem e podem cruzar-se e unir-se, quando usamos os meios de comunicação social como "meios" de expressão dessa sociedade que se serve deles e que lhes assegura também a existência.

"Devemos levar em conta as verdadeiras necessidades dessa sociedade. Devemos levar em conta a cultura da Nação e a sua cultura. Devemos levar em conta o bem do homem, a sua dignidade. Não podemos estar sujeitos ao critério do interesse, do sensacional e do êxito imediato. Porém, levando em conta a exigência da ética, devemos servir à construção de uma vida mais humana para todos" (13).

NOTAS: (1) Cf. Puebla, 1066 e Discursos do Papa no Brasil, Ed. Loyola, São Paulo, 1980, p. 149. (2) Cf. Puebla, 1068. (3) Cf. Puebla, 1069. (4) Cf. Puebla, 1071. (5) Documento final sobre Igreja e NOMIC, n.º 14. (6) Idem, n.º 15. (7) João Paulo II, Discurso aos Jornalistas, 27/01/84, n.º 5. (8) Idem. (9) Documento final sobre Igreja e NOMIC, n.º 22. (10) UCLAP, 8.º Congresso, Belo Horizonte, 1981. (11) Lucas, 1,52-53. (12) Puebla 1094. (13) João Paulo II, Discurso aos jornalistas, 27/01/84, n.º 1.

30/1/84

## Núncio Apostólico vê divergências superadas

O Núncio Apostólico no Brasil, dom Carlo Furno, que chegou ontem à tarde a Belém, considerou "coisas do passado" os estremecimentos das relações entre o governo brasileiro e a Igreja por causa do episódio envolvendo os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, processados e condenados com base na Lei de Segurança Nacional. Com muita diplomacia, o representante do Vaticano no Brasil preferiu não tecer maiores considerações sobre o atual momento político brasileiro, ressaltando que a Nunciatura mantém uma postura "de neutralidade" em questões de política partidária.

Dom Carlo Furno chegou a Belém às 14:40 horas, seguindo hoje pela manhã para Macapá, Território Federal do Amapá, onde participará da cerimônia de posse do novo bispo da diocese de Macapá, dom Luiz Soares Vieira. O Núncio foi recebido no aeroporto internacional de Val-de-Cans por dom Alberto Ramos, arcebispo de Belém; dom Vicente Zico, arcebispo coadjutor de Belém e que vinha respondendo administrativamente pela diocese de Macapá; por dom Aristides Piróvano, 1º bispo de Macapá e atualmente responsável pela Colônia de Marituba, além de outras autoridades eclesásticas.

Com habilidade, Dom Carlo Furno esquivou-se de perguntas de cunho político mas contestou o que se chama de divisão entre o clero brasileiro, progressistas e conservadores. "O que é ser conservador? O que é ser progressista?", perguntou o núncio aos repórteres. Disse ainda que não tomou conhecimento do encontro entre o presi-

denciável Tancredo Neves com o bispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara e, por isso mesmo, nada quis falar sobre o assunto. Descartou uma nova vinda do papa João Paulo II ao Brasil. "Não tenho nenhuma notícia a esse respeito", garantiu.

Quanto à participação da Igreja em questões políticas, disse que isso é função da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — não cabendo à Nunciatura Apostólica entrar em maiores detalhes sobre o assunto. "Não nos envolvemos em problemas que não digam respeito à Nunciatura", resumiu.

#### NOVO BISPO DE MACAPÁ

A programação de posse do novo bispo de Macapá, dom Luiz Soares Vieira, começará às 8:00 horas de hoje, com celebração de missa em todas as igrejas macapaenses. Às 9:00 horas haverá recepção no aeroporto de Macapá ao Núncio Apostólico dom Carlo Furno. Às 17:00 horas serão realizadas as cerimônias religiosas de posse de dom Luiz, em um palanque montado em frente à catedral de Macapá. A cerimônia será aberta com procissão, que sairá do Pousado São José e percorrerá as principais avenidas do centro até a catedral.

Haverá, então uma missa concelebrada, presidida pelo Núncio Apostólico e com a presença, entre outros, dos seguintes bispos: dom Alberto Ramos, de Belém; dom Vicente Zico, de Belém; dom Alanô Pena, de Marabá; dom Erwin Krautler, do Xingú; dom Angelo Frosi, de Abaetetuba; dom Lino Vombommel, de Santarém; dom Romeu Alberti, de Ribeirão Preto (SP); dom Geraldo Magela Agnello, de Londrina; dom Domingos Wvieneswky, de Apucarana; dom David Picão, de Santos, além de dom Augusto Alves da Rocha, de Picos, Piauí, colega de turma em Roma do novo bispo de Macapá. Também estará presente à cerimônia dom José Maritano, último bispo de Macapá, que renunciou ao cargo para trabalhar na colônia de hansenianos de Marituba.

O novo bispo de Macapá, dom Luiz Soares Vieira, nasceu em 2 de maio de 1932, na cidade de Conchas, estado de São Paulo, sendo ordenado padre em 21 de fevereiro de 1960, na igreja de São Marcos, em Roma. Estudou o primário em Itatinga e o curso médio no Seminário Maior de Botucatu, em São Paulo.

Cursou Filosofia no Seminário Central de Ipiranga, em São Paulo, e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Dom Luiz Soares Vieira é bacharel e licenciado em Teologia e graduado em Filosofia. Foi ministro de Disciplina no Seminário Menor de São José, de 1960 a 1962 e vigário geral econômico de Chavantes, em São Paulo. Entre 1969 e 1978 serviu como pároco em Pirapó, no Paraná e de 1978 a 1980 pároco de São Benedito, em Apucarana, Paraná. De 80 a 82 foi pároco de Sabaúdia e de 82 a 84 atuou na paróquia da Santíssima Trindade, em Arapongas.

Em Apucarana foi Vigário Episcopal da região Centro-Norte, vigário geral, vigário judicial, chanceler do bispado, membro do Colégio de Consultores e do Conselho de Presbíteros, além de reitor do Seminário Filosófico da Diocese de Apucarana. Dom Luiz Soares Vieira será o terceiro bispo de Macapá, ocupando vaga aberta com a renúncia de dom José Maritano. O primeiro bispo de Macapá foi dom Aristides Piróvano, que também renunciou ao posto para se dedicar aos hansenianos da Colônia de Marituba.





Dom Furno foi recebido pelas autoridades eclesíásticas de Belém

# “Formação do presbítero da Igreja do Brasil”

17/8/84  
OSP

## O texto do decreto

A Excia. Revma. Dom Ivo Lorscheiter.

Chegou até nós sua preciosa carta de 1.º de junho de 1984, com a qual V. Excia. Revma., na qualidade de Presidente da Conferência Episcopal Brasileira, transmitia a esta Congregação o novo texto da “Ratio institutionis sacerdotalis”, intitulado: “Formação dos presbíteros na Igreja do Brasil”, com a finalidade de obter a aprovação segundo a norma do Cânon 242, do C.J.C.

Como bem faz notar V. Excia., o texto em apreciação — que foi preparado com um intenso estudo em base a uma vasta consulta a nível nacional — mereceu na votação final da Assembléia Plenária da Conferência Episcopal, uma “impressionante aprovação, quase unânime, em todos os seus itens”. Trata-se evidentemente de um elogiável sucesso que premiou largamente os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Episcopal para os Seminários e pelos colaboradores mais chegados.

Este documento, de fato, também segundo aquilo que julgamos, distingue-se por uma sensibilidade pedagógica e pastoral, que conseguiu individuar com realismo as necessidades formativas exigidas pela realidade multiforme das dioceses brasileiras e de traduzi-las em normas bem precisas, em conformidade com as características espirituais dos jovens da atualidade. Em todas as partes, ou quase em todas, nesta “Ratio”, nota-se o esforço de realizar um justo equilíbrio entre as várias componentes doutrinárias, pastorais e pedagógicas do trabalho educativo, a fim de balancear melhor a diversidade das várias tendências e assim poder evitar unilateralismos danosos.

Desse modo chegou-se a uma “Ratio” nova, e, em certo sentido original e corajosa, que porém, para demonstrar sua verdadeira eficácia, terá — segundo nosso parecer — necessidade de um apreciável período de experiência, mediante um confronto com a vida concreta dos seminários.

Por esta razão, assino, permanecendo o nosso parecer

substancialmente positivo a respeito do documento, no seu todo, e nos sentimos seguros em poder dar a aprovação solicitada, em modo provisório, “ad experimentum”, reservando-nos dar o nosso juízo definitivo a esse respeito, à luz dos resultados da Visita que, como já algumas vezes planejamos, está-se preparando em todos os seminários do País. Temos fundadas esperanças de que tal Visita, que deverá ser organizada de comum acordo com esta Conferência Episcopal, que poderá fornecer muitos dados úteis, não apenas para nos colocar a par da situação geral no campo da formação sacerdotal, mas também dos verdadeiros valores da presente “Ratio” e das condições para sua eficaz aplicação.

Renovando a V. Excia. e a todos os seus Exmos. Confrades no Episcopado a minha gratidão pelo louvável empenho pastoral em favor de uma sólida formação sacerdotal, aproveito-me também da oportunidade para exprimir-lhes os meus protestos de distinta estima.

Seu devotíssimo em Jesus Cristo  
William, Cardeal Baum

Prezado Irmão no Episcopado, A paz de Cristo!

É com satisfação que envio a Vossa Excelência a carta do Cardeal William Baum, Prefeito da Sagrada Congregação para a Educação Católica.

Sua Eminência comunica ao Presidente da CNBB a aprovação “ad experimentum” do documento votado na última Assembléia Geral da CNBB, sobre a “Formação do Presbítero da Igreja do Brasil”. A Sagrada Congregação reserva o julgamento definitivo para quando se concluíam as visitas que serão feitas aos seminários do Brasil.

O texto foi aprovado sem modificações e será publicado no “Comunicado Mensal” de julho e na série de “Documentos da CNBB”.

Unamos nossas preces a Deus para que o documento seja de grande proveito para a vocação e vida presbiteral.

Com toda estima e amizade fraterna.

Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral da CNBB.

1 — A 22.ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, teve como uma de suas tarefas principais a elaboração e votação do documento legislativo a “Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil — Diretrizes Básicas”.

2 — Após exame acurado, ele obteve uma “aprovação, quase unânime, em todos os seus itens”, que coroou os trabalhos da Comissão responsável.

3 — Submetido o texto à Sagrada Congregação para a Educação Católica, recebeu ele uma aprovação “ad experimentum”, integral e elogiosa, por sua “particular sensibilidade pedagógica e pastoral, que tornou possível individuar com realismo as necessidades formativas, exigidas pela realidade multiforme das dioceses brasileiras, e traduzi-las em normas bem precisas, em conformidade com as características espirituais dos jovens de hoje; e pelo “esforço de realizar um justo equilíbrio entre os diversos componentes (doutrinas, pastorais, pedagógicos) da obra de educar”, e “evitar unilateralismos prejudiciais”, “chegando-se assim a uma “Ratio” nova, em certo sentido original e corajosa”; precisando, porém, de um período de prova, mediante o confronto com a vida dos seminários, para demonstrar sua eficácia (Cf. Carta do Card. Prefeito da S. C. para a Ed. Católica, Prot. N. 1987-65-Bra).

4 — No seu decreto de aprovação experimental, a Sagrada Congregação se reserva um julgamento definitivo, à luz do resultado da visita que será feita a todos os seminários do Brasil, em comum acordo com a CNBB.

5 — Tendo em vista a necessidade de se prover quanto antes a medidas práticas para a frutuosa realização dessas normas, e a praxe de nossa Conferência Episcopal, na qualidade de Presidente do CNBB, DECRETO:



I — Com a publicação no Comunicado Mensal da CNBB, ficam promulgadas as normas legislativas do documento "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil — Diretrizes Básicas", legitimamente determinadas pela 22.ª Assembléia Geral da CNBB e aprovadas pela Sagrada Congregação para a Educação Católica, em data de 12 de julho de 1984. (Prot. n.º 1897-65-Bra), de acordo com o Cân. 242 do Código de Direito Canônico.

II — Revogadas as normas anteriores, de 28 de abril de 1971, as agora promulgadas entrarão em vigor a 1.º de janeiro de 1985.

Brasília, DF, 31 de julho de 1984. Memória de Santo Inácio de Loyolla.

José Ivo Lorscheiter

Presidente da CNBB

Luciano Mendes de Almeida

Secretário Geral da CNBB

# CNBB exige diretas e 119184 FSP marca jejum nacional

Da Sucursal de Brasília

Com severas críticas ao atual processo de escolha do presidente da República, que transforma a Nação em "mera espectadora de seu destino", exigências de retorno aos valores éticos no processo político, o Conselho Permanente da CNBB divulgou ontem o documento "Momento Nacional", dirigido a todos os bispos do País e aos católicos. No documento, o Conselho convoca as comunidades cristãs para um jejum nacional no dia 11 de outubro. O jejum deveria ocorrer no dia 7 de setembro, mas diante das dificuldades de comunicação, foi transferido. O texto do documento foi elaborado por d. Celso Queiróz, bispo-auxiliar de São Paulo e aprovado por unanimidade pelos 25 bispos que compõem o Conselho.

## O documento

"Presentes à 12ª Reunião do Conselho Permanente, dirigimo-nos a todos os Irmãos no Episcopado para partilhar as graves preocupações que nos inquietam no atual momento nacional.

"Preocupa-nos, antes de mais nada, a situação geral do povo, sobretudo dos mais pobres. A grave crise econômica continua corroendo os salários, gerando o desemprego, destruindo a riqueza nacional e colocando sobre os ombros da população um fardo muito superior à sua capacidade. A falta de condições e de perspectiva de vida digna atinge a todos e particularmente compromete o futuro de nossas crianças e frustra os anseios da juventude.

"Por expressa delegação dos Irmãos no Episcopado, voltamos a refletir também sobre a trágica situação do Nordeste e a ausência de soluções adequadas e definitivas para seus problemas. Isso nos faz temer que as enchentes do Sul se tornem igualmente crônicas pela mesma falta de decisões políticas voltadas para o bem comum.

"Em nossa vida de pastores temos acompanhado o nosso povo, sofrendo com ele e apoiando suas justas reivindicações. Temos estado a seu lado, mesmo quando, levado por compreensível desespero, adota posturas que não se enquadram nas normas legais vigentes. É o caso de várias greves e de invasões de terras. De maneira alguma as desamparar e entregues ao arbítrio aqueles que não teriam chegado a isso se, a seu tempo, fossem tomadas as necessárias medidas.

"De outro lado, mergulhado em todo esse sofrimento, o povo se estarrece diante do encaminhamento deprimente, levemente festivo e carente de grandeza ética dado ao processo de escolha dos principais mandatários. Frustrada por pequena minoria política, a aspiração nacional, claramente demonstrada nas ruas e praças, tenta-se, agora, prosseguir por caminhos que marginalizam a Nação, transformando-a em mera espectadora de seu próprio destino. O povo, em sua sabedoria, percebe claramente o potencial de corrupção e o tráfico de influências inerentes a tal processo.

"Se uma decidida volta a valores éticos pode devolver a dignidade ao processo político levar a Nação à grandeza de seus destinos. Em nosso país isso exige, entre outras coisas, deslocar, sem mais, o poder político do favorecimento a grupos e colocá-lo decididamente a serviço do bem comum. Exige, igualmente, reintegrar o povo, como participante ativo, no processo político seja pela devolução imediata de seu direito de escolha e decisão, seja pela convocação de uma Assembléia Constituinte realmente representativa ou pela adoção de outro mecanismo legal igualmente eficaz que possibilite a reconciliação da Nação com suas classes dirigentes.

"Em qualquer hipótese, o reencontro da dignidade nacional não se fará sem que os corações se deixem tocar e as consciências se renovem. Todos esperamos ansiosos o surgimento de 'homens novos', capazes de gerar realidades novas a serviço de uma sociedade mais justa e fraterna.

Compartilhando com os Irmãos Bispos nossas angústias e reflexões, desejamos, igualmente, propor que juntos assumamos alguns gestos concretos:

"Convocar todas as nossas comunidades para um grande jejum nacional e um dia de oração pela Pátria Brasileira, na celebração de Nossa Senhora Aparecida. Na véspera, dia 11 de outubro, estaremos todos unidos no jejum penitencial que prepara os caminhos de conversão e mudança. No dia 12, dia da festa, nos dedicaremos à intensa oração individual e comunitária.

Nossa Comissão Episcopal de Pastoral fornecerá subsídios para que esse dia, e mesmo um tempo mais amplo de oração, possa ser celebrado com intensa participação e proveito.

"— Conclamar os nossos cristãos a que entrem decididamente na ação, difundindo com real solicitude de serviço e eficácia, as energias do Evangelho, e garantindo-lhes a formação e o apoio necessários.

"— Animar todos os homens de boa vontade a assumirem sem reservas, suas responsabilidades políticas, reconhecendo o indispensável desenvolvimento da consciência moral que leva a assumir o encargo de uma solidariedade cada vez mais ampla, e a abrir-se livremente para os outros e para Deus.

"Para tudo isso esperamos contar com a necessária colaboração dos comunicadores e o serviço dos meios de comunicação social.

"Queremos, por fim, reafirmar, em comunhão com todos Irmãos Bispos, nossa esperança. Creemos em Deus, acreditamos na força transformadora de sua Palavra, confiamos na presença de seu Espírito no meio de seu povo. Se nossa sociedade sofre hoje uma crise sem precedentes, ela vive igualmente às vésperas de um amanhã que, pela graça de Deus, pode ser promissor e fecundo como sinal do Reino definitivo para todo o nosso povo que trabalha, luta e sofre.

"Fraternalmente no Senhor."

São os seguintes os integrantes do Conselho Permanente da CNBB: Dom Aloísio Lorscheiter, Dom Eugênio Salles, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Benedito Ulhoa Vieira, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Rino Carlesi, Dom Pedro Fedalto, Dom Cláudio Colling, Dom Albano Cavallin, Dom Celso Queiróz, Dom Moacir Grecchi, Dom Sinésio Bohn, Dom Tito Tuss, Dom Romeu Alberti, Dom Silvestre Scandian, Dom Ricardo Weberberger, Dom Antonio Costa, Dom Vicente Zico, Dom José Carlos de Oliveira, Dom Máximo Biénes, Dom Celso Pinto, Dom Davi Picão, Dom José Martins, Dom Geraldo Mageia Agnelo, Dom Afonso Gregory.





## CNBB pede ao Vaticano maior prazo para debate sobre libertação

Reportagem Local

A presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) já encaminhou ao papa João Paulo 2º suas sugestões para o novo documento sobre a visão cristã da liberdade e da libertação, a ser publicado no início do próximo ano. No entanto, anexou documento pedindo uma prorrogação no prazo fixado pela Congregação para a Doutrina da Fé

para o recebimento de sugestões, que é o próximo dia 18.

A proposta da CNBB, a ser analisada pelo Papa e pelo cardeal Joseph Ratzinger, é de que o documento do Vaticano receba mais subsídios das conferências episcopais de todo o mundo. E, particularmente, da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que já incluiu na pauta de sua próxima assembléia, em abril de

1985, em Itaici, município de Indaia-tuba, o tema "Liberdade e libertação em si mesma".

Até o momento, o Vaticano não se pronunciou sobre a proposta da CNBB, cujos setores progressistas temem que o novo documento seja publicado, antes que haja resposta sobre a ampliação das consultas, sobretudo, junto ao episcopado do Terceiro Mundo.



## Recuo nas posições da CNBB?

**PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU**  
Especial para a Folha

Depois do Concílio Vaticano 2º e de seus prolongamentos latino-americanos, que foram Medellín e Puebla, a Igreja se redimensionou.

Antes ela queria, acima de tudo, sua quietude. Dessa forma não contradizia aqueles que poderiam atrapalhá-la. E assim reduziu seu campo de ação, que não ultrapassava os indivíduos, e de certa forma sacrificou a humanidade aos indivíduos.

Mas o próprio vento do Espírito iria perturbar essa quietude, agitando sua Igreja e reconduzindo-a a sua identidade evangélica. Nasceria nela um novo profetismo que a situaria em nossa sociedade como um signo de contradição perturbador. A operação-sedução estava ultrapassada. Era chegada a hora da operação-contestação. De pacificadora e consoladora, tornou-se novamente perturbadora e inquietadora. Havia-se inclinado diante dos poderes; eis-la que se levantava diante deles com tal energia que era evidente que este despertar só podia vir de Deus. Durante muito tempo deixou-se subjugar; eis que se levantava e renascia com a coragem profética de quem não teme nada ou ninguém, mesmo que tenha de pagar o preço máximo que pode chegar ao martírio. E houve mártires. É fácil fazer o obituário deles na América Latina. E nossa pátria também conheceu os seus. Eles têm nome e rosto, e até época bem recente pudemos acompanhá-los pelo Calvário da expulsão, da prisão, da tortura e da morte.

Portanto a Igreja se tornava novamente uma força de contestação. E esta afirmava-se principalmente no plano da política. Nossa herança política é um fardo pesado de carregar. A história antiga e contemporânea da América Latina (e, consequentemente, do Brasil) mostra mais do que suficientemente como esse fardo era insuportável.

A Igreja repudiou o poder cujos abusos não eram mais tolerados e se recusava a ser apenas um biombo, atrás do qual se escondiam os usurpadores. Estes eram designados explicitamente como donos ilegítimos que só garantiam seu poder subjulgando os povos. Dessa forma, como era de se esperar, houve contestação da contestação. A Igreja contestava os donos do poder e estes, por sua vez, contestavam a Igreja. O conflito era inevitável.

E aconteceu. E uma das críticas mais constantes que se fez à Igreja foi a de negligenciar a sacristia e consagrar-se indevidamente aos comícios. Os donos diziam-se defensores de uma civilização cristã, mas negavam ao Evangelho de Cristo qualquer dimensão política. O Evangelho não era exigente senão para os indivíduos; a sociedade se lhe esca-

pava. Pretendiam eles que os bispos continuassem a pontificar com a mitra na cabeça, mas se mantivessem calados. Que os padres se contentassem em pronunciar seu sermão do domingo, desde que este fosse inodoro e sem sabor.

Mas contra essa castração política da Igreja, contra essa redução que a confinava às únicas preocupações da saúde puramente individual, Puebla redefiniu o itinerário que ela deveria impor-se. É preciso salientar, em outros aspectos, que sua presença na vida política não apenas era tolerada, recomendada, sugerida, mas era nitidamente exigida. Basta reler o texto de Puebla (nº 515-518), admiravelmente equilibrado, para entender que não poderia ser de outra forma.

Portanto não pode subsistir dúvida alguma. Ficou claro e dito que a política também pertence ao domínio da Igreja. E deve estar nela presente, não através da criação de um novo clericalismo, que não seria menos odioso do que antigo, mas pela presença de cada um dos seus membros que se engajarão de acordo com o papel que lhe é adequado.

Nesse sentido, a hierarquia não deverá substituir-se ao laicato. Deverá empenhar-se em formar leigos que, por sua vez, mergulharão em plena massa política a fim de fazer crescer o fermento do Evangelho. Poderá acontecer às vezes que circunstâncias empurram a hierarquia à frente da cena. Ela deverá então manter um discurso profético que criticará, denunciara, até mesmo vituperará (já que vituperar é o privilégio dos profetas), que incomodará sempre, pois a ela caberá ser a voz dos que não têm voz. Mas no momento em que o processo de evolução política devolve a palavra a todos os membros de uma comunidade, eles próprios podem assumir o discurso da contestação. A hierarquia voltará, então, aos bastidores (não às sacristias) para deixar aos leigos, imbuídos do Evangelho e suas exigências, à frente da cena.

Agindo assim, a Igreja não estará retrocedendo. Pelo contrário, ampliará sua ação, dando-lhe uma consistência cada vez maior a ponto de o discurso político cristão tornar-se atuação efetiva no próprio nível do jogo dos partidos políticos.

E é exatamente nesse estágio que estamos agora no Brasil. É por isso que não devemos nos espantar diante das posições assumidas pela CNBB, assim como foram expressas por dom Ivo Lorscheider, dom Luciano Mendes, dom Cândido Padin e tantos outros (Folha, 06/12/84). Ela não retrocede, simplesmente confere a sua presença uma nova dimensão.

Dr. PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU é doutor em Teologia pela Universidade de Montreal, vice-diretor do Colégio Santo Cruz, filósofo e escritor.



## Documento da CNBB diz que pacto social é única saída

17-12-84 RFP  
Reportagem Local

"O novo governo brasileiro enfrentará desafios perigosos, como atender a demandas reprimidas, controlar a inflação e garantir um crescimento auto-sustentado da economia. Diante disso, a única saída que se apresenta viável é a aceitação, pela sociedade civil, de um pacto social, com rateio justo de sacrifícios, poupando aqueles que não podem mais ser sacrificados." É o que afirma, em documento encaminhado à CNBB, a pedido da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, um dos principais assessores deste orga-

nismo, o padre jesuíta Fernando Bastos de Ávila, 66 anos.

"Quando a própria sociedade civil se reestrutura para assumir suas responsabilidades, a missão evangelizadora da Igreja se desloca para duas áreas decisivas: a primeira é a formação do laicato. Os leigos devem assumir sua vocação de serem os construtores de uma sociedade que encarne as exigências da fé." A segunda área decisiva é "o desafio cultural, representado pelo conjunto de problemas que levanta para a consciência cristã a cultura moderna".

## No comício, vaias para Franco

Do enviado especial

O último comício de Tancredo Neves, em Aracaju, sábado à noite, foi marcado por vaias à figura do senador Albano Franco, da Frente Liberal, filho do deputado Augusto Franco, presidente licenciado do PDS. O senador, que é também presidente da Confederação Nacional da Indústria, esperava anunciar festivamente a sua adesão definitiva à candidatura indireta da Aliança Democrática, ao lado do governador João Alves, também do PDS, mas encontrou a praça Fausto Cardoso, onde se concentraram cerca de 50 mil pessoas, cheia de faixas e cartazes contra a sua presença.

A hostilidade a Albano, manifestada por grupos do PMDB local ligados ao deputado Jackson Barreto, segundo o comentário geral no palanque onde estava Tancredo, foi extensiva à "família Franco", que há décadas domina a economia e a política

sergipanas. Os cartazes demonstravam isso: "Franco, vocês já encheram" e "Fora Franco" eram as principais inscrições, acompanhadas de uma muito curiosa: "Xooo Franco".

As vaias explodiram quando o próprio Tancredo mencionou os nomes de Albano Franco e de seu colega pedessista e também senador Lourival Batista, que até há pouco tempo manifestava preferência pela candidatura Maluf. O senador José Sarney, ao contrário, foi bastante aplaudido. E o deputado Ulysses Guimarães, em seu discurso, defendeu com veemência a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, dizendo que ela "nascerá nas praças e nas ruas do Brasil".

Ao encerrar seu último comício, Tancredo declarou: "Que Deus me ilumine para que amanhã, na Presidência da República, eu não decepcione o povo de minha terra." (RF)



## CNBB prepara nota oficial sobre a Constituinte

812/85  
FSP

### Reportagem Local

Uma nota oficial sobre a posição da Igreja diante da campanha pela Assembléia Nacional Constituinte será divulgada hoje à tarde ou amanhã em Brasília pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi o que informou o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 58, acrescentando que a nota "tratará dos futuros caminhos do País e especificará a posição da Igreja a respeito da nova Constituição Brasileira".

"A CNBB está atenta — disse d. Ivo — dentro de suas tarefas específicas, para tudo o que o novo Brasil deve ser. Não se trata de algo fácil, mas temos consciência de que devemos contribuir neste sentido. E uma primeira contribuição será, justamente, em torno da nova Constituição Federal".



D. Ivo Lorscheiter

### Com o Papa

A nota da CNBB sobre a Constituinte significa a oficialização da presença da Igreja Católica no Brasil na campanha por uma nova Constituição. As iniciativas adotadas, até agora, na área da Igreja, não envolviam, de modo oficial, a Conferência Nacional dos Bispos e se limitavam ao âmbito das dioceses (como em Duque de Caxias, RJ) ou ao esforço de bispos como d. Mauro Morelli (e mais onze preladados que assinaram o "manifesto pró-Constituinte") e d. Cândido Padin, coordenador da articulação paulista dessa campanha.

O texto final da nota foi analisado ontem, em Porto Alegre, numa reunião entre d. Ivo Lorscheiter e o secretário geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida. Este voltará hoje a Brasília e fará a divulgação do

documento. Por sua vez, d. Ivo viajará hoje à noite a Roma, com os demais bispos gaúchos, iniciando a visita ad limina apostolorum ao papa João Paulo 2º (esta visita é feita ordinariamente pelos bispos de todo o mundo, de cinco em cinco anos).

Além de receber o episcopado gaúcho em conjunto, o Papa conversará particularmente com cada bispo, entre os dias 10 e 20 próximos. Mais dez grupos de bispos brasileiros estão sendo organizados para essa visita, até o final deste ano. O retorno do presidente da CNBB a Brasília está previsto para o final do mês, quando haverá a primeira reunião da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) em 1985. Entre os itens da pauta desta reunião, está incluída a Assembléia Nacional Constituinte.





# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**Diretor de Redação:** Otávio Frias Filho. **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Joelmir Beling, Osvalda Perálvo e Otávio Frias Filho (secretário)

## Habilidade a curto prazo

Anunciada pelos governadores do Amazonas, do Pará e do Acre, a intenção do presidente eleito, Tancredo Neves, de submeter à apreciação prévia da CNBB o nome do futuro ministro de Assuntos Fundiários, inscreve-se num projeto de ampla conciliação entre as forças políticas. É de resto natural que o próximo governo pretenda estruturar a mais sólida base de apoio possível; os entendimentos com a cúpula da Igreja teriam exatamente esse objetivo, o de cimentar um compromisso com uma instituição notoriamente empenhada na denúncia das injustiças sociais, e de vigorosa presença no cenário nacional.

É cedo, evidentemente, para julgar o âmbito dessa aproximação. De qualquer modo, o presidente eleito dá outro passo no sentido de ganhar mais trânsito frente a seus diversos interlocutores. Cresce também sua posição de independência diante das forças que o apoiaram, já evidenciada pelo sucesso que obteve ao nivelar, num estudado segundo plano, quaisquer lideranças que pudessem ensombrecer suas funções de governante. Ministeriáveis eminentes, governadores, notáveis do partido, a todas as figuras de destaque soube, suave mas inexoravelmente, esmaecer.

Se a habilidade de Tancredo Neves em conseguir esse feito é inegável, resta saber se será suficiente para dar força ao novo governo. A permanência do seu prestígio depende, na verdade, de uma concordância quanto aos

planos de mudança e à forma de pô-los em prática, mais do que do virtuosismo de uma composição cuidadosa de interesses mas, porque cuidadosa, delicada.

Certos indícios de que a trama tecida por Tancredo Neves apresenta alguns pontos esgarçados e ambições insatisfeitas podem, aliás, ser percebidos nas palavras do vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Israel Dias Novaes. Segundo declarou, o Ministério que ora se forma é um "Ministério de transição", a ser modificado antes do fim do ano. Só então viria o Ministério das mudanças. Já o presidente eleito afirma que a primeira fase de seu governo será "emergencial", e que as transformações de peso virão mais tarde, em função da Constituinte. Nota-se, nos dois pronunciamentos, que a atuação de Tancredo Neves está marcada, tanto pelo seu talento político, como pela possibilidade de os arranjos que este propicia serem provisórios.

A situação não poderia ser diversa, aliás, enquanto se mantém a indefinição dos programas de governo e enquanto se projetam, para uma data ainda longínqua, as eleições para a Constituinte. Melhor faria o futuro presidente se as convocasse para este ano, e começasse a implantar com firmeza as mudanças desejadas pela população, em vez de, em meio a tantas precauções e urdiduras, mantê-las em suspenso.





## CNBB proporrá encíclica sobre "libertação"

Reportagem Local

Uma sugestão ao papa João Paulo 2º para que publique, como carta encíclica, o novo documento do Vaticano sobre "liberdade cristã e libertação" está sendo feita pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A proposta consta do documento contendo as propostas do episcopado brasileiro, encaminhado há dois meses ao nuncio apostólico d. Carlo Furno, em Brasília, em resposta ao ofício da Santa Sé pedindo subsídios para o texto que complementará a "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", de agosto do ano passado. A CNBB sugere ao Papa que o novo documento "receba a forma e a autoridade de documento pontifício".

As propostas dos bispos brasileiros constam de dois documentos: um do Conselho Permanente da CNBB e outro da Comissão Episcopal de Doutrina, ambos aprovados em 24 de novembro de 1984 e inéditos. No primeiro, os bispos propõem que os resultados da próxima assembleia geral da CNBB (de 10 a 19 de abril, em Itaiçara, município de Indaiatuba) "possam ser ainda aproveitados no projetado documento". No segundo, a proposta é a de que a encíclica — ou exortação apostólica — considere "o compromisso cristão com a libertação de todos num mundo dominado pelo mistério da iniquidade".

Para o Conselho Permanente da CNBB, a encíclica "não deveria ser um documento de índole prevalentemente teórica, mas sim prática". Enfatiza que "conviria partir da vivência do povo oprimido, dominado e empobrecido, que toma consciência de sua situação desumana e tenta organizar-se para conquistar melhores condições, de acordo com o plano de Deus. Por isso também deve ser descrita a escravidão diante do pecado com os eventuais equívocos em face à liberdade moral".

"A grande pergunta, que se impõe, é esta: qual o sentido deste esforço libertador, dessa prática cristã libertadora do povo, para a realização do projeto criador e salvador divino? — diz o documento —. Como é que esse processo libertador realiza, de forma incipiente e histórica, o reino de Deus, que é justiça, fraternidade, comunhão, partilha, paz?".

A CNBB sugere, em seguida, que o documento defina "ações concretas com o objetivo de ajudar no processo libertador, na superação do pecado, na nobre luta pela justiça, na construção de uma nova sociedade".

Já o documento da Comissão de Doutrina tem quatro capítulos: 1. Perspectivas bíblicas; 2. O compromisso cristão com a libertação de todos num mundo dominado pelo mistério da iniquidade; 3. A liberdade definitiva, meta única digna de toda libertação e 4. Dimensões da liberdade cristã e da libertação.

### Perspectivas bíblicas

Quanto às perspectivas bíblicas, os bispos propõem que o documento papal inclua elementos de hermenêutica bíblica, aprofunde o sentido do termo "povo de Deus", enfoque a libertação na perspectiva das escrituras, cite a presença dos pobres na Bíblia. Sugere, depois, que a liberdade seja apontada "como um bem a conquistar, contra os operantes poderes do mal", citando "o poder, a ganância, os espíritos da dominação e da manipulação, a mentira institucionalizada, a cumplicidade tácita, pela covardia, mesmo dos bem-intencionados, a libertinagem e o prazer falso".

Ao falarem da violência, dizem que "a tentação da violência" quer vencer a iniquidade dos violentos" mas "onde houver legitimamente um recurso extremo à força, só a justiça maior (misericórdia) pode reconduzir a reintegrar situações quebradas". Referem-se, depois, à "impaciência que recorre às ideologias", citando, também, "o desânimo e o conformismo de muitos cristãos, o recurso à violência coletiva, no terrorismo e na opressão, o recurso à ideologia marxista e a divinização do lucro e do Estado (capitalismo liberal, ideologia da segurança nacional, coletivismo marxista)".

Na opinião dos bispos brasileiros, proclamada pela Comissão de Doutrina da CNBB, a encíclica sobre libertação deve reafirmar os "princípios básicos" da doutrina social da Igreja: "Direitos fundamentais da pessoa humana, igualdade fundamental das pessoas, solidariedade e partilha, comunhão e participação, subsidiariedade, corresponsabilidade, a hipoteca social sobre a propriedade privada, a prioridade do trabalho sobre o capital e da pessoa e da comunidade sobre a matéria". Eles enfatizam, em seguida: "Não basta libertar os homens de quaisquer escravidões, se não conseguirmos libertá-los para a dignidade total da nova comunhão dos filhos de Deus que nos será dada como participação na vitória pascal de Cristo".

Por último, as sugestões incluem a perspectiva da Comissão de Doutrina sobre a libertação que, segundo o documento, "processa-se em dois grandes sentidos: libertação de todas as servidões do pecado pessoal e social (a queda dos ídolos restitui ao homem seu campo essencial de liberdade) e para o crescimento progressivo no ser, para a comunhão e participação". Para os bispos, a libertação "acontece na história, dentro de um processo e abrange o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações; fundamenta-se em três grandes pilares: a verdade sobre Jesus Cristo, a verdade sobre a Igreja e a verdade sobre o homem" e visa "transformar o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário".

O documento enviado ao Papa afirma, no último parágrafo, que "a libertação realiza-se com meios evangélicos e não com a violência e com a dialética da luta de classes", enfatizando que "a verdadeira libertação, liberta de uma opressão para poder chegar a um bem superior". (DA)



2913185-OSP

## Apoio à atitude da CNBB

Em carta dirigida ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheider, a Comissão Nacional de Pastoral Operária manifesta sua "satisfação e renovada alegria, por ter lido nos jornais de sete de março suas declarações, acompanhadas pelas de Dom Luciano e Dom Paulo, com respeito a questão do Ministério de Assuntos Fundiários (em que o presidente submeteria à CNBB o nome de seu ocupante)".

Continua a carta — "A posição defendida pelo senhor, bem como por Dom Luciano e Dom Paulo, renovam em nós a certeza de que podemos confiar em nossos pastores, como aqueles que, à frente do rebanho, **permanecem firmes, vigilantes e seguros**, porque se apoiam na única segurança nossa que é o SENHOR".

"Esta autonomia, em relação aos poderes, que nossa Igreja conseguiu ao longo desses anos a custo de tanto sacrifício, realmente não poderia ser agora diminuída, com o compromisso com determinada li-

nha política que a indicação de algum nome para o Ministério fatalmente implicaria".

"A história nos tem mostrado com clareza: toda vez que a Igreja se aproximou do poder político, fazendo com ele alianças, ela teve seu desempenho profético prejudicado, comprometido... e toda vez que a Igreja conseguiu permanecer ao lado dos pequenos, como consciência crítica diante dos poderosos desse mundo, aflorou de maneira claríssima seu papel de anunciadora do Reino do Senhor, em sua verdade".

"Sem querer um isolamento puro e simples, mas defendendo a "distância crítica necessária para o exercício do papel profético", renovamos nossa total confiança em nossa Conferência e em sua pessoa em particular e nos colocamos, com alegria, à disposição e ao serviço, nesta tarefa da construção do Reino de Deus".

Assina pela Comissão,

**Gilberto Carvalho**





D. Ivo Lorscheiter abriu a 23ª assembléia geral da CNBB com uma oração por Tancredo Neves

## CNBB começa a debater em Itaici documento a ser enviado a Roma

Do enviado especial a Itaici

Com a participação de 284 bispos, seis pastores evangélicos, além de assessores e representantes de todas as regiões do País, começou ontem, às 8h30, no convento dos jesuítas da Vila Kostka, Itaici, município de Indaiatuba (SP), a 23ª assembléia geral da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — cujo tema central é “Liberdade Cristã e Libertação”. Os resultados dos debates serão enviados ao Vaticano, como subsídio para o próximo documento da Igreja sobre o tema da libertação, complementando a “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”, de agosto do ano passado.

Os bispos discutirão, também, até o dia dezoito, a atualização dos estatutos da CNBB de acordo com o novo Código de Direito Canônico; as normas próprias do Código para o Brasil, discutidas e votadas na assembléia de 1984 e, agora, com as respostas da Cúria Romana; o tema da juventude, visando a preparação de um documento dos bispos a ser lançado em 1986; a preparação do Sínodo dos Bispos sobre os leigos, em 1987; questões litúrgicas, além da visita do episcopado brasileiro ao papa João Paulo segundo, até o final

deste ano e a conjuntura política brasileira.

### Orações por Tancredo

Na sua homilia de abertura da assembléia, ontem de manhã, o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 58, lembrou as tarefas pastorais do episcopado, fez uma oração especial pela recuperação do presidente eleito Tancredo Neves e rezou o Pai Nosso, em latim, com os bispos. Já na sala de reuniões, anunciou a nomeação dos novos arcebispos de Recife e Maceió, explicou a sistemática de votação na assembléia e agradeceu a presença de pastores evangélicos que participaram dos debates como observadores.

Ao fazer seu discurso na abertura, o Nuncio Apostólico no Brasil, d. Carlo Furno, afirmou que “os grandes desafios” para a Igreja no Brasil são “a difusão e conservação da fé cristã na sua pureza, a unidade e comunhão no exercício pastoral, uma prática cristã em toda a sua amplitude e, nesta época de mudanças políticas, procurar uma influência benéfica sobre a sociedade civil”. Analisou, depois, “o grave problema da falta de clero” e a formação de dirigentes para os seminários. Referindo-se à Teologia da Libertação, disse que Roma “tem a obrigação de indicar eventuais erros e precaver

dos perigos para a fé”, citando, inclusive, o livro “Igreja, Carisma e Poder”, de Leonardo Boff.

“Nenhum de nós ignora — disse o Nuncio — que é nos seminários e nos estudantes religiosos que se refletem, de uma forma particular, as polémicas referentes à Teologia da Libertação que, se não forem bem orientadas, podem trazer grave prejuízo à formação dos futuros sacerdotes”.

D. Carlo Furno citou, depois, o cardeal Newman para defender a obediência ao Papa, lembrando que “é impossível crer na Igreja sem crer na supremacia do seu chefe visível”.

### Visita ao presidente

Depois do discurso do Nuncio, os novos bispos nomeados a partir de 1984 apresentaram-se ao plenário e d. Ivo constituiu uma comissão, integrada pelos cardeais Paulo Evaristo Arns e Avelar Brandão Vilela, para visitar, no Instituto do Coração, os familiares do presidente Tancredo Neves, levando uma carta de solidariedade do episcopado. Durante o período final da manhã e à tarde, os bispos começaram a leitura e a discussão do documento-base da CNBB sobre “Liberdade Cristã e Libertação”.



## Texto carece de reflexão, diz d. Eugênio

Do enviado especial a Itaiaci

17-4-85 F10  
Em documento de seis laudas, encaminhado aos bispos que participam da 23ª assembléia geral da CNBB em Itaiaci, município de Indaiatuba, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales, 65, faz críticas ao texto-base sobre "Liberdade cristã e Libertação", preparado pela CNBB para o debate do episcopado brasileiro, iniciado ontem de manhã. Segundo d. Eugênio, o texto-base carece de "uma reflexão aprofundada do tema teológico da liberdade cristã" e não considera "suficientemente" as observações da "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", da Congregação para a Doutrina da Fé, publicada em agosto do ano passado, no Vaticano.

O cardeal do Rio de Janeiro critica também "a leitura social" do tema "Libertação" e a análise histórica do documento da CNBB que, segundo afirma, "não inclui todo o trabalho da Igreja em prol dos índios e dos negros, em que pesem as deficiências e limitações históricas". Diz, depois, que o texto-base faz "o elogio do novo pelo novo" e que considera os pobres "como os verdadeiros mestres da fé e critério hermenêutico da Revelação", excluindo "a mediação da realidade eclesial como elemento hermenêutico, caindo-se, assim, tal-

vez mesmo inadvertidamente, em um fundamentalismo secularizado".

### "Leitura política"

Para o cardeal Sales, o documento da CNBB faz "uma leitura política" do livro bíblico do Êxodo e considera que "a salvação não vem de Cristo, mas do pobre". Destaca que "o Jesus que o texto pode fazer ver, dificilmente se enquadraria no Cristo dos Evangelhos", voltando-se "quase exclusivamente" para "a construção da sociedade temporal" e não considerando as virtudes teológicas (fé, esperança e caridade). D. Eugênio lamenta, também, a falta de estudos, no documento da presidência e assessores da CNBB, sobre "a instrumentalização litúrgica para fins políticos ou ainda da digna celebração". O cardeal Sales pede uma revisão do documento, para enfatizar "o caráter essencialmente religioso" da missão da Igreja.

### O texto da CNBB

Os dois documentos — o oficial, da CNBB, e as críticas de d. Eugênio — circulavam ontem, discretamente, entre os bispos reunidos em Itaiaci. Os comentários, nos intervalos das reuniões, entre bispos que discordam das opiniões do cardeal Sales, eram de que, anualmente, ele envia circulares criticando os textos-bases da

Conferência e que o atual documento não alterará as linhas gerais da discussão na 23ª assembléia da CNBB.

Já o documento-base, com 42 laudas e 194 tópicos (a serem discutidos e votados, um por um) tem como título "Liberdade cristã e libertação", com o subtítulo "Ação evangelizadora da Igreja no Brasil e Libertação". Na introdução, a CNBB diz que "da cidade e do campo sobem os gemidos. E o clamor de todo um povo que sofre. Clamor crescente, por causa da exploração e expropriação cada vez maiores. Este clamor dos pobres, que sobe até Deus, nasce de uma dupla fonte: da grandeza da dor que faz gritar, e da certeza da fé de que Deus ouve o grito do pobre".

O ponto de partida do texto oficial é a experiência da Igreja no Brasil em termos de vivência de uma nova prática pastoral. Além da visão da realidade brasileira, o documento-base aponta critérios de análise, uma visão das tensões e dos problemas sócio-políticos do País. As referências são feitas ao Evangelho, ao Concílio Vaticano 2º, aos documentos de Medellín e Puebla e aos discursos de João Paulo 2º. Preparado por bispos e assessores da CNBB, o documento não faz, contudo, referências explícitas às pastorais da Igreja junto aos operários, índios, camponeses, mulheres e negros.



## Bispo-auxiliar do Rio critica texto da CNBB

Do enviado especial a Itaiçi

"O texto preparado pela CNBB para a assembléia de Itaiçi não explicita suficientemente a pessoa e a doutrina de Cristo, faz formulações infelizes que podem ser lidas na perspectiva do reducionismo e, mesmo tendo aspectos louváveis, contém lacunas essenciais, tendo sido escrito às pressas." A afirmação foi feita ontem à tarde em Itaiçi, onde se realiza a 23ª assembléia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro e principal assessor do cardeal d. Eugênio de Araújo Sales, d. Karl Josef Romer, 53, membro da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da CNBB.

Apoiando a proposta do d. Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju (SE), no sentido de reformular o regimento da Comissão de Doutrina, tornando-a mais autônoma em relação à presidência da CNBB, d. Romer analisou também a situação do teólogo Leonardo Boff, afirmando que se ele "cumprir o que prometeu e andar com a Igreja e não com a sua teologia, não será punido".

### Revisão do regimento

A revisão do regimento da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da CNBB, para torná-la mais atuante nas questões doutrinárias da Igreja no Brasil, será discutida durante a 23ª Assembléia Geral da CNBB por sugestão de dom Luciano Cabral Duarte, aprovada pelo plenário da entidade. Dom Luciano teria se queixado aos bispos da falta de maiores providências contra o teólogo Leonardo Boff, diante dos pronunciamentos do Vaticano a respeito dos

seus livros, particularmente "Igreja, Carisma e Poder".

Apesar de incluída na pauta, a discussão não deverá, contudo, provocar modificações na Comissão Episcopal de Doutrina, cujo presidente é o cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, já que os trabalhos desta comissão vêm sendo considerados positivos pela presidência e demais órgãos diretivos da CNBB.

Na opinião de dom Celso Queiroz, membro da comissão que elaborou o texto-base sobre "Liberdade Cristã e Libertação" para a Assembléia da CNBB, "não se trata de mudar o regulamento da Comissão de Doutrina, falta apenas melhorar a sua forma de atuação. Existem duas maneiras nas quais o magistério da Igreja baseia seu trabalho: Uma que favorece a pesquisa, a reflexão, e a produção teológica; outra que parte sempre da perspectiva da fé".

### Outros temas

Além do tema principal "Liberdade Cristã e Libertação", com o subtítulo "Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e Libertação", a 23ª Assembléia da CNBB deverá discutir, até o dia 19, a conjuntura política nacional, a situação dos povos indígenas, o 11º Congresso Eucarístico Nacional, o Dia Mundial das Comunicações, a vida religiosa contemplativa, os tribunais eclesiais, o décimo aniversário da Comissão Pastoral da Terra, a ajuda aos padres e religiosos em crise, a Comissão Nacional do Clero, o projeto de interajuda entre as dioceses brasileiras, a situação dos leprosos e a atitude da CNBB diante da maçonaria.

## Boff admite que fará mudanças na forma de abordar Teologia

Da Sucursal de Porto Alegre

O teólogo catarinense Leonardo Boff, 46, admitiu que fará modificações na sua forma de abordar a Teologia da Libertação, após ter recebido uma notificação do Vaticano contendo críticas ao seu livro "Igreja, Carisma e Poder". Entretanto, ele não se considerou punido nem admitiu que a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé tenha condenado a sua teologia. "Ao contrário, o próprio Papa apóia a opção pelos pobres", sustentou.

Segundo frei Leonardo Boff, que esteve ontem em Porto Alegre para

uma conferência na Assembléia Legislativa, as reservas do Vaticano se justificam pelo temor de que as categorias marxistas, ao serem utilizadas na análise da sociedade, possam levar os teólogos a "engolir" toda a teoria marxista, que tem por base o ateísmo. "Mas é possível usar dados do marxismo sem se converter à doutrina", argumentou.

Segundo o teólogo, o livro "tenta aplicar a contribuição do marxismo para entender as relações do poder". Boff admitiu que se trata de "um livro crítico" e prometeu "tomar cuidado", daqui para frente, "para evitar escândalos".



13/4/80

## CNBB define corrente teológica para o Brasil

Do enviado especial a Itaiçi

A Teologia da Libertação, "a partir da praxis pastoral da Igreja", é a corrente teológica seguida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), de acordo com documento de estudo entregue aos bispos na 23ª Assembléia de Itaiçi e distribuído ontem à imprensa pela Comissão Episcopal de Doutrina, presidida pelo cardeal Aloísio Lorscheider. O estudo — com seis laudas e cinco partes — faz uma tipologia sobre as "Teologias da Libertação" vigentes, hoje, na Igreja, com base em trabalho do jesuíta Scannone, publicado em Medellín, Colômbia. De acordo com o documento, há quatro correntes teológicas da libertação atuantes no momento: "a partir da praxis pastoral da Igreja", "a partir da praxis dos povos latino-americanos", "a partir da praxis histórica" e "a partir da praxis dos grupos revolucionários".

De acordo com d. Aloísio, a CNBB identifica-se com a primeira corrente, que "desenvolve a temática da libertação integral e evangélica, numa perspectiva bíblico-eclesial" e que "não utiliza propriamente a mediação sócio-analítica, mas a mediação ético-antropológica, servindo-se de alguns elementos de tipo estatístico". Essa corrente não seria visada pela instrução do Vaticano sobre a Teologia da Libertação.

**Ambiguidades**

Os teólogos Leonardo e Clodovis

Boff estariam enquadrados, segundo o documento entregue em Itaiçi, na segunda corrente ("Teologia a partir da praxis dos povos latino-americanos"). "As advertências da instrução se dirigem a esta orientação na medida em que utiliza elementos do instrumental analítico marxista, com os perigos que a instrução aponta, embora seja verdade que a vigilância crítica dos teólogos desta orientação é bastante acentuada" diz o estudo da comissão.

Os irmãos Boff — e o salvadoreno Jon Sobrino Estaraim, também estão incluídos na terceira corrente que, a partir da praxis histórica, utilizariam "de modo não servil" a análise marxista, "desvinculando-a de seus pressupostos filosóficos". Gustavo Gutierrez, do Peru, seria o principal representante dessa tendência.

Na quarta e última corrente, o documento inclui o teólogo Hugo Assmann (católico que ensina na Universidade Metodista de Piracicaba), além do grupo "Cristãos para o socialismo".

**Materialismo ateu**

Sempre no condicional, o texto da comissão de doutrina da CNBB afirma que "esta orientação faz uma decidida utilização do instrumental analítico marxista, com poucos corretivos, embora não aceite o materialismo dialético, que é ateu". Destaca que essa corrente "se afasta tanto da orientação dos pastores da Igreja quanto da fé do povo fiel".

## CNBB discute juventude e leigos

Do enviado especial a Itaiçi

Com debates sobre "Juventude e Leigos", continuará, hoje, no Convento dos Jesuítas, na Vila Kostka, em Itaiçi, município de Indaiatuba, a 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Ontem, os bispos concluíram o debate sobre o tema central da assembléia — "Liberdade Cristã e Libertação" — a partir das contribuições dos grupos de trabalho, sendo definidos dez temas para colocação na síntese final. A utilização desta síntese será decidida em plenário: transformação em relatório para as dioceses, envio ao conselho permanente da CNBB, remessa ao Vaticano como subsídio para o novo documento sobre o tema da libertação.

As tensões na Igreja, provocadas pelas experiências na linha libertadora, serão analisadas amanhã de manhã, enquanto o debate sobre a conjuntura nacional está previsto para a próxima terça-feira. Amanhã à noite, os bispos participarão, na Catedral da Sé, da missa de lançamento do Ano Internacional da Juventude, cujo sermão será feito pelo presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheider. Chegará também, amanhã cedo,

em Cumbica, o cardeal-arcebispo de Milão, d. Carlo Maria Martini, jesuíta, o nome mais cotado para a sucessão do papa João Paulo 2º, que seguirá à tarde para Itaiçi.

**Críticas de d. Luciano**

Na reunião privativa dos bispos, anteontem à tarde, o arcebispo de Aracaju, d. Luciano Cabral Duarte, 60, da linha conservadora do episcopado, criticou a presidência da CNBB, acusando-a de ter montado um "esquema de tomada de poder na entidade" e lembrando não ter obtido êxito na proposta de acordo para a eleição da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) há dois anos. Diante da reação de desgosto da maioria dos bispos, d. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa (PB), d. Rino Carlesi, de Bacabal (MA) e d. Angélico Sândalo, bispo de São Miguel Paulista, falaram em defesa da direção da CNBB. Um dos bispos afirmou que, não podendo criar espaço dentro da conferência, o grupo que discorda de d. Ivo e de seus colaboradores procura criar espaços fora. As críticas de d. Luciano Duarte foram interpretadas, informalmente, como um acontecimento isolado.





1314188  
LITADOR

**P**ara a sua 23a. assembléa-geral a se realizar em Itaici, São Paulo, neste mês de abril, a CNBB preparou um documento-base, encaminhado a todos os bispos do Brasil. A expectativa é de que, estudado, o documento norteie os debates e provoque as conclusões de uma linha de pastoral centrada na "opção pelos pobres".

Na assembléa de Itaici, o episcopado deverá examinar e debater o atual discurso teológico e a publicação pelo Vaticano da "Instrução sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação". Orientado pelo Conselho Permanente da CNBB, abordará os temas, "a partir da ação evangelizadora que a Igreja no Brasil se tem empenhado em promover". Isto possibilitará a avaliação e o aprofundamento dos aspectos da instrução pontifícia que aponta distorções na aplicação da Teologia da Libertação na América Latina.

O documento preparado para o encontro parte da noção de libertação cristã e passa pela visão da realidade brasileira, oferecendo dados para avaliar a pastoral da Igreja como resposta a seus desafios. Apresenta, também, elementos bíblicos e teológico-pastorais, que permitam aprofundar aspectos específicos. E conclui-se com a colocação de algumas questões que possam significar nova abertura dessa mesma pastoral.

#### SENTIDO DE LIBERTAÇÃO

**O**s bispos assinalam no documento-base, que a Boa-Nova anunciada por Cristo revela os limites das libertações já conquistadas e "faz perceber que a falada liberdade da sociedade de consumo não passa de uma opressão disfarçada que impede o acesso à verdadeira liberdade".

Afirmam que a vida em abundância, "impedida de manifestar-se na plena liberdade, manifesta-se como denúncia, nos atos de desespero dos que estão no limite de sua resistência; como anseio, no desejo universal de liberdade que marca profundamente o coração humano neste nosso tempo; manifesta-se como triste ausência, no luxo e na licenciada permissividade de tantos, que ofendem os povos, e também como promessa, no esforço de

todos aqueles, pobres ou não, que lutam por uma sociedade justa, livre, fraterna".

O documento, de 41 páginas, contém uma análise do processo de aspiração à libertação do povo e de participação da Igreja, que o acompanha, afirmando que os contrastes sociais hoje verificados, "levaram as populações marginalizadas a se tornarem mais conscientes da sua real situação de discriminação e inferioridade e as impeliram a procurar libertar-se delas". No caso de países da América Latina, estas aspirações, num primeiro momento, "levaram essa região a depositar suas esperanças no desenvolvimento, como processo capaz de libertá-la de sua situação de miséria e dependência".

"Foram as frustrações geradas pelo processo de desenvolvimento e a descoberta da existência de seus mecanismos espoliadores que orientaram as esperanças em outro sentido. Só então as esperanças se voltaram para a busca de novas alternativas de libertação, através de uma reforma das estruturas, dentro de uma nova ordem internacional." Alternativas, das quais a Igreja não esteve ausente — diz a CNBB — porque "ela não vive separada da sociedade, mas nela está inserida... Ela ouve os clamores do povo por mudanças profundas e corajosas" e posiciona-se a seu favor, dizem os bispos.

Quanto à reflexão teológica que envolve a questão da libertação, os bispos acham que os movimentos populares, que ocorrem nos países latino-americanos, nem sempre estão ligados à ação evangelizadora desenvolvida pela Igreja. "Atribui-se o exacerbar-se de tal situação ao movimento de libertação inspirado na reflexão teológica." Mas, cabe discernir: "Esta foi, certamente, uma componente do processo, na medida em que ajudou a compreender melhor a situação, motivando a sua transformação."

"No entanto, é importante notar que no Brasil — acentuam os bispos — esta transformação não se vem operando pela mobilização de um exército insurrecional, mas pelo trânsito pacífico de uma democracia de classe média para uma democracia participativa. O grande perigo não está, pois, na compreensão pelo povo de sua situação injusta; o perigo

está na situação mesma, profundamente marcada pela iniquidade e pela injustiça."

#### QUESTÃO DE COMPREENSÃO

**O**s bispos consideram que a reflexão teológica nem sempre foi bem compreendida. Que ora se exagerou a sua importância; ora, ela não foi corretamente considerada. Disseram — no documento-base — que se pretendeu, muitas vezes, "conferir uma importância excessiva à componente teológica e não à própria situação de flagrante discriminação social". E afirmaram "que é desserviço atribuir maior importância aos riscos de um esforço de compreensão mais lúcida dos fatos do que à realidade mesma da situação social". Que é "um irrealismo criminoso" — por outro lado — "pretender superá-la pela organização guerrilheira da violência insurrecional". Mas que "é também um irrealismo paralisante, incapaz de transformar a situação de iniquidade, denunciar como luta de classes qualquer confronto ou conflito de reivindicação pela Justiça e pela libertação dos oprimidos".

A CNBB julga que a opressão existe "inscrita nas condições de vida de milhões de brasileiros, independentemente das intenções daqueles que auferem vantagens". E a entidade dos bispos culmina por denunciar "que esta opressão consta da própria dinâmica de um processo, cuja reversão pode ser obtida a menores custos pela descoberta da solidariedade que une, do que pela exacerbação da discriminação que separa".

#### OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

**A**toda essa situação — diz o documento — a Igreja no Brasil tem procurado oferecer uma resposta através de sua ação pastoral. É para ela um desafio, do qual não foge, procurar orientar a Nação diante de "uma das mais graves crises sócio-econômica, cultural e religiosa de sua História". Esta resposta pastoral — diz o Documento-Base — passa por "um processo de evangelização orgânico e conjunto, com uma profunda e vi-





gorosa mensagem sobre a libertação", inspirada constantemente numa "opção preferencial pelos pobres, assumida pelos bispos latino-americanos na Conferência de Puebla".

"Temos procurado viver nesta escola da opção preferencial pelos pobres - insiste o texto - e com ela vamos inspirando a nossa ação pastoral. Sobretudo, nas comunidades eclesiais de base. Nelas e através delas, a Igreja está encontrando um lugar privilegiado para evangelizar os pobres e por eles ser evangelizada. É também esta opção que levou as instituições católicas a uma renovação do seu projeto educativo e à busca de uma educação libertadora e evangelizadora quer nos colégios, quer nas outras formas alternativas de educação popular. É essa opção que está inspirando a inserção de tantos religiosos nos meios populares."

O documento para a assembleia de Itaici segue afirmando que os teólogos brasileiros estão procurando realizar uma produção brasileira com fortes características de originalidade e com maior aproximação de todo o povo. Volta a acentuar a importância das Comunidades de Base - CEBs - para o desenvolvimento da ação evangelizadora da Igreja. Depois, fala das dificuldades que a Igreja encontra neste seu trabalho, em especial as divergências e tensões internas; e se detém a examinar a importância da universidade católica para abrir espaços eclesiais que possibilitem o debate teológico franco e criativo.

#### AS CAUSAS DA MARGINALIZAÇÃO DO POVO

**N**uma autocrítica, os bispos consideram que a Igreja tem humildade para reconhecer que, na sua obra evangelizadora, dentro de circunstâncias históricas bem diversas das atuais, ela nem sempre se eximiu de conivências com os poderes espoliadores.

Esta colocação é precedida, num capítulo especial do documento, por uma análise das causas dos problemas que atingem a sociedade brasileira, remontando-as "a um processo histórico antigo, ligado à formação da sociedade brasileira que há apenas um século emerge da sociedade escravocrata".

E conclui a CNBB: "Esta condição de uma sociedade marcada pela discriminação é ainda aceita por um consenso tácito, pela própria ação de minoria na formação da consciência da maioria. Mas é uma situação também potencialmente conflitiva e não é necessária a análise marxista para perceber esta situação. O povo a compreende intuitivamente pela experiência que tem dos impactos desta situação sobre sua vida. A própria Igreja, inspirada na sua doutrina social, com a mediação das consciências humanas, alertou a consciência cristã para os riscos sociais de uma situação na qual a fé discerne a marca do pecado."

## BISPOS DO BRASIL PROCURAM NA "OPÇÃO PELOS POBRES" CONSOLIDAR SEU PLANO DE AÇÃO PASTORAL

Documento-base norteará a 23ª Assembleia de Itaici

o lutador, 07 a 13 de abril de 1986

Aus "NOTÍCIAS", Boletim Semanal da CNBB  
Jahrgang XVII, 17. April 1986, Nr. 16 (829), S. 3

#### DER PRÄFECT DER BISCHOFSKONFERENZ AN DIE BISCHÖFE IN ITAICI

Kardinal Bernardin Gantin, ein Afrikaner aus Toffo, Benin, 64 Jahre alt, 35 Jahre Priester, 29 Jahre Bischof und 9 Jahre Kardinal, nahm vom 11. bis 17. April an der 24. Generalversammlung des Brasilianischen Episkopates teil.

"Ich komme im Namen des Papstes, als demütiger Überbringer einer Botschaft der Römischen Kurie, zu einem Besuch von besonderer Bedeutung, der mit dem Austausch zwischen Brasilien und Rom in Zusammenhang steht, welcher im vorigen Jahr mit den aufeinander folgenden Besuchen der Brasilianischen Bischöfe am Heiligen Stuhl begann. Ich kam auf Einladung der CNBB, um - als Präfekt der Bischofskonferenz für die ganze Welt - den Bischöfen Brasiliens einen Einkehrtag zu predigen. Als Bischof möchte ich zuhören und an den Arbeiten der Versammlung der CNBB zu viel wie möglich teilnehmen. Am 21. April kehre ich nach Rom zurück, nachdem ich den äußersten Süden des Landes besucht habe." Das erklärte der Kardinal den Zeitungsreportern bei seiner Ankunft in Itaici.

Am 12. April hielt er 5 Ansprachen während des Einkehrtages für die Bischöfe. Er vertiefte die Themen: "Treue", "Spiritualität der Bischöfe", "Buße", "Die treue Jungfrau" und "Die Freude, Bischof zu sein".

Am Sonntag, den 13. April, war er mit Kardinal Paulo Evaristo Arns in Sao Paulo; morgens zu einem Treffen mit der schwarzen Gemeinde, nachmittags zu einem Besuch auf einer "favela" und zur Messe in der Kathedrale.

Er nahm auf freundschaftliche, einfache und brüderliche Weise am Gebet, den Arbeiten, den persönlichen Aussprachen und den Mahlzeiten der Bischöfe teil. Wenn ein Bischof um eine Privataudienz bat, wurde sie ihm gewährt. Kardinal Gantin war bei verschiedenen Plenarversammlungen zugegen.

Beim Abschied erklärte er: "Die Erfahrung, die ich hier erlebt habe, wird einen unmeßbaren Einfluß haben und bewahren. In den 29 Jahren, seitdem ich Bischof bin, habe ich nie etwas ähnliches erlebt. Wir fangen eine neue Etappe an. Der Abschied ist schwer für die, die sich lieben. Aber, wenn man sich nicht trennt, kann man auch nicht wiederkommen."

Er erhielt ein metallenes Kreuz, damit er in seinem Büro an das sichere Gebet der brasilianischen Bischöfe erinnert würde. Auf dem Kreuz ist ein Satz eingraviert, der den Kardinal ergriffen hat: "Das Kreuz der Bischöfe Brasiliens ist leichter geworden durch Ihre Hilfe, lieber Kardinal Gantin. Itaici, den 16. April 1986." Dom Ivo Lorscheiter übergab dieses Geschenk im Namen des brasilianischen Episkopates, und wünschte dem Kardinal, auch er möge sein Kreuz eines Missionars der universalen Kirche leichter finden.



# CNBB reafirma opção por "evangelização libertadora"

2114185 4B

**DERMI AZEVEDO**  
Enviado especial a Itaiç

Marcada pela tensa expectativa diante da doença do presidente Tancredo Neves e pela preocupação com os efeitos das enchentes no Nordeste, a 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), encerrada anteontem em Itaiç, município de Indaiatuba (SP), reafirmou a opção da Igreja no Brasil pelo que chama "evangelização libertadora", através da efetivação de pastorais vistas pelos setores conservadores do Vaticano (e da própria CNBB) com "respeito recioso", na expressão do bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldaliga.

O tema central — "Liberdade Cristã e Libertação" — com o subtítulo "Ação evangelizadora da Igreja no Brasil e libertação", prenunciava uma assembléia bastante tensa. No entanto, a habilidade e a diplomacia com os trabalhos dos bispos foram coordenados pela presidência da CNBB (escolhendo, como método de debate, os testemunhos e as experiências sobre a prática da libertação nas dioceses brasileiras) desmobilizaram os setores conservadores, inconformados com o documento prévio sobre o tema, enviado aos bispos, como subsídio de reflexão.

A linha de trabalho da CNBB recebeu um considerável apoio com a visita do cardeal arcebispo de Milão, d. Carlo Maria Martini, um dos mais cotados para a sucessão de João Paulo 2º. Ele fez questão de elogiar o episcopado brasileiro pelas experiências pastorais, consideradas pioneiras, realizadas no Brasil, como é o caso das comunidades eclesiais de base. Ao enviar sugestões para o novo documento do Vaticano sobre a "Liberdade Cristã e Libertação", a assembléia cumpriu um de seus principais objetivos, aproveitando para propor ao Papa que utilize a prática pastoral e as referências bíblicas sobre "libertação" como ponto de partida para o documento, em fase final de preparação.

## Os conservadores

A presença conservadora em Itaiç começou a ser notada logo no primeiro dia da assembléia, quando o arcebispo de Aracajú (SE), d. Luciano Cabral Duarte, criticou a Comissão Episcopal de Ouirina da CNBB, considerando "insatisfatória" sua atuação diante do caso do livro "Igreja, carisma e poder", de Leonardo Boff. Aproveitou para sugerir modificações no regimento da comissão até 1986, "para dar-lhe maior amplitude e agilidade".

Na reunião privativa, dia 11, d. Luciano Duarte disse que há divisão na CNBB e que "uma das causas disto é o fato de que, com apoio de numerosos bispos, foi feito um curso anual sobre Teologia da Libertação, com escolha de professores de uma só tendência, com bispos previamente escolhidos, cursos onde se fez uma iniciação ao pensamento marxista". Perguntando se "é lícito um curso de âmbito nacional sem anuência da CNBB e porque este curso esotérico", d. Luciano atribuiu ao educador Paulo Freire a afirmação de que "através de uma estratégia de poder,

um grupo de bispos montou um esquema e consolidou sua tendência no controle da CNBB".

A maioria dos bispos defendeu a presidência da CNBB e um deles, d. Rino Carlesi (de Balsas, Maranhão) afirmou que "uma e outra tendência buscam apoio na Igreja", mas que "há um grupo que busca apoio nos meios de comunicação social e em outros organismos de poder".

Já o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Romer, criticou, no documento de trabalho preparado pela CNBB, a visão cristológica e o enfoque sócio-político. Ele procurou, depois, a imprensa para falar de um pedido de providências contra os livros do teólogo chileno Pablo Richard, publicados no Brasil pelas Edições Paulinas.

Críticas contundentes ao texto da CNBB foram, também, feitas pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles e pelo bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso. Já o bispo de Anápolis (GO), d. Manoel Pestana, queixou-se, por escrito, do que considerou falta de atenção da assembléia para os documentos pontifícios sobre a Teologia da Libertação.

Outros nomes incluídos entre os conservadores — como os do próprio d. Eugênio Salles e do bispo auxiliar de Salvador (BA), d. Boaventura Kloppenburg — mantiveram-se discretos na assembléia.

## Os progressistas

A discrição foi também a característica da presença em Itaiç de bispos considerados progressistas, como é o caso de d. Pedro Casaldaliga, de São Félix do Araguaia (MT), d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO), d. Moacyr Grecchi, de Rio Branco (AC) e d. Antônio Fragoço, de Crateus (CE). Depois de viver a experiência de não ser consultado sobre seu sucessor em Recife, d. Helder viajou ao exterior para atender a antigos compromissos e não veio a Itaiç, ocorrendo o mesmo com o novo arcebispo recifense, que viajou ao Vaticano.

## O debate político

No plano político brasileiro, a assembléia aplaudiu a análise conjunta do jesuíta Fernando Bastos de Ávila — com apoio, sob condições, à "nova República" de Tancredo, Ulysses e Sarney — e reafirmou o compromisso da Igreja com a institucionalização da nova fase política nacional, sobretudo em torno da Constituinte.

A principal decisão, neste campo, foi a de apoiar os debates sobre a nova Constituição através dos canais já disponíveis na sociedade civil. Embora a CNBB não vá deixar de falar e fazer sugestões, não apresentará um projeto de Constituição, nem pretenderá ter qualquer hegemonia neste processo da Constituinte, a partir, inclusive, das lições do passado.

No plano sócio-pastoral, duas decisões foram marcantes: concretizar a opção da Igreja pelos jovens e abrir espaços de participação, cada vez maiores, para os leigos, sem que isto signifique, como explicou anteontem dom Ivo Lorscheiter, que os bispos e padres voltarão, agora, à sacristia.





# CNBB diz: 'Teologia da

Miguel Biazzo Neto/São Paulo

**D**urante um encontro recente entre Fidel Castro e representantes do Governo sandinista, o presidente cubano afirmou que o futuro da América Latina depende muito do rumo tomado pela Igreja. Quando visitou o Brasil, Daniel Ortega repetiu aos bispos brasileiros o que ouviu, acrescentando que o caminho seguido pela Igreja brasileira influirá na história das Igrejas e dos povos do Continente. Afinal existem aqui 100 milhões de cristãos, formando o maior contingente de católicos do mundo. Além disso a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é a maior entre as Conferências Episcopais e suas decisões influenciam os religiosos de toda a América Latina. Se as avaliações de Ortega e Fidel não estiverem equivocadas, poderemos afirmar que a América Latina passará por um período em que a paciência (sem recuos) será uma qualidade indispensável e a cautela (sem abandono da firmeza na luta) será uma tática necessária e, talvez, eficiente. Paciência e cautela foram as principais armas dos bispos comprometidos com a Igreja Popular contra as pressões dos bispos conservadores, apoiados pelo Vaticano, durante a 23ª Assembléia Nacional da CNBB, realizada entre os dias 10 e 19 de abril, em Itaici (município de Indaiatuba), interior do Estado de São Paulo.

Vários acontecimentos recentes evidenciam uma ofensiva do Vaticano e do próprio Papa João Paulo II em favor do conservadorismo. Com um diálogo aberto e livre junto a religiosos e teólogos que ocupam postos de decisão e controle no Vaticano, os bispos conservadores que integram o Clero brasileiro se sentiram à vontade para desencadear uma ofensiva durante a Assembléia da CNBB. Episódios se sucederam em que eles demonstraram a intenção de pisar duro no freio e breçar a ação da Igreja Popular — esta comprometida com os movi-

mentos populares e mantendo uma perspectiva de transformação social que não se encerra dentro do sistema capitalista.

Logo no início da Assembléia o Nuncio Apostólico D Carlos Furno, identificado com os setores conservadores, proferiu um discurso alertando os bispos para os "perigos da Teologia da Libertação". Logo depois, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, e o Bispo de Petrópolis, Dom José Fernandez Veloso, criticaram duramente o documento preparado pela Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), "Liberdade Cristã e Libertação — ação evangelizadora da Igreja no Brasil e libertação", que serviria como subsídio para as discussões da Assembléia. Pediram eles que as "instruções" sobre Teologia da Libertação, divulgada pela Congregação da Doutrina da Fé, deveria ser o documento "orientador e clarificador das discussões". O bispo de Petrópolis afirmou que "na chamada 'evangelização libertadora' e nos próprios órgãos da CNBB proliferam erros e desvios". O arcebispo de Aracajú, D Luciano Cabral Duarte, fez uma proposta tentando mudar o regimento da Comissão Episcopal da Doutrina (CED), tornando-a mais autônoma e mais vigilante quanto às posições defendidas pelos teólogos católicos. O mesmo D Luciano Cabral acusou a presidência da CNBB, de ter "tomado o poder da entidade". O próprio Vaticano deu sua colaboração quando enviou à CNBB, para ser discutido na Assembléia, a exigência de volta ao uso da batina ou do *clergyman*, como identificação dos bispos e dos padres.

Os bispos identificados com a Igreja Popular jogaram com cautela, mas de maneira firme. Propuseram que a discussão sobre o tema central fosse realizada em pequenos grupos, para elaborar uma carta que seria enviada às comunidades e agentes de pastoral. Aprovada essa proposta, nos grupos as discussões tomaram o rumo sugerido pelo documento subsídio. As discussões co-

locaram em evidência a ação da Igreja dentro de uma realidade econômica e política marcada pela miséria e pela exploração. Com isso, o documento do conservador Eugênio Sales perdeu sentido e não obteve resposta positiva entre os bispos. E partiu dos leigos um ataque a Dom Eugênio Sales e Dom José Fernandez Veloso: um grupo de representantes das Comunidades Eclesiais de Base, do Estado do Rio de Janeiro, foi até Itaici levar apoio aos bispos progressistas e criticar o comportamento dos bispos do Rio de Janeiro.

Convidado a participar da Assembléia da CNBB, o Cardeal-Arcebispo de Milão, Dom Carlo Tearia Martini, um dos prováveis sucessores do Papa João Paulo II, faz questão de visitar regiões e áreas da periferia da cidade de São Paulo, favelas e bairros operários. Falando aos bispos, afirmou que cada Igreja deve situar-se dentro das coordenadas históricas. Referiu-se a seguir a três categorias de pessoas que serão derrubadas: "os orgulhosos, os poderosos e os ricos". A visita de Dom Martini foi interpretada como um apoio conseguido pelos bispos identificados com a Teologia da Libertação e provocou irritação nos setores conservadores. Antes dos pronunciamentos de Martini, retornou ao Rio de Janeiro o Cardeal Dom Eugênio Sales.

Quando foram feitas as críticas à presidência da CNBB, os Bispos Dom José Maria Pires, Dom Rino Carlesi e Dom Angélico Sandalo Bernardino falaram em defesa da direção da instituição. Um dos bispos afirmou que, não conseguindo criar espaço dentro das Conferências, o grupo conservador procura criar espaços fora dela. Esse *fora dela* pode ser interpretado como a imprensa conservadora e talvez mesmo o próprio Estado do Vaticano. Quanto à exigência do Vaticano de volta ao uso da batina ou do *clergyman*, a CNBB decidiu que cabe às Conferências Episcopais legislar para seu território, não se tratando, pois, de desrespeito e que no Brasil traje

do País  
ancas

Semana de 2 a 8 de maio de 1985

## Libertação é legítima'



simples e digno, com uma cruz, para uso diário, é suficiente para identificação de bispos e padres.

Na Assembléia dos Bispos, foi aprovada uma *Carta aos agentes de pastoral e as comunidades* afirmando a legitimidade de "uma autêntica Teologia da Libertação", mas frisando que essa teologia "é um ponto delicado hoje, para nós" e "a problemática levantada por esta teologia exige atitude de discernimento e aprofundamento". A Carta aponta "como elementos a serem conservados e aprimorados", dentro da ação libertadora da Igreja no Brasil, as "comunidades eclesiais de base; a profética opção preferencial e solidária pelos pobres; o planejamento pastoral participativo, a crescente consciência eclesial dos leigos e a valorização da mulher". A Carta reconhece ainda a existência de "falhas e tensões" no interior da Igreja. Esta carta, na opinião de alguns bispos identificados com a Igreja Popular, representou uma afirmação do espaço conquistado. Não houve um recuo, mas talvez muito pouco se avançou. "Não conseguimos tudo o que queremos, mas garantimos um pouco do que precisamos", afirmou Dom Pedro Casaldáliga. Para ele foi importante o fato de que pela primeira vez numa Conferência Episcopal se reconheceu formalmente, como legítima, a Teologia da Libertação. Entretanto, ele mesmo reconheceu que algumas partes do documento são bastante ambíguas. Além da Carta, foram aprovadas quatro propostas que serão enviadas ao Papa como sugestões para um próximo documento sobre Teologia da Libertação, que seria produzido pelo Vaticano. A CNBB sustentou a proposta no sentido de que esse documento seja uma encíclica, sugeriu seja destacada a fundamentação bíblica para o tema de libertação e propôs, ainda, que se for mencionado o marxismo, não seja tratado como uma realidade monolítica, mas como uma corrente de pensamento que comporta várias interpretações.

## Avanço dos conservadores

O processo ultra-sigiloso de escolha do substituto do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, foi interpretado por vários religiosos como uma vitória do grupo conservador do clero brasileiro, em especial de Dom Eugênio Sales, principal representante deste grupo e que conta com "bons amigos" no Estado do Vaticano. Vários bispos preferem não criticar abertamente o Papa, ou o Vaticano, quanto a esse fato específico, mas reconhecem que a Igreja passa por um período de fortalecimento do conservadorismo.

O fato de nem ao menos Dom Hélder Câmara ter conhecido previamente seu substituto "significa que a própria Igreja tem que caminhar muito na auto aplicação da Teologia da Libertação" afirmou Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia. "Todas as escolhas são políticas e nem o Papa ou os Núncios podem escapar de terem suas próprias visões políticas", disse ainda Casaldáliga. Ele afirma, entretanto, que "o novo escolhido, Dom José Cardoso Sobrinho, é um homem aberto e inteligente. Se aqueles que propuseram sua indicação acreditando que o novo titular terá uma ação pastoral conservadora, o tiro poderá sair pela culatra. Ele é um homem aberto, inteligente, e suas primeiras declarações, ainda em Roma, demonstram que está preocupado com a injustiça social".

Casaldáliga ressalta que "honestamente e com simplicidade poderemos afirmar que em termos globais se olha do Vaticano para o Terceiro Mundo e mais concretamente para a Igreja latino-americana, e de modo mais particular para a Igreja brasileira, com um certo

respeito receioso. Sinto que há por parte de alguns setores uma tentativa de frear o avanço da Igreja Popular". Assim como Casaldáliga, outros bispos reconhecem que há um avanço conservador. "Tivemos quatro séculos de estagnação na Igreja, até o Concílio Vaticano II. A partir dele tivemos um despertar, assistimos um questionamento, um olhar para as feridas do mundo. Temos agora uma tentativa de parar esse processo, de tornar o Vaticano II estático. Eu não concordo com isso. A Igreja deve estar aberta e atenta ao mundo" afirmou o arcebispo de Londrina, D. Geraldo Majella Agnelo.

O Bispo-Auxiliar de Salvador, Dom Angelo Domingos Salvador, concorda com essas afirmações. "Isso é um fato reconhecido publicamente. Está-se fortalecendo a linha fundamentalista, linha que no fundo é conservadora. Existem mesmo pessoas que para questões teológicas e internas da Igreja são abertas, mas para os problemas sociais são conservadoras". Como uma outra evidência desse avanço, Dom Angelo Salvador aponta o fato dos "seminários e congregações conservadoras estarem progredindo".

Esse avanço conservador deve ser entendido dentro de certos limites, afirmam os bispos. "Vamos imaginar que o Papa faça um documento que condene a Teologia da Libertação. Isso não significa que a Igreja no Brasil vá mudar sua ação pastoral. A prática continuaria a mesma, só buscaríamos outras explicações teológicas para ela" afirma Dom Angelo Salvador. Ou então, como diz Dom Pedro Casaldáliga, "devemos reconhecer e defender a autoridade do Papa, mas simultaneamente também a autonomia e o pluralismo dos teólogos". (MBN)

## INTERAJUDA CNBB/CÁRITAS:

# Pesquisa mostra participação

Mais do que simplesmente a ajuda econômica, o Projeto de Inter-Ajuda CNBB/Cáritas, que já completou em dezembro passado, um ano de existência, tem dado contribuição para o avivamento da ação social em várias dioceses, tanto da parte daquela que enviam auxílio, como daquelas que recebem a verba. Cerca de 30% das dioceses que participam do programa, e estão inseridas no Polígono da Seca, responderam afirmativamente em relação a esta contribuição do Projeto, no que toca à maior nível de consciência das comunidades beneficiadas; à integração do plano dos projetos alternativos, evidência do povo ser mais ajudado, mudança nas famílias beneficiadas, maior união entre as comunidades, a continuidade das reuniões iniciadas pelos beneficiários, incentivo e conscientização do povo através da realização de projetos e o modo como as comunidades estão assumindo o trabalho.

As dioceses de outras partes do País responderam a um questionário recente sobre os resultados do plano, dizendo que, nas suas regiões, aumentou a sensibilidade em relação aos problemas e, a fraternidade para com quem sofre. O projeto, segundo as dioceses, tem sido uma boa motivação para a Campanha da Fraternidade, além de provocar maior conscientização as paróquias.

Ao que parece, estas duas constatações vão ao encontro da proposta maior do Inter-Ajuda, que é a de levar a comunidade a refletir a verdadeira causa das calamidades que enfrentam e, que tanto as que fazem a doação como as que recebem ajuda, se engajem nesse contexto social a fim de se proporcionar um trabalho incentivador de solidariedade na luta pela auto-promoção do povo.

### UM ANO DE TRABALHO

Em novembro de 84, o Secretariado Nacional da Cáritas Brasileira, que é a encarregada da coordenação do Projeto, elaborou e enviou a 241 dioceses e/ou prelazias um ques-

tionário para levantamento da situação do plano. Uma das conclusões foi a descrita acima.

Do total de dioceses, 73 estão no Polígono da Seca, ou seja, todo o Nordeste e mais quatro outras ao Norte de Minas Gerais. As restantes são caracterizadas como "dioceses doadoras". Nem todas responderam ao questionário da Cáritas: do primeiro grupo, 35 enviaram suas respostas e, do segundo, 60. No Polígono da Seca, 13 das dioceses que participam da pesquisa têm comissão formada para trabalhar com o Projeto de Inter-Ajuda e mais cinco dessas comissões estão sendo formadas. No resto do País, sete entre as 60 dioceses que responderam, têm comissão organizada e outras sete estão em fase de organização. A pesquisa visava levantar a situação do projeto e seus resultados parciais. A Cáritas alerta, em seu boletim n.º 1 deste ano, que os números e valores da pesquisa não retratam a situação global do projeto, pois nem todas as dioceses envolvidas neste ano de trabalho responderam à pesquisa. Um dado adicional é que não se sabe o valor real de recursos mobilizados no Projeto, pois as ajudas também tinham o caráter de serem diretas, sem intermediários.

### DIÓCESE PARA DIÓCESE

No entanto, se apoiando nos dados possíveis, se concluiu que o Projeto Inter-Ajuda mobilizou Cr\$ 330.015.615. Do total, Cr\$ 187.965.383 foram repassados diretamente Diocese para Diocese. O restante constituiu o Fundo de Inter-Ajuda, previsto no projeto, formado pela contribuição de 10% enviada por 28 Dioceses (num total de cerca de Cr\$ 18 milhões) e depois, pela doação de dois organismos estrangeiros: Central Missionária das Irmãs Franciscanas da Alemanha (Cr\$ 49 milhões) e Cáritas austríaca (cerca de Cr\$ 75 milhões). Doações de particulares completaram este fundo, num total de Cr\$ 100 mil.

Do valor do fundo, Cr\$ 56 milhões foram repassados para as Dioceses nordestinas: a)

situações de seca (Mossoró, RN; Brejo, Carolina e Caruaru, MA; Bom Jesus de Caraguatatuba e São Raimundo Nonato, PI; Caruaru, PE; Camaragão Grande, PE; Jequié, Bom Jesus de Lapa, Amargosa, Barra e Caetitê, BA); b) ocasiões de enchentes (São Luiz, MA; Recife, PE; e Salvador, BA); c) ajuda de alimentação (Itabuna, BA — índios Pataxó).

Foram destinados Cr\$ 47 milhões a outras situações de emergência no País: a) enchentes (Novo Hamburgo, RS; Joinville, Florianópolis e Rio do Sul, SC; Teófilo Otoni, MG; Campos e Nova Friburgo, RJ; Vitória, São Mateus e Cachoeiro do Itapemirim, ES); b) desabrigados (Itapeva e Presidente Prudente, SP; Novo Aripuanã, AM).

### CRÍTICAS E SUGESTÕES

Segundo os dados do questionário, 32 Dioceses do Polígono da Seca responderam que a comunicação e contato continuaram a se processar. De outras regiões, 51 foram as respostas afirmativas. Além disso, a pesquisa permitiu a manifestação crítica dos participantes. Algumas Dioceses nordestinas queixaram-se da pouca e transitória ajuda e, em alguns casos, manifestaram preocupação de que os "mini-projetos sejam mais uma forma de assistência do que de promoção."

As dificuldades para implementação da Inter-Ajuda, expressadas pelas Dioceses nordestinas dizem respeito às grandes distâncias, à semelhança que o projeto tem com o das Igrejas Irmãs e às dificuldades das próprias Dioceses doadoras. Outras questões apontadas: o entendimento do envio da ajuda financeira como ajuda unilateral, sem mútuo conhecimento ou entendimento da Inter-Ajuda; falta de intercâmbio missionário e pastoral, falta de definição mais clara dos objetivos do projeto, e falta de



informação sobre o próprio projeto. As Dioceses das outras regiões do País apontam motivos semelhantes e completam com a necessidade de motivar mais o clero, de se considerar a crise econômica atual, o fato do projeto ter sido implantado sem consulta às bases, a carência de pessoal disponível para atuar com ele, entre outros.

#### MAIOR RELACIONAMENTO

Para dinamizar melhor o Projeto, as Dioceses enviaram várias sugestões. Da região da seca, elas propuseram uma redivisão das Dioceses, com base em consulta; maior divulgação do Documento do Nordeste, e que a CNBB promova um mútuo relacionamento a partir disso; intercâmbio pessoal entre as Dioceses, além da promoção de visitas; que o relacionamento não seja feito com as Igrejas do Sul que já estão no programa de Igrejas Irmãs; envolvimento do clero, religiosos e leigos e relatório das experiências efetuadas.

Também as dioceses das outras regiões do País manifestaram necessidade de relatórios, visitas e informações, além da divulgação dos projetos efetuados; maior conscientização sobre a questão em cada um dos locais, além da consulta de quem quer se inserir no projeto e de uma nova divisão das Dioceses, por regional.



Foto Juca Marins E/4

## CNBB contesta afirmações de senador

20-9-85 OBR

Foto: Arquivo



A nota divulgada por D. Luciano diz que nunca houve esta transação com partidos políticos

O secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, divulgou uma nota oficial, na última terça-feira, dia 17, contestando as declarações do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) à imprensa, de que a Igreja estaria repassando recursos externos a partidos políticos. Dom Luciano lamenta que esta realidade de intercâmbio humanitário seja deformada por declarações veiculadas pelos meios de comunicação e esclarece que, em momento algum, houve este tipo de transação em benefício de partido político. Eis a íntegra da nota:

"Em nenhum momento, houve este tipo de transação por parte da CNBB em benefício de partido político.

2. É fato conhecido e louvável que instituições particulares ou governamentais de países do primeiro mundo tenham procurado colaborar com nações em desenvolvimento ou em estado de cala-

midade, através de recursos esporádicos ou projetos de alguma duração. Isto tem se realizado em benefício da América Latina e também do Brasil, assim como para países da África e da Ásia. No que se refere ao Brasil, por parte da Alemanha, há várias instituições católicas que têm mantido este tipo de colaboração. Entre outras, citamos a "Adveniat", para finalidades pastorais, em especial catequese, cursos de formação, liturgia "Misereor", mais voltada para a pastoral de promoção social — a "Missio", para a primeira evangelização — e "Caritas", para situações de emergência e calamidade. Outras nações, como Holanda, Bélgica, Suíça, Canadá, Itália, Espanha e França, mantêm instituições congêneres.

3. O Governo da Alemanha também tem assegurado programas de promoção e desenvolvimento em relação ao

Terceiro Mundo. Além do apoio a programas governamentais em nosso País, tem colaborado, reforçando projetos de entidades religiosas católicas e outras, quando se trata de finalidades tipicamente sociais. É o caso das promoções em bem da criança, da saúde e do atendimento à vítimas das enchentes e secas.

4. Este tipo de colaboração internacional revela uma compreensão maior da solidariedade humana e deveria estimular, em nosso País, projetos semelhantes, seja em benefício dos mais pobres de nosso território, seja para com outras nações extremamente necessitadas. Nesse sentido, há vários anos, mantêm-se inúmeras iniciativas por parte da Igreja de várias confissões. No que se refere à Igreja Católica no Brasil, um notável exemplo é o programa de igrejas-irmãs e programa de ajuda em favor do Nordeste, e uma coleta em favor de El



Salvador para as vítimas de conflitos políticos.

5. Lamentamos que esta realidade de intercâmbio humano seja deformada, nos últimos dias, por declarações veiculadas pelos meios de comunicação".

### "ILEGAL SÃO AS CAIXINHAS"

Em Goiânia, o Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra também divulgou uma carta-aberta, endereçada a Jorge Bornhausen, onde ressalta que não há nenhuma novidade nas declarações feitas pelo senador. Como lembra a CPT, "os serviços de informação da velha República, dos tempos da ditadura, franquearam à imprensa cópias de projetos da CPT enviados a orga-

nismos internacionais de apoio aos países subdesenvolvidos, usando, como era de costume, então, o método de violação de correspondência". A CPT diz que as contribuições que vem recebendo do Exterior são destinadas à execução de suas tarefas, entre as quais o apoio à autêntica organização sindical, o que não revela nada de ilegal ou ilegítimo.

Para a CPT, ilegais e ilegítimos são "os lucros absurdos dos banqueiros, industriais, comerciantes e empresários rurais". Mais ilegal ainda, "é a formação de caixinhas de bilhões de cruzeiros para financiar candidatos à Constituinte ou para garantir advogados e defender fazendeiros que assinaram posseiros para impedir a realização da reforma agrária".

# A CEIA DO CARDEAL

ROLAND CORBIER

28/17/85  
Gália

A propósito de um encontro com banqueiros e "executivos" que se intitulam, a si mesmos, Líderes e Homens com Poder Decisório (com maiúsculas), o cardeal D. Eugênio Sales escreveu no *Jornal do Brasil*, de 12 e 19 do mês corrente, dois artigos sobre o marxismo que merecem um comentário especial. Antes dos artigos, porém, comentaremos nesta semana o próprio encontro que os provocou.

Não nos deteremos em analisar as impropriedades semânticas que estabelecem curiosas e estranhas distinções entre banqueiros e "executivos", como se os banqueiros não fossem executivos e os executivos não pudessem ser banqueiros, e entre líderes e homens com poder decisório, como se os líderes não fossem homens e os homens não fossem líderes.

Embora pitorescas e sintomáticas do despreparo linguístico dos líderes e homens com poder decisório, essas impropriedades semânticas estão longe de constituir o aspecto mais importante do encontro no Sumaré. O aspecto mais importante desse conclave, dessa ceia, em que se reuniram 27 banqueiros (não executivos) e 6 executivos (não banqueiros), foi a preocupação comum com "a atualidade e a adequação dos valores transcendentais (adequação a quê?), em face das mudanças e das transformações sociais mais evidentes em nossa época".

O público ficou sabendo, assim, que os banqueiros e executivos não estão preocupados apenas com o balanço de suas empresas, com o faturamento e o lucro, mas também com valores transcendentais o que, sem dúvida, deve constituir uma novidade, na vida de homens normalmente ocupados e preocupados com outros valores, muito pouco transcendentais.

Algo muito grave deve estar ocorrendo, para que os Srs. Bellini Cunha, Frederico Bokel Neto, Francisco Stockler, Geraldo Perillo Neto, Ivo Tonin, Luís Biolchini, Miguel Persi, Silvério Teles Baeta Zebal e Paulo Melo Ourivio, para citar apenas alguns, se tenham afastado de seus absorventes e lucrativos afazeres para dialogar com D. Eugênio Sales sobre valores metafísicos e a situação deles próprios em relação ao cristianismo e à Igreja.

Entre os temas propostos ao debate incluiu-se o seguinte: "Pode um executivo ser e manter-se cristão?", não se sabendo por que os banqueiros foram excluídos da pergunta, como se o problema se apresentasse apenas em relação aos executivos. A exclusão seria explicável se os banqueiros, pelo simples fato de serem banqueiros, fossem necessariamente cristãos (o que implicaria a substituição da Igreja pelos bancos), ou então, na outra hipótese, por serem banqueiros não pudessem ser cristãos, o problema de sua eventual cristianização não se apresentando, conseqüentemente.

Mas, supondo, como é razoável, que a exclusão dos banqueiros seja devida a um lapso, a questão proposta envolve outra impropriedade

semântica, ou um eufemismo, se preferirem, pois, a rigor, o que se pergunta, usando a expressão "executivo", é se um homem rico, um milionário poder ser cristão. Pois, a expressão "executivo" não tem sentido algum, uma vez que todos aqueles que trabalham executam tarefas, sejam quais forem, e são, portanto, todos executivos. Só não seriam executivos os que trabalham no legislativo e no judiciário, os parlamentares e os juízes. Os "executivos" em questão, que devem incluir os banqueiros, são, portanto, os homens ricos, que, por serem ricos, poderosos economicamente, têm poder de decisão.

Não é surpreendente que, após dois mil anos de cristianismo, sob o patrocínio de um vigário do Cristo, se formule essa questão, se pergunte se os ricos podem ser cristãos? Isto é, se os ricos, além de serem ricos, podem ser cristãos, como são sócios do Jôquei Clube ou do Country Club? Não é espantoso que tal pergunta seja formulada sob o patrocínio da Igreja, como se pudesse haver, para a pergunta, uma resposta afirmativa?

O dramático, o terrível, é que a questão envolve, por parte daqueles que a formularam, um esquecimento total do cristianismo, do cristianismo original, primitivo e autêntico, não desfigurado em instituição temporal, aristocrática, proprietária e conservadora. Só esse esquecimento, essa completa amnésia, pode explicar a formulação de tal pergunta, que, para um cristão dos primeiros séculos de nossa era, não passaria de um absurdo ou de um motivo de escândalo. E, não só para um cristão dos primeiros séculos, mas para qualquer cristão autêntico, mesmo que tenha permanecido nas "fronteiras da santidade", como Pascal, Kierkegaard, Léon Bloy, Péguy ou Bernanos, por exemplo.

Mas, que é o cristianismo? A religião do Cristo. E, quem é o Cristo? Um filho de carpinteiro, que nasceu na manjedoura, em Belém, durante o reinado de Herodes Antipas, Tetrarca da Galiléia. Filho de carpinteiro e ele próprio carpinteiro, operário, portanto. E, se era um santo, por que foi condenado à morte e crucificado? Que doutrina pregava, que o fazia passar por subversivo aos olhos do poder romano? Pregava, entre outras coisas, a crença em um só Deus, uma religião monoteísta, que negava a religião politeísta do Império. Mas, além disso, pregava ainda a fraternidade humana, a igualdade de todos os homens, porque todos filhos do mesmo Deus. Ao negar o politeísmo, negava, diríamos hoje, a ideologia religiosa do Império e, ao afirmar a fraternidade humana, negava a escravidão, sustentáculo econômico do poderio romano.

Em suas origens o cristianismo é uma religião de pobres, de oprimidos, de espoliados, uma religião de escravos. E, para propagar o seu ensinamento, quem escolheu o Cristo? Homens de negócios, agiotes e argentários, comerciantes, homens ricos e poderosos, com o poder de decisão? Não, para receber e transmitir a sua palavra o Cristo escolheu modestos e humildes pescadores, trabalhadores, operários, portanto. Na ceia do Senhor não encontramos nenhum potentado econômico, nenhum milionário, mas apenas os apóstolos, os pescadores. Não só o Cristo era um pobre, como pobres eram também os seus amigos e discípulos mais próximos, herdeiros e continuadores de seu exemplo e de sua doutrina.

E sua morte ignominiosa, entre dois ladrões, o martírio da Cruz o que significa? Terá um sentido religioso apenas, ou também político, que oculta ou revela, interesses econômicos ameaçados? O Cristo era um subversivo, um revolucionário, que introduzia e propagava no Império Romano uma "ideologia exótica", que contestava, como dissemos, a religião da cidade, o politeísmo e também a sua infra-estrutura econômica, o estatuto da escravidão. E tanto o cristianismo primitivo era, do ponto de vista do Império, uma ideologia subversiva, um culto proibido, uma religio illicita, que os cristãos foram perseguidos e martirizados durante quatro séculos, até a conversão de Constantino, e o





# Bispos respondem a general que acusou Igreja

22 - 8 - 85 NB

Miguel Biazzo Neto/SP

Reunidos em Goiânia, durante a V Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, oito bispos e um pastor luterano divulgaram uma nota à imprensa afirmando que as declarações do General Euclides Figueiredo, comandante da Escola Superior de Guerra, denunciando o clero de estar "na linha de frente" entre aqueles que insulam as "invasões de terras produtivas", não passam da repetição de "um chavão envelhecido e com evidentes sinais de golpismo". Para os bispos, o comandante da Escola Superior de Guerra, irmão do ex-presidente João Baptista Figueiredo, "não quer ver a realidade, nem conhecer as causas verdadeiras das ocupações de terras".

Os bispos afirmam que o General Euclides Figueiredo ignora ou quer ignorar que os latifúndios improdutivos, em grande proporção, são mantidos exclusivamente por grilagem, corrupção, violência ou incentivos fiscais, dinheiro do povo abusivamente desviado de sua função específica.

"A defesa do latifúndio improdutivo apresenta, também, a defesa dos exércitos paralelos de jagunços, o que no mínimo é surpreendente na boca de um General do Exército", dizem os bispos. A Igreja "não fomenta a ocupação de terras ociosas, mas reconhece que em muitos casos tem sido este o único meio de que dispõem os trabalhadores para garantir o seu sagrado e inviolável direito à vida e sua única arma política para chamar atenção da opinião pública e das autoridades para a situação de miséria absoluta em que vivem".

Os bispos consideram de enorme gravidade a denúncia feita no Rio de Janeiro, pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Herman Baeta, de que no Norte do País, na região de Imperatriz (Maranhão), Araguaiana (Goiás) e Marabá (Pará), existe um "sindicato da morte" que, por um preço que varia entre 20 e 300 mil cruzeiros, contrata pistoleiros e jagunços para assassinar lavradores e cometer atentados contra os direitos humanos. Foi considerado ainda mais grave o fato de o próprio Presidente da OAB ter afirmado que "o que acontece naquela região tem sido acompanhado de omissão por parte dos governos estaduais".

A violência crescente no campo foi um dos temas mais debatidos durante a V Assembléia Nacional da CPT, que teve a presença de bispos, padres, religiosos e trabalhadores rurais e marcou os dez anos de

criação da entidade. A avaliação feita indicou que a partir do lançamento da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), formulada pelo Governo Federal no fim do mês de maio, a violência no campo tem crescido e resultou em despejos, prisões, torturas e assassinatos praticados por *milícias particulares*. Essa violência, na avaliação da CPT, não é gratuita mas uma ação planejada pelos grandes proprietários que prosperaram à sombra do Regime Militar e hoje se armam desafiando o próprio Governo, tentando com isso impedir a implantação do PNRA.

Essa violência arquitetada pelos latifundiários e praticada por jagunços e pistoleiros contra os trabalhadores rurais já provocou a morte de pelo menos 94 pessoas nos seis primeiros meses deste ano. Apesar desta crescente violência, a CPT avaliou que nos últimos tempos ocorreu um avanço na organização dos trabalhadores rurais. A resistência nas áreas de posse, a ocupação de terras improdutivas, os acampamentos, as greves dos trabalhadores rurais assalariados e outras formas de manifestações políticas demonstram que os sem-terra já não aceitam passivamente a situação de miséria e injustiça em que se encontram.

A proposta de aplicação do Estatuto da Terra feita pelo Governo Federal através do PNRA foi considerada pela CPT como insuficiente para atender as principais reivindicações dos 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra que existem no País. Entretanto, o PNRA deverá servir como elemento de mobilização junto aos trabalhadores e deverá ser discutido e confrontado com as propostas de reforma agrária elaboradas pelos próprios trabalhadores rurais. Com a mobilização popular, a organização dos sem-terra, a CPT acredita que o PNRA pode ser melhorado. A CPT, órgão ligado à CNBB, decidiu ainda apoiar as "formas legítimas de luta" adotadas pelos trabalhadores como pressão política, como, por exemplo, "as ocupações de terras, as mobilizações passivas e os acampamentos".

A CPT considerou "que a imensa maioria da população está exigindo a imediata reformulação do quadro jurídico institucional" e que a democracia só se consolidará "com a participação efetiva dos trabalhadores rurais e urbanos na vida institucional dos Países". Com essa consideração, o órgão ligado à CNBB decidiu apoiar as "iniciativas que surgirem para alterar a forma de convocação da Constituinte feita pelo Governo federal". Eleger o Congresso, dando a ele poder Constituinte, na avaliação da Pastoral da Terra, impedirá uma maior participação popular.

segundo Concílio Ecumênico, convocado por Teodósio em Constantinopla, no ano de 391, quando o cristianismo se tornou religião de Estado.

Se fossem apenas inofensivos marginais, vivendo em grupos errantes, de modesto trabalho artesanal, como os hippies atualmente, não se explicaria a repressão que sobre eles se desencadeou, a perseguição e a tortura de que foram vítimas, nem o anátema de Tácito que os acusava de "odiar o gênero humano" (odium *humani generis*), "espécie de gente entregue a uma nova e maléfica superstição". A intensidade da perseguição e a crueldade dos suplícios eram proporcionais à gravidade da ameaça que representavam para a ordem romana. Os cristãos eram inimigos internos, também acusados por Plínio de "uma superstição irracional e sem medida", membros de uma seita obscura, clandestina e suspeita, que recrutava seus adeptos nas classes mais baixas, entre os pobres, os ignorantes e os analfabetos. Tal era o cristianismo primitivo, dos heróis e dos mártires da fé.

Mas, no que se refere ao tema que hoje nos interessa de modo especial, isto é, à possibilidade de os ricos, os milionários, ou, se preferirem, os banqueiros e os "executivos", serem também cristãos, ouçamos o que diz o próprio Cristo, nos Evangelhos dos seus apóstolos:

"Cuidai e guardai-vos de toda a cobiça, porque a vida de alguém não está na abundância de seus haveres". (Lucas, 12, 15-21)

"Não entesoureis para vós tesouros na terra... mas entesourai tesouros no céu... porque onde está o teu tesouro aí está o teu coração". (Mateus, 6, 19-21)

"Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará a um e amará ao outro, ou será dedicado a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a mamom". (Mateus, 6, 24)

"E, enquanto ia pelo caminho, correu a ele um que, de joelhos, lhe perguntou: "Bom mestre, que eu de fazer para alcançar a vida eterna? Respondeu-lhe Jesus: "Por que me chamais bom? Ninguém é bom senão só Deus. Sabes os mandamentos? Não matar, não cometer o adultério, não roubar, não levantar falso testemunho, não defraudar, honrar pai e mãe?". E ele respondeu: "Mestre, tudo isso observei desde a minha juventude". Então Jesus fitou-o com amor e disse: "Uma coisa te falta: Vai e vende o que tens e dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; e vem e segue-me carregando a cruz".

Ouvindo essas palavras, entristeceu-se e afastou-se melancólico porque tinha muitos haveres". (Marcos, 10, 17-22)

"Então Jesus voltando em torno o olhar, disse aos seus discípulos: "Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas". Ficavam os discípulos pasmados com essas palavras, mas Jesus voltou a repetir-lhes: "Filhos, como é difícil para os que confiam nas riquezas entrar no reino de Deus. E mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus". (Marcos, 10, 23-25)

"Estando próxima a Páscoa dos judeus, Jesus subiu a Jerusalém. Encontrou no templo vendedores de bois, de ovelhas e de pombas, e trocadores de moedas, sentados ao banco. Fez um chicote de cordas e expulsou a todos do templo, inclusive os bois e as ovelhas; esparramou as moedas dos cambistas e derrubou-lhes as bancas. E intimou aos que vendiam pombas: "Tirai estas coisas daqui; não façais da casa de meu Pai uma casa de comércio". (João, 10, 13-16)

Como acabamos de ver, a palavra do Cristo é clara, incisiva, contundente: "Não entesoureis para vós tesouros na terra". "Não podeis servir a Deus e a mamom", "Vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu", "E mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus", "Não façais da casa de meu Pai uma casa de comércio". Se a doutrina cristã está na vida e na palavra de Cristo, e se conhecemos essa vida e essa palavra por meio dos Evangelhos, é nesses textos dos apóstolos que encontramos a resposta para a pergunta em torno da qual se reuniram o Cardeal, os banqueiros e os "executivos".

À luz desses textos, quer dizer, da própria palavra do Cristo, podemos responder com segurança à pergunta apresentada no encontro, na ceia do Sumaré. Os banqueiros, os "executivos", podem, sem dúvida, ser cristãos, desde que se convertam ao cristianismo, deixando, conseqüentemente, de ser banqueiros e "executivos". Desde que vendam tudo o que têm e o distribuam aos pobres, pois não é possível servir a dois senhores, a Deus e ao dinheiro, e é preciso renunciar ao dinheiro para entrar no reino dos céus e alcançar a vida eterna.





# D. José quer ação contra milícias particulares

Sucursal de São Paulo

**D**iante da promessa dos latifundiários se armarem, proposta anunciada e defendida aos quatro cantos, e com a denúncia recente de que existe um "sindicato da morte" agindo no Norte do País, a Polícia, a Justiça e o Governo deveriam agir imediatamente para reprimir o abuso dos latifundiários de tentarem montar um poder militar paralelo", afirmou o bispo D. José Gomes, de Chapecó, Santa Catarina, reeleito para a Presidência da CPT durante a Assembleia de Goiânia. Só assim o Governo poderia "ter tranquilidade suficiente para levar adiante a proposta feita através do Plano Nacional de Reforma Agrária, que prevê o assentamento de 100 mil famílias até o final do ano".

O Plano do Governo, na opinião do presidente da CPT, representa apenas "a porta de entrada para a conquista de uma verdadeira reforma agrária. A reação dos latifundiários, com a intenção de se armarem, foi violenta e mostra como a questão da terra é um tema quente e atual". D. José salienta que fazer a reforma agrária "não significa apenas dar terra aos sem terra. A reforma deve ser acompanhada de uma competente política agrícola, com vários ângulos a serem analisados, como a criação de infra-estrutura, a melhoria das técnicas de produção, a utilização racional dos produtos agrícolas".

As condições regionais, com suas especificidades e diferenças, devem ser respeitadas, para poder ser uma reforma eficiente. "As condições dos trabalhadores no sul são muito diferentes das condições dos trabalhadores em outras regiões. Se essas diferenças não forem levadas em conta, a política agrícola não favorecerá ninguém", argumenta o Presidente da Pastoral da Terra.

## A Igreja leva em conta os conflitos

Na atual situação, onde um grupo de 342 proprietários de latifúndios por dimensão detém uma área de 47,5 milhões de hectares, enquanto os 2,5 milhões de pequenos proprietários não detém área idêntica, é de esperar que "os grandes proprietários lutem até as últimas conseqüências para não serem expropriados". Por outro lado, "os sem terra lutam pelo direito à posse da terra". Nesse conflito, o "maior direito é daquele que não tem nada e quer sobreviver", afirma D. José.

Para ele, essa opção, "fundamentada na fé e reafirmada na solidariedade e no compromisso com os lavradores em suas lutas e angústias", resume a opção feita pela CPT nos seus dez anos de atuação junto aos trabalhadores rurais. Exatamente esta opção faz com que "setores conservadores da sociedade sempre culpem a Igreja pelas ações organizadas dos trabalhadores. E aí a própria Igreja acaba sofrendo na carne a violência praticada contra posseiros e trabalhadores rurais. Recentemente, ocorreu o assassinato do missionário Ezechiele Ramin, em Rondônia". No início de julho a CPT denunciou, através de uma carta distribuída à Imprensa, o nome de 11 agentes de pastoral, leigos e religiosos, que estão sendo ameaçados por pistoleiros em diversas partes do País.

## Apoio a Casaldáliga

A forma como o Governo pretende convocar a Assembleia Nacional Constituinte, encaminhada recentemente por Sarney ao Congresso, "não atende às reivindicações da sociedade, especialmente as reivindicações dos trabalhadores rurais", na opinião de D. José Gomes. "O Congresso, transformado em Constituinte, será mais sensível à corrupção econômica para manipular a opinião pública. Sabemos inclusive da caixa da Constituinte, amplamente denunciada. O poder econômico tem uma capacidade ilimitada de corrupção e se esse poder realmente fez uma 'caixinha',

onde cada deputado eleito custava aproximadamente 15 bilhões de cruzeiros, está saltando aos olhos o poder de corrupção".

Como Presidente da CPT, D. José Gomes assistiu às críticas feitas a D. Pedro Casaldáliga, Vice-Presidente da entidade, que viajou para a Nicarágua para se solidarizar com o padre Miguel D'Es-

coto, no jejum pela paz e contra o terrorismo de Estado praticado pelos americanos na América Central. Para o bispo de Santa Catarina, as críticas a Casaldáliga pelos setores conservadores da Igreja e da sociedade brasileira são infundadas.

"A solidariedade à Nicarágua deve ser entendida dentro de um contexto latino-americano, onde estão países extremamente explorados e dominados. É evidente que devemos reagir a essa exploração e a Nicarágua é um exemplo desta resistência. Além disso, a Nicarágua está defendendo um direito reconhecido internacionalmente, que é o de ser livre na escolha da forma de governo e do trabalho que deve realizar internamente", explica D. José Gomes. "Que direito têm os Estados Unidos de intervir na Nicarágua? Essa tentativa de intervenção é inconcebível. O que os EUA tentam fazer é inumano e fere todos os princípios do direito internacional".

A ida de Pedro Casaldáliga à Nicarágua foi um gesto de solidariedade. D. José inclusive assinou uma carta apoiando o bispo de São Félix na sua iniciativa. "Por que criticar um bispo que vai rezar pela libertação de um povo, enquanto silenciam sobre a intervenção americana? Colocar argumentos de hierarquia e de ligação ou não com o Papa João Paulo II, neste caso, é um truque que não pode ser admitido. É claro que é evangélico dar apoio a um povo massacrado por uma potência e por um sistema que é o capitalismo", conclui D. José Gomes.

MBN



Em seis meses, 94 posseiros e trabalhadores rurais foram mortos por pistoleiros.





## CNBB recomenda empenho aos bispos

26/9/85 FPP  
Em carta enviada aos bispos presidentes dos seus catorze secretariados regionais, a presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está recomendando empenho do episcopado em favor da reforma agrária "discutindo as notas da Conferência, analisando situações

concretas e orientando pessoas de responsabilidade". A carta afirma que "o problema da reforma agrária é grave, uma questão de justiça social e que o atual momento é decisivo". Lembra, ainda, os recentes documentos da CNBB sobre o assunto, publicados em junho pela Comissão Episcopal de Pastoral, em julho pelos bispos que participavam do Congresso Eucarístico de Aparecida (SP) e em agosto pelos bispos presentes em Santa Maria (RS) nos 75 anos da criação da diocese local, cujo titular é d. Ivo Lorscheiter.

### Manifestação em Salvador

O secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia (Fetag), Aloísio Carneiro, 32, está prevendo que aproximadamente dez mil pessoas participarão, hoje, em Salvador, da "Caminhada em Defesa da Reforma Agrária". O movimento já teve a adesão de todos os partidos políticos e todos os prefeituráveis da capital baiana confirmaram suas presenças.

Carneiro anunciou ainda que o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldir Pires, 58, convidado a participar do evento, será representado pelo superintendente regional do Inamps, Luís Leal, 59.





# CNBB contesta afirmações de senador

20-9-88

Foto: Arqui

O secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, divulgou uma nota oficial, na última terça-feira, dia 17, contestando as declarações do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) à imprensa, de que a Igreja estaria repassando recursos externos a partidos políticos. Dom Luciano lamenta que esta realidade de intercâmbio humanitário seja deformada por declarações veiculadas pelos meios de comunicação e esclarece que, em momento algum, houve este tipo de transação em benefício de partido político. Eis a íntegra da nota:

"Em nenhum momento, houve este tipo de transação por parte da CNBB em benefício de partido político.

2. É fato conhecido e louvável que instituições particulares ou governamentais de países do primeiro mundo tenham procurado colaborar com nações em desenvolvimento ou em estado de calamidade, através de recursos esporádicos ou projetos de alguma duração. Isto tem se realizado em benefício da América Latina e também do Brasil, assim como para países da África e da Ásia. No que se refere ao Brasil, por parte da Alemanha, há várias instituições católicas que têm mantido este tipo de colaboração. Entre outras, citamos a "Adveniat", para finalidades pastorais, em especial catequese, cursos de formação, liturgia "Misereor", mais voltada para a pastoral de promoção social — a "Missio", para a primeira evangelização — e "Caritas", para situações de emergência e calamidade. Outras nações, como Holanda, Bélgica, Suíça, Canadá, Itália, Espanha e França, mantêm instituições congêneres.

3. O Governo da Alemanha também tem assegurado programas de promoção e desenvolvimento em relação ao Terceiro Mundo. Além do apoio a programas governamentais em nosso País, tem colaborado, reforçando projetos de entidades religiosas católicas e outras, quando se trata de finalidades tipicamente sociais. É o caso das promoções em bem da criança, da saúde e do atendimento à vítimas das enchentes e secas.

4. Este tipo de colaboração internacional revela uma compreensão maior da solidariedade humana e deveria estimular, em nosso País, projetos semelhantes, seja em benefício dos mais pobres de nosso território, seja para com outras nações extremamente necessitadas. Nesse sentido, há vários anos, mantêm-se inúmeras iniciativas por parte da Igreja de várias confissões. No que se refere à Igreja Católica no Brasil, um notável exemplo é o programa de igrejas-irmãs e programa de ajuda em favor do Nordeste, e uma coleta em favor de El Salvador para as vítimas de conflitos políticos.

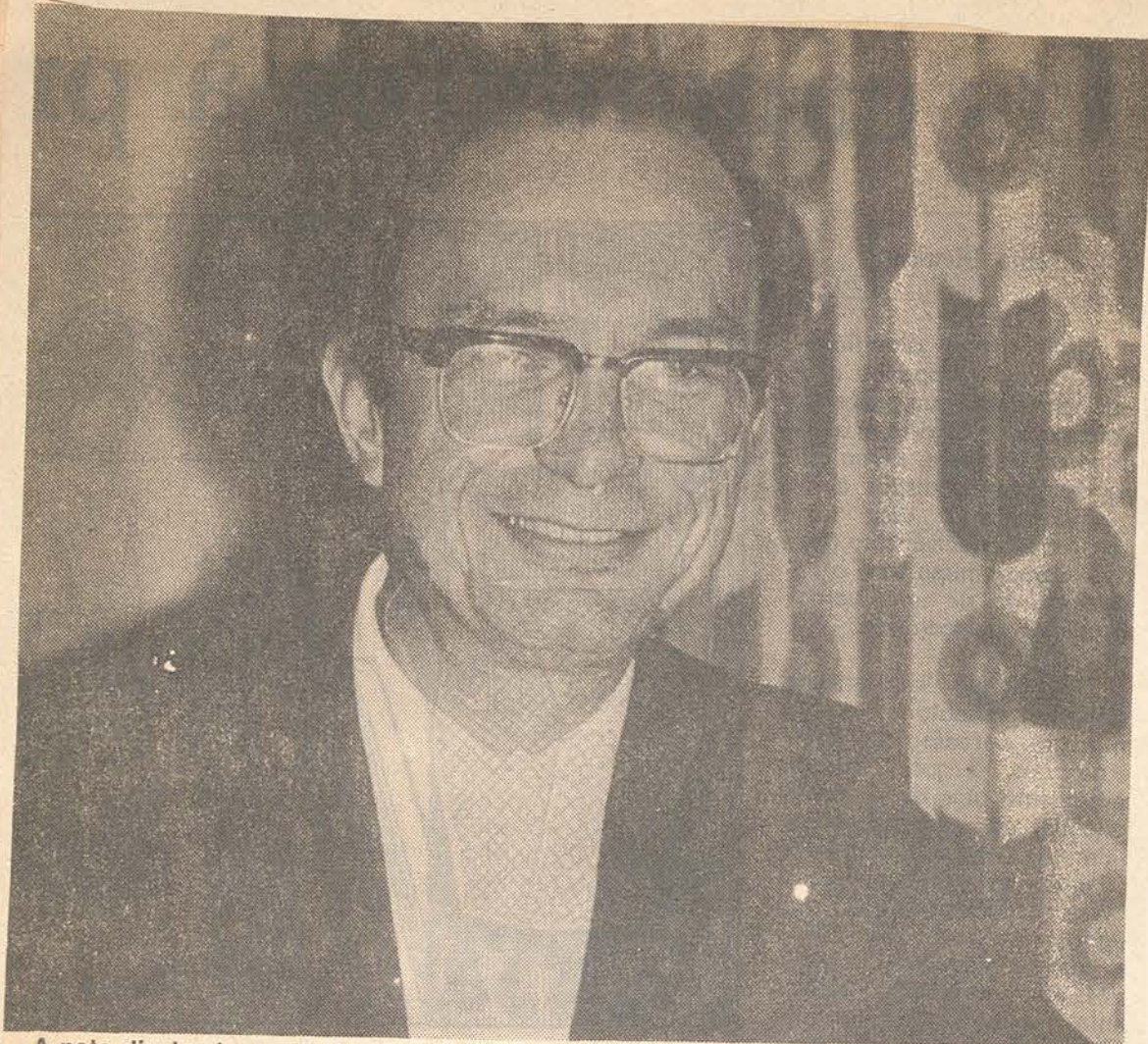
5. Lamentamos que esta realidade de intercâmbio humanitário seja deformada, nos últimos dias, por declarações veiculadas pelos meios de comunicação".

## "ILEGAL SÃO AS CAIXINHAS"

Em Goiânia, o Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra também divulgou uma carta-aberta, endereçada a Jorge Bornhausen, onde ressalta que não há nenhuma novidade nas declarações feitas pelo senador. Como lembra a CPT, "os serviços de informação da velha República, dos tempos da ditadura, franquearam à imprensa cópias de projetos da CPT enviados a organismos internacionais de apoio aos países subdesenvolvidos, usando, como era de costume, então, o método de violação de correspondência". A CPT diz que as contribuições que vem recebendo do Exterior são destinadas à execução de suas tarefas, entre as quais o apoio à autêntica organização sindical, o que não revela nada de ilegal ou ilegítimo.

Para a CPT, ilegais e ilegítimos são "os lucros absurdos dos banqueiros, industriais, comerciantes e empresários rurais". Mais ilegal ainda, "é a formação de caixinhas de bilhões de cruzeiros para financiar candidatos à Constituinte ou para garantir advogados e defender fazendeiros que assinarão posseiros para impedir a realização da reforma agrária".





A nota divulgada por D. Luciano diz que nunca houve esta transação com partidos políticos



Bibliothek  
18021  
Institut für Brailleskunde  
METTINGEN



Institut für Brasilienkunde

